

Sumário

HERMES AUGUSTO COSTA

3

PEDRO ARAÚJO

Informação e consulta nas multinacionais:

A experiência de representantes portugueses em Conselhos de Empresa Europeus

A partir da experiência de representantes portugueses em Conselhos de Empresa Europeus, aborda-se a avaliação que aqueles fazem do cumprimento dos dois princípios basilares da Directiva – a informação e a consulta –, tendo em conta os dois vectores fundamentais da dimensão funcional e da dimensão das possibilidades práticas e discutindo o papel que os CEE podem desempenhar na construção de uma identidade laboral transnacional.

SÍLVIA PORTUGAL

35

O que faz mover as redes sociais?

Uma análise das normas e dos laços

Discutem-se as normas que regulam a acção dos laços informais na produção de bem-estar e mostra-se que a acção das redes sociais obedece aos princípios gerais do sistema de dádiva. A tríplice obrigação “dar, receber, retribuir” estrutura as práticas e representações dos actores, mas está permeada por princípios contraditórios, resistências, tensões e conflitos, que são igualmente objecto de análise.

LUIZ INÁCIO GAIGER

57

A outra racionalidade da economia solidária.

Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil

Examinam-se os resultados empíricos do primeiro levantamento nacional sobre a economia solidária realizado no Brasil, visando determinar em que medida as quase 22 mil experiências inventariadas, por se tratar de organizações fundadas na livre associação de trabalhadores, na cooperação produtiva e em princípios de autogestão, adoptam uma racionalidade distinta e contraposta sob certos aspectos à lógica económica intrínseca à acumulação contínua de capital.

LUÍS QUINTAIS

79

Fluidez tectónica

As bio-tecno-ciências, a bio-arte, e a paisagem cognitiva do presente

Através de um olhar sobre as práticas artísticas de Eduardo Kac, comenta-se criticamente a tese de Paul Virilio de que certo tipo de práticas na fronteira entre a arte e a tecno-ciência, às quais se convencionou chamar “bio-arte”, epitomizam o radicalismo expressionista e niilista do presente.

MARIA PAULA NASCIMENTO ARAÚJO 95
 MYRIAN SEPÚLVEDA DOS SANTOS

História, memória e esquecimento:

Implicações políticas

Embora algumas contribuições clássicas tenham assinalado aspectos importantes relativos à história e memória, há várias formas de lidar com o passado e todas elas envolvem interesse, poder e exclusões. A política da justa memória a ser realizada sobre crimes cometidos depende de processos selectivos, na procura do equilíbrio entre a obsessão pelo passado e as tentativas de imposição do esquecimento.

HELENA SERRA 113

Da construção e reprodução do conhecimento e discurso médicos.

Para uma etnografia da transplantação hepática

Partindo de alguns contributos contemporâneos da área da sociologia médica, apresenta-se um conjunto de resultados de uma investigação de natureza etnográfica numa unidade de transplantação hepática. Elegeu-se uma metodologia qualitativa, tendo como técnica central de recolha de informação a observação participante e continuada e, como técnica complementar, entrevistas semi-estruturadas e aprofundadas

TELMO H. CARIA 133

História, reforma e lucidez em ciência:

A reflexividade científica segundo Pierre Bourdieu

Desenvolve-se um comentário crítico ao último livro de Pierre Bourdieu (*Science de la science et réflexivité*) centrado no entendimento deste autor a propósito da prática científica e da razão (social e cognitiva) da sua crença reflexiva na ciência. Uma descrição comentada da obra por relação ao património de conhecimentos sociológicos sobre ciência permite pôr em evidência os principais traços e elementos caracterizadores do *habitus* científico, na concepção racionalista do autor.

Recensões 151

Espaço Virtual 159

Résumés/Abstracts 163

Colaboram neste número 169

HERMES AUGUSTO COSTA
PEDRO ARAÚJO

Informação e consulta nas multinacionais: A experiência de representantes portugueses em Conselhos de Empresa Europeus¹

A partir da experiência de representantes portugueses em Conselhos de Empresa Europeus (CEE), aborda-se a avaliação que aqueles fazem do cumprimento dos dois princípios basilares da Directiva: a informação e a consulta. A este propósito, são tidas em conta duas dimensões da *vida* dos CEE: a *dimensão funcional* e a dimensão das *possibilidades práticas*. A primeira reporta-se ao modo como a informação e a consulta se encontram vertidas nos textos dos acordos que ditam o *modus operandi* dos CEE e ao modo como os representantes dos trabalhadores avaliam a informação que lhes é transmitida. A segunda dimensão encontra-se mais orientada para o princípio da consulta e para as possibilidades de os CEE condicionarem as decisões das multinacionais. Ainda que ambas as dimensões sejam olhadas como pouco entusiasmo pelos representantes portugueses, este texto, apoiando-se no exemplo da GM-Europa, não deixa, todavia, de fazer referência ao papel que os CEE podem desempenhar na construção de uma identidade laboral transnacional.

1. Introdução

A construção de uma identidade laboral transnacional vem sendo reclamada há décadas por trabalhadores e sindicatos no contexto da União Europeia. A ideia de um “Modelo Social Europeu” – condizente, entre outros pontos, com elevados índices de protecção social, o reconhecimento dos direitos laborais, a valorização da negociação colectiva enquanto elemento regulador das relações de trabalho, ou da maximização de serviços públicos de qualidade – fez, de resto, igualmente jus a um projecto de “Europa Social”. Na prática, porém, é sabido que o modelo social europeu não foi sinónimo de Europa integrada, em virtude da coexistência de uma diversidade de

¹ Este trabalho é parte de uma ampla investigação realizada, entre Junho de 2005 e Outubro de 2007, ao abrigo do projecto “Os Conselhos de Empresa Europeus: entre a responsabilidade social da empresa e a participação laboral” (POCI/SOC/59689/2004), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

sistemas de relações laborais e regimes de protecção social que, consequentemente, suscitaram a identificação de cenários-tipo (igualmente diferenciados) para o futuro da Europa Social.

Ainda que possa ser problemático falar num sistema europeu de relações laborais, convirá, todavia, recordar alguns momentos importantes que ajudaram a dar corpo à ideia de Europa Social (Costa, 2005: 249-256):

– o *Tratado de Roma* (1957), que, lançou as bases de uma política social europeia;

– o *Comité Económico e Social* (1957), que acolhe os parceiros sociais tradicionais (patrões e sindicatos), bem como diversos grupos de interesses da Comunidade;

– o *Acto Único Europeu* (1987), que consagrou o conceito de “mercado interno”, acrescentando ao Tratado de Roma disposições relativas à melhoria do ambiente no meio de trabalho, ao diálogo social e à coesão económica e social;

– a *Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores* (1989), que veio consagrar, no plano comunitário, um conjunto de princípios aplicáveis à protecção dos trabalhadores e estabelecer os grandes princípios em que se baseia o modelo europeu de direito do trabalho;

– o *Tratado de Maastricht* (1992), que abriu caminho para um maior aprofundamento e integração da então Comunidade Europeia e que incidiu tanto na consolidação dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores (na forma como eles estavam expressos na Carta Comunitária), como no desenvolvimento de acções em domínios como a exclusão social, os deficientes, a pobreza ou a integração dos migrantes de “países terceiros”;

– o *Protocolo a Doze*, que autorizou um *Acordo a Onze sobre a Política Social* e que ampliou as competências legais de intervenção no domínio da política social da UE, permitiu um maior espaço para a votação por maioria qualificada e reforçou do papel dos “parceiros sociais” europeus, reconhecendo-lhes a possibilidade de negociarem acordos colectivos europeus (de que são exemplo os acordos-quadro sobre licença parental, 1995, trabalho a tempo parcial, 1997, e contratos de duração determinada, 1999, ou ainda acordos celebrados numa base voluntária, como os relativos ao teletrabalho, 2002, ao stress associado ao trabalho, 2004, ou à perseguição e violência no trabalho, 2007);

– a *Directiva 94/45/CE* que, em 1994, instituiu os Conselhos de Empresa Europeus (CEE), destinados a instituir mecanismos de informação e consulta dos trabalhadores nas empresas ou grupos de empresa de dimensão comunitária;

– o *Tratado de Amesterdão* (1997), que, entre outros pontos, veio: recuperar o texto do Acordo sobre a política social do Tratado de Maastricht, integrando-o no articulado do novo tratado; definir os objectivos da UE no domínio da política social, fazendo explicitamente referência à Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores, de 1989; fixar as matérias sociais que carecem de aprovação por maioria qualificada; definir as condições de intervenção dos parceiros sociais nos processos de decisão da Comunidade no domínio social; incluir um “capítulo sobre o emprego”, onde se reafirma que a responsabilidade primeira no domínio do emprego cabe aos Estados-membros, embora estes passem a inscrevê-la doravante no quadro de uma estratégia coordenada no âmbito da Comunidade;

– a *Carta dos Direitos Fundamentais da UE* (no quadro da Cimeira Europeia de Nice, em Dezembro de 2000), que abriu também um novo capítulo na implementação legal dos direitos sindicais nos níveis nacional e transnacional e se configurou como um catalisador da construção de um sistema europeu de relações laborais.

Neste texto, o nosso olhar vai para uma dessas “peças” de legislação europeia que criou condições para um reforço da informação e consulta dos trabalhadores nas empresas/grupos de empresas de dimensão comunitária – através da constituição de Conselhos de Empresa Europeus (CEE) ou de procedimentos de informação e consulta dos trabalhadores (PIC) –, por via da acima referida Directiva 94/45/CE, de 22.09.1994. O relativo atraso da transposição da Directiva para o ordenamento jurídico português² e o facto de o tecido produtivo português ser composto essencialmente por pequenas e médias empresas colocaram, à partida, um conjunto de obstáculos à constituição de CEE e, portanto, à participação laboral naquelas instâncias transnacionais.³ Para analisarmos o modo como a eficiência e eficácia da Directiva são perspectivadas, centrámos a nossa atenção sobretudo nas experiências de representantes de trabalhadores portugueses em CEE de filiais de empresas estrangeiras.

Na primeira parte deste artigo, procedemos a uma breve síntese dos propósitos inerentes à Directiva 94/45/CE e abordamos sucintamente os procedimentos metodológicos subjacentes à pesquisa. Na segunda parte, prestamos atenção ao modo como as noções de informação e consulta são acolhidas pelos representantes portugueses em CEE, bem como às práticas

² Que só ocorreu em 1999, através da Lei 40/99, de 9 de Junho de 1999, posteriormente transposta para o Código do Trabalho, artigos 471.º a 474.º, e para a Lei 35/2004 (artigos 365.º a 395.º).

³ Uma análise desses obstáculos tendo por referência a realidade portuguesa pode encontrar-se em Costa (2004, 2006) e Costa e Araújo (2006, 2007a, 2008).

de informação e consulta em sede dos CEE. A análise incide aqui sobre a avaliação da *dimensão funcional* dos CEE por parte dos representantes portugueses. Em seguida, tendo ainda por base a experiência dos representantes portugueses, procura-se apurar em que medida os CEE são instrumentos geradores de eficácia, ou seja, saber se se configuram como estruturas capazes, por exemplo, de condicionar decisões das administrações das empresas, evitando-as, protelando-as ou alterando-as. Aborda-se, nesse sentido, outra dimensão complementar à dimensão funcional dos CEE que se prende, desta feita, com as suas *possibilidades práticas*, isto é, com a possibilidade de se poderem alcançar resultados favoráveis aos trabalhadores por intermédio dos CEE. Em contraponto à visão pouco optimista dos representantes portugueses, patente em ambas as dimensões aqui objecto de análise, na quarta parte do artigo recuperamos alguns “sinais de esperança”, isto é, sinais reveladores de que há um “mundo a ganhar” (Marx e Engels, 1982: 136) para os trabalhadores em resultado da sua participação nos CEE.

2. Os propósitos da Directiva e as opções da investigação

A emergência da Directiva 94/45/CE (de 22.09.1994) – que tornou possível a constituição de CEE ou PIC – insere-se numa luta que há muito vinha sendo travada no contexto europeu no sentido de fazer corresponder à crescente operação das empresas à escala transnacional mecanismos de representação e participação dos trabalhadores adequados a essa escala. Isto é, expandindo-se a esfera de acção das multinacionais, era imperativo que se expandisse também a esfera de actuação dos trabalhadores. Simples na sua formulação, o processo de criação desses mecanismos revelar-se-ia longo, complexo e até controverso.⁴ Ainda que, para alguns, a adopção da Directiva 94/45/CE tivesse redundado numa versão fragilizada das propostas até então apresentadas sobre informação e consulta dos trabalhadores (Leite *et al.*, 1996), esta representa um importante instrumento jurídico tendente ao reforço da representação e participação laboral no âmbito das multinacionais, representação e participação que os sindicatos, particularmente em Portugal, nunca lograram verdadeiramente maximizar (Costa, 2005). A emergência da Directiva suscitou, assim, um conjunto de expectativas, nomeadamente quanto ao reforço da europeização do diálogo social (Paternotte, 1998), ao incremento da democracia laboral (Buschak, 1995), ao estabelecimento de redes de comunicação entre representantes dos trabalhadores e estruturas de representação (Wills, 2000) e a um renovado

⁴ Para uma análise dos antecedentes da Directiva 94/45/CE, cf. Costa (2005: 607-610).

fôlego para a acção sindical e para a reivindicação colectiva (Lecher *et al.*, 1999; Wills, 2004; Telljohann, 2005). Em última análise, almeja-se, como referíamos acima, a construção de uma identidade laboral europeia (Whittall, Knudsen e Huijgen, 2007).

O objectivo principal da Directiva é “melhorar o direito à informação e consulta dos trabalhadores nas empresas ou grupos de empresas de dimensão comunitária” (n.º 1 do art.º 1.º).⁵ As oportunidades emergentes oferecidas pela Directiva englobam, deste modo, a concessão de direitos de informação – sobre “questões transnacionais susceptíveis de afectar consideravelmente os interesses dos trabalhadores” (art.º 6.º, n.º 3) – e direitos de consulta – a “troca de opiniões e o estabelecimento de um diálogo entre os representantes dos trabalhadores e a direcção central ou qualquer outro nível de direcção mais apropriado” [art.º 2.º, n.º 1, al. f)].

Como já referimos, a Directiva 94/45/CE consagra dois mecanismos de informação e consulta dos trabalhadores nas empresas/grupos de empresas de dimensão comunitária: os CEE ou os PIC. Uma vez aberto o processo negocial⁶, o passo seguinte consiste na formação de um Grupo Especial de Negociação (GEN) (art. 5.º) composto por representantes dos trabalhadores [art. 5.º, n.º 2, al. b)]. Cabe aos Estados-membros determinar o modo de eleição ou de designação dos membros do GEN que devem ser eleitos ou nomeado no seu território [art. 5.º, n.º 2, a)]. Porém, nas eleições ou nomeações deve assegurar-se: a) a existência de um representante por cada Estado-membro no qual a empresa de dimensão comunitária possua a empresa que exerce o controlo ou uma ou mais empresas controladas; b) a existência de representantes suplementares em número proporcional ao dos trabalhadores dos estabelecimentos, da empresa que exerce o controlo ou das empresas controladas nos termos da legislação do Estado-membro em cujo território se situa a direcção central (art. 5.º, n.º 2). A direcção central e direcções locais são, posteriormente, informadas da composição do GEN [art. 5.º, n.º 2, d)].

⁵ A “empresa de dimensão comunitária” é aquela que emprega mil ou mais trabalhadores nos Estados-membros e que em pelo menos dois Estados-membros diferentes emprega um mínimo de cento e cinquenta trabalhadores em cada um deles [art.º 2.º, n.º 1. al. a)]. Por sua vez, o “grupo de empresas de dimensão comunitária” é aquele que emprega pelo menos mil trabalhadores nos Estados-membros, que possui, no mínimo, duas empresas membros do grupo em Estados-membros diferentes, sendo que cada uma dessas duas empresas deve empregar, no mínimo, cento e cinquenta trabalhadores [art.º 2.º, n.º 1., al. c)].

⁶ A abertura do processo negocial para a instituição de um CEE ou de um PIC pode ser desencadeada: a) por proposta, oral ou escrita, da direcção central ou b) por requerimento dos trabalhadores, este último, “mediante pedido escrito de, no mínimo, 100 trabalhadores, ou dos seus representantes, provenientes de pelo menos duas empresas ou estabelecimentos situados em pelo menos dois Estados-membros diferentes” (art. 5.º, n.º 1).

Posteriormente, deve adoptar-se um dos mecanismos de informação e consulta (CEE ou PIC) e celebrar-se o respectivo acordo (art. 6.º). Cabe, deste modo, ao GEN fixar, em colaboração com a direcção central e mediante acordo escrito, o âmbito de acção, a composição, as atribuições e a duração do mandato dos CEE ou as regras de execução dos PIC (art. 5.º, n.º 3). O acordo escrito funciona, pois, como uma espécie de guia que condicionará a actividade futura dos CEE. Ainda assim, o facto de a diversidade de experiências constituir uma das características mais salientes do funcionamento dos CEE (Hyman, 2000; Kerckhofs, 2003; Waddington, 2003) permite argumentar que as dinâmicas dos CEE são mais bem observáveis na *prática*. É por esse facto também que, sem descurar a importância de analisar o registo formal dos CEE (Costa e Araújo, 2007b), se deve atentar igualmente num registo qualitativo, que se prende mais directamente com as avaliações que os representantes dos trabalhadores eleitos/nomeados para os CEE fazem da sua experiência de participação nessas instâncias. É também esse registo que privilegiamos neste texto.

A *European Works Councils Database* do *European Trade Union Institute for Research, Education, Health and Safety* (ETUI-REHS), elaborada sob a coordenação de P. Kerckhofs e I. Pas (2006), assinala 2.204 multinacionais abrangidas pela Directiva, das quais 772 (35%) possuem CEE. A este ritmo, sendo em média criados cerca de 30 a 40 novos CEE por ano, serão necessários cerca de 35 anos para ver um CEE instalado em todas as multinacionais actualmente abrangidas pela Directiva (Kerckhofs, 2006: 47). A expressão quantitativa dos CEE – o número de CEE estabelecidos frente ao número de multinacionais em condições de os constituir – sugere, pois, claramente que a Directiva tem ainda um longo caminho a percorrer. Embora o maior ou menor sucesso da aplicação da Directiva constitua um elemento importante da análise dos CEE, não será, ainda assim, o mais relevante. Mais importantes, em nossa opinião, são as dinâmicas institucionais e colectivas que, por seu intermédio, estão a emergir, bem como a capacidade diferencial dos CEE para cumprirem as expectativas que lhe estão associadas.

É incontornável, no entanto, que retenhamos alguns dados sobre a realidade portuguesa. Assim sendo, para Portugal, constatamos que a *European Works Councils Database* (2006) recenseia 615 multinacionais como estando abrangidas pela Directiva, das quais 335 (mais de 50%, portanto) constituíram 343 CEE com base em 482 acordos. Esta descoincidência entre o número de multinacionais (335) que constituíram CEE, o número de CEE efectivamente existentes (343) e o número de acordos em vigor (482) resulta do facto de algumas multinacionais poderem constituir mais do que um CEE na base de mais do que um acordo. A diferença entre o número de

CEE e o número de acordos justifica-se, ainda, pelo facto de novos acordos serem firmados depois de fusões ou dissoluções de empresas ou devido à renegociação de alguns acordos.

Mas se atentarmos no número de representantes portugueses eleitos ou nomeados para os CEE teremos uma visão mais aproximada da participação laboral portuguesa nos CEE. Assim sendo, na investigação realizada (Costa e Araújo, 2007c), foram identificados 201 representantes portugueses em CEE.⁷ Estamos, no entanto, conscientes de que o universo das multinacionais é extremamente instável, pelo que não é líquido que aquele número de representantes portugueses não possa sofrer alterações.⁸

Cerca de 20% dos 201 representantes de trabalhadores portugueses em CEE (mais precisamente 37 representantes) foram entrevistados segundo um critério de distribuição proporcional à sua representatividade sectorial⁹. Na condução das entrevistas foram privilegiados três grupos de questões. Um primeiro, relativo ao processo de instituição dos CEE, que abarca aspectos como a iniciativa para a constituição dos CEE, a participação de representantes portugueses na negociação dos acordos, a avaliação do conteúdo dos acordos, entre outros pontos. Um segundo grupo, que incide sobre o *modus operandi* dos CEE. Aqui, os representantes foram confrontados com questões como a sua participação nas reuniões dos CEE (preparatórias, ordinárias, posteriores e extraordinárias), as questões e os problemas mais recorrentemente levantados pelos representantes, a avaliação dos resultados das reuniões (a quantidade, qualidade e oportunidade da informação, a consulta, e o princípio da confidencialidade), a restituição da informação

⁷ Os 201 representantes portugueses foram identificados a partir dos acordos de CEE constantes das bases de dados de 2004 e 2006 (Kerckhofs e Pas, 2004, 2006). Foram excluídos os casos em que as bases de dados, bem como os textos dos acordos são omissos relativamente aos representantes portugueses. Por sua vez, no caso de revisões ou reformulações dos acordos, reteve-se o número de representantes constante do acordo mais recente.

⁸ De facto, não só existem empresas/grupos com representantes portugueses que não aparecem referidos na *European Works Council Database* de 2006 ou aparecem com outra designação (a Transdev, do sector dos transportes, por exemplo, que aparece mencionada com a designação de C3-D, Caisse des Dépôts Développement), como há empresas/grupos que cessaram as suas operações em Portugal e, como tal, perderam representantes nos respectivos CEE: a Clarks, do sector do calçado, que encerrou em 2003; a Honeywell, do sector metalúrgico, que encerrou em 2005, ou a General Motors (Opel), do sector metalúrgico (automóvel), que encerrou em 2006, são apenas alguns exemplos dessa situação.

⁹ A distribuição dos representantes portugueses pelos sectores de actividade é a seguinte: o sector metalúrgico acolhe 63 representantes, o sector químico 37 representantes, as actividades financeiras 30 representantes (assinale-se, no entanto, que este número se encontra inflacionado pelos 10 representantes portugueses do único CEE constituído numa multinacional portuguesa: o CEE do Grupo BES), a indústria alimentar e hotelaria 27 representantes, e o sector têxtil 13 representantes. Tendo em conta esta distribuição sectorial, e apenas fazendo referência aos 5 sectores mais representativos, foram entrevistados 12 representantes do sector metalúrgico, 7 do sector químico, 6 das actividades financeiras, 5 da indústria alimentar e hotelaria e 3 do sector têxtil.

e dos resultados das reuniões aos trabalhadores, e a consolidação de redes informais entre representantes dos trabalhadores para além dos espaços de reunião formal. Por fim, um terceiro grupo de questões orientou-se sobretudo para uma avaliação global dos CEE, designadamente das suas principais potencialidades, limitações e impactos locais e transnacionais.¹⁰

3. A dimensão funcional dos Conselhos de Empresa Europeus

Um dos tópicos que mais espaço tem ocupado nos debates em torno dos CEE diz respeito à dimensão funcional destas instâncias (Béthoux, 2004), ou seja, à concretização do duplo objectivo subjacente à Directiva e aos CEE: a informação e consulta transnacionais dos trabalhadores. Em termos gerais, a informação levanta questões que gravitam em torno de três vectores principais: a quantidade de informação, a qualidade de informação e a oportunidade da informação. Por sua vez, a questão da consulta não se faz sem ter em conta, por um lado, esses mesmos três vectores da informação e, por outro, a capacidade dos CEE para influenciar decisões, enquanto expressão de uma outra dimensão dos CEE que abordaremos na secção seguinte: as *possibilidades práticas* dos CEE (Didry *et al.*, 2005: 37). A dimensão funcional não pode, por isso, dissociar-se de todo da dimensão das possibilidades práticas.

Em termos processuais, as regras segundo as quais os representantes dos trabalhadores têm o direito de se reunir para proceder a uma troca de opiniões sobre as informações que lhes são comunicadas ficam determinadas nos acordos. A Directiva estabelece, porém, alguns requisitos básicos. Assim, os CEE têm o direito de se reunir com a direcção central uma vez por ano de modo a que os trabalhadores possam ser informados e consultados, com base num relatório elaborado pela direcção central, sobre a evolução das actividades da empresa ou grupo de empresas de dimensão comunitária e sobre as suas perspectivas. A reunião deve incidir sobre um conjunto de pontos que se encontram previstos no anexo 2 da Directiva:

- a estrutura da empresa;
- a situação económica e financeira;
- a evolução provável das actividades, produção e vendas;
- a situação e evolução provável do emprego;
- os investimentos;

¹⁰ As entrevistas semi-estruturadas com os representantes portugueses em CEE foram todas realizadas entre Setembro de 2006 e Fevereiro de 2007, ainda que, ao longo da investigação, tenhamos realizado outras entrevistas com líderes sindicais e investigadores estrangeiros estudiosos do tema dos CEE. Além disso, entre Março e Abril de 2007, aplicámos ainda um inquérito (via correio e e-mail) aos representantes portugueses em CEE, o qual se destinou a complementar e consolidar os tópicos das entrevistas (Costa e Araújo, 2007c: 157-211, 323-334), embora não seja objecto de tratamento específico neste artigo.

- as alterações de fundo relativas à organização;
- a introdução de novos métodos de trabalho ou de novos processos de produção;
- as transferências de produção;
- as fusões, a redução da dimensão ou encerramento de empresas, de estabelecimentos ou de partes importantes de estabelecimentos;
- os despedimentos colectivos.

Tendo em conta esse requisitos, os acordos negociados com base no artigo 6.º, ou seja, depois da entrada em vigor da Directiva a 22 de Setembro de 1996¹¹, estabelecem os modos de funcionamento dos CEE, incluindo as empresas do grupo de empresas de dimensão comunitária ou os estabelecimentos da empresa de dimensão comunitária abrangidos pelo acordo [art. 6.º, n.º 2, al. a)]; a composição do CEE, bem como o número de membros, a distribuição dos lugares e a duração do mandato [art. 6.º, n.º 2, al. b)] (as partes possuem aqui discricionariedade total para escolher os membros e respectivo número; definir se o CEE é composto apenas por trabalhadores da multinacional ou incluir outros representantes como sejam peritos ou representantes de organizações sindicais); as atribuições e o procedimento de informação e consulta do CEE [art. 6.º, n.º 2, al. c)]; o local, a frequência e a duração das reuniões do CEE [art. 6.º, n.º 2, al. d)]; os recursos financeiros e materiais a afectar ao CEE [art. 6.º, n.º 2, al. e)]; e a duração do acordo e o seu processo de renegociação [art. 6.º, n.º 2, al. f)].

Embora alguns investigadores sustentem a existência de uma relação directa entre as prescrições negociadas num acordo e as práticas que se desenvolvem subsequentemente (Marginson *et al.*, 1998; Carley e Marginson, 2000; Gilman e Marginson, 2004), para outros, a letra dos acordos e as dinâmicas de que os CEE são portadores não são necessariamente coincidentes (Waddington, 2003; Wills, 2004; Telljhoann, 2005). Concordando com esta posição, parece-nos, desde logo, curial olhar para o modo como decorrem as reuniões dos CEE, pois estas reuniões – tenham elas lugar uma ou mais vezes por ano e incidam sobre um leque mais restrito ou mais extenso de questões – constituem momentos essenciais da *vida* dos CEE.

As reuniões dos CEE organizam-se da seguinte forma: regra geral, têm lugar uma vez por ano – reunião anual ou ordinária – em local a definir pelas partes; a reunião anual pode ser antecedida de uma reunião onde se encontram presentes apenas os representantes dos trabalhadores; a agenda da reunião anual é definida em articulação entre a administração e os repre-

¹¹ Os acordos negociados antes da entrada em vigor da Directiva, designados de voluntários ou de antecipação à Directiva, são reconhecidos pela Directiva nos termos do seu artigo 13.º.

sentantes dos trabalhadores organizados num conselho restrito; as reuniões têm uma duração que varia entre meio dia e dois dias e realizam-se com base numa agenda previamente definida.

As reuniões preparatórias constituem uma prática na grande maioria dos CEE nos quais participam representantes portugueses, sendo consideradas por estes como extremamente importantes. Estas reuniões servem, desde logo, para fazer o levantamento de um conjunto de problemas comuns a colocar às administrações e, como tal, permitem definir uma agenda e uma estratégia, por assim dizer, paralelas às das administrações:

Na reunião preparatória é decidido que problemas colocar às direcções dos recursos humanos, visto que os directores vão estar todos presentes no dia a seguir. [...] Os [problemas] mais complicados ficam logo [na agenda]. Depois tenta-se fazer um apanhado daqueles que são comuns a toda a gente e no fim pergunta-se se alguém quer ver outro qualquer problema colocado e acrescenta-se. (Representante dos trabalhadores do CEE da Autoeuropa, 17.11.2006)

É ainda durante as reuniões preparatórias que os representantes expõem, de forma aberta e transparente, os problemas das empresas locais, independentemente de estes virem ou não a ser abordados na reunião formal com a administração. Enquanto espaço de partilha de informação sobre as realidades locais, as reuniões preparatórias são, de resto, em muitos casos, consideradas como mais frutíferas do que as reuniões ordinárias. Nas reuniões preparatórias, reforça-se o sentimento de pertença colectiva a um “corpo empresarial” comum. Mesmo que a intensidade e o tipo de problemas sejam variáveis, harmonizam-se posições entre os membros dos CEE e ensaiam-se alianças para o caso de serem apresentados problemas que digam respeito não ao Grupo, mas a sucursais particulares.

Ainda que percepcionadas pelos representantes portugueses como relativamente menos importantes do que as reuniões preparatórias, as reuniões ordinárias representam um momento de encontro entre administração e os representantes dos trabalhadores, com resultados que podem ser variados. O desencanto com as reuniões ordinárias será, no entanto, tanto maior quanto mais as reuniões se cingirem à sua execução formal, ou seja, à discussão exclusiva de questões de âmbito transnacional e à difusão de informação excessivamente generalista e técnica:

Nessas reuniões [preparatórias], estamos à vontade. Só que, lá está, depois não há seguimento. Nessas reuniões falamos de tudo e as coisas deixam de ser transnacionais, cada um fala dos problemas da sua fábrica. Mas depois, no dia seguinte, a maior

parte dos problemas nem chegam a ser levantados porque não têm cabimento na agenda. Cada um fica a saber o que é que se passa na casa dos outros, mas na reunião com a administração a maior parte dos problemas não chega a ser abordada. E quando é, vem logo a questão do transnacional. [...] Na reunião preparatória, que é a melhor reunião, falamos de tudo o que temos a falar. E trazemos muita informação sobre a forma de trabalhar dos outros, regalias, direitos, etc. [...] A reunião preparatória é mais útil do que a reunião com a administração. A administração é: “quero, posso e mando” e os CEE não têm poder reivindicativo e interventivo. (Representante dos trabalhadores do CEE da Tenneco, 23.01.2007)

Qual o balanço global que fazem os representantes portugueses das reuniões dos CEE? Os representantes portugueses apontam, desde logo, dois factores de carácter organizacional que à partida limitam a possibilidade de melhorar o direito de informação e consulta: por um lado, a periodicidade das reuniões, sobretudo quando estas se realizam apenas uma única vez por ano; por outro lado, o tempo das reuniões, quando estas se limitam a um único dia:

Claro que todos temos noção de que o tempo é pouco e que está todo preenchido. Nas reuniões, pelo menos na reunião preparatória, a opinião é que as reuniões deveriam ter pelo menos mais um dia. Isso era importante para as pessoas se conhecerem, para criarem laços, trocarem experiências. (Representante dos trabalhadores do CEE da Saint-Gobain, 21.12.2006)

Relativamente à quantidade, qualidade e importância da informação, a posição dos representantes portugueses oscila entre uma avaliação positiva, na medida em que ela faculta uma visão global das actividades e dos problemas da multinacional até aí inacessível, e uma avaliação de pendor mais negativo, talvez mais generalizada apesar de tudo, sustentada no carácter excessivamente técnico da informação e na sua fraca relevância prática. Um défice qualitativo de informação ao qual se adiciona, portanto, um excesso quantitativo de informação técnica:

A principal ideia é que os CEE são úteis pelo leque de informações que proporcionam. Agora, é preciso ter consciência das suas funções e dos objectivos do CEE. É preciso saber filtrar o que é informação e o que é, passe a expressão, “banha da cobra”, que está tudo bem, que isto é tudo um mar de rosas, etc. [...] É verdade que, por vezes, a informação é quase nula. Há reuniões em que só se fala desta ou daquela unidade que está com problemas e fica pouco tempo para tratar do resto. Quando é assim, há pouca informação nacional para devolver aos trabalhadores.

[...] A Federação tem economistas, advogados, etc., que nos ajudam a perceber os documentos [provenientes do CEE]. Eu acho que isso é importante e, neste sentido, os CEE são importantes. (Representante dos trabalhadores do CEE da Renault, 18.12.2006)

A principal crítica dos representantes portugueses prende-se, no entanto, com o défice de informação relativa às filiais nacionais. Orientados que estão por objectivos locais, os representantes portugueses avaliam a informação divulgada nos CEE como insuficiente:

A questão é: “vai haver despedimentos ou vai encerrar algum serviço em Portugal?” E a resposta que nos dão é: “as questões que são colocadas aqui são de âmbito geral e não de âmbito nacional”. Ou seja, isto é um pouco caricato porque assim os representantes locais não vão lá fazer nada. Se é para comunicar a estratégia da empresa a nível do Grupo, então basta que comuniquem isso ao representante espanhol, por exemplo, que ele depois transmite. Porque é uma estratégia global... (Representante dos trabalhadores do CEE do Grupo Santander, 25.01.2007)

A diferença é esta: a informação que eu tenho no CEE é relativa ao Grupo e cá é relativa a Portugal. (Representante dos trabalhadores do CEE do BBVA, 26.01.2007)

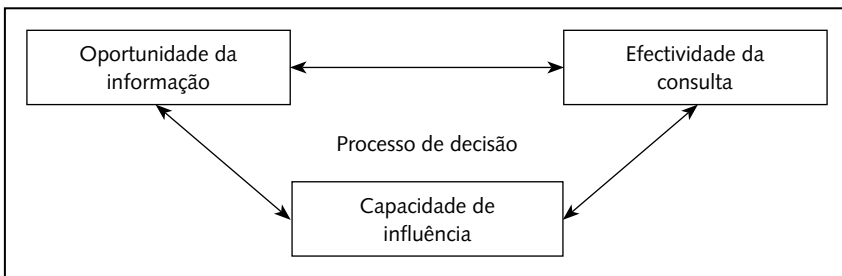
Resumindo, do ponto de vista dos representantes portugueses, os CEE são efectivamente portadores de mais-valias: o acesso à informação, uma melhor percepção das actividades da multinacional, um conhecimento mais aprofundado dos problemas que afectam as multinacionais, a possibilidade de prever problemas através do conhecimento e partilha de experiências de outras sucursais, etc. Estas mais-valias encontram-se, porém, fortemente limitadas pelo défice de informação de nível local, pela qualidade da informação e, mais importante, pela incapacidade para influenciar ou alterar decisões tomadas pelas multinacionais, o que esvazia de conteúdo prático o princípio da consulta. É deste aspecto, em particular, que trataremos de seguida.

4. As possibilidades práticas dos Conselhos de Empresa Europeus

A abordagem da questão da consulta não se faz sem ter em consideração, por um lado, a questão da oportunidade da informação (expressão, ainda, da dimensão funcional dos CEE abordada na secção anterior) e, por outro, a questão da capacidade dos CEE para influenciarem decisões das administrações (expressão, esta sim, das possibilidades práticas dos CEE). Isto significa que o processo de tomada de decisão estaria condicionado quer

pelo modo oportuno com as informações seriam prestadas aos trabalhadores, quer pela existência de uma consulta efectiva aos trabalhadores sobre os planos e actividades da empresa e, portanto, por uma capacidade para influenciar decisões empresarias em resultado de uma articulação entre informação, consulta e capacidade de influência. Ou seja, na sua “versão dourada”, o triângulo ditaria uma influência recíproca entre os seus vértices, significando isso que o processo de tomada de decisões colheiria contributos não só das administrações mas também dos representantes de trabalhadores (Fig. 1).

FIGURA 1 – Oportunidade da informação, efectividade da consulta e capacidade de influência



Todavia, a possibilidade de os representantes dos trabalhadores influenciarem de forma efectiva as decisões das administrações não se encontra vertida de forma explícita na Directiva, já que a definição da consulta é extremamente vaga: “a troca de opiniões e o estabelecimento de um diálogo entre os representantes dos trabalhadores e a direcção central ou qualquer outro nível de direcção mais apropriado” [art.º 2.º, al. f)]. Ainda assim, registre-se que desde há muito tempo a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) veio pressionando a Comissão Europeia para que fosse cumprida a revisão da Directiva, prevista no texto original para 22 de Setembro de 1999. A encabeçar os aspectos sobre os quais a revisão deveria incidir aparece a definição mais clara dos termos basilares da Directiva, informação e consulta, quer quanto ao seu conteúdo, quer quanto aos modos de exercício desses direitos (EIRR, 2004: 15-16).¹²

¹² Em boa verdade, a revisão da Directiva não aparece nos discursos dos representantes portugueses de forma sistemática. É por confronto entre aquilo que são os CEE e aquilo que poderiam ser que emergem alguns aspectos que fazem parte das reivindicações associadas à revisão da Directiva entre os quais destacamos: a redução do limiar de trabalhadores para a abrangência da Directiva de 1.000 para 500 no EEE e de 150 para 100 em pelo menos dois Estados-membros; a clarificação da noção de “confidencialidade”; a garantia de participação de um representante das federações sindicais sectoriais quer nos GEN, quer nos CEE para assegurar uma melhor coordenação e apoio à acção

Na sua formulação, a Directiva 94/45/CE não encerra, pois, como se viu, qualquer provisão explícita que garanta aos representantes dos trabalhadores o direito de negociar com a direcção central (Carley, 2001) ou de exercer qualquer influência nos processos de decisão (Knudsen, 2003). Em termos formais, a possibilidade de influenciar decisões depende exclusivamente da obrigação, essa sim constituída pela Directiva, para informar e consultar os representantes dos trabalhadores relativamente a um conjunto de questões, contidas no ponto 2 do Anexo à Directiva (como acima expusemos), e que, regra geral, irão constituir-se como as questões que, sendo objecto de informação e consulta em sede dos CEE, se encontram circunscritas pelos acordos.

A possibilidade de influenciar decisões depende, pois, do acesso à informação, da qualidade da informação, da oportunidade da informação, dos modos como é explorada a informação pelos representantes e da conciliação de interesses entre administrações e representantes dos trabalhadores em torno de determinadas questões. Para H. Knudsen (2003: 6) a capacidade de influenciar decisões pode ser definida como a obtenção de determinados resultados ou efeitos que não teriam sido possíveis sem que houvesse uma intervenção no processo de decisão. Para que tal se torne possível, os resultados devem ser favoráveis, simultaneamente, àqueles que influenciam e àqueles que são influenciados. Isto significa que a consulta se efectiva quando a direcção central tem em conta as propostas dos representantes e modifica as suas decisões incorporando essas propostas através da negociação e o estabelecimento de acordos formais ou informais sobre determinadas matérias.¹³

À imagem do que acontece na generalidade dos CEE¹⁴, também os CEE onde participam representantes portugueses continuam a pautar-se pelo

dos representantes dos trabalhadores; a garantia do acesso à formação tanto em línguas como em matérias mais técnicas, de modo a melhorar a participação dos representantes; a possibilidade de os representantes dos trabalhadores transitarem entre todas as sucursais da multinacional; o estabelecimento de sanções para os casos de desrespeito do estabelecido na Directiva e a possibilidade de os CEE levantarem processos judiciais no caso de incumprimento dos acordos ou dos estabelecido pela Directiva; a clarificação dos termos de renegociação dos acordos; a redução do tempo de negociação dos acordos, cujo limite está actualmente fixado nos três anos após o início do processo; a garantia do recurso a peritos; a possibilidade de os representantes dos trabalhadores acederem a todas as sucursais da multinacional; a garantia de reuniões preparatórias e posteriores às reuniões ordinárias (Costa, 2005: 619-620).

¹³ Para uma análise de acordos formais negociados por CEE, cf. Carley (2001); Da Costa e Rehfeldt (2006a, 2006b, 2007).

¹⁴ Num inquérito realizado em 2005 aos representantes em CEE de multinacionais de 196 países (com uma taxa de resposta de 19,8%), J. Waddington (2005, 2006a, 2006b, 2006c) verificou que apenas 2% afirmaram que os CEE detêm alguma possibilidade de influenciar decisões já tomadas pelas administrações das multinacionais.

monólogo e pela ineficácia da influência nas decisões. Aos CEE está associado um défice de poder que se traduz numa reduzida capacidade de decisão, acção e reivindicação. Défice que se vê agravado pelo facto de a Directiva não prever quaisquer sanções no caso de as administrações não cumprirem o estipulado nos acordos.¹⁵

Considerando os três vértices do triângulo, verifica-se, desde logo, que os representantes portugueses são categóricos na afirmação de que só excepcionalmente as informações são transmitidas e discutidas previamente à tomada de decisões, ou seja, atempadamente. O espaço para a consulta, por sua vez, que pressupõe mais do que o intercâmbio de opiniões ou pontos de vista e mais do que a difusão de informações sobre decisões já tomadas de “cima para baixo”, revela-se praticamente residual. Finalmente, regra geral, as decisões das administrações já estão tomadas quando são comunicadas aos representantes dos trabalhadores:

Portanto, ou não informa ou informa com prazos que não permitem qualquer acção ou o CEE dá uma parecer, mesmo que seja negativo, que nunca é vinculativo. (Representante dos trabalhadores do CEE da Renault, 18.12.2006)

Antes de mais vou-lhe dizer que a consulta não existe. O que é a consulta de que a Directiva fala? [...] Nós entendemos que é um pedido de opinião prévio à tomada de decisões. [...] Mas isso não acontece. [...] A administração não vai consultar os representantes dos trabalhadores antes de tomar ou adoptar qualquer tipo de estratégia. Eles comunicam-nos factos consumados, estratégias delineadas. [...] O exercício de uma consulta prévia à implementação de uma estratégia deveria ser o ponto fundamental da existência dos comités. (Representante dos trabalhadores do CEE do Grupo Santander, 25.01.2007)

A reduzida capacidade dos CEE para influenciarem decisões – expressão do défice de poder dos CEE – conduz a uma relativização da importância dos CEE e reforça o sentimento de que a luta deve ser acima de tudo conduzida “em casa”.

¹⁵ Daí a importância do caso da Renault (Vilvoorde, Bélgica, 1997) onde, por intermédio de uma acção judicial interposta pelo CEE, o processo de encerramento da empresa foi interrompido por incumprimento dos deveres de informação e consulta do CEE. O caso Renault revela bem as possibilidades abertas pelos CEE em termos de mobilização. Mobilização dos trabalhadores (euro-greves e euro-manifestações), mas igualmente mobilização jurídica dos CEE como factor impulsionador de um direito do trabalho comunitário (Didry, 2001). A discrepância entre os quadros jurídicos nacionais é, aliás, apontada pelos representantes portugueses como uma das limitações ao funcionamento dos CEE.

Se a administração tomar uma decisão é muito difícil alterá-la. É impossível. São multinacionais, não é?! [...] O CEE não tem qualquer hipótese. Faz pressão mas não passa disso. Quantas multinacionais fecharam em Portugal? Nós aqui tivemos de aceitar as 40 horas ou fechávamos. Houve uma empresa no Reino Unido que não aceitou e fechou. 3.000 pessoas para a rua! [...] A gente mostra o nosso desagrado mas não há força. Há empresas que fecham não por serem inviáveis, mas para enviar um sinal positivo aos accionistas. Fecham por uma questão de estratégia. No nosso caso, foram as 40 horas: ou fazíamos as 40 horas ou fechávamos. A política do Grupo é 40 horas e mais nada! (Representante dos trabalhadores do CEE da Continental Teves, 23.01.2007)

A incapacidade de influenciar decisões é a grande limitação dos CEE. Mas também temos que perceber que nós representamos as abelhas, mas eles é que são os donos da colmeia. Seja de forma mais pacífica ou mais conflituosa, se uma decisão está tomada dificilmente se altera! (Representante dos trabalhadores do CEE da Unisys, 25.01.2007)

O problema é que tínhamos coisas prioritárias, havia problemas mais urgentes dentro da empresa e demos prioridade a essas questões. Partir para um patamar acima sem arrumar a casa primeiro é como começar uma casa a partir do telhado. O que é fundamental é ter uma boa estrutura a nível nacional para poder ir para outro nível. Ir só por ir não interessa. Agora temos uma boa estrutura. Depois, os CEE não resolvem questões específicas de uma empresa, isso cabe às organizações dos trabalhadores locais. Se se tiver uma boa estrutura por detrás de si e se se conhecer muito bem a empresa onde se trabalha é mais fácil apresentar questões pertinentes no CEE. (Representante dos trabalhadores do CEE da Parmalat, 26.01.2007)

Do ponto de vista dos representantes portugueses, as possibilidades práticas dos CEE serão tanto mais perceptíveis quanto mais tornarem possível alcançar resultados palpáveis a nível local. Trata-se, pois, de uma visão pragmática relativamente aos CEE que se explica em virtude das desigualdades de condições socioeconómicas e laborais vividas entre trabalhadores de diferentes países, ainda que da mesma multinacional. Com efeito, na troca de experiências com representantes de diferentes países, é posta em evidência a heterogeneidade de condições de trabalho locais, facto que por si só leva os representantes dos trabalhadores portugueses a perceberem os CEE como um instrumento através do qual as condições de trabalho podem vir a ser niveladas em seu favor. Stirling e Tully (2004) constataram a tendência para os trabalhadores dos países do Sul da Europa considerarem os CEE como um espaço propício à comparação das diferentes condições de trabalho a nível internacional e, logo, como uma potencial alavanca para

a melhoria das suas condições a nível nacional.¹⁶ Os trabalhadores dos países do Norte, por sua vez, beneficiando já de melhores condições laborais, estariam mais bem preparados para aceitar o papel de informação e consulta dos CEE e para uma sua orientação para questões de carácter efectivamente transnacional. Ou seja, estamos diante de percepções distintas e potencialmente conflitantes sobre o papel e objectivos dos CEE e, portanto, mais aptas a provocarem cisões do que a fomentarem a unidade entre colectivos de trabalhadores de diferentes países ainda que da mesma multinacional.

Uma grande parte dos representantes portugueses entrevistados concebe, pois, os CEE como uma via potencial para a resolução de problemas locais, ainda que desconfie da real capacidade dos CEE para resolver tais problemas. Por outro, para os representantes portugueses em CEE a probabilidade de estas estruturas intervirem com sucesso depende fortemente do tipo de problema que está colocado em cima da mesa.

Assim, os CEE aparecem como particularmente eficazes para resolver questões ligadas às condições de trabalho, nomeadamente no tocante à saúde, higiene e segurança no trabalho, já que as questões salariais se encontram arredadas dos tópicos de questões objecto de informação e consulta. Muitas multinacionais arvoram, de facto, a *bandeira* da segurança, inclusive como componente de uma dimensão de responsabilidade social empresarial (Walters, 2000):¹⁷

Numa reunião eu levantei determinadas questões que tinham a ver com a segurança e, no intervalo, o vice-presidente da [multinacional] convocou as tradutoras para ter uma reunião comigo. O facto é que a responsável inglesa pela segurança a nível europeu, na última reunião já lá não estava. Com certeza que ele aproveitou os meus dados para contradizer os dados que ela apresentava com uma segurança que não correspondia à realidade! Eu contestei algumas afirmações dela e ele convocou-me logo. Resultou!

ENTREVISTADOR: E a nível local, provocou alterações?

ENTREVISTADO: Na fábrica teve.

¹⁶ Análises sobre os principais obstáculos à constituição de CEE em multinacionais com sede em Portugal mostram que as prioridades nacionais secundarizam a constituição de CEE. Confrontados com diversos problemas nacionais e locais, a constituição de CEE é relegada para segundo plano. A defesa dos trabalhadores a nível da empresa estabelece-se, de resto, como uma prioridade (Costa e Araújo, 2006, 2007a, 2008).

¹⁷ Em todo o caso, segundo Vogel (2005: 73), tais empresas consideram ser do seu interesse agir mais responsabilmente, não tanto para se distinguirem das suas concorrentes, mas, precisamente, para evitarem ser distinguidas. Pelo menos inicialmente, o seu objectivo principal não era utilizar a responsabilidade social empresarial como fonte de vantagem competitiva, mas antes evitar que essa se assumisse como uma fonte de desvantagem competitiva.

ENTREVISTADOR: De algum modo, os CEE permitem tocar num patamar de decisão ao qual não se chegaria?

ENTREVISTADO: A minha intenção é sempre melhorar as condições dos trabalhadores e, claro, eles só aproveitam aquilo que quiserem das minhas intervenções. Para eles, a higiene e segurança é fundamental. (Representantes dos trabalhadores do CEE da Tate & Lyle)

Porém, a capacidade de intervenção dos CEE decresce substancialmente quando estão em jogo cenários de reestruturações – o que de alguma forma vem contrariar as esperanças depositadas nos CEE e contidas no texto da Directiva¹⁸ –, assim como decresce quando se trata de enfrentar as *grandes* questões, que são sempre questões locais:

As pessoas estão conscientes que este organismo não está a discutir salários, não está a discutir nada que lhes traga dinheiro, que lhes traga um poder de compra maior. As pessoas estão elucidadas sobre isso mas a pergunta mantém-se: “o que é que isso vai trazer de bom para nós?”. (Representante dos trabalhadores do CEE da Transdev, 04.12.2006)

Quando o senhor me estava lá a mostrar os gráficos e aqueles números todos, aquilo não me interessava para nada. Eu queria era saber das condições de trabalho dos trabalhadores em Portugal. Salários, direitos, tudo isso! (Representante dos trabalhadores do CEE da Honeywell, 11.01.2007)

Em resumo, a importância dos CEE deriva grandemente, por um lado, do facto de permitirem aos representantes portugueses terem acesso a um patamar de decisão superior, constituindo os CEE espaços privilegiados de auxílio à resolução de problemas locais. Por outro lado, ainda na mesma linha, por permitirem aos trabalhadores portugueses terem conhecimento e, eventualmente, acesso a um conjunto de direitos e benefícios. Uma atitude instrumental e limitada que se encontra no cerne do debate que vem animando a literatura actual sobre CEE e que poderíamos resumir à seguinte constatação: a capacidade de acção dos CEE encontra-se fortemente ligada

¹⁸ De entre os vinte e quatro “considerandos” que dão corpo ao preâmbulo da Directiva 94/45/CE, será porventura o nono aquele que melhor sistematiza as razões de fundo desta lei comunitária: “Considerando que o funcionamento de mercado interno implica um processo de concentrações de empresas, fusões transfronteiriças, absorções e associações e, conseqüentemente, uma transnacionalização das empresas e dos grupos de empresas; que, para assegurar o desenvolvimento harmonioso das actividades económicas, é necessário que as empresas e os grupos de empresas que operam em diversos Estados-membros informem e consultem os representantes dos trabalhadores afectados pelas suas decisões”.

ao desenvolvimento de uma identidade colectiva. Perante esta constatação, a atenção tem-se centrado nos factores que limitam ou aumentam as possibilidades de os CEE forjarem essa identidade colectiva.

5. Os Conselhos de Empresa Europeus em busca de (outros) Conselhos de Empresa Europeus?

O cenário pouco optimista sugerido pela opinião dos representantes de trabalhadores portugueses relativamente às duas dimensões dos CEE anteriormente expostas – a da funcionalidade e a das possibilidades práticas (que faz com que, outrossim, soem respectivamente a *dis*funcionalidades e a *im*possibilidades) –, não impede, todavia, a identificação de “dinâmicas produtivas” propiciadas pelos CEE. A este respeito, damos conta do modo como, através dos CEE, é possível *praticar* um valor essencial para a edificação da uma identidade laboral além-fronteiras: a solidariedade transnacional. Adiante adoptaremos como referência o caso da Opel da Azambuja, onde cooperação e solidariedade se materializaram numa posição de força assumida por um *todo* – o CEE –, com o intuito de contrariar a estratégia de enfraquecimento das *partes* – as sucursais – empreendida pela administração da General Motors (GM-Europa).

Recorde-se, aliás, que uma das expectativas que animou a emergência da Directiva sobre os CEE residiu nas potencialidades que estas instituições poderiam vir a desempenhar enquanto indutoras de acções de cooperação e solidariedade transnacionais. Perspectivava-se a possibilidade de os CEE virem a agir como um actor colectivo, ao invés de agirem de forma individual e fragmentada. Ora, agindo como actor colectivo, os CEE mostrar-se-iam capazes de desenvolver uma identidade comum, agregando interesses transnacionais e orientado-se para resultados igualmente transnacionais. Tratar-se-ia, neste caso, de CEE de tipo participativo (Lecher *et al.*, 1999) ou eurocêntrico (Bicknell, 2007). Porém, agindo de forma individualizada/fragmentada e, portanto, tolerando a competitividade entre sucursais como nota dominante (Hancké, 2000; Knudsen, 2003; Bicknell, 2007), estaríamos diante de CEE de tipo prestador de serviços (*service providers*) ou orientados para projectos (*project-oriented*), na acepção de W. Lecher *et al.* (1999).

Nas entrevistas com os representantes dos trabalhadores portugueses, é notório que a conjuntura económica¹⁹ e a competitividade entre sucursais

¹⁹ Uma conjuntura económica favorável é, aliás, um dos factores considerados fundamentais pelos representantes portugueses para poder dar cumprimento aos objectivos estipulados pela Directiva e dinamizar o funcionamento dos CEE (*Vide* Quadro-síntese em anexo).

sais são elementos impeditivos do desenvolvimento da coesão e cooperação no seio dos CEE. Daí que a solidariedade, quando posta em prática, assuma por vezes os contornos de uma solidariedade *forçada* na medida em que quem a pratica está consciente de que o que acontece numa sucursal pode vir a repercutir-se negativamente nas restantes. É, pois, uma vez mais, a defesa de interesses locais que condiciona as possíveis acções solidárias transnacionais dos representantes. E, aliás, é a participação nos CEE que melhor permite compreender a extensão dos problemas com que se confrontam as multinacionais e antever possíveis embates no plano local:

Aquilo é um CEE mas cada um sabe de si, cada um trata de si! Se aparece um determinado problema mandam-nos resolvê-lo a nível local. [...] Hoje há muita concorrência e essa começa logo dentro do mesmo Grupo. [...] Há uma questão que é aqui fundamental: é a questão do emprego. E, para se preservar os empregos, não pode haver solidariedade. E eles sabem isso! (Representante dos trabalhadores do CEE da Honeywell, 11.01.2007)

Por que razão um país que não tem um dado problemas se vai solidarizar com outros que o têm? Só se for uma coisa que afecte grandemente toda a gente. Se for um problema que afecte um único país não há grande possibilidade de criar qualquer tipo de solidariedade. Se há um problema num único país é esse país que tem de o resolver. (Representante dos trabalhadores do CEE da Unisys, 25.01.2007)

A grande vantagem é permitir que eu tenha acesso a alguns problemas que ainda não nos afectam mas que podem vir a afectar. As experiências dos outros são importantes. O CEE serve para eu saber antecipadamente alguns dos problemas com os quais me poderei vir a confrontar e quais as formas de os resolver. (Representante dos trabalhadores do CEE da Continental, 23.01.2007)

A solidariedade transnacional aparece, assim, no discurso dos representantes simultaneamente como uma vantagem (porventura mais imaginada do que real) e como uma limitação (porventura mais real do que imaginada). A nosso ver, é nos momentos em que é “posto à prova” que um dado CEE terá oportunidade de medir a sua coesão e a sua capacidade de cooperação. E, no contexto das empresas multinacionais, ser posto à prova pode significar, para uns, reestruturações, perdas de produção, desinvestimentos, despedimentos colectivos, mas igualmente, para outros, ganhos de produção e de postos de trabalho, a garantia da permanência da empresa num local específico por um tempo indefinido. A incerteza passou a ser parte

integrante da forma como as sucursais das multinacionais olham para si mesmas. A desconfiança passou a ser parte integrante da forma como as sucursais das multinacionais se olham entre si.²⁰

O caso da Opel de Azambuja foi, por isso, revelador do modo como, ante uma “morte anunciada”, o CEE da GM-Europa (constituído em 1996 por iniciativa do sindicato metalúrgico alemão IG-Metall) tornou possível a coesão, cooperação e solidariedade entre os trabalhadores do Grupo GM-Europa, superando assim (mesmo que apenas momentaneamente, em Junho e Julho de 2006) as diferenças entre representantes dos trabalhadores e as clivagens entre representações nacionais.

Muito se disse sobre o encerramento da sucursal da GM na Azambuja, consumado em Dezembro de 2006. Já em Maio de 2006, um documento da GM divulgado na imprensa portuguesa colocava o futuro da fábrica portuguesa numa situação de grande incerteza, ao afirmar que a produção de cada Opel Combo produzido pela fábrica da Azambuja era cerca de 500 dólares (430 euros) mais cara do que em outras fábricas do grupo não especificadas. As estruturas representativas dos trabalhadores da GM Portugal e GM Europa classificaram o documento de “pouco sério” e “superficial”. Mas tratou-se de um documento que foi levado a sério pela administração e que, como oportunamente titulavam alguns jornais, colocava frente a frente David contra Golias. O nosso propósito aqui é tão-só o de recuperar a posição e a experiência do então representante dos trabalhadores no CEE da GM²¹, para, por um lado, realçar que os CEE não podem ser considerados como instituições naturalmente solidárias (Stirling e Tully, 2004: 86) e, por outro lado, tentar compreender quais as condições necessárias para que os CEE ultrapassem as suas fracturas internas e respondam aos desafios como um actor colectivo com voz própria.

Para o ex-representante dos trabalhadores, a unidade do CEE foi crescendo à medida que foi crescendo a instabilidade interna do Grupo GM e se foi tornando manifesta a vulnerabilidade das sucursais europeias. O que se tornou evidente aos olhos dos representantes dos trabalhadores foi que, para minimizar os efeitos dos desinvestimentos da GM na Europa, iria ser necessário desenvolver uma estratégia de reacção baseada na solidariedade e na cooperação como únicas formas de contrariar a abordagem pela com-

²⁰ As administrações das multinacionais foram, de resto, céleres a compreender as possibilidades de um fórum onde se podem tornar patentes as diferenças (de produtividade e de competitividade) como forma de incrementar a competição entre sucursais (Weston e Martinez Lucio, 1997).

²¹ À data em que foi entrevistado (Novembro de 2006), o representante português dos trabalhadores da GM contava oito anos de experiência na condição de membro efectivo do CEE. Foi indicado como representante pela comissão de trabalhadores, ao passo que o seu suplente (igualmente presente no momento da entrevista) havia sido indicado pelo sindicato dos metalúrgicos.

petição entre sucursais adoptada pela GM. Tarefa que se revelou titânica para este pequeno David, na medida em que é sempre difícil fazer com que “as pessoas se mobilizem para defender o posto de trabalho de outrem” (Representante dos trabalhadores do CEE da GM, 27.11.2006). Unificar interesses divergentes e potencialmente conflituantes com base na solidariedade representou, por isso, só por si, uma vitória significativa. Com efeito, a divulgação da situação de vulnerabilidade vivida na Azambuja ao conjunto das sucursais da multinacional e o conflito entre duas partes claramente identificáveis serviram, pois, de base para criar um *esprit de corps* sem precedentes no seio do CEE da GM.

A unidade só foi possível porque os representantes dos trabalhadores se mobilizaram e actuaram em diferentes escalas (europeia, nacional e local), com base num objectivo comum, numa relação de confiança (Bartmann e Blum-Geenen, 2006) e dispondo de um importante suporte sindical europeu.²² Na verdade, o CEE da GM-Europa constituiu um importante dinamizador da mobilização colectiva transnacional, pois várias fábricas pararam noutros países em Junho e Julho de 2006, realizando acções de solidariedade em favor dos trabalhadores da Azambuja. Com efeito, teve lugar uma grande campanha de informação que culminou em várias acções de solidariedade: na Suécia os trabalhadores pararam 2 horas por cada turno e na Alemanha foi accionado um fundo de greve em favor dos trabalhadores portugueses:

Tudo foi precedido de uma grande estratégia de informação, semanal [...] sobre o que é que o fórum [CEE, ou European Employee Forum, com é conhecido o CEE da GM-Europa] estava a fazer, sobre o que é que os sindicatos estavam a fazer... [...] O fórum reuniu-se com os representantes dos trabalhadores na Azambuja, foi lá ver e tal e não sei quê. [...] Inclusive num dos plenários houve um colega meu alemão que me pediu para eu enviar por e-mail uma fotografia minha que ele iria pôr lá, projectar, para dizer que este é o homem que está em Portugal a lutar pelo não encerramento da fábrica, para as pessoas sentirem maior proximidade. E deu resul-

²² Realce-se, com efeito, a importância da interface entre o CEE e o Grupo de Coordenação Sindical da GM-Europa (que contou com a participação da Federação Europeia dos Metalúrgicos). Foi no âmbito desse grupo de coordenação sindical (e mesmo antes do CEE) que o problema do encerramento da fábrica portuguesa primeiramente se discutiu. Pode mesmo dizer-se que o grupo de coordenação sindical liderou a revolta, tendo sido de imediato secundado pelo CEE nessa missão. Este ponto deve ser aqui enfatizado como um ponto decisivo para o funcionamento dos CEE, uma vez que a possibilidade de se dispor de um suporte sindical (ou mesmo de comissões de trabalhadores) na retaguarda da actuação dos representantes em CEE ajuda a transpor para o CEE, além de conhecimento da situação sócio-laboral de uma determinada empresa ou sector, “lições” de combatividade, negociação e organização que podem ser úteis na maximização de uma acção solidária transnacional (Costa e Araújo, 2007c: 208).

tado, deu resultado. [...] Como sabem, os alemães e belgas, creio, alguns sindicatos na Europa têm por cultura terem um fundo de luta, um fundo de greve. Nós não temos, mas eles têm. Fazem dois, três dias de greve e recebem, por exemplo, o equivalente a um dia. Não perdem tudo. [...] Deu resultado, eles mandaram dinheiro, juntaram trabalhadores de todas as fábricas, pediram aos sindicatos para explicarem às pessoas, recolheram e deu resultado. Mandaram, não foi muito, mas mandaram... Juntámos ainda uns milhares de euros que depois dissemos às pessoas para virem levantar, mediante a apresentação do recibo com as horas de greve perdidas. Portanto, isso deu resultado porque mobilizou as pessoas também, saberem que alguém que não as conhecia de lado nenhum estava a contribuir, nem que fosse com um euro. [...]. Portanto, isto tudo mobilizou. Quer dizer, agora, se a importância do CEE não pode ser reconhecida ou não deve ser reconhecida através dessas acções, então digam-me o que é que pode. Então digam-me o que é que pode? (Representante dos trabalhadores no CEE da GM-Europa, 27.11.2006)

No final, é certo que foi sem grandes surpresas que Golias (a GM) ganhou a batalha, se é que se pode falar em vencedores e vencidos quando existem vidas reais por detrás dos números. Na Azambuja, perderam-se mais de 1.000 postos de trabalho e a multinacional deslocalizou a sua produção para Saragoça. Talvez por isso, e tendo em conta este desfecho, grande parte dos representantes portugueses de outros CEE que entrevistámos tenda a ver no “caso Opel da Azambuja” um sinal claro de défice de poder e de ineficácia dos CEE. Mesmo não tendo grandes ilusões quando à resposta que a GM poderia ter dado às pretensões dos trabalhadores, o representante português do CEE da GM-Europa considera que os trabalhadores da fábrica portuguesa foram traídos pela empresa, mas sem nunca pôr em causa o CEE e a dinâmica de solidariedade que (como acima se mostrou) aquele ajudou a criar:

Não é a fábrica da Azambuja que tem 1.100 trabalhadores que vai contrariar uma decisão que já esteja tomada [...]. O que eles pagaram aqui pagam a 300 trabalhadores na Alemanha para se irem embora... a 300... a um terço... Eles ganham três vezes mais que nós. Então o que é que custa limpar uma fábrica destas? [...].

As pessoas ficaram defraudadas com a empresa, porque assinou um acordo social com os trabalhadores o ano passado [2005], por três anos, que garantia a continuidade [da fábrica] até 2009. Chega um ano depois e corta. [Os trabalhadores] ficaram defraudados com a GM, sentiram-se enganados, traídos pela GM. Pela GM! Nunca puseram em causa a seriedade nem o envolvimento correcto e honesto dos representantes dos trabalhadores. (Representante dos trabalhadores do CEE da GM-Europa, 27.11.2006)

A partir do caso da Opel da Azambuja, que ilações se podem retirar? Para além da óbvia lição de solidariedade transnacional, inclusive demonstrada pelos principais “beneficiários” da deslocalização – os trabalhadores espanhóis de Saragoça²³ –, o que se tornou claro é que a composição, o funcionamento e as práticas de um CEE não podem ser percebidos como estando definidos de uma vez por todas. Haverá, no decorrer da *vida* dos CEE, situações susceptíveis de conduzir a uma maior ou menor confluência no entendimento, entre os actores que participam directa ou indirectamente nos CEE, daquilo que são os seus princípios orientadores, os seus objectivos e as acções a desenvolver para lhes dar corpo. Só um contínuo acompanhamento do CEE da GM permitiria, porém, verificar se essa confluência de interesses despoletada por uma situação de crise se manteria em períodos de acalmia.

Significa isto que a vida dos CEE não é feita exclusivamente dessas “provas de fogo” decisivas. Aquilo que se designa por identidade colectiva dos CEE assentaria, afinal, na estabilidade dessa coesão interna e dessa perspectiva comum que deriva e se encontra comprometida com a defesa dos interesses da força de trabalho como um todo e não de interesses nacionais selectivos.

A análise empírica sobre a experiência dos representantes portugueses revelou, todavia, que estes transportam consigo inquietações e agendas que, porque de foro local, os distanciam do ideal transnacional e altruísta descrito acima. A possibilidade de os representantes portugueses se projectarem no plano transnacional encontra-se ainda fortemente condicionada pela necessidade que efectivamente demonstram de ver consolidada a sua posição no plano nacional/local.

Na generalidade dos casos, o envolvimento e investimento dos representantes portugueses nos CEE é ainda superficial e causa pouco impacto junto das administrações locais das multinacionais.²⁴ Os próprios representantes

²³ “A seguir à paragem deles, senti o orgulho que eles sentiam de terem conseguido parar a produção cerca de noventa por cento. [...] Viu-se que não era fingido, que era um orgulho puro, de terem participado e de terem obtido aquele resultado.” (Representante dos trabalhadores no CEE da GM-Europa, 27.11.2006).

²⁴ No âmbito da investigação que serviu de suporte a este artigo foi ainda aplicado um inquérito com o objectivo de apurar as perspectivas e atitudes dos representantes das administrações locais relativamente aos CEE. O inquérito foi realizado por via postal, tendo sido efectuados três envios (Março, Abril e Maio de 2007), e incidiu nas multinacionais nas quais foram identificados representantes dos trabalhadores portugueses. O inquérito foi aplicado em 139 multinacionais, das quais 30 responderam (21,6%). Em termos globais, os representantes das administrações locais olham para os CEE de forma relativamente neutra, ou seja, embora reconheçam a sua importância, são unânimes em considerar que estes não têm impactos, positivos ou negativos, significativos na vida das empresas. O efeito positivo mais saliente prende-se com uma maior visibilidade dos problemas locais que, apesar disso, não se traduz, nem na sua resolução, nem na aquisição de quaisquer benefícios pelas empresas locais.

são os primeiros a reconhecer que as suas sucursais não se confrontaram ainda com situações que permitissem avaliar cabalmente as potencialidades e o poder efectivo dos respectivos CEE para agirem com um todo. A sua participação nos CEE é, pois, mais orientada por objectivos de tipo circunscrito do que transnacionais. O que se justifica, de resto, pelas desigualdades entre sucursais (essencialmente no relativo às condições de trabalho) que os CEE acabam por tornar mais visíveis.

Os representantes portugueses estão ainda a aprender a agir de forma transnacional (Costa, 2004, 2006; Costa e Araújo, 2006).²⁵ A consolidação das condições subjacentes à sua participação – que vão desde a formação dos representantes até aos apoios das estruturas de representação dos trabalhadores locais e nacionais – representa um passo importante na consolidação da sua participação nos CEE. A percepção dos CEE como um *todo* implica, pois, que se atenda às condições de participação das *partes*. Afinal, as expectativas depositadas nos CEE só se poderão cumprir-se se, também nesse aspecto, houver uma confluência entre os actores.

6. Conclusão

Os CEE enfrentam, para além das suas próprias tensões internas, desafios consideráveis à sua intervenção como actor colectivo em busca de identidade e de legitimidade (Béthoux, 2004). Os défices, ainda vincados, na concretização da dimensão funcional dos CEE e os avanços, ainda frágeis, na concretização das suas possibilidades práticas recomendam, pois, alguma prudência nas expectativas que se depositam nos CEE. Por idênticas razões, tratando-se de instituições ainda relativamente jovens e em expansão – tanto em número quanto em experiência –, seria apressado pressagiar para os CEE um destino triunfante ou um fracasso retumbante. Parafraseando H. Kotthoff (2007: 178), os pioneiros são viandantes em transição. O que faz do futuro dos CEE algo de relativamente incerto e, portanto, em aberto.

Em termos globais, três linhas de força parecem emergir da avaliação que os representantes portugueses em CEE fazem da eficiência e da eficácia destas instâncias transnacionais. Em primeiro lugar, ainda que sejam organismos orientados pela valorização e para o incremento da participação laboral, na óptica dos representantes portugueses os CEE não detêm poder

²⁵ Holm-Detlev Köhler e Sérgio González Begega (2007) descrevem um tipo de participação dos representantes espanhóis muito semelhante à participação portuguesa. Facto que não deixa de ser surpreendente, já que os representantes portugueses recorrem frequentemente à participação espanhola para destacar o seu *profissionalismo* em relação ao *amadorismo* da participação portuguesa.

suficiente para equilibrar as relações de força no seio das multinacionais. Não surpreende, pois, que a aquisição de um maior poder de decisão e de intervenção por parte dos CEE apareça como uma das dimensões reivindicadas pelos representantes portugueses para melhorar o desempenho dos CEE (Costa e Araújo, 2007c: 199). Em segundo lugar, e em decorrência do ponto anterior, é reconhecido um défice de resultados práticos aos CEE. Por exemplo, sempre que uma filial de uma multinacional enfrenta problemas graves (reestruturações, deslocalizações, encerramentos, etc.) sem que os colectivos de trabalhadores consigam inverter o sentido das decisões tomadas pelas administrações reforça-se o sentimento de ineficácia dos CEE. Em terceiro lugar, porém, a relativa desvalorização dos efeitos práticos do CEE não impede a identificação de aspectos positivos (ou de dinâmicas produtivas). Mencionámos aqui a questão da solidariedade transnacional, ainda que os representantes portugueses reconheçam nos CEE outras potencialidades: conferir aos representantes de trabalhadores maiores possibilidades de interlocução e poder frente às administrações locais; permitir às administrações centrais a aquisição de um maior conhecimento da amplitude dos problemas dos trabalhadores das diferentes filiais; uniformizar os sistemas de comparação entre filiais – pois “só havendo valores reais sobre as coisas é que podemos saber se somos mais ou menos produtivos do que os outros” (Representante dos trabalhadores no CEE da Solvay, 22.01.2007) –, tornando assim mais realistas as distinções e mais sustentadas as reivindicações; aceder a um patamar de decisão superior, exercendo assim *formas de pressão secundárias*, isto é, complementares aos mecanismos nacionais. Assim sendo, é nestas dinâmicas produtivas que, a nosso ver, os trabalhadores devem apoiar-se no futuro pois é dessas possibilidades que dependerá a eficácia futura dos CEE.

Fundamental que foi para impulsionar a informação e consulta dos trabalhadores nas empresas de dimensão comunitária, a Directiva 94/45/CE não pode ser considerada como um produto acabado. Quase uma década passada sobre o *timing* oportuno para a sua reformulação (1999), só agora se vislumbram sinais que apontam para a sua efectiva revisão. Com efeito, foi com entusiasmo que em Novembro de 2007 o Comité de Direcção da maior estrutura sindical europeia – a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) – saudou o facto de a Comissão Europeia, na sequência do debate no Parlamento Europeu sobre programa de trabalho legislativo para 2008, ter confirmado publicamente (na pessoa do seu presidente) a intenção de apresentar propostas de emendas à Directiva de modo a permitir que os CEE possam conhecer antecipadamente e acompanhar os processos de reestruturação empresarial (<http://www.etuc.org/a/4305>).

Quadro-síntese da avaliação dos representantes portugueses

	Relacionadas com os objectivos da Directiva	Relacionadas com a prática dos CEE	
Principais vantagens dos CEE	Acesso a informação	Interconhecimento e contactos à margem das reuniões formais	
	Melhor percepção das actividades das multinacionais (perspectiva macro)	Intercâmbio de informação e experiências entre representantes (direitos, regalias, métodos de trabalho, organização laboral, etc.) e difusão de boas práticas e do acesso a direitos e regalias	
	Conhecimento mais profundo dos problemas das multinacionais	Acesso a um patamar superior de decisão	
	Antevisão de problemas que afectam outras sucursais	Mecanismo de pressão para resolução de problemas locais	
	Participação numa estrutura de escala adequada à escala das multinacionais	Mitigação da competitividade inter-sucursais e dinamização de acções de solidariedade transnacional	
		Relacionadas com o incumprimento dos objectivos da Directiva	Relacionadas com défices na prática dos CEE
Principais limitações dos CEE	Oportunidade e qualidade da informação	Reduzida capacidade de decisão, acção e reivindicação/défice de poder	
	Princípio da confidencialidade	Acesso desigual à informação por via da participação no conselho restrito ou da proximidade à sede	
	Défice de informação de nível nacional e local	Competitividade inter-sucursais e dificuldades na dinamização de acções de solidariedade transnacional	
	Questões objecto de informação e consulta	Fracturas internas (culturais, ideológicas e linguísticas)	
	Incapacidade de influenciar/alterar decisões (consulta)	Discrepâncias entre os quadros jurídicos nacionais	
	Inexistência de penalizações em caso de incumprimento do estabelecido nos acordos	Nomeação de representantes pelas administrações	
	Limitada capacidade de negociação	Controlo excessivo por parte da administração	
		Relacionados com os objectivos da Directiva	Relacionados com a prática dos CEE
	Aumentar o número de dias das reuniões	Maior envolvimento dos sindicatos	
	Revisão dos acordos originais	Maturidade/experiência dos CEE e respeitabilidade/credibilidade	
Revisão da Directiva	Desenvolvimento de uma rede de comunicação entre os representantes e possibilidade de deslocações às sucursais		
	Conjuntura económica favorável		

Entretanto, em Portugal, e enquanto o anunciado novo enquadramento jurídico europeu não vê a luz do dia, é fundamental que as principais estruturas sindicais e de representação dos trabalhadores assumam mais convicentemente o “projecto CEE”, em nome de um reforço do processo de aprendizagem que uma grande parte dos representantes portugueses em CEE ainda atravessa. Valorizar estas instituições de representação transnacional de trabalhadores é, pois, contribuir para valorizar uma identidade laboral no reino das multinacionais.

Referências bibliográficas

- Bartmann, Martin; Blum-Geenen, Sabine (2006), “The Challenge of the ‘Solidarity Pledge’”, *Mitbestimmung. International Edition*. Disponível em: http://www.boeckler.de/cps/rde/xchg/SID-3D0AB75D-E8D32B96/hbs/hs.xsl/164_83396.html. Acedido em 22.09.2007.
- Béthoux, Élodie (2004), “Les Comités d’Entreprises Européens en quête de légitimité”, *Travail et Emploi*, 98, 21-35.
- Bicknell, Helen (2007), “Ethno-, Poly- and Eurocentric European Works Councils”, in Michael Whittall et al. (orgs.), *Towards a European Labour Identity. The Case of the European Works Councils*. London: Routledge, 111-131.
- Buschak, Willy (1995), “European Works Councils Open New Horizons”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 1(1), 133-135.
- Carley, Mark (2001), *Bargaining at European Level? Joint Texts Negotiated by European Works Councils*. Luxembourg: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- Carley, Mark; Marginson, Paul (2000), *Comités d’Entreprises Européens. Une étude comparative entre les accords visés à l’article 6 et à l’article 13*. Rapport pour la Fondation Européenne pour l’Amélioration des Conditions de Vie et de Travail et la Commission Européenne. Luxembourg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes.
- Costa, Hermes Augusto (2004), “O sindicalismo português face aos Conselhos de Empresa Europeus”, in B. S. Santos (org.), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento, 173-206.
- Costa, Hermes Augusto (2005), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Coimbra: Faculdade de Economia (diss. de doutoramento).
- Costa, Hermes Augusto (2006), “Portuguese Trade Unionism vis-à-vis the European Works Councils”, in B. S. Santos; J. A. Nunes (orgs.), *Reinventing Democracy: Grassroots Movements in Portugal*. London: Routledge, 218-252.

- Costa, Hermes Augusto; Araújo, Pedro (2006), “European Works Councils in Portugal”, *European Works Councils Bulletin*, 66, 15-18.
- Costa, Hermes Augusto; Araújo, Pedro (2007a), “Diálogo social transnacional em multinacionais com sede em Portugal: Conselhos de Empresa Europeus, obstáculos e realizações”, *Sociedade e Trabalho*, 31, 17-32.
- Costa, Hermes Augusto; Araújo, Pedro (2007b), “Os acordos de Conselhos de Empresa Europeus envolvendo representantes de trabalhadores portugueses”, *Oficina do CES*, 267. Disponível em <http://www.ces.uc.pt>.
- Costa, Hermes Augusto; Araújo, Pedro (2007c), *Os Conselhos de Empresa Europeus: Entre a responsabilidade social da empresa e a participação laboral*. Relatório Final de Projecto de Investigação Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCI/SOC/59689/2004). Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Costa, Hermes Augusto; Araújo, Pedro (2008), “Why European Works Councils Fail to Be Established – the Case of Portugal”, *European Journal of Industrial Relations*, 14(4) (no prelo).
- Da Costa, Isabel; Rehfeldt, Udo (2006a), “European Unions and American Automobile Firms; From European Works Councils to World Councils?”, Labor and Employment Relations Association, Proceedings of the 58th Annual Meeting, January, 5-8, 2006, Boston.
- Da Costa, Isabel; Rehfeldt, Udo (2006b), “La négociation collective transnationale européenne chez Ford et General Motors”, *Connaissance de L’emploi*, 35, 1-4.
- Da Costa, Isabel; Rehfeldt, Udo (2007), “European Works Councils and Transnational Bargaining about Restructuring in the Auto Industry”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 13(2), 313-316.
- Didry, Claude (2001), “Le comité d’entreprise européen devant la justice: mobilisation du droit et travail juridique communautaire”, *Droit et Société*, 49, 911-934.
- Didry, Claude; Béthoux, Élodie; Mias, Arnaud (2005), “La construction et les enjeux d’un système de relations professionnelles européen”, in Groupe de Projet Thomas (orgs.), *L’Europe et le dialogue social. Recueil de notes*, 12, 29-44.
- EIRR (2004), “Commission Issues Consultation on EWCs Directive”, *European Industrial Relations Review*, 365, June, 13-16.
- Gilman, Mark; Marginson (2004), “Negotiating European Works Councils. Contours of Constrained Choice”, in Ian Fitzgerald; John Stirling (orgs.), *European Works Councils. Pessimism of the Intellect, Optimism of the Will?*. London: Routledge, 93-112.
- Hancké, Bob (2000), “European Works Councils and Industrial Restructuring in the European Motor Industry”, *European Journal of Industrial Relations*, 6(1), 35-59.
- Hyman, Richard (2000), “Editorial”, *European Journal of Industrial Relations*, 6(1), 5-7.
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias (1994), Directiva 94/45/CE do Conselho de 22.09.1994. JOC n.º L 254/64, de 30 de Setembro de 1994.

- Kerckhofs, Peter (2003), “Enlargement and European Works Councils”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 9(1), 162-169.
- Kerckhofs, Peter (2006), *European Works Councils – Facts and Figures*. Brussels: European Trade Union Institute for Research, Education and Health and Safety.
- Kerckhofs, Peter; Pas, Irmgard (2004), *European Works Councils Database – 2004*. Brussels: European Trade Union Institute.
- Kerckhofs, Peter; Pas, Irmgard (2006), *European Works Councils Database – 2006*. Brussels: European Trade Union Institute for Research, Education, Health and Safety
- Knudsen, Herman (2003), “European Works Councils – A Way to Employee Influence in Multinational Companies?”, Paper to the 6th. ESA Conference, Murcia, 23-25 September 2003.
- Köhler, Holm-Detlev; González Begega, Sérgio (2007), “Still Learning from Europe. Spanish Participation in European Works Councils”, in Michael Whittall *et al.* (orgs.), *Towards a European Labour Identity. The Case of European Works Councils*. London: Routledge, 132-149.
- Kotthof, Hermann (2007), “The European Works Councils and the Feeling of Interdependence”, in Michael Whittall *et al.* (orgs.), *Towards a European Labour Identity. The Case of the European Works Councils*. London: Routledge, 169-181.
- Lecher, Wolfgang *et al.* (1999), *The Establishment of European Works Councils. From Information Committee to Social Actor*. Aldershot: Ashgate.
- Leite, Jorge *et al.* (1996), *Conselhos de Empresa Europeus: Comentários à Directiva 94/45/CE*. Lisboa: Cosmos.
- Marginson, Paul *et al.* (1998), *Negotiating European Works Councils: An Analysis of Agreements under Article 13*. Report for the European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions and the European Commission. Luxemburg: Office for Official Publications of the European Communities.
- Marx, Karl; Engels, Friedrich (1982), “Manifesto do Partido Comunista”, in J. Barata-Moura *et al.* (orgs.), *Marx e Engels: Obras escolhidas em três tomos* (tomo I). Lisboa: Edições “Avante”, 106-136.
- Paternotte, Michel (1998), “La Directive ‘Comité d’Entreprise Européen’. État des lieux avant révision”, *Observatoire Social Européen, Working Paper*, 21. Disponível em: <http://www.ose.be/old/fr/publications/detail.htm>. Acedido em 7.10.2005.
- Stirling, John; Tully, Barbara (2004), “Power, Process, and Practice: Communications in European Works Councils”, *European Journal of Industrial Relations*, 10(1), 73-89.
- Telljohann, Volker (2005), “The European Works Councils — A Role beyond the EC Directive?”, *Transfer – European Review of Labour and Research*, 1(5), 81-96.
- Vogel, David (2005), *The Market for Virtue. The Potential and Limits of Corporate Social Responsibility*. Washington: Brookings Institutional Press.

- Waddington, Jeremy (2003), "What Do Representatives Think of the Practices of European Works Councils? Views from Six Countries", *European Journal of Industrial Relations*, 9(3), 303-325.
- Waddington, Jeremy (2005), "The Views of European Works Councils Representatives", Meeting of the *What's the Problem* Project, Brussels, November 4, 2005.
- Waddington, Jeremy (2006a), "How EWC Members See it", *Mitbestimmung. International Edition*, 8, 41-44.
- Waddington, Jeremy (2006b), "The Views of European Works Councils Representatives", *Co-determination in a Modern Europe: Democratic Workers' Participation or Convergence at Minimal Standards*, conferência organizada pela Otto Brenner Stiftung, Bratislava, 30 de Maio-1 de Junho.
- Waddington, Jeremy (2006c), "The Performance of EWCs 12 Years after the Directive", *European Works Councils Bulletin*, 65, 7-11.
- Walters, D. (2000), "Employee Representation on Health and Safety and European Works Councils", *Industrial Relations Journal*, 31(5), 416-436.
- Weston, Syd; Martinez Lucio, Miguel (1997), "Trade Unions, Management and European Works Councils: Opening Pandora's Box?", *The International Journal of Human Resource Management*, 8(6), 764-779.
- Whittall, Michael; Knudsen, Herman; Huijgen, Fred (orgs.) (2007), *Towards a European Labour Identity. The Case of the European Works Councils*. London: Routledge.
- Wills, Jane (2000), "Great Expectations: Three Years in the Life of a European Works Council", *European Journal of Industrial Relations*, 6(1), 83-105.
- Wills, Jane (2004), "Re-scaling Trade Unions Organizations: Lessons from the European Front Line", in Ronaldo Munck (org.), *Labour and Globalisation*. Liverpool: Liverpool University Press, 85-104.

SÍLVIA PORTUGAL

O que faz mover as redes sociais? Uma análise das normas e dos laços*

Neste artigo pretende-se discutir as normas que regulam a acção dos laços informais na produção de bem-estar. Mostra-se que a acção das redes sociais obedece aos princípios gerais do sistema de dádiva, revelando-se como a tríplice obrigação “dar, receber, retribuir” estrutura as práticas e representações dos actores. No entanto, expõem-se, igualmente, os problemas decorrentes desses princípios orientadores. Reciprocidade, obrigação, igualdade, autonomia – as normas surgem claras, mas a sua análise detalhada desvenda princípios contraditórios, resistências, tensões e conflitos.

1. Introdução

Este artigo parte de uma pesquisa empírica que analisou o papel das redes sociais na provisão de recursos (Portugal, 2006) para discutir as normas que regulam a acção dos laços informais na produção de bem-estar. A pesquisa, de carácter qualitativo, teve como base 60 entrevistas em profundidade realizadas a homens e mulheres, integrados/as no mercado formal de trabalho, a viver em situação de conjugalidade, com ou sem filhos, com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos. Optei, assim, por centrar a análise na fase inicial do ciclo de vida familiar, procurando um tempo de (re)organização de recursos materiais e afectivos, para testar o papel das redes sociais.

A pesquisa desenhou a morfologia das redes das famílias, identificando redes de interacção, redes de troca e redes de íntimos, e analisou os fluxos no interior das redes, identificando para recursos diversos (emprego, habitação, saúde, bens materiais) qual o papel dos diferentes tipos de laços. Este trabalho mostrou claramente a permanência e vitalidade do sistema de dádiva na circulação de bens e serviços. Os dados empíricos evidenciam, por um lado, a centralidade das redes sociais na satisfação das necessidades

* Agradeço aos colegas do Conselho de Redacção da *Revista Crítica de Ciências Sociais* e, em especial, ao Claudino Ferreira, os seus comentários a este texto.

das famílias, mostrando como os laços informais são essenciais no suporte quotidiano da vida familiar. As entrevistas realizadas revelam como no interior das redes circulam inúmeros recursos, apoios, afectos, bens e serviços. Por outro lado, a análise da morfologia das redes accionadas para cada um dos recursos permite verificar como para cada domínio é accionada uma *rede parcial* (Boissevain, 1974) em que são activados os laços que melhor podem responder às necessidades dos indivíduos e das suas famílias. Deste modo, se, para certos recursos, a rede se centra nos laços fortes¹ e de parentesco, para outros, os laços fracos são essenciais para garantir a provisão das necessidades.

Neste artigo pretende-se avaliar as normas que regulam estes fluxos intensos. Se a pesquisa mostra que a circulação das trocas no interior das redes obedece aos princípios gerais do dom, tal como foram enunciados por Marcel Mauss em *Ensaio sobre a dádiva*, originalmente publicado em 1924,² os discursos das pessoas entrevistadas revelam, também, o carácter ambíguo e contraditório destes princípios, permitindo trazer à luz a sua complexidade.

2. Normas e laços

Por definição, as normas dizem aos indivíduos como eles devem comportar-se e o que devem esperar dos outros. As normas reduzem a incerteza e contribuem para definir “como devem ser as coisas” num determinado grupo. Os problemas surgem quando o comportamento dos actores foge às normas estabelecidas ou as suas expectativas são goradas. As normas podem dividir-se em três tipos principais (Therborn, 2002): as *normas constitutivas*, que definem o sistema de acção e a pertença do actor a esse sistema; as *normas reguladoras*, que regem as contribuições esperadas do actor para o sistema; as *normas distributivas*, que definem como devem ser distribuídas as recompensas, custos e riscos. Noutras palavras, as normas definem a pertença ao grupo, a contribuição esperada e a recompensa adequada para essa contribuição. Para Therborn, estes três tipos de normas têm uma importância diferenciada e diferentes dinâmicas: as normas constitutivas, ou de conduta, têm um significado primordial, dado que são as que estão mais interiorizadas, definindo o que

¹ Para a distinção entre laços fortes e laços fracos utilizaram-se os critérios dos trabalhos de Granovetter (1973, 1982): duração da relação (antiguidade da relação e tempo dispendido conjuntamente), intensidade emocional, intimidade, serviços recíprocos. A estes adicionou-se um quinto critério, sugerido por Degenne e Forsé (1994): a “multiplexidade”, ou seja, a pluralidade de conteúdos de troca existente num laço.

² Para uma interessante análise da obra de Mauss e da sua actualidade, cf. Martins (2005).

constitui uma pertença total, adequada a determinado sistema social. São elas que permitem ao indivíduo “comportar-se”. No entanto, as normas distributivas tendem a obter as reacções mais violentas pela sua violação. O sentimento de injustiça tende a ser um motor fundamental para a acção. Quanto às normas reguladoras, elas são um critério importante para a atribuição do estatuto no interior do sistema social (Therborn, 2002: 870).

O que se pretende neste artigo é avaliar o papel destas normas, e os problemas levantados pela sua aplicação, no interior das redes sociais. Por que é que uma pessoa ajuda a outra? Por que é que uma pessoa recebe ajudas de outra? Que expectativas têm dadores e receptores? Que normas regulam as trocas no interior das redes? O que é considerado certo e errado, justo e injusto? Como se definem as obrigações? Laços diferentes obedecem a princípios diferentes?

A pesquisa aponta para uma resposta afirmativa a esta última questão, condicionando, assim, em grande parte, as respostas às restantes questões. As normas que regulam a interacção no interior das redes dependem do tipo de laço que está em jogo. O que está certo ou errado, o que é devido ou não, o que é justo ou injusto depende da natureza da relação em causa. As normas reflectem uma relação entre as pessoas, mais do que um equilíbrio entre coisas trocadas. Como concluem Kellerhals *et al.* (1995), o sentimento de justiça traduz, em primeiro lugar um projecto relacional, um “reconhecimento das pessoas”.

Os trabalhos de Jean Kellerhals e dos seus colaboradores sobre os critérios que regulam a justiça distributiva (quem tem direito a quê?) e processual (como chegar a decisões justas?) têm feito escola (Kellerhals *et al.*, 1995; 1987 e 1988). No seu livro *Figures de l'équité. La construction des normes de justice dans les groupes* (Kellerhals *et al.*, 1988), os autores identificam cinco questões genéricas que estruturam a definição de justiça nos grupos. Uma primeira decisão diz respeito à *norma de repartição*: que regra utilizar para distribuir os bens raros? A necessidade, o mérito, a igualdade ou ainda outro critério? Mas colocar este princípio em acção implica, em segundo lugar, a intervenção de *normas de avaliação*, ou seja, de critérios que permitam definir o valor das contribuições e a situação dos membros do grupo que participam na troca. Em terceiro lugar, a *norma de comparação* define a forma como o estatuto e a identidade social são importantes para a decisão interna de justiça: estas categorias são ignoradas ou, pelo contrário, são tão importantes que as normas de repartição e avaliação funcionam em função delas? Qualquer destas opções pode ser afectada pela natureza do bem em jogo, pelo que, em quarto lugar, aplica-se uma *regra de transformação*:

pode ou não utilizar-se as mesmas regras e os mesmos critérios para distribuir bens de natureza diferente?

Finalmente, os autores sublinham que estes quatro aspectos da decisão de justiça estão condicionados pelo problema da *norma de apropriação*. Trata-se de saber como o grupo constitui a massa de bens sobre os quais posteriormente procede a uma repartição. A norma de apropriação define se os títulos de propriedade individual que prevalecem fora do grupo são conservados no seu interior ou se, pelo contrário, o grupo define a todo o momento os direitos de propriedade dos seus membros. No primeiro caso, o indivíduo define as fronteiras do grupo, no segundo caso, é o inverso que acontece.

A pesquisa permite concluir que a aplicação destes critérios ao conjunto da rede depende da natureza e da força dos laços e também do recurso em jogo. Ou seja, as normas de comparação (qual é o laço da rede) e de transformação (qual é o bem em causa) prevalecem sobre a norma de repartição. Por um lado, os critérios que definem a justiça entre contribuições e retribuições aplicam-se de forma diferente, dentro e fora da rede de parentesco. Como afirma Alexis Ferrand, “a grandeza, por vezes, o horror, dos laços familiares está na capacidade de decretar a equivalência de valor entre ajudas totalmente heterógeneas” (Ferrand, 1992: 89).

Por outro lado, o tipo de bem em jogo obriga a rever a aplicação das normas. Bens de natureza diferente obrigam a critérios diferentes, dentro e fora da família. Se os pais têm mais do que um filho e fazem uma doação de dinheiro a um deles, a norma que prevalece é a da igualdade – todos devem receber o mesmo. No entanto, se os avós tiverem mais do que um neto e tomarem conta apenas do que vive mais próximo, o critério aceite é o da conjugação da necessidade com a proximidade.

Estas conclusões são semelhantes às de Jacques Godbout na sua reflexão sobre a aplicação das normas de justiça às relações de parentesco (Godbout, 1995). O autor analisa três circuitos de troca distintos – a ajuda em serviços, os presentes e a hospitalidade – e conclui que os critérios que regulam cada um deles são distintos. Godbout chega a uma conclusão final, para a qual também aponta: a norma da justiça é de difícil aplicação no interior da rede de parentesco. Como se verá de seguida, ela apenas constitui um princípio dominante quando aplicada à comparação entre diferentes retribuições para uma mesma contribuição. Ou seja, o princípio não se aplica entre um dador e um receptor, mas entre dadores ou entre receptores. Como afirma Godbout, nas redes de parentesco a ideia de justiça não diz directamente respeito à relação contribuição-retribuição, mas à comparação entre “pares” (dadores ou receptores) na sua relação com um terceiro (1995: 361).

3. Reciprocidade, mas...

A primeira questão que se coloca ao olhar para os princípios que regulam as redes de trocas materiais ou afectivas é: existe uma troca restrita ou uma troca generalizada? A questão evoca as distinções fundamentais dos etnólogos e antropólogos. Contudo, não se trata aqui de aplicar a teoria completa, enunciada por Lévi-Strauss, mas de reter “a intuição da questão” (Degenne e Lebeaux, 1997: 124). Se a troca existe com base em dons e contra-dons, espera-se que se atinja uma certa forma de equilíbrio. Na troca restrita, uma dádiva apela a outra dádiva feita a quem deu primeiro, mesmo que esta não tenha as mesmas características. Um amigo arranjou-me um emprego, eu pago-lhe um jantar para comemorar; uma vizinha conseguiu abreviar o tempo de espera numa consulta no hospital, eu ofereço-lhe uma prenda no Natal. Existe uma reciprocidade directa, uma troca simétrica e restrita à díade. Na troca generalizada, o equilíbrio é estabelecido à escala do grupo. A reciprocidade é difusa e diferida no tempo. Eu ajudo o meu irmão a construir a casa dele, a minha mãe um dia vai doar-me um terreno para eu construir a minha.

Lemieux, a partir de Ekeh, defende que os dois tipos de troca têm consequências diferentes sobre a solidariedade dos grupos em que são praticados. Contrariamente ao que outros especialistas da troca têm defendido, afirma que a troca restrita é fonte de tensão e instabilidade, dado que repousa num fraco grau de confiança mútua, enquanto a troca generalizada se alicerça num forte grau de confiança no conjunto de actores envolvidos. Aquele que recebe não retribui àquele que dá, mas o dador confia que alguém no interior da rede retribuirá um dia (Lemieux, 1999: 61-62). A partir da análise dos dados de um inquérito realizado em França nos finais dos anos 80, Degenne e Lebeaux concluem que a troca generalizada caracteriza a troca no seio da família em linha directa e que a troca restrita define os fluxos horizontais, entre colaterais, amigos e vizinhos (Degenne e Lebeaux, 1997: 124-125).

Este artigo corrobora as perspectivas destes autores. A pesquisa que realizei mostra que a laços diferentes se aplicam princípios diferentes. As redes sociais definem-se com base no critério fundamental “a família/os outros” (Portugal, 2006) e as normas que se aplicam aos fluxos entre os laços obedecem ao mesmo princípio. A circulação da dádiva possui especificidades quando olhamos para dentro ou para fora da família.

Como os autores do M.A.U.S.S.³ têm vindo a sublinhar, “dar, receber, retribuir” não é sinónimo de reciprocidade (Mermet, 1991; Caillé, 2000;

³ O movimento M.A.U.S.S. – *Moviment Anti-Utilitariste en Sciences Sociales* – fundado em 1981, tem, como explica Alain Caillé, na sua apresentação ao público brasileiro, “um sentido negativo e outro positivo”. O sentido negativo prende-se com a recusa do utilitarismo, a ideologia hegemónica da modernidade. O sentido positivo procura a reflexão, a partir das ideias de Marcel Mauss sobre

Godbout, 2000). Dar para que o outro dê não é o mesmo que dar para receber. A troca sob a égide do dom surge como uma sequência de acções que engendra uma assimetria de posições entre os actores envolvidos. A sequência sustenta-se numa cadeia de prestações e contra-prestações e na reversibilidade das posições de doador e de receptor. Esta é uma realidade aberta e não constringedora, visto que a cadeia pode ser rompida ou recusada em qualquer momento por qualquer dos actores envolvidos. A dádiva dá lugar à indeterminação, à possibilidade de construir um sentido comum que não se restringe à retribuição, antes constrói uma relação em que os envolvidos nunca são apenas dadores ou receptores. A análise de práticas e comportamentos concretos mostra que a liberdade do dom, e o modo como ela se articula com a reciprocidade, obedece a um jogo complexo entre diferentes princípios, que age de forma diversa consoante os laços da rede que estão em causa. Se, até certo ponto, podemos concordar com Godbout, quando este afirma que o parentesco “mantém a reciprocidade à distância” (Godbout, 2000: 34-36), é impossível não reconhecer uma lógica binária de reciprocidade nas relações fora da família.

O conceito de dívida positiva utilizado por Godbout (2000) revela-se mais produtivo para analisar a circulação da dádiva no interior da família do que o de reciprocidade. Numa relação, o estado de dívida positiva escapa à equivalência e faz com que cada um considere que recebe mais do que dá, embora esteja sempre disposto a retribuir. A definição de Godbout é bastante frutífera para perceber o dom familiar, e, sobretudo, os fluxos intergeracionais: “a dívida positiva existe quando o receptor não percebe no dador a intenção de o endividar através do seu gesto – o que está estreitamente ligado ao prazer de estar em dívida, elemento essencial do estado de dívida positiva” (Godbout, 2000: 47). Esta condição marca o discurso da maior parte das pessoas entrevistadas – dívida é a palavra mais usada para se falar das dádivas dos progenitores. Por um lado, eles deram a pró-

o dom (Caillé, 2003: 16). O Movimento, que surgiu como reacção à hegemonia do economicismo nas ciências sociais que se instalara durante a década de 70, publica actualmente a *Revue du MAUSS* e reúne uma série de investigadores de áreas diversas. Os autores do M.A.U.S.S. rejeitaram os raciocínios dominantes, recusando-se a aceitar o *homo economicus* como concepção do indivíduo e o mercado como princípio estruturador da sociedade. Deste modo, procuraram argumentos que lhes permitissem construir uma visão alternativa do mundo. Esses argumentos foram-lhes dados pela obra de Marcel Mauss, sobretudo pelas ideias contidas no *Ensaio sobre a dádiva*. Esta obra contém a “descoberta” (a designação é de Caillé) crucial para o movimento: a de uma certa universalidade, nas sociedades arcaicas, da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir. O dom apresenta-se, para Mauss, como um “fenómeno social total”. Mesmo efectuada por indivíduos singulares, a dádiva diz respeito ao conjunto das dimensões da acção e repercute-se em toda a sociedade. Para além da sua dimensão utilitária, ela é, essencialmente, simbólica. Não só os dons são símbolos, como os símbolos devem ser entendidos como dons. Deste modo, “o paradigma do dom pode ser compreendido igualmente como um paradigma do simbolismo” (Caillé, 2000: 125).

pria vida, e essa é por si uma dádiva impossível de retribuir – embora os netos sejam por vezes encarados pelos filhos como uma recompensa dada aos pais pelos seus sacrifícios.⁴ Por outro lado, existe a noção de que é necessário retribuir de algum modo, mas que qualquer retribuição “nunca paga” o que já se recebeu. Finalmente, como já o mostraram outros estudos (Degenne e Lebeaux, 1997), existe quase um consenso sobre a inexistência de expectativas por parte dos pais dadores relativamente a uma retribuição dos seus filhos – como diz uma entrevistada, “eles [os pais] gostam muito mais de nos ajudar a nós do que nós os ajudarmos a eles”.

A dívida para com os progenitores é, simultaneamente, uma dívida económica e uma dívida de reconhecimento. Elementos materiais, afectivos e simbólicos misturam-se num jogo complexo que, no entanto, não deixa totalmente de lado a reciprocidade. Se o parentesco mantém a reciprocidade “à distância”, como diz Godbout, ele não a exclui definitivamente, antes a reveste de formas diversas: ela é “limitada” (Godbout, 2000: 36), “diferida” (Bawin-Legros, 2003: 169), “indirecta” (Attias-Donfut *et al.*, 2002: 263). Na reciprocidade familiar, por um lado, dádiva e retribuição fazem circular e equivaler coisas muito diferentes; por outro lado, entre dom e contra-dom, o tempo pode correr sem que o ciclo se quebre.

Não conta o que se troca, nem quando se troca. Nesta dádiva, o tempo conta tanto menos quanto mais se confia no outro. Mediada pela afectividade e pela confiança, a reciprocidade entre parentes realiza-se muitas vezes à “escala de uma vida” e transforma a ajuda numa espécie de “crédito a longo prazo” que não necessita de ser retribuída no imediato, nem de ser simétrica: o contra-dom pode vir muito mais tarde ou mesmo ser destinado a outra pessoa (Bawin-Legros, 2003; Déchaux, 1990b; Finch, 1989). Nesta concepção, inscreve-se também uma ideia clara da evolução das posições de receptor e de dador ao longo da vida, de pais e filhos. Na infância e juventude, os filhos são apenas receptores, na idade adulta são receptores e dadores, de uma forma assimétrica, até que os pais atingem a velhice, e nessa altura passam eles a ser os receptores. A velhice dos pais é a altura em que a norma implícita da reciprocidade é posta em prática (Bawin-Legros, 2003; Grundy, 2005; Schaber, 1995).

Os cuidados dos idosos são um exemplo de como na dádiva familiar a norma da reciprocidade se estende no tempo longo da história familiar e vai para além da troca restrita. Cuidar dos pais na velhice não é apenas uma

⁴ Deste modo, a continuidade da filiação inscreve-se no circuito amplo e no tempo longo da dádiva familiar, e é, sem dúvida, uma das formas mais claras do modo como os laços de parentesco tornam equivalente o incomensurável.

retribuição pelas dádivas recebidas no decorrer da vida, é também uma retribuição pelas dádivas que estes fizeram aos seus próprios pais. Deste modo, o mesmo tipo de dom pode ter diferentes actores envolvidos no momento da dádiva e no momento da retribuição. Como diz um entrevistado: “eles também tomaram conta de mim, e se um dia eu quero que alguém tome conta de mim também tenho que tomar agora conta de alguém, é simples”. Filhos, pais e avós fazem parte de uma cadeia intergeracional, através da qual a dádiva circula e a reciprocidade chega sempre um dia (Attias-Donfut *et al.*, 2002).

A pesquisa permite, contudo, verificar que as características da reciprocidade no interior do parentesco dependem das características socioeconómicas das famílias. Embora a reciprocidade no tempo longo persista, entre pais e filhos de famílias mais desfavorecidas a reciprocidade directa aumenta (Jones, 1992; Martin, 1995). Este tipo de reciprocidade é sobretudo visível nas ajudas materiais. Neste domínio, a troca directa é muito mais clara: os filhos recebem bens e serviços dos pais, mas estão quase sempre obrigados a retribuições explícitas.

Fora dos laços de parentesco, tudo se passa de forma diferente. A dádiva fora da família obedece a uma lógica binária de reciprocidade. Os laços que extravasam o grupo de parentesco são alvo de desconfiança e fonte de insegurança, pelo que a troca só pode ser restrita. Não existem garantias para além da díade. Nesta, as expectativas e as exigências são elevadas, o controlo é apertado. Se me dão, eu retribuo, se eu dou, espero retribuição: o equilíbrio tem que ser mantido, sob pena de se quebrar o vínculo. Não é necessário que a dádiva tenha o mesmo conteúdo, mas é necessário que o ciclo não se quebre e se mantenha permanentemente activo para que o laço permaneça intacto.

De um modo geral, a dádiva fora da família parece ser menos gratificante e estimulante. Por um lado, a dívida fora do parentesco deixa de ser positiva e passa a ter um significado negativo. Ter uma dívida com alguém faz a pessoa sentir-se mal, por isso é preciso que se livre dela. De alguma maneira, na circulação da dádiva fora da família o princípio da equivalência mercantil inscreve-se nas representações e nas práticas. A liberdade é não dever nada a ninguém. Aqui, a reciprocidade é, também, uma condição necessária para evitar a dominação de um dos parceiros sobre o outro (Godbout, 2000: 59). Por outro lado, quando falam dos laços fora da família, as pessoas tendem a valorizar sobretudo a sua posição como dadoras, e manifestam muitas vezes sentimentos de injustiça perante o comportamento dos outros.⁵

⁵ Como revela uma entrevistada na seguinte afirmação: “Eu, como é que hei-de dizer... eu quando sou amiga de uma pessoa... mas sempre assim fui... mas ainda nunca encontrei uma pessoa que fosse assim para mim, nunca... assim pessoas de fora... ainda nunca encontrei uma pessoa...”.

4. Obrigação, mas...

Até que ponto “dar, receber, retribuir” se constitui como uma obrigação? O que é que as pessoas entendem como obrigação? As relações familiares são mais marcadas pela obrigação e pelo dever do que as restantes? Janet Finch e Jennifer Mason, na obra *Negotiating Family Responsibilities* (1993), respondem negativamente a esta última questão, mostrando que as normas relativas ao apoio familiar são muito menos constrangedoras, e muito menos gerais, do que poderia pensar-se. No estudo que realizaram em Inglaterra, as autoras chegaram à conclusão de que, para a maioria das pessoas, as responsabilidades relativamente aos seus parentes não eram fixas, sendo muito mais fluidas do que as noções de “obrigação” ou “dever” implicam.

As autoras defendem que existe um “sentido de responsabilidade” que é *desenvolvido* ao longo do tempo, através da interacção entre os indivíduos envolvidos. Existe um processo de negociação no qual as pessoas dão e recebem, pesando um tipo de ajuda contra outro, mantendo uma determinada independência, assim como uma mútua interdependência. Deste modo, as responsabilidades são *criadas e construídas* e não dadas à partida como inerentes a uma relação específica.

Os meus dados não permitem subscrever a perspectiva destas autoras. As entrevistas revelam que as obrigações, no interior da família, estão inscritas à partida nas relações. O parentesco é um adquirido, mais do que uma construção: existe uma noção do que se espera de um parente e daquilo que ele pode esperar. A importância afectiva e instrumental da família assenta na certeza de que os seus membros partilham uma mesma noção de “como deve ser”. O que as entrevistas mostram é a prevalência, nas representações dos indivíduos, de uma obrigação familiar de “cuidar dos seus”.

Philippe Rospabé sublinha a ambiguidade do termo “obrigação”, que se aplica a instituições diversas, onde o constrangimento é de natureza diferente (Rospabé, 1996). O autor distingue dois significados: no sentido jurídico, técnico, a obrigação define uma relação legal entre duas pessoas, em virtude da qual uma pessoa pode exigir algo da outra.⁶ Este laço jurídico estabelece um devedor e um credor, podendo o segundo exigir “alguma coisa” do primeiro, sob pena de uma sanção jurídica. Para além deste sentido restrito, Rospabé fala de uma obrigação em sentido lato, a obrigação moral que resulta de um compromisso, que não é *obrigatório*, no sentido jurídico do termo, dado que não está sujeito a sanções deste tipo, mas que funciona como um imperativo (Rospabé, 1996: 142-143).

⁶ “Obrigação é o vínculo jurídico por virtude do qual uma pessoa fica adstrita para com outra à realização de uma prestação” (Artigo 397.º do Código Civil).

Em Portugal, os dois significados do termo contribuem para que as obrigações familiares estruturam as representações e as práticas dos indivíduos. Podemos constatar, simultaneamente, um peso importante dos valores familistas e um enquadramento jurídico que reforça esses valores. As obrigações familiares continuam consagradas nas leis fundamentais que regem os cidadãos⁷ e continuam, também, a persistir nos valores que regulam as relações familiares, revelando “uma norma cultural que preconiza o mútuo auxílio entre parentes próximos” (Wall, 1998: 329), como demonstram todos os inquéritos realizados até ao momento.⁸

Apesar de a interiorização da obrigação familiar ser clara, encontra-se alguma rejeição do termo e uma tendência para lhe conferir um significado negativo. Existe uma recusa da obrigação familiar como forma de constrangimento ou coacção.⁹ Os discursos revelam uma tensão entre norma e dever, por um lado, e liberdade e afectividade, por outro lado. É como se o reconhecimento da existência de uma obrigação *a priori* anulasse o efeito dos afectos. Deste modo, a obrigação assume formas diversas, que tentam ultrapassar a concepção de dever imposto e conceber uma via em que “o que deve ser feito” é matizado pela dimensão relacional e pelas escolhas e os afectos individuais. Assim, as práticas de cuidar, dar, receber, retribuir, no interior da família, deixam de assentar na obrigação e passam a ser definidas como “demonstração de afecto”, “retribuição”, “colaboração”, “partilha”, “algo que se faz com prazer”.¹⁰

Esta constatação revela a relação específica do sistema de dádiva com as normas. Não só se escondem as verdadeiras regras como se enunciam outras que tendem a negar a lógica existente.¹¹ Esta foi uma das observações que

⁷ Numa análise das leis de filiação portuguesas, João de Pina Cabral fala do “familismo radical” que inspirou a redacção do Código Civil de 1966 (Pina Cabral, 1993: 988). As alterações de 1977 acabaram com a figura do chefe de família, estabeleceram a igualdade entre homens e mulheres e o reconhecimento dos filhos fora do casamento, mas mantiveram a consagração das obrigações entre pais e filhos, permanecendo de uma forma bastante vinculada a ideia de pais e filhos se deverem auxílio mútuo.

⁸ A esmagadora adesão dos portugueses à afirmação “devemos amar pai e mãe, independentemente das suas qualidades e defeitos” leva Ana Nunes de Almeida a afirmar que “é como se o vínculo biológico, o laço de sangue, fosse, em absoluto, um dado natural que impõe àqueles que possuem um estatuto de descendentes deveres indiscutíveis” (Almeida, 2003: 77).

⁹ Afirma um entrevistado: “Pronto, não é obrigação... é uma coisa... é uma coisa que eu gosto, porque os meus sogros são espectaculares, eu acho... não sei se haverá alguém que tenha uns sogros como os meus. É verdade.”

¹⁰ Alcon *et al.* (1996), num estudo sobre os discursos acerca das obrigações familiares, realçam a diversidade de significações do conceito: desde a recusa absoluta da ideia e da defesa de que tudo é voluntário, até à convicção da necessidade da existência de um dever moral para que algo possa ser feito.

¹¹ Bourdieu fala de “tabu da explicitação” (1997: 124).

Mauss fez para as sociedades arcaicas: onde o investigador vê interesse e obrigação, o discurso dos actores é o da voluntariedade e generosidade. Na realidade, os elementos de um sistema de dádiva têm uma relação particular com as regras. Em primeiro lugar, “as regras do dom devem ser implícitas” (Godbout, 2000: 159). Em segundo lugar, existe uma tendência generalizada para os actores negarem a obediência a um sistema de regras num gesto de dádiva. A “verdadeira” dádiva é aquela que não tem como objectivo conformar-se com uma convenção social ou uma regra, mas sim exprimir o laço com o outro.

Os discursos sobre este tema parecem revelar uma tendência contrária à identificada por outros estudos realizados no resto da Europa sobre as solidariedades familiares. Se nos outros países, sobretudo em França, os autores encontram um discurso antigo com práticas novas e falam do “novo espírito de família”¹² (Attias-Donfut *et al.*, 2002; Bawin-Legros, 2003), em Portugal, eu apontaria para a existência de práticas antigas com um discurso novo.¹³ Existe um “velho espírito de família”, assente em obrigações claramente definidas e estruturantes das práticas dos indivíduos, que se articula com um discurso inovador, em que autonomia, independência, democracia e afectividade se revelam factores importantes para definir o que “deve ser feito” e o que “é feito”.

A pesquisa mostra como as obrigações são sobretudo sentidas no interior da família, estão essencialmente ligadas aos laços de sangue e sujeitas a um processo de verticalização no interior da rede. No entanto, é possível construir obrigações com elementos da rede fora da família (Finch, 1989). Estas não são muito comuns, sendo dirigidas para os escassos laços fortes construídos através das relações de amizade. Dado que este tipo de laços é marcado pela liberdade, pela escolha e pelo risco, as obrigações exteriores à família são inteiramente construídas na relação com o outro e baseadas na reciprocidade. As exigências com as relações de amizade são muito fortes, nada é dado à partida, tudo é posto continuamente à prova pelos contributos de cada elemento da díade. As obrigações assentam na segurança da continuidade do ciclo “dar, receber, retribuir” – eu tenho obrigação de dar e receber a um amigo, porque ele faz o mesmo comigo. Aliás,

¹² Título do mais recente livro de Claudine Attias-Donfut, em colaboração com Nicole Lapierre e Martine Segalen (Attias-Donfut *et al.*, 2002).

¹³ Esta realidade não se limita às questões aqui analisadas. A coexistência, no domínio da família, de práticas tradicionais com valores e discursos progressistas tem sido sublinhada em diversos estudos. Por exemplo, no domínio da conjugalidade – muitos pensam que o casamento é uma “instituição antiquada”, mas todos casam (Almeida, 2003: 54-55). Enquanto, relativamente ao trabalho doméstico, todos pensam que ele deve ser partilhado, mas apenas as mulheres trabalham (Torres *et al.*, 2004).

só lhe chamo amigo quando tenho garantias de que isso acontece. Se elas existem, então as obrigações podem ser tão fortes como as que se encontram na família.

5. Igualdade, mas...

O discurso das pessoas entrevistadas sobre contribuições, retribuições e obrigações no interior da rede é muito marcado pelo princípio da igualdade – “todos devem receber o mesmo”, “todos têm a mesma obrigação”. A igualdade parece ser um critério fundamental para definir o que é justo. No entanto, como já foi anteriormente referido, esta igualdade não se refere à reciprocidade no interior da díade dador-receptor, mas à relação entre dadores e entre receptores. Não importa se o filho retribui ao pai; importa, sim, que os pais devem dar o mesmo a todos os filhos, e que os filhos têm todos igual obrigação de cuidar dos pais na velhice. A seguinte afirmação, de uma das entrevistadas, ilustra este princípio:

O meu pai sempre fez uma coisa muito certa... se ele dá cinquenta a uma, dá cinquenta a outra. E eu nunca lhe pergunto se ele deu ou não deu à minha irmã. Mas ele é o primeiro a me dizer... eu dei xis à tua irmã, por isso vai isto para ti.

A não aplicação do princípio da igualdade na atribuição de dádivas aos filhos é dos principais motivos de tensões e conflitos entre pais e filhos e entre irmãos, e uma das razões fundamentais para as rupturas familiares. Dado que o princípio da igualdade se aplica à relação entre dadores e entre receptores, os problemas ultrapassam a díade dador-receptor e generalizam-se ao conjunto dos elementos envolvidos. Por se sentirem injustiçados, os filhos têm conflitos com os ascendentes, mas também com os colaterais, por “pactuarem” com as desigualdades. As situações de conflito no interior do parentesco restrito passam quase sempre por disputas acerca de desigualdades nas contribuições e retribuições de pais e filhos, irmãos e irmãs.

A norma da igualdade é, sobretudo, fundamental para definir a circulação da dádiva no sentido vertical descendente. Tratar os filhos todos por igual é um princípio inalienável nas relações familiares, que se reveste de particular significado quando se trata de dádivas materiais de pais para filhos. Questões simbólicas, afectivas e jurídicas contribuem para que assim seja. À obrigação moral dos pais, acrescem os direitos legais de cada um. Por esse motivo, a herança surge como um regulador final das dádivas. O princípio da igualdade pode ser, por vezes, quebrado de forma conflitual ou consensual, mas nos discursos passa a certeza de que no “final” todas as contas serão acertadas.

A definição e aplicação do princípio da igualdade na circulação da dádiva familiar reveste-se de alguma complexidade. Coenen-Hunter *et al.* (1994) discutem, num estudo sobre as solidariedades familiares, a aplicação dos princípios de justiça distributiva aos processos de negociação sobre a entreeajuda, chegando à conclusão de que a definição do papel dos diferentes membros da rede de parentesco na prestação de apoio se faz de acordo, fundamentalmente, com dois princípios: o da igualdade e o da equidade. O *princípio da igualdade* postula que todos devem contribuir de igual modo, em nome de uma similitude de estatuto. O *princípio da equidade* pressupõe, pelo contrário, que a contribuição de cada um deve obedecer a determinados critérios: recursos socioeconómicos e/ou disponibilidades concretas (tempo, proximidade geográfica, etc.); identidade sexual e ordem do nascimento (as filhas, os mais velhos, etc.); aptidões (técnicas ou relacionais). No caso do princípio de equidade, os critérios de repartição das obrigações variam consoante o tipo de ajuda que se presta (dinheiro, serviços domésticos, apoio moral, etc.) (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 152).

As conclusões da minha pesquisa aproximam-se bastante daquelas a que chegaram estes autores. Em primeiro lugar, a pesquisa de Coenen-Hunter *et al.* revela que a norma de equidade prevalece maioritariamente sobre a da igualdade (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 153). Em segundo lugar, os trabalhos sobre justiça distributiva dos autores revelam que no inventário dos recursos intervêm critérios muito diversos, na maioria das vezes geradores de conflito entre os actores envolvidos. E, finalmente, o estudo sobre as solidariedades familiares revela que muitas vezes as dificuldades são resolvidas em função dos critérios mais simples (proximidade geográfica, horários de trabalho, etc.) sem que os indivíduos envolvidos fiquem forçosamente satisfeitos.

As entrevistas que realizei mostram claramente como, dependendo do recurso em jogo, o discurso dominante sobre o princípio da igualdade é, na prática, substituído pelo princípio da equidade. Em poucos domínios a igualdade prevalece: sobretudo nas ajudas monetárias e nos bens materiais. Aqui dá-se o mesmo a todos os filhos: o mesmo dinheiro, o mesmo terreno, a mesma prenda, um valor monetário igual ao do terreno ou ao da prenda, etc. Quando se fala de ajudas em serviços e em cuidados tudo se altera: ajuda-se quem está mais perto, quem precisa mais, quem pede. O princípio da equidade passa a prevalecer e os fluxos deixam de ser regidos pela igualdade: eles são desiguais de pais para filhos, de filhos para pais, de avós para netos, de netos para avós, de irmãos para irmãos. As contribuições são diferentes consoante se é homem ou mulher, se mora perto ou longe, se pode ou não pode. É interessante sublinhar que estas ambiguidades

são, à partida, reconhecidas no discurso dos entrevistados. As pessoas proclamam o princípio da igualdade, mas admitem as dificuldades na sua aplicação – “todos têm a mesma obrigação, mas...”. Alguns atributos prevalecem sem que se levantem problemas de maior: ser mulher e morar mais próximo, por exemplo, são variáveis que “naturalmente” levam a assumir encargos acrescidos sem que existam situações de conflitualidade.

Como sublinham Coenen-Hunter *et al.*, o princípio de equidade traduz também a expressão do individualismo e um conflito potencial entre os membros da rede de parentesco: é necessário contabilizar, mas sem que os critérios de cálculo sejam sempre compatíveis ou hierarquizáveis. Como circulam ajudas de diferentes tipos (dinheiro, bens, serviços), segundo critérios variáveis, os autores interrogam-se sobre se a dificuldade em determinar os encargos de cada um não será um elemento susceptível de limitar o volume de solidariedade. Com efeito, se o sentimento de injustiça, ligado a uma má contabilização dos critérios legítimos, pode ser tolerado enquanto os encargos são reduzidos, o mesmo não acontece forçosamente se o seu peso aumentar (Coenen-Hunter *et al.*, 1994: 155).

6. Autonomia, mas...

Se o princípio da igualdade marca o discurso sobre a circulação da dádiva familiar, o princípio da autonomia caracteriza o modo como as pessoas definem a sua relação com os outros, sobretudo os ascendentes. A autonomia expressa-se desde a norma “casamento-apartamento”, que preside à constituição da família e define as estratégias residenciais,¹⁴ até ao lema “cada um tem a sua vida”, que é repetidamente usado para descrever o relacionamento com pais e sogros, mas também com outras relações próximas. O primado da família conjugal passa pela afirmação da autonomia e do princípio da não ingerência sobre o que se passa no seu interior. “Quem vive no convento é que sabe o que lá vai dentro” – o marido, a mulher e os seus filhos são os únicos que têm uma palavra a dizer sobre a organização da vida familiar e as decisões a tomar. Dos pormenores do quotidiano às opções profissionais e educacionais, todas as escolhas se centram nesta tríade, e qualquer interferência é considerada abusiva, sobretudo se não solicitada.

Como os processos de transição para a vida adulta são cada vez mais complexos, mais diversos e diluídos no tempo (Cicchelli e Martin, 2004;

¹⁴ Uma discussão interessante sobre a relação entre a autonomia e a questão do alojamento encontra-se em Sennett (2004). O autor afirma que a propriedade da casa é um “desejo compulsivo na sociedade americana” e vê nele uma das manifestações do seu individualismo (Sennett, 2004: 112).

Guerreiro e Abrantes, 2004), o “tempo da instalação” em que se encontra a maioria das famílias entrevistadas ancora-se, em grande medida, em estratégias de apoio intergeracional. As entrevistas mostram como, num contexto social em que o mercado dificulta, crescentemente, o acesso ao emprego e à habitação e a precaridade económica se instala, a autonomização dos indivíduos e das suas famílias relativamente à geração anterior é cada vez mais difícil. No entanto, ambas as gerações continuam a apostar na autonomia das jovens famílias, sendo os pais os primeiros a fornecer o suporte para que ela progressivamente se construa.¹⁵

Dados os intensos fluxos, materiais e afectivos, que circulam de pais para filhos, o equilíbrio entre dádiva, reciprocidade e autonomia é difícil de conseguir e constitui um elemento de complexa gestão no interior das famílias. Como afirma Claude Martin (1996), a dádiva familiar é acompanhada por um “direito de intromissão”, que contrasta com os princípios de autonomia. A pesquisa mostra como este é um domínio de tensão no interior das redes, dado que estão em jogo normas conflitantes. O desafio que se coloca às novas famílias é conseguir um compromisso entre individualidade e liberdade, entre obrigação e autonomia, que nem sempre é fácil de atingir.

Como as reflexões do sociólogo francês François de Singly sobre família e individualização têm mostrado (Singly, 2001a, 2001b, 2001c, 2001d, 2003 e 2004), hoje, é no espaço das relações familiares, onde circula o amor, que se constrói uma grande parte da identidade pessoal dos indivíduos. Nas sociedades individualistas, “a família” (qualquer que seja a sua forma ou estrutura) tem a cargo a função de consolidar o “eu” de adultos e crianças. Contrariamente ao que o termo individualismo pode fazer crer, o indivíduo tem necessidade, para construir a sua identidade, do olhar e da relação com outros a quem ele próprio atribui importância. Estes outros significativos são, na maioria das vezes, o cônjuge e os filhos, ou os pais, se olharmos do lado das crianças.

Os trabalhos de Singly mostram como as mudanças operadas nas famílias correspondem a um compromisso entre as reivindicações de autonomia dos indivíduos e o seu desejo de continuar a partilhar a esfera privada com pessoas próximas do ponto de vista afectivo. A família “individualista e relacional” de que fala o autor (Singly, 2004) abre as portas da felicidade a cada um dos seus elementos. A relação afectiva é um quadro favorável onde a identidade pessoal não se esbate, mas, pelo contrário, se pode revelar

¹⁵ Cf., sobre este assunto, o conjunto de trabalhos reunidos em Singly (2001c) sobre o processo de individualização das crianças e dos jovens.

progressivamente. Não se trata apenas de estar junto de alguém, mas de estar junto livremente (Singly, 2001a).¹⁶

A família constrói-se com base no amor, mas o fundamental não é a instituição e sim os seus membros – “a família torna-se um espaço privado, ao serviço dos indivíduos” (Singly, 2001b: 8),¹⁷ permitindo a individualização dos seus elementos. É por esta razão que ela é simultaneamente atractiva (dado que a maioria dos indivíduos a prefere como forma de vida) e instável (o laço conjugal é cada vez mais frágil e a duração das relações cada vez mais imprevisível). Como afirma Singly, é “na tensão entre o relacional e a autonomia que se constroem, desconstroem e reconstroem as famílias contemporâneas” (*ibid.*).

Evito, neste artigo, cair na armadilha de confundir autonomia com independência. Como claramente elucida Karine Chaland (2001), as duas noções têm genealogias filosóficas diferentes e correspondem a realidades teóricas e empíricas bem distintas. Sinteticamente, podemos afirmar que o conceito de autonomia remete para a construção própria das regras, enquanto a ideia de independência se refere à auto-suficiência do indivíduo, à sua dotação de recursos (nomeadamente, económicos) para ser livre de estabelecer os laços que quer. Segundo os ideais individualistas das sociedades contemporâneas, os indivíduos devem ser autónomos e independentes (Singly, 2001a). No entanto, como sublinha Chaland, as duas dimensões podem não coexistir. Analisando o caso dos jovens adultos inactivos, a autora mostra como é possível ser autónomo sem ser independente (Chaland, 2001: 36-39). Entre as pessoas activas celibatárias vai encontrar a combinação “mais radical” entre as duas dimensões (*ibid.*: 40): indivíduos que exercem uma actividade, vivem sozinhos e não estão envolvidos em nenhuma relação íntima. A análise de Karine Chaland evidencia, com clareza, que autonomia e independência podem existir em associação ou dissociação. As minhas entrevistas confirmam esta ideia.

Se a autonomia prevalece, a independência nem sempre é uma constante. A pesquisa mostra famílias totalmente independentes das suas famílias de origem, em termos materiais e afectivos; famílias que têm relações afectivas estreitas com os ascendentes e sociabilidades intensas, mas têm total independência material; famílias que são independentes financeiramente, mas

¹⁶ Este é o título de uma das obras de Singly: *Libres ensembles. L'individualisme dans la vie commune* (2001a). De salientar a proximidade de algumas posições do autor sobre a articulação entre individualização e vida conjugal com as teses de Anthony Giddens e o seu conceito de “relação pura” (Giddens, 1994 e 1995).

¹⁷ Esta tendência é visível através de inúmeros indicadores: o divórcio por mútuo consentimento, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a preferência pela negociação na educação das crianças, etc. (Singly, 2001b e 2001c).

precisam dos apoios materiais e/ou em serviços prestados pela geração anterior; famílias que dependem das suas famílias de origem para manter um estilo de vida acima dos seus rendimentos financeiros; famílias que dependem, quotidianamente, do apoio diversificado das suas famílias de origem para subsistirem.

Como mostram Hockey e James (1993), a “dependência” é uma possibilidade para qualquer indivíduo, ao longo do seu ciclo de vida. Este é um conceito que não tem apenas um significado, compreendendo um vasto leque de contextos e de experiências sociais. No entanto, actualmente, nas sociedades ocidentais, a expressão tende a referir-se a um conjunto cada vez mais estreito de experiências e a categorias específicas de indivíduos, ao mesmo tempo que assume, cada vez mais, conotações negativas.¹⁸

Estas concepções perdem sentido quando se constrói um olhar micro-sociológico sobre a família, à luz do paradigma da dádiva. Mesmo quando se reflecte de um ponto de vista macro-social, é possível observar que a extensão do período de dependência da família é cada vez maior – a juventude é um estado cada vez mais duradouro, os processos de transição para a vida adulta, como já foi referido, são, crescentemente, complexos.¹⁹ No interior da família, a dependência faz parte da trama de laços que se estabelece entre os seus elementos e da constelação de princípios, mais ou menos conflituantes, que rege as relações no interior da rede.

É a ambiguidade existente entre a exigência de autonomia e a complexa teia de dependências que a ajuda prestada pelos parentes estabelece que explica, em parte, a lógica de dissimulação que acima se discutiu. O dador deve tomar cuidado para não ameaçar a autonomia do destinatário e não o transformar em alguém na sua dependência. Do lado de quem recebe, é necessário assegurar a independência sem colocar em causa o apoio dos parentes. Por esse motivo, as solicitações são interditas, embora se esteja aberto à generosidade familiar. Neste jogo, têm vantagem aqueles que se sabem fazer ajudar sem pedir nada e os que dão desinteressada e discretamente.

A dependência é um termo relacional, que coloca questões sobre a natureza e a qualidade das relações que são estabelecidas. Se as teses indi-

¹⁸ Sennett fala da “vergonha da dependência” (2001: 214-217) e, em obra mais recente, discute a “tese da infantilização” que o pensamento liberal tem construído sobre a dependência (2004: 102-107).

¹⁹ Ao analisar os dados de um inquérito à juventude portuguesa (jovens entre os 15 e 29 anos), Luísa Schmidt chega à conclusão de que “o casamento, que consistia num dos mais seguros critérios ou indicadores de autonomização social e de mudança de estatuto de jovem para ‘adulto’ revela afinal prolongar uma situação caracteristicamente juvenil para muitos jovens casais”, ou seja, segundo a autora, “uma situação de semidependência da família de origem” (Schmidt, 1990: 650).

vidualistas enfatizam os aspectos negativos, a minha análise empírica não fornece elementos para as confirmar. As entrevistas mostram que inúmeras famílias dependem das suas famílias de origem, de diferentes modos e em diferentes graus. Embora esse facto, em alguns momentos, dê azo a algumas tensões, a dependência inscreve-se no ciclo longo de dom e contra-dom da dádiva familiar, que permite conciliar obrigação e liberdade. A pesquisa mostra como os indivíduos, e as suas famílias, procuram equilíbrios, que não colocam em causa a sua identidade e individualidade, construindo modelos que conciliam autonomia, independência e relação com os outros.

7. Considerações finais

Do que atrás fica exposto, decorre que a definição e a aplicação das normas no interior das redes sociais obedecem a um modelo complexo. As interacções e as trocas ancoram-se em princípios muitas vezes contraditórios entre si e geradores de tensões e conflitos. A dependência dos apoios que fluem nas redes choca com o princípio basilar da autonomia; os sentimentos de dever e de obrigação conflituam com a liberdade e a afectividade; a norma da reciprocidade ilude a assimetria das trocas; o dom coexiste com o interesse utilitário; o princípio da igualdade é obscurecido pelas desigualdades sociais e sexuais que marcam as ajudas. Este conjunto de paradoxos sustenta-se, primordialmente, na diferenciação do parentesco dos restantes laços.

A investigação que aqui se apresenta mostra que as normas têm uma aplicação diferenciada dentro e fora dos laços de família. O parentesco constitui um subsistema no interior das redes, dado que nas relações que estabelece estão inscritas *a priori* normas constitutivas, reguladoras e distributivas. As redes definem formas de inclusão e de exclusão, oferecem protecção ou indiferença, a partir de critérios de confiança e de desconfiança. As entrevistas mostram que o parentesco biológico oferece aos indivíduos a segurança que os outros laços não comportam, ao mesmo tempo que impõe deveres e obrigações claras.

Na obra *A corrosão do carácter*, Richard Sennett (2001) analisa os novos tempos do trabalho e discute o modo como as instituições modernas se sustentam em esquemas que privilegiam o curto prazo, limitando, deste modo, o fortalecimento da confiança informal. O mote é “não há longo prazo” – “um princípio que corrói a confiança, a lealdade e a entrega mútua” (Sennett, 2001: 37). O autor sublinha a desvalorização dos laços fortes e a importância dos laços fracos, num contexto de permanente mudança, em que o distanciamento e a cooperação superficial são mais benéficos do que a lealdade e o compromisso. Sennett identifica um conflito entre trabalho

e família, esfera em que o compromisso mútuo e o longo prazo são fundamentais. Deste conflito, o autor extrai algumas questões sobre a “experiência adulta”: como se procuram objectivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duradouras? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (Sennett, 2001: 41).

Perante o que acima se apresentou, a resposta a estas perguntas parece residir nos laços de parentesco. Uma das linhas que sustenta a força dos laços familiares é a perenidade das relações. O laço de parentesco oferece a perspectiva de longo prazo que falta às outras relações, mais susceptíveis às mudanças de diferentes tipos e à erosão pelo tempo. É a permanência das relações familiares, garantida pelo laço biológico, que permite, em larga medida, a construção da confiança e do compromisso mútuo que constituem âncoras instrumentais e afectivas para os indivíduos e as suas famílias. Deste modo, os laços de parentesco constituem-se como elementos estruturadores do desenho das redes sociais.

Assim, no processo de individualização da contemporaneidade, a fragilização do laço conjugal (Singly, 2001b) e do laço profissional (Sennett, 2001) não vão, neste caso, de par com a fragilização do laço de parentesco. O papel e a normatividade das relações familiares revelam-se de múltiplas formas, permitindo afirmar a sua vitalidade e importância na configuração das redes sociais. Se, como afirma Martuccelli, “o indivíduo existe apenas na medida em que é sustentado por um conjunto de suportes” (2002: 63), a pesquisa mostra que os laços de parentesco são um suporte fundamental.

A análise das normas, no interior das redes, mostra que o parentesco tem propriedades alquímicas: torna equivalente o que não o é; permite a dependência sem perder a autonomia; concilia liberdade e obrigação; transforma a dívida num elemento positivo. Esta alquimia é possível graças ao predomínio do sistema de dádiva e ao primado do laço social sobre as coisas, na definição das relações entre os indivíduos.

Referências bibliográficas

- Alcon, Carmen Dominguez; Bertaut, Mónica Becue; Reinert, Max (1996), “Obligations familiales et solidarité. Analyse statistique du texte des entretiens”, in AAVV, *Ménages, familles, parentèles et solidarités dans les populations méditerranéennes*. Paris: PUF.
- Almeida, Ana Nunes de (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in Jorge Vala et al. (org.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 47-93.

- Attias-Donfut, Claudine; Lapierre, Nicole; Segalen, Martine (2002), *Le nouvel esprit de famille*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Bawin-Legros, Bernadette (2003), *Le nouvel ordre sentimental. À quoi sert la famille aujourd'hui?*. Paris: Payot.
- Boissevain, Jeremy (1974), *Friends of Friends. Networks, Manipulators and Coalitions*. Oxford: Basil Blackwell.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta.
- Cabral, João de Pina (1993), “A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da antropologia social”, *Análise Social*, 123-124, 975-997.
- Caillé, Alain (2000), *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Caillé, Alain (2003), “Dádiva, cidadania e democracia”, in Alzira Medeiros; Paulo Henrique Martins (orgs.), *Economia popular e solidária. Desafios teóricos e práticos*. Recife: Edições Bagaço, 16-25.
- Chaland, Karine (2001), “Pour un usage sociologique de la double généalogie philosophique de l'individualisme”, in François de Singly (org.), *Être soi d'un âge à l'autre*. Paris: L'Harmattan, 31-43.
- Cicchelli, Vincenzo; Martin, Claude (2004), “Young Adults in France: Becoming Adult in the Context of Increased Autonomy and Dependency”, *Journal of Comparative Family Studies*, 35(4), 615-626.
- Coenen-Hunter, Josette; Kellerhals, Jean; von Allmen, Malik (1994), *Les réseaux de solidarité dans la famille*. Lausanne: Éditions Réalités Sociales.
- Déchaux, Jean-Hugues (1990a), “Les échanges économiques au sein de la parentèle”, *Sociologie du Travail*, 1, 73-94.
- Déchaux, Jean-Hugues (1990b), “Des relations de parenté inédites?”, *Esprit*, 91-101.
- Degenne, Alain; Forsé, Michel (1994), *Les réseaux sociaux*. Paris: Armand Colin.
- Degenne, Alain; Lebeaux, Marie-Odile (1997), “Qui aide qui, pour quoi?”, *L'Année Sociologique*, 47(1), 117-141.
- Ferrand, Alexis (1992), “Les réseaux de relations personnelles”, *Actes du Séminaire “Du politique et du social dans l'avenir de la famille”*. Paris: La Documentation Française, 79-90.
- Finch, Janet (1989), *Family Obligations and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- Finch, Janet; Mason, Jennifer (1993), *Negotiating Family Responsibilities*. London: Routledge.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.
- Giddens, Anthony (1995), *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta.
- Godbout, Jacques T. (1995), “La norme de justice dans les relations de parenté”, *L'Année Sociologique*, 45(2), 351-370.
- Godbout, Jacques T. (2000), *Le don, la dette et l'identité*. Paris: La Découverte.

- Granovetter, Mark S. (1973), "The Strength of Weak Ties", *American Journal of Sociology*, 78, 1360-1380.
- Granovetter, Mark S. (1982), "The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited", in Peter V. Marsden; Nan Lin (orgs.), *Social Structure and Network Analysis*. Beverly Hills: Sage, 105-130.
- Grundy, Emily (2005), "Reciprocity in Relationships: Socio-economic and Health Influences on Intergenerational Exchanges Between Third Age Parents and their Adult Children in Great Britain", *British Journal of Sociology*, 56(2), 233-255.
- Guerreiro, Maria das Dores; Abrantes, Pedro (2004), *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa, DGEEP/ CITE.
- Hockey, Jenny; James, Allison (1993), *Growing Up and Growing Old. Ageing and Dependency in the Life Course*. London: Sage.
- Jones, Gill (1992), "Short-term Reciprocity in Parent-Child Economic Exchanges", in Catherine Marsh; Sara Arber (orgs.), *Families and Households. Divisions and Change*. London: MacMillan Press, 26-44.
- Kellerhals, Jean; Coenen-Huther, Josette; Modak, Marianne (1987), "Stratification sociale, types d'interaction dans la famille et justice distributive", *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, 217-240.
- Kellerhals, Jean; Coenen-Huther, Josette; Modak, Marianne (1988), *Figures de l'équité. La construction des normes de justice dans les groupes*. Paris: PUF.
- Kellerhals, Jean; Modak, Marianne; Sardi, Massimo (1995), "Justice, sens de la responsabilité et relations sociales", *L'Année Sociologique*, 45(2), 317-349.
- Lemieux, Vincent (1999), *Les réseaux d'acteurs sociaux*. Paris: PUF.
- Martin, Claude (1995), "Os limites da protecção da família. Introdução a uma discussão sobre as novas solidariedades na relação família-Estado", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 53-76.
- Martin, Claude (1996), "Solidarités familiales: débat scientifique, enjeu politique", in Jean-Claude Kaufmann, *Faire ou faire-faire? Familles et services*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 55-73.
- Martins, Paulo Henrique (2005), "A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, 45-66.
- Martuccelli, Danilo (2002), *Grammaires de l'individu*. Paris: Gallimard.
- Mauss, Marcel (1988), *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- Mermet, Jean-Claude (1991), "Le Lien de famille: la reciprocité en défaut", *Revue du MAUSS*, 12, 137-146.
- Portugal, Sílvia (2006), *Novas famílias, modos antigos. As redes sociais na produção de bem-estar*. Coimbra: FEUC (diss. de doutoramento).
- Rospabé, Philippe (1996), "L'obligation de rendre", *Revue du MAUSS*, 8, 142-152.
- Schaber, Gaston (1995), "Don de temps, don d'argent, don d'espace", in Claudine Attias-Donfut (org.), *Solidarités entre générations. Vieillesse, familles, État*. Paris, Nathan, 97-115.

- Schmidt, Luísa (1990), “Jovens: família, dinheiro, autonomia”, *Análise Social*, 108-109, 645-673.
- Sennett, Richard (2001), *A corrosão do carácter*. Lisboa: Terramar.
- Sennett, Richard (2004), *Respect in a World of Inequality*. New York: W. W. Norton & Company.
- Singly, François de (2001a), *Libres ensembles. L'individualisme dans la vie commune*. Paris: Nathan.
- Singly, François de (2001b), “La naissance de l'individu individualisé et ses effets sur la vie conjugale et familiale”, in François de Singly (org.), *Être soi parmi les autres*. Paris: L'Harmattan, 5-14.
- Singly, François de (org.) (2001c), *Être soi parmi les autres*. Paris: L'Harmattan.
- Singly, François de (org.) (2001d), *Être soi d'un âge à l'autre*. Paris: L'Harmattan.
- Singly, François de (2003), *Les uns avec les autres. Quand l'individualisme crée du lien*. Paris: Armand Colin.
- Singly, François de (2004), *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Armand Colin.
- Therborn, Göran (2002), “Back to Norms! On the Scope and Dynamics of Norms and Normative Action”, *Current Sociology*, 50(6), 863-880.
- Torres, Anália *et al.* (2004), *Homens e mulheres entre trabalho e família*. Lisboa: DEEP/CID.
- Wall, Karin (1998), *Famílias no campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: D. Quixote.

LUIZ INÁCIO GAIGER

A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil¹

O artigo examina os resultados empíricos do primeiro levantamento nacional sobre a economia solidária realizado no Brasil, que coletou dados sobre quase 22 mil experiências. Seu objetivo é verificar em que medida esses empreendimentos, por se tratar de organizações fundadas na livre associação de trabalhadores, na cooperação produtiva e em princípios de autogestão, adotam uma racionalidade distinta e contraposta sob certos aspectos à lógica econômica intrínseca à acumulação contínua de capital. A análise centra-se nas relações entre indicadores de solidarismo interno e externo dos empreendimentos e indicadores de eficiência e viabilidade econômica. Como resultado, embora debilidades e limites sejam identificados nessas experiências, é perceptível sua tendência geral a realizarem os seus fins, de preservação da vida em condições dignas, através da participação democrática e da reciprocidade.

Desde meados dos anos 1980, assiste-se no Brasil e em outros países ao florescimento e ao gradativo fortalecimento de iniciativas de trabalhadores no campo econômico, fundadas no associativismo e na cooperação. Embora menosprezadas até alguns anos atrás, essas experiências converteram-se em alternativas duradouras para um número crescente de trabalhadores. Aos poucos, de suas diferentes vertentes originais, estabeleceram campos de diálogo e de criação de uma identidade comum, expressa em inúmeros movimentos organizados, com destacada atuação nas edições do Fórum Social Mundial. A economia solidária estabeleceu-se ao Sul e ao Norte, como ator social, como item da agenda política e como tema de estudos (Cattani, 2004), despertando a atenção para a importância de ser conhecida e compreendida de modo abrangente e fundamentado.

¹ Trabalho desenvolvido com apoio do CNPq, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Agradeço a assistência estatística da Prof.^a Patrícia Kuyven.

Um levantamento amplo sobre a economia solidária acaba de realizar-se no Brasil. Conhecido como *primeiro Mapeamento Nacional*, foi idealizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pelo Governo Federal, com o apoio de universidades, instituições de pesquisa e ONGs. Em 2006, o término da etapa principal de coleta de informações resultou em uma base de dados sobre 15 mil *Empreendimentos de Economia Solidária* (EES), envolvendo uma população estimada de 1,2 milhão de participantes, em todos os Estados do país e em 41% dos municípios. Em fins de 2007, uma pesquisa de campo complementar propiciou a inserção de mais sete mil empreendimentos na base de dados.

Esse artigo explora os resultados já consolidados da base gerada em 2006, tendo em vista uma questão central dos estudos acadêmicos e do debate público: a caracterização dos empreendimentos de economia solidária como portadores de uma *racionalidade* específica, relativa ao modo como ativam os seus recursos produtivos, humanos e materiais. Isto, por se tratar de *sociedades de pessoas* – não de capitais – e possuírem características singulares, tais como a indivisão entre proprietários e trabalhadores, a gestão coletiva e o engajamento em movimentos e redes, alinhadas hoje em uma mobilização internacional de construção da identidade política da economia solidária (Mendel, 2003).

As diferenças estruturais entre as empresas capitalistas e as empresas cooperativas e autogestionárias são reconhecidas de longa data pela literatura (Jones, 1978; Defourny, 1988; Namorado, 2005). A presença de uma racionalidade distinta da capitalista, orientada à preservação da vida, já foi evidenciada em estudos comparativos sobre a economia solidária (Santos 2002; Novaes, 2005; Gaiger, 2006, 2007) e sustenta as expectativas quanto ao fato de ela materializar princípios de *outra* economia, portadora de um projeto substitutivo dos atuais modelos de desenvolvimento (Cattani, 2004). O Mapeamento oportuniza uma volta privilegiada ao tema, ao oferecer uma base empírica ineditamente representativa das experiências atuais no Brasil. Este artigo a examina com um duplo objetivo: primeiramente, o de aplicar técnicas quantitativas de análise para identificar as características predominantes e os elementos que estruturam os EES, de modo a verificar em que medida sustentam a hipótese de uma racionalidade específica, como tendência *geral* – e por isso, fundamental – da economia solidária. Em segundo lugar, tenciona-se exemplificar como essa base de dados pode ser utilmente explorada e sugerir prismas para análises tópicas mais aprofundadas, mediante cotejo com os resultados de pesquisas qualitativas, bem mais usuais nesse campo de estudos.

O artigo inicia com algumas considerações sobre o conceito de racionalidade, a fim de elucidar preliminarmente seu conteúdo e a pertinência de sua abordagem. A seguir, esclarecimentos sobre as características da base de dados do Mapeamento servem para indicar sua validade e precisar o método adotado para a análise desenvolvida nas seções subsequentes do texto, a partir de três questões sucessivas: a) antes de tudo, os EES apresentam características consistentes que permitam classificá-los como agentes econômicos moldados pelo associativismo e pela cooperação produtiva? b) em segundo lugar, existem incidências positivas e orgânicas entre a dimensão solidária e a dimensão empreendedora dos EES, capazes de instaurar uma lógica singular e circular, a um só tempo social e econômica? c) por fim, que relevância essa lógica possui para a estrutura dos EES e de que modo tende a acentuar-se com o desenvolvimento da práxis econômica solidária? As respostas a essas questões, a nosso ver, permitirão avaliar em que medida os EES caracterizam-se como experiências dotadas de uma racionalidade singular, na qual a reciprocidade constitui um esteio primordial da ação econômica.

Ao centrar-se na totalidade dos empreendimentos mapeados, a análise deixa de fazer referências a exemplos concretos e de trazer diretamente à baila a notória diversidade da economia solidária no Brasil, quanto aos setores econômicos, às categorias sociais envolvidas e às formas de organização. Essa diversidade, relevante, seria de consideração indispensável em análises subsequentes, sugeridas ao final do texto.

Economias e racionalidades

Uma compreensão estreita e discriminatória da economia domina o nosso senso comum, graças a três reducionismos introduzidos desde o séc. XIX pela economia neoclássica e seus axiomas utilitaristas: a) a redução de toda economia à economia de mercado; b) a redução de todo mercado ao mercado auto-regulado; c) a redução de toda empresa econômica à empresa capitalista (Laville, 2004). Nessa ótica, quem não pertence a esses setores é visto como sinal de atraso ou ineficiência e relegado a um papel secundário; para os pobres, restaria uma espécie de economia de sobrevivência com funções sociais, de freio à marginalização, mais do que propriamente econômicas.

Ora, ao longo da história uma ampla parcela das atividades econômicas, geradora de riqueza e de bem-estar, esteve à margem ou em relação indireta com o sistema produtivo e o mercado capitalista, valendo-se antes dos seus recursos autóctones e de circuitos locais, no “andar térreo da civilização” segundo a conhecida formulação de Fernand Braudel. A sobrevivência e a prosperidade de importantes segmentos da população estiveram garantidas

por práticas e estruturas de produção e de troca orientadas por lógicas internas de outro tipo (Coraggio, 1999; Santos, 2002). No Brasil, parte expressiva da riqueza nacional provém dessas atividades, como é patente no caso da pequena produção agrícola, cujo desempenho nos anos recentes evidencia uma capacidade de modernizar-se e tornar-se mais produtiva, sem perder o seu caráter familiar. Tampouco os segmentos mais pobres estão desprovidos de iniciativas e de estratégias econômicas de eficiência apreciável (Abramovay, 2004).

Outras economias, produtivas e orientadas ao intercâmbio de bens, existiam antes da disseminação das relações capitalistas. Desse ângulo, o capitalismo é que representou a introdução de outra economia, gradativamente sobreposta a formas econômicas pré-existentes, taxadas de pré-capitalistas como se fossem mero preâmbulo da economia dita superior do capital. Diante do advento das relações capitalistas, os trabalhadores reagiram de várias formas, combatendo a exploração no interior da empresa capitalista, criando alternativas de caráter associativo (Singer, 1999) ou defendendo seus sistemas de vida próprios, seu patrimônio produtivo e seus saberes, contra a ameaça de espoliação e de subordinação do capital.

A depender dos critérios de análise, considerar a forma capitalista mais moderna, no sentido de superior, perde o seu sentido. Basta que se abra mão do axioma do crescimento e da máxima rentabilidade, ou do próprio paradigma do desenvolvimento, para que as coisas mudem de figura. A alternativa de agir coletivamente manteve-se e renovou-se entre os trabalhadores, gerando o cooperativismo operário no séc. XIX, o associativismo e a economia social na passagem ao séc. XX, a economia solidária na entrada do séc. XXI, por uma razão fundamental: brindar segurança, reconhecimento e vida significativa à imensa maioria de pessoas que vivem primordialmente da sua capacidade de trabalho. Tais experiências, em alguns casos, produziram relações sociais antagônicas ao capitalismo; em muitos outros casos, preservaram relações sociais não capitalistas, atenuando assim a sujeição dos trabalhadores à economia dominante e conjurando o exclusivismo das relações assalariadas de subordinação e expropriação, a eles reservadas como via de integração social.

Para esses indivíduos, não fossem as circunstâncias instituídas pelo capital, pouco sentido haveria em lidar com uma economia exógena e contraposta ao trabalho, muito menos partilhar o senso comum sobre a sua superioridade. Desde as suas origens modernas, coube à reciprocidade cumprir um papel vital de alargamento da experiência humana de reprodução da vida, ao contrapor-se às determinações e às limitações impostas pela racionalidade estrita do capital. Mantiveram-se assim vigentes outros princípios e outras lógicas de organização do trabalho, de criação de bens e de cir-

culação da riqueza, ao lado da economia de mercado capitalista, configurando uma *economia plural*, nos termos da Nova Sociologia Econômica (Lévesque *et al.*, 2001).

O cenário atual apresenta desafios consideráveis à economia solidária, pois o leque de carências e de aspirações humanas amplia-se, frustrando-se ao mesmo tempo a esperança de serem atendidas através da lógica de produção incessante de mercadorias. Esta lógica introduz requisitos cada vez mais exigentes de competências, inovação e desempenho competitivo, para a viabilidade das empresas capitalista e das formas alternativas de produção. O valor da economia solidária, para os trabalhadores que nela apostam, depende então de sua capacidade de responder aos requerimentos de eficiência – não somente econômica, mas *sistêmica*² – e promover simultaneamente experiências significativas de trabalho, assentes na eqüidade e em vínculos sociais não utilitários.

Essa relação orgânica entre a dimensão solidária, de autogestão e de cooperação no trabalho, e a dimensão empreendedora, de organização e gestão dos fatores produtivos com vistas à realização das metas dos empreendimentos, é o que constitui a sua *racionalidade* específica (Gaiger, 2004b). O termo significa que as práticas em tela são concomitantes e entrelaçam-se, estabelecendo uma dinâmica objetiva para a ação dos indivíduos, uma presença estrutural para que procedam de uma dada maneira, precisamente porque, no contexto assim criado, tal conduta assevera-se mais lógica. O êxito dos empreendimentos fica então vinculado a fatores cujo efeito positivo decorre do caráter socialmente cooperativo por eles incorporado. Institui-se uma *comunidade de trabalho*, que passa a co-determinar a racionalidade econômica (Gaiger, 2004b; 2006).³ De forma sistemática, exploram-se os ativos potenciais propiciados pela união dos trabalhadores, valendo-se do fato de que

um elemento comunitário, de ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária, presente no interior dessas unidades econômicas efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica. Efeitos concretos e específicos nos quais se possa

² A eficiência sistêmica compreende a capacidade de promover a qualidade de vida das pessoas e propiciar bem-estar duradouro para a sociedade. Abrange os benefícios sociais, não meramente monetários ou econômicos, para os membros e o entorno das organizações em questão, a garantia de longevidade para as mesmas e a criação de externalidades positivas sobre o ambiente natural (Gaiger, 2004a).

³ Esse agenciamento dos recursos produtivos dos trabalhadores diferencia-se das modalidades predominantes da economia popular, cujos vínculos de reciprocidade nem sempre refletem princípios igualitários e democráticos e na qual estão em jogo necessidades imediatas de sobrevivência ou, quando muito, a preservação de meios de subsistência, num quadro inalterável de pobreza e dependência.

discernir uma particular produtividade dada pela presença e crescimento do referido elemento comunitário, análoga à produtividade que distingue e pela qual se reconhecem os demais fatores econômicos. (Razeto, 1993: 40-1)

Ao darem-se as mãos, os trabalhadores fortalecem seu poder de ação e aumentam suas chances de resolverem problemas e realizarem projetos. Sem essa expectativa, a economia solidária seria inexplicável. Mas sem lograr esse objetivo razoavelmente, ela seria apenas uma idealização de dias contados. Portanto, desse desafio depende a resposta a muitas outras questões, a respeito da força de expansão e do significado histórica da economia solidária. Por isso, as explorações dos dados do Mapeamento devem indagar se os empreendimentos de economia solidária retiram da participação e da cooperação a sua força econômica, instaurando uma relação de simbiose entre solidarismo e eficiência. É plausível falar de *outra* economia, de práticas inspiradas em valores e induzidas simultaneamente por uma lógica objetiva singular dos empreendimentos?

O Mapeamento e a validação dos dados

O crescimento da economia solidária no Brasil é um fato notável nas duas últimas décadas, relatado em estudos panorâmicos (França Filho *et al.*, 2006; Gaiger, 2007) e confirmado pelo Mapeamento: 87% dos EES registrados tiveram início posterior a 1990, 35% após 2002. Ao mesmo tempo, a articulação gradativa dos empreendimentos e das organizações de apoio resultou em estruturas representativas da economia solidária, culminando com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2003.⁴ A economia solidária converteu-se em tema de estudos acadêmicos, alimentando as perspectivas de um pensamento crítico orientado desde o Sul (Cattani, 2004; Coraggio, 2007), e passou a constar da agenda de governos municipais e estaduais. Com a vitória de Lula, em 2003, instalou-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária, incumbida, em conjunto com o Fórum, de idealizar e realizar o Mapeamento. Uma meta louvável do Mapeamento foi atingir, o mais possível, as experiências solidárias desconhecidas, não integradas aos circuitos de reconhecimento da economia solidária, para dar voz a seus protagonistas. A tarefa envolveu cerca de 230 entidades e mais de 600 técnicos e entrevistadores.

⁴ O Fórum Brasileiro foi criado na III Plenária Nacional da Economia Solidária, com mais de 800 representantes, delegados das 18 plenárias estaduais. Seu papel consiste em articular e mobilizar as bases sociais da economia solidária pelo país, a partir de sua Carta de Princípios e de sua Plataforma de Lutas, e fazer a interlocução com o governo, em especial a Secretaria Nacional da Economia Solidária.

Por sua abrangência, o Mapeamento viabiliza uma mudança de escala nos trabalhos acadêmicos e nos debates sobre a economia solidária. Até então, a inexistência de dados objetivos e abrangentes sobre as experiências de economia solidária no país limitou os estudos a uma abordagem qualitativa, valiosa para o exame dos traços particulares dessas iniciativas, mas insuficiente para identificar suas tendências predominantes e seu impacto sobre as condições de vida dos trabalhadores. Os dados do Mapeamento, integrados ao Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária – SIES, oferecem uma visão ampla do perfil econômico, social e político da economia solidária.⁵ As perguntas formuladas, sobre os membros dos EES e as circunstâncias de sua criação, suas atividades econômicas, sua organização e gestão, seus vínculos e sua atuação social, produziram uma massa de informações passível de análise sob diversos ângulos, quanto à gênese e aos padrões de desenvolvimento dos EES, além de fundamental para a seleção judiciosa de casos a serem estudados qualitativamente.⁶

Tratar os dados do SIES sob o prisma da racionalidade intrínseca aos empreendimentos requer um dispositivo analítico apropriado, de modo a abarcar o maior número de informações relacionadas ao tema e dar margem ao contraditório, contido nas informações colhidas ou na sua (aparente) inconsistência. O método adotado com esse propósito foi uma extensão dos procedimentos empregados numa etapa preliminar, de crítica e de validação da base de dados. Essas tarefas prévias eram indispensáveis, pois as características do Mapeamento o diferenciam de uma pesquisa convencional e o expuseram a distorções, da identificação do seu universo até o registro e a transmissão dos dados.⁷ Os dados sofreram então um processo

⁵ Os dados finais do Mapeamento ainda não estavam disponíveis quando da redação desse artigo, que se vale da base consolidada de 2006. Para uma caracterização muito breve: 54,5% dos EES são associações, 32,7% funcionam como grupos informais e 10,7% são cooperativas. As atividades coletivas mais comuns são a produção (61%), a comercialização (57%) e o uso de equipamentos produtivos (48%). A fisionomia rural da economia solidária é visível, uma vez que 64% dos EES dedicam-se à agricultura, pecuária, pesca ou extrativismo. Seguem-se os setores de prestação de serviços (14%), alimentos (produção, beneficiamento e serviços – 13%), têxtil, confecções e calçados (12%), artesanato (9%), indústria de transformação (6%), coleta e reciclagem (4%) e finanças (2%). O retrato da economia solidária revelado pelo Mapeamento teve considerável difusão, através do *Atlas da Economia Solidária*, publicado em abril de 2006 e das opções de acesso ao SIES (www.sies.mte.gov.br).

⁶ O que contribuiria para superar a abordagem corrente, empirista e intuitiva, dos métodos de estudo de caso, que se contenta em escolher o que subjetivamente parece mais relevante ou está mais à mão do pesquisador.

⁷ A falta de uma relação preliminar dos EES existentes no território nacional, devido à notória insuficiência de informações prévias, representou um obstáculo considerável. A listagem foi então elaborada a partir de cadastros parciais e de informações diretas. O Mapeamento equivale tecnicamente a um levantamento amplo de informações, não a um censo ou a uma pesquisa amostral. O tratamento dos dados foi coordenado pelo autor desse artigo e por Héron Araújo, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

de retificação, mediante testes de consistência que resultaram na criação de novas variáveis e em reclassificações de respostas. Dentro de patamares razoáveis de confiabilidade, a base de dados do SIES foi validada.

Mas além de verificar o atendimento a requisitos técnicos, a crítica dos dados serviu para mensurar o grau de correspondência entre as experiências mapeadas e o conceito teórico de *empreendimentos de economia solidária*. Com isso, aportou uma conclusão preliminar decisiva para os objetivos desse artigo.

Para serem mapeados, os EES deviam satisfazer seis requisitos: a) constituírem organizações suprafamiliares permanentes; b) sob propriedade ou controle dos sócios-trabalhadores; c) com emprego ocasional e minoritário de trabalhadores não-associados; d) com gestão coletiva das suas atividades e da alocação dos resultados; e) com registro legal ou informais; f) de natureza econômica, direcionada à produção, comercialização, serviços, crédito ou consumo. Uma bateria de testes de consistência buscou identificar os empreendimentos registrados em desacordo com esses parâmetros.⁸ As iniciativas situadas fora do escopo previsto ou não seriam organizações econômicas permanentes e suprafamiliares ou, mesmo o sendo, não funcionariam de modo minimamente autogestionário ou com vistas à sua viabilidade econômica. Poderiam representar formas habituais ou momentâneas de solidariedade, praticadas por indivíduos e por famílias detentores dos seus negócios, mas não organizações instituídas por meio de um ato associativo deliberado entre indivíduos, ou seja, de *empreendimentos* solidários, cujo alastramento confere a novidade e a importância da economia solidária.

Ante nossas categorias de análise, as organizações incluídas indevidamente no SIES faltariam com os requisitos mínimos de uma racionalidade ao mesmo tempo *empreendedora* e *solidária*. Essas dimensões significam que a união e a inteligência coletiva dos trabalhadores são mobilizadas como recursos fundamentais para que os EES lidem com a realidade contingente e logrem sua sobrevivência, gerando benefícios à comunidade de pessoas neles implicadas. Por certo, tal lógica não se destina a produzir novos empresários dispostos a correr os riscos inerentes aos jogos da acumulação do capital, mas a prover e repor os meios de vida. Metas improváveis na ausên-

⁸ A inexistência de uma listagem consolidada e o perfil heterogêneo dos entrevistados de campo justificavam esse cuidado, sendo de esperar, por exemplo, a inclusão indevida de organizações sociais ou filantrópicas sem atuação econômica, ou de empreendimentos não conduzidos efetivamente pelos sócios-trabalhadores. A base conceitual e a metodologia do Mapeamento constam do Atlas da Economia Solidária no Brasil e de outros documentos de referência disponíveis em www.sies.mte.gov.br.

cia de um projeto comum forjado pela experiência do trabalho, a partir do qual se exerce a criatividade, cultivam-se vínculos não-utilitários e realiza-se o aprendizado (Gaiger, 2004b).

Quanto mais frequentes os casos de inobservância desses requisitos pelos EES, mais distantes estaríamos da hipótese de existência de uma lógica baseada na conjunção daquelas duas dimensões. Sendo tais casos predominantes entre as 15 mil experiências registradas no SIES, o próprio conceito de economia solidária estaria sujeito a cair por terra.⁹ O primeiro teste consistiu em examinar os EES cujas declarações não condiziam com aqueles requerimentos. Estando esses casos associados entre si e a situações não aleatórias, revelariam debilidades sistêmicas da economia solidária. Se, ao contrário, essas *hipóteses negativas* fossem rejeitadas, os EES teriam passado no teste. Portanto, uma contraprova, no sentido de expor à falsificação as inferências feitas a partir dos dados *favoráveis* à economia solidária.

Dez hipóteses foram examinadas, concluindo-se que os EES em geral apresentam práticas solidárias e empreendedoras acima de um patamar mínimo e atendem ao marco de referência do SIES. Certas fragilidades apareceram, como a falta de recursos e de infra-estrutura, fatores de dependência das iniciativas de economia solidária, ou o baixo grau de envolvimento dos associados na vida cotidiana de alguns empreendimentos, acarretando riscos de cisão entre o corpo diretivo e a base social. Por outro lado, sobressaíram-se aspectos positivos, como a existência de mecanismos democráticos e a ampla predominância dos sócios na direção e na execução das atividades, além da participação freqüente em mobilizações sociais.

Para uma avaliação mais abrangente e conclusiva, foram construídos dois coeficientes, de *baixo empreendedorismo* e de *baixo solidarismo*, formados a partir de indicadores de práticas ou situações *negativas*, semelhantes às aquelas examinadas nas hipóteses anteriores. O objetivo era aferir se essas práticas ou situações são fatos isolados ou vinculados entre si. Uma espécie de *malha fina*: quanto maior a sua pontuação, menos empreendedores ou solidários os EES seriam. Quanto mais frequentes as pontuações elevadas, mais comprometida ficaria a natureza alternativa dos EES e deveríamos admitir que a economia solidária no Brasil esteja longe de conter elementos efetivos de outra lógica social e econômica.

O desempenho global dos EES mostrou-se satisfatório, no que tange a não possuírem propriedades ou exercerem práticas cabalmente indicadoras da ausência de empreendedorismo ou de solidarismo: 93,7% deles incidem

⁹ Exceto se ficasse demonstrado que os *autênticos* empreendimentos não foram mapeados, algo sem qualquer evidência empírica.

no máximo em 6 indicadores, dos 18 utilizados, e apenas 0,5% incidem em 9 indicadores ou mais. Existem EES muito frágeis ou em situações contraditórias com o conceito de economia solidária. Porém, como todas as frações referentes aos EES com elevado coeficiente de baixo empreendedorismo ou de baixo solidarismo são inferiores a 1,5%, pode-se dizer que o SIES, salvo tais exceções, registra experiências classificáveis como de economia solidária. Apesar da aparente redundância, conclui-se que o conceito de economia solidária, no sentido de um conjunto de práticas guiadas por uma racionalidade que concilia solidariedade social e viabilidade econômica, encontra um suporte expressivo na realidade empírica captada pelo Mapeamento.

Altos e baixos do desempenho solidário e empreendedor

Esse resultado ainda é parcial. Diante da primeira questão indicada na Introdução, sobre os traços singulares e consistentes dos EES, é necessário averiguar se os mesmos ficam rentes aos níveis mínimos de empreendedorismo e solidarismo ou os superam em graus razoáveis, com bons indicadores *positivos*. Seu desempenho será mais convincente se apresentarem quocientes pronunciados em indicadores exigentes, apropriados a uma concepção avançada de economia solidária.

Para essa avaliação, utilizou-se um dispositivo metodológico tecnicamente similar ao anterior, mas de conteúdo oposto: os EES foram analisados segundo sua pontuação em coeficientes de *alto empreendedorismo* e de *alto solidarismo*, compostos cada um deles por nove indicadores. Como o adjetivo *alto* deixa a entender, pontuar em cada indicador implica responder a um conjunto de requisitos acima das condições esperadas da maioria dos EES; pontuar em vários indicadores exige desenvoltura em muitas frentes, ficando atendido o objetivo principal da análise.¹⁰

- Coeficiente de *alto empreendedorismo*:
 1. Recursos produtivos a montante de propriedade do empreendimento
 2. Sede, equipamentos e espaço principais de comercialização próprios
 3. Comercialização principal no mercado estadual, nacional ou internacional
 4. Visão estratégica e ausência de dificuldades de comercialização
 5. Capacidade de captação de crédito para investimento

¹⁰ Cada indicador relaciona-se a um conjunto de questões afins, consideradas simultaneamente ou alternativamente. Como os indicadores de *alto* desempenho não recaem nas mesmas variáveis utilizadas pelos indicadores de *baixo* desempenho, evita-se dividir tautologicamente os empreendimentos em dois pólos dicotômicos, conforme tenham respondido *sim* ou *não* às questões. Por outro lado, essa técnica nem sempre permite escolher os melhores indicadores do ponto de vista conceitual, pois é necessário ater-se às informações disponíveis na base de dados.

6. Geração de sobra líquida e independência de financiamentos
7. Remuneração e vínculo regulares dos trabalhadores sócios e não-sócios
8. Investimento na formação de recursos humanos
9. Férias ou descanso semanal para os sócios-trabalhadores

Os itens avaliados dizem respeito ao grau de autonomia material (1 e 2), à abrangência e ao êxito da comercialização (3 e 4), a inversões em prol da consolidação dos EES (5 e 8), à geração de excedentes (6) e ao patamar de distribuição dos resultados para os sócios (7 e 9).

- Coeficiente de *alto solidarismo*:

1. Coletivização da produção ou do trabalho
2. Decisões coletivas tomadas pelo conjunto de sócios
3. Gestão de contas transparente e fiscalizada pelos sócios
4. Participação cotidiana na gestão do empreendimento
5. Matérias-primas ou insumos principais de origem solidária
6. Comercialização solidária e preocupação com os consumidores
7. Participação em movimentos sociais e em ações sociais ou comunitárias
8. Participação em redes políticas ou econômicas solidárias
9. Ações de preservação do ambiente natural

Os quesitos avaliados relacionam-se ao grau de cooperação produtiva (1), à participação e democracia na gestão (2, 3 e 4), às práticas solidárias de comercialização (5 e 6), ao engajamento social e político (7 e 8) e à contribuição para o desenvolvimento sustentável (9).

Os indicadores de alto empreendedorismo foram atingidos em média por 8,7% dos EES.¹¹ Quase a metade dos EES não preenche nenhum indicador e um terço atende apenas a um indicador. Somente 5% atendem a três indicadores ou mais. No tocante ao alto solidarismo, os percentuais de satisfação dos indicadores são superiores, alguns acima de 25% e na média geral 22,2%, refletindo-se no desempenho global superior dos EES: apenas 15% não pontuam em nenhum indicador; 31,8% pontuam em 3 indicadores ou mais; 5,3%, em 5 indicadores ou mais (contra apenas 0,4% no alto empreendedorismo).¹²

¹¹ Esses percentuais referem-se à totalidade dos EES e seriam maiores se desconsiderassem os casos em que certos quesitos embutidos nos indicadores são inaplicáveis. Tal correção não afetaria as conclusões gerais aqui apresentadas.

¹² Cruzamentos complementares entre os coeficientes de alto e de baixo desempenho comprovaram a consistência do instrumento: por um lado, os perfis de baixo e de alto desempenho excluem-se; por outro lado, em apenas 15 casos a pontuação simultânea dos EES em ambos os coeficientes chega a 9, isto é, a 50% da pontuação teórica máxima.

Assim concebidos, os indicadores de alto desempenho têm a faculdade de apontar os atuais pontos de estrangulamento dos EES. No quesito *empreendedorismo*, as fraquezas situam-se no investimento em formação de recursos humanos, na obtenção de crédito para investimento, na concessão de férias ou descanso semanal para os trabalhadores e na estrutura de comercialização. Deficiências relacionadas não tanto ao funcionamento diário dos EES, mas a *debilidades estruturais* que perduram, afetando o seu reconhecimento pelo mercado e reduzindo sua capacidade de gerar excedentes que garantam autonomia econômica, retribuições aos trabalhadores, coesão e qualificação do quadro de sócios. No quesito *solidarismo*, os pontos frágeis são a participação em redes, o comércio e o consumo solidários. Aqui, trata-se de limites nos *relacionamentos externos*, impostos pela fragilidade das iniciativas de articulação e pela inexistência de cadeias produtivas solidárias, capazes de estender-se e romper o isolamento dos empreendimentos, algo ainda distante da realidade.

Afora esses nós górdios, os percentuais de EES que atendem aos demais indicadores são mais altos, entre 9% e 44%. Ademais, como vimos, poucos EES situam-se abaixo dos patamares mínimos. Deduz-se então que a maior parte dos empreendimentos apresenta um perfil de empreendedorismo e de solidarismo aquém de um alto desempenho. Eles não estão colados aos patamares mínimos, mas tampouco concentrados no topo. Sua maioria nem apresenta características sistematicamente negativas, contrárias ao empreendedorismo solidário, nem se destaca por propriedades altamente desenvolvidas. À luz do nosso instrumento de análise, eles estão acima do ponto *crítico* e abaixo do ponto *ótimo*: distribuem-se pelo gradiente existente entre esse dois níveis, com práticas variáveis, em geral limitadas, mas efetivas de economia solidária.

Os compassos da nova racionalidade

A hipótese de uma nova racionalidade implica ainda que as práticas determinadas por fins sociais e por fins econômicos evoluam complementarmente. Para verificá-lo, através do método empregado até aqui, deve-se analisar os coeficientes de forma *integrada* e examinar se as variações observadas nos indicadores de alto empreendedorismo e de alto solidarismo estão correlacionadas. Assim, podem-se avaliar as correlações entre as práticas e características de solidarismo interno e externo dos EES e aquelas de eficiência e viabilidade econômica.

A pontuação total dos EES nos dois coeficientes reflete globalmente as situações já evidenciadas em cada um deles. A grande maioria apresenta pontuação modesta e apenas 8% dos EES satisfazem mais de 5 indicadores.

Entre os EES com escore entre 1 a 3 indicadores, não se pode afirmar que a concomitância entre as pontuações no alto solidarismo e no alto empreendedorismo seja regra, pois um caso poder ocorrer sem o outro. Em contrapartida, os dados sugerem que o conjunto de EES obedece a uma relação positiva entre maior solidarismo e maior empreendedorismo: a cada grau de empreendedorismo corresponde um grau proporcionalmente maior de solidarismo. Os casos de desenvolvimento unilateral seriam minoritários. O fato converge com estudos qualitativos segundo os quais o desenvolvimento da dimensão empreendedora não inibe forçosamente a autogestão e o engajamento social dessas organizações, mas é suscetível de estimulá-los ou mesmo pressupô-los (Gaiger, 2006).

Podemos indagar se essa correspondência geral decorre de alguma situação específica, isto é, se alguns indicadores, num coeficiente, exercem uma força de indução sobre indicadores do outro coeficiente. O atendimento aos primeiros representaria uma condição favorável ao atendimento dos segundos, sinalizando então que a dimensão empreendedora e a dimensão solidária encontram-se ali fortemente integradas. As práticas correspondentes a tais indicadores funcionariam como nódulos de *entrelaçamento* entre solidarismo e empreendedorismo, cerne da racionalidade em exame.

Uma técnica estatística apropriada a essa questão é *análise de correspondências*, que consiste em mensurar as correlações simultâneas entre todos os indicadores, verificando quais tendem a andar juntos, a se repelirem ou a manterem-se neutros, sem relações significativas. Os resultados de sua aplicação ao nosso estudo mostram que as atrações mais importantes ocorrem sempre entre os indicadores da mesma dimensão: práticas ou características de alto solidarismo, por exemplo, relacionam-se mais fortemente entre si do que com as práticas ou características de empreendedorismo.¹³ Ainda assim, a análise mostra que certas práticas de empreendedorismo se fazem acompanhar de bons indicadores de solidarismo, evidenciando a presença de uma dinâmica ao mesmo tempo econômica, social e política: de um lado, no campo do fortalecimento econômico interno dos empreendimentos, através do desenvolvimento da capacidade de contração de crédito e de investimento, conjugado a seu fortalecimento externo via inserção em redes de comercialização solidária; de outro lado, no campo da observância dos direitos sociais do trabalho e de medidas de preservação ambiental, fatores de coesão interna e alinhados ao desenvolvimento sustentável.

¹³ É possível que existam elos consideráveis vinculando os dois aspectos, porém não de forma genérica, para a maioria dos EES. Isto é compreensível, por conta da diversidade da economia solidária.

Quando se considera a estrutura dos indicadores de cada coeficiente, os resultados são interessantes. As práticas de alto empreendedorismo aparecem divididas em dois blocos, evidenciando que os EES de maior pontuação apresentam matizes diferenciados. De um lado, aqueles que adquirem as condições econômicas e optam por manter um quadro regular de trabalhadores, concedendo-lhes direitos sociais e investindo na sua formação e qualificação. De outro lado, os EES que apresentam estratégias direcionadas à comercialização, acesso crédito ou recursos para investimentos, além de auto-suficiência econômica e financeira. Tais situações não são excludentes, mas constituem dois perfis relativamente independentes.

Os indicadores de alto solidarismo apresentam igualmente dois tipos de correlação mais fortes: em primeiro lugar, entre as práticas de participação e de transparência administrativa, vértices da gestão democrática. Em segundo lugar, entre a inserção em ações comunitárias ou movimentos sociais e os cuidados com a preservação ambiental, a denotarem envolvimento com os problemas da sociedade. Esses aspectos relacionam-se secundariamente a outras práticas mais específicas, como a comercialização solidária e a participação cotidiana dos sócios na gestão do empreendimento, aparecendo ainda, favoravelmente, situações de coletivização do trabalho ou da produção. Existiria assim uma correlação entre solidarismo interno e externo.

Ao estudar mais amiúde os indicadores, por meio de sua inclusão judiciousa em testes sucessivos de correspondências, discernem-se as vias de convergência que progressivamente se estabelecem entre as práticas em questão. A partir da conquista de um patamar de *gestão democrática*, os EES lançam-se no papel de *atores sociais* da economia solidária, mediante engajamento comunitário e práticas de articulação política e econômica *ou*, numa segunda via, investem prioritariamente em políticas de *valorização do trabalho*, mediante remuneração regular, benefícios sociais e formação dos recursos humanos. Esses caminhos mostram-se relativamente independentes dos avanços propriamente econômicos, como acesso a crédito, capacidade de investimento, facilidades de comercialização e penetração ampla no mercado. Ou seja, um alto desempenho econômico pode ser alcançado por EES situados em quaisquer das estratégias de desenvolvimento acima apontadas, de modo que as mesmas devem-se não a imposições da realidade econômica em si, mas a fatores singulares que afetam os diferentes EES em seu processo histórico. Pode-se dizer que representam uma questão *política* para os EES, de escolhas orientadas por sua identidade e por seu projeto.

Outra racionalidade faz diferença?

No âmbito dessa análise geral dos dados, importa explorar uma derradeira linha de questionamento, atinente às características *típicas* dos EES com melhor desempenho empreendedor e solidário, do ponto de vista da gênese dos mesmos, do seu desenvolvimento posterior e dos seus resultados. Empreendimentos antigos, escolados por anos de dura concorrência no mercado, refluem em suas práticas solidárias ou as mantêm? O que sucede com os empreendimentos de grande porte, cujo elevado quadro de sócios acarreta empecilhos à democracia direta? À luz dos indicadores, aqueles EES de maior solidez econômica, com volumes de produção consideráveis, sacrificam os seus aspectos sociais e tendem a adotar uma lógica empreendedora convencional? As respostas a tais perguntas deixarão mais claro se a presença da nova racionalidade, mesmo sendo parcial e sujeita a contradições e reveses, é apenas um aspecto singularizante dessas iniciativas ou constitui um dos seus pilares estruturantes, exercendo um papel fundamental.

A tabela abaixo elucida um primeiro aspecto, relativo aos motivos principais da criação dos EES.¹⁴ A justificativa mais usualmente declarada, de *busca de alternativa ao desemprego* (31%),¹⁵ refere-se aos EES cujo desempenho fica abaixo da média (última linha), o que respalda a idéia de que não bastam fatores externos de *pressão negativa* sobre os trabalhadores para que o resultado seja mais uma boa iniciativa de economia solidária (Gaiger, 2004c). Na mesma posição ficam os EES cuja finalidade inicial tinha um cunho pragmático (*acesso a financiamentos e apoios*) ou refletiam uma dinâmica ampla (*desenvolvimento comunitário*), talvez sem objetivos claros no campo econômico. Com índices acima da média, ganham destaque os EES formados com o objetivo deliberado de socializar a atividade econômica (*desenvolver atividade onde todos são donos*), cujo coeficiente de alto solidarismo é o mais elevado, e os casos de luta coletiva pela reconversão de empresas privadas em falência, nos quais o coeficiente de alto empreendedorismo é quase três vezes superior à média. Seja por uma opção refletida ou pela força imperiosa das circunstâncias, a motivação inicial faz diferença justamente quando comporta a dupla dimensão, social e econômica, do empreendimento a ser criado. Provavelmente por isso, entre os EES com maior pontuação, os coeficientes de empreendedorismo e de solidarismo tendem a evoluir lado a lado, como vimos antes.

¹⁴ Como a pontuação da totalidade dos EES mapeados é baixa nos indicadores de alto empreendedorismo e solidarismo, não existem variações expressivas em números absolutos, sendo de considerar as diferenças relativas nas pontuações médias dos subconjuntos de EES delimitados pelos critérios em análise.

¹⁵ A questão era de respostas múltiplas, contabilizando-se aqui o motivo declarado como principal.

TABELA 1 – Desempenho médio dos EES segundo o motivo principal de sua criação

Motivo declarado de criação do empreendimento	Coefficiente de alto empreendedorismo	Coefficiente de alto solidarismo	Coefficiente integrado
Uma alternativa ao desemprego	0,7505	1,8750	2,6316
Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo	0,8013	2,0039	2,8067
Uma fonte complementar de renda para os associados	0,8057	2,0953	2,9073
Desenvolver uma atividade onde todos são donos	0,8582	2,4166	3,2788
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	0,5623	1,9692	2,5350
Recuperação por trabalhadores de empresa em falência	2,1111	2,3857	4,5143
Motivação social, filantrópica ou religiosa	0,7974	1,9934	2,7881
Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	0,7356	1,7864	2,5194
Alternativa organizativa e de qualificação	0,7271	2,1945	2,9291
Médias gerais dos EES	0,7531	2,0024	2,7595

Quando submetidos à prova do tempo, os EES que sobreviveram até o Mapeamento não parecem descaracterizar-se: aqueles cuja fundação ocorreu antes de 1980 exibem o melhor desempenho global, com um bom índice de alto solidarismo e o maior índice de alto empreendedorismo. No outro extremo, os EES fundados há menos de uma década, entre eles os mais recentes e compreensivelmente mais frágeis, apresentam os níveis de alto empreendedorismo mais modestos, mas também índices de alto solidarismo tendencialmente abaixo da média. O melhor perfil nesse quesito corresponde aos EES ao redor de 15 anos de funcionamento. Por razões melhor esclarecidas adiante, o tempo parece fazer bem aos empreendimentos: preserva aqueles dotados de estratégias eficientes de sustentação econômica e,

ao mesmo tempo, seleciona as iniciativas com melhores práticas de participação e autogestão. Nos detalhes, nota-se que os EES submetidos à redução no número de sócios também apresentam um desempenho menor que os demais, depreendendo-se daí que os eventos de adesão e de evasão de trabalhadores não estão descolados das possibilidades que possuem estas organizações de conciliarem suas exigências econômicas e sociais.

A longevidade dos EES até certo ponto está ligada à sua forma de organização. Na maior parte dos casos, eles nascem como grupos informais e muitas vezes, quando mais estruturados, registram-se posteriormente como associações ou cooperativas. Assim, as cooperativas são mais antigas que as associações ou os grupos informais e correspondem geralmente a iniciativas com um potencial mais consolidado. Tendo-se em vista as exigências contidas na transição para o formato cooperativo, quanto a regras formais de gestão e aos demais requerimentos institucionais, entende-se por que as cooperativas apresentam índices bastante superiores aos demais EES, enquanto os grupos informais ficam em último lugar nesse comparativo, com deficiências visíveis no campo do solidarismo.

Além disso, as cooperativas em geral são empreendimentos maiores. Desse ponto de vista, os dados não deixam dúvidas: quanto maior o quadro de sócios, melhor o desempenho dos EES, com ênfase para a faixa superior a 50 membros, em ambos os coeficientes. As deficiências dos pequenos grupos informais aparecem agora por outro prisma: segundo os indicadores, EES com até 10 integrantes são em média *menos solidários* que os de médio e grande porte. Não obstante as dificuldades inerentes à condução de organizações autogestionárias de porte, a economia solidária não se revela aqui uma alternativa típica ou cativa de pequenos empreendimentos, aos quais não daria chances de crescer. Pelo contrário, os EES que admitiram novos sócios no período anterior ao Mapeamento exibem índices de desempenho superiores àqueles com quadro estável ou com perda de membros.

Os dados sobre as diferenças causadas pelo predomínio de homens ou de mulheres no quadro social são dignos de interesse para análises específicas na perspectiva de gênero. Entre os EES de maior porte, aqueles com elevado número de homens sócios apresentam um desempenho global superior, em particular no coeficiente de empreendedorismo. Essa tendência contudo é mais acentuada entre os EES maiores com elevado número de mulheres sócias. Ademais, nesse caso há um equilíbrio entre os dois coeficientes, o que dá guarida a muitos estudos atuais sobre a presença das mulheres na economia solidária e suas consequências positivas para as mulheres e para a economia (Guérin, 2003).

A vantagem dos EES com maior estrutura estende-se ao volume das atividades econômicas. Os índices de desempenho empreendedor e solidário são nitidamente superiores nos EES que se destacam por cifras econômicas elevadas, nos quesitos de produção, crédito, investimento e remuneração dos sócios trabalhadores. Por seu turno, os EES com valor da produção não declarado, sem acesso a crédito, sem investimentos e com faixas de remuneração reduzidas apresentam os menores quocientes de alto empreendedorismo e alto solidarismo. Salvo exceções, o índice de alto solidarismo sempre acompanha o incremento da atividade econômica, constatação fundamental para nossa análise. O escore dos EES no coeficiente integrado de empreendedorismo e solidarismo cresce, pela ordem, com os níveis de faturamento, investimento, crédito e remuneração. Reaparece o vínculo positivo entre participação e rendimento econômico (Jones, 1978).

É ainda pertinente dimensionar o impacto das ações externas de apoio aos empreendimentos, por ser essa uma característica marcante da economia solidária. Um primeiro dado revela que os EES declarantes de apoios recebidos, sob forma de assessoria, assistência ou capacitação, apresentam índices superiores aos não declarantes, exceto os casos de apoio de órgãos governamentais. Assim, os apoios externos, se nem sempre muito ajudam, tampouco mostram-se inúteis ou prejudiciais. Percebe-se que as formas a princípio mais convencionais e padronizadas de apoio, ou voltadas a um objetivo momentâneo, não surtem maiores efeitos. Já as ações continuadas e as assessorias que incidem sobre gargalos conhecidos dos empreendimentos, como os aspectos jurídicos ou ligados à comercialização, produzem os melhores resultados. Quanto à origem dos apoios, o diferencial positivo é causado, de maior a menor, por cooperativas de técnicos, instâncias do movimento sindical, universidades e entidades civis. O conhecimento técnico parece assim ter vigor apenas quando associado à cultura cooperativa e ao ambiente social e político da economia solidária.¹⁶

Considerações finais

Da análise anterior conclui-se que os fatores a impulsionar os EES não são circunstanciais ou aleatórios, pois se ligam à trajetória dessas experiências, não à contra-corrente de suas práticas empreendedoras e solidárias, mas justamente por serem as mesmas exercidas. Em outros termos, tais práticas, cujas conexões sustentam a tese de uma racionalidade peculiar dessas orga-

¹⁶ Dados complementares indicam ainda uma vantagem dos EES que resolvem internalizar os conhecimentos técnicos necessários, com a incorporação de profissionais especializados ao seu quadro de funcionários.

nizações, são-lhes estruturantes. O efeito apreciável provocado por situações à primeira vista sem maiores conseqüências, como o predomínio das mulheres no quadro social, avaliza a idéia de que se conduzir segundo as pautas de *outra* economia faz uma considerável diferença. Já os reflexos positivos da maior parte dos apoios externos recebidos pelos EES, expressando o interesse e o amparo da sociedade para com a economia solidária, justificam que ela seja entendida como um campo próprio, a merecer novas regulações em prol do *ato associativo*.

Uma compreensão mais profunda das atuais iniciativas de economia solidária, a partir das aquisições iniciais proporcionadas por esse estudo da racionalidade dos empreendimentos *em geral*, requer adentrar os diversos segmentos da economia solidária isto é, os subconjuntos de experiências que partilham uma história comum e possuem uma morfologia similar, a exemplo das associações de produtores familiares, das cooperativas industriais ou das unidades coletivas de reciclagem. Cada segmento pode ter seu desempenho solidário e empreendedor apurado e comparado com os índices gerais, o que destacaria suas singularidades e as elucidaria melhor. Outra possibilidade, de acordo com o método aqui empregado, consistiria em comparar os EES que apresentam um perfil solidário e empreendedor semelhante, a despeito de sua heterogeneidade morfológica, o que permitiria cruzar tipologias de desempenho qualitativo dos empreendimentos com tipologias de conteúdo histórico-social.

As vias de evolução da economia solidária em nada se parecem a um caminho conhecido e seguro. A razão pragmática com certeza não serviria para escrutinar a realidade presente e admitir, nas possibilidades nela contidas, desenlaces emancipatórios. No entanto, “muito provavelmente será a capacidade de ir inscrevendo o futuro nas vivências do presente que mais efectivamente nos pode aproximar dele” (Namorado, 2005: 19). Para os trabalhadores da economia solidária, os seus empreendimentos representam desafios incommuns, mas não utópicos, pois são hoje a realidade que experimentam e vivem com esperança (Santos, 1999), convertendo essa práxis em seu regime de verdade. Nossos esforços de compreensão não deveriam perder de vista que o sentido da economia solidária, em sua instância primordial, depende do que representar para a vida dos trabalhadores, diante das demais alternativas de trabalho, renda e inserção social a seu dispor, considerando-se suas aspirações a uma vida com valor e dignidade. Reside, ademais, nos novos protagonismos que essas iniciativas ensejam, na esfera econômica e nos espaços públicos, em cujos embates forjam-se repetidamente, desde as lutas democráticas dos anos 80 no Brasil, os atores populares da cidadania.

Referências bibliográficas

- Abramovay, Ricardo (org.) (2004), *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume.
- Cattani, Antônio (org.) (2004), *La otra economía*. Buenos Aires: Altamira (trad. Lucimeire Leite).
- Coraggio, José (1999), *Política social y economía del trabajo*. Buenos Aires/Madrid: Miño y Dávila Editores.
- Coraggio, José (org.) (2007), *La economía social desde la periferia. Contribuciones latinoamericanas*. Buenos Aires: UNGS-Altamira.
- Defourny, Jacques (1988), “Coopératives de production et entreprises autogérées: une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation”, *Mondes en Développement*, 61(16), 139-53.
- França Filho, Genauto *et al.* (orgs.) (2006), *Ação pública e economia solidária. Uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gaiger, Luiz (2004a), “Eficiência sistêmica”, *in* Antônio Cattani (org.), *La otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 213-220.
- Gaiger, Luiz (2004b), “Emprendimientos económicos solidários”, *in* Antônio Cattani (org.), *La otra economía*. Buenos Aires: Altamira, 229-241.
- Gaiger, Luiz (org.) (2004c), *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.
- Gaiger, Luiz (2006), “A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários”, *Revista Sociedade e Estado*, 21(2), 513-44.
- Gaiger, Luiz (2007), “Nouvelles formes de production non capitaliste au Brésil”, *Revue Tiers Monde*, 190, 309-324.
- Guérin, Isabelle (2003), *Femmes et économie solidaire*. Paris: La Découverte.
- Jones, Derek (1978), “Les coopératives de producteurs dans les économies occidentales industrialisées: un aperçu général”, *Annales de l'économie publique, sociale et coopérative*, 66(2), 109-124.
- Laville, Jean-Louis (org.) (2004), *Economía social y solidaria. Una visión europea*. Buenos Aires: Altamira (trad. Mirta Vuotto).
- Lévesque, Benoît *et al.* (orgs.) (2001), *La nouvelle sociologie économique*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Mendell, Marguerite (2003), “La aparición de movimientos sociales internacionales y la economía social y solidaria”, *Économie et Solidarités – Revue du CIRIEC/Canada* [n.º especial], 19-29.
- Namorado, Rui (2005), “Cooperativismo – um horizonte possível”, *Oficina do CES*, 229.
- Novaes, Henrique (2005), “Quando os patrões destroem máquinas. O debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias”, *Revista Ciências Sociais Unisinos*, (41)2, 100-110.

- Razeto, Luis (1993), “Economia de solidariedade e organização popular”, in Moacir Gadotti; Francisco Gutiérrez (orgs.), *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 34-58.
- Santos, Boaventura de Sousa (1999), “Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, 197-215.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2002), *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Singer, Paul (1999), *Uma utopia militante*. Petrópolis: Vozes.

LUÍS QUINTAIS

Fluidez tectónica. As bio-tecno-ciências, a bio-arte e a paisagem cognitiva do presente¹

O presente ensaio constitui um comentário crítico à tese de Paul Virilio de que certo tipo de práticas na fronteira entre a arte e a tecno-ciência, práticas a que se convencionou chamar “bio-arte”, epitomizam o radicalismo expressionista e niilista do presente. A investigação aqui iniciada revela, através de um olhar sobre as práticas artísticas de Eduardo Kac, que estas, longe de apelarem a tal radicalismo, só se tornam operativas e significativas numa atmosfera de compromisso ético e político que é tomada como inescapável dada a relevância que assumem as bio-tecno-ciências no mundo contemporâneo.

[T]he center cannot hold

W. B. YEATS

Quando a arte se torna perigosa ou a invectiva de Paul Virilio

Num ensaio publicado originalmente no ano 2000, Paul Virilio concentrava-se na radicalização de certos sectores das ciências e das artes, acusando-os de “impiedade”, uma impiedade que teria, aliás, caracterizado todo século XX, a glosar a citação que o filósofo e urbanista francês faz de Albert Camus na abertura do seu texto: “Este impiedoso século, o vigésimo” (*apud* Virilio, 2003: 27).

Virilio caracteriza as novas formas de “expressionismo” que parecem espreitar por entre o som e a fúria do presente, e que aliam arte e ciência (melhor seria dizer tecno-ciência) no dealbar do século XX (Virilio, 2003: 49-51).

¹ Uma versão deste ensaio foi apresentada no âmbito do seminário *Discurso, Legitimación, Memoria* no dia 31 de Maio de 2007 às 18 horas, Sala de Juntas de La Facultad de Filología, Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha. Agradeço a todos os comentários críticos que aí me foram feitos, e, em especial, a Pedro Serra pelo convite, hospitalidade e generosidade. Agradeço ainda as sugestões de clarificação que foram feitas pelos revisores científicos da RCCS. É óbvio que todas as eventuais incorrecções são da minha responsabilidade.

A imprecisão da fronteira entre arte e tecno-ciência reside afinal numa “flagrante exibição do horror” (*ibid.*: 50). Transversal à arte e à tecno-ciência do presente estaria a sua pulsão niilista, que Virílio não define de forma precisa, mas que poderíamos, dado o contexto, tomar como uma “vontade” de rasura sem precedentes, e que, na acepção expressionista a que Virílio recorre, denunciaria o seu radicalismo através da tentativa de recomposição integral das formas naturais, em particular as do corpo humano. Sem dúvida que Virílio, neste ponto, faz *articular tacitamente* (sem explicitação de maior, pois) certos sectores da arte contemporânea com as “vanguardas” dos alvores do século XX que, como sabemos, mantiveram complexas relações com a técnica e, em particular, com a guerra (a guerra moderna, onde a possibilidade de impiedosa rasura através da técnica se tornou uma possibilidade), relações que, em muitos casos, evidenciam um consentimento perturbador. Veja-se, por exemplo, a celebração da guerra pelos futuristas italianos (*v.g.*, Marcus, 1999: 259), ou aquilo que Grail Marcus nos diz sobre os dadaístas:

Quando Ball escrevia acerca da necessidade de apagar tudo o que tinha sido escrito antes, quando Tzara dizia que não lhe interessava saber se alguém tinha existido antes dele, quando Huelsenbeck entoava “O Fim do Mundo”, os dadaístas alimentavam-se desse impulso, mesmo se a sua aversão ao que sobrava disso os trouxesse de novo à vida. Dadá, tal como o próprio século, era o direito a mijar e cagar às cores: branco, amarelo, preto e vermelho. Por mais de uma vez, nos primeiros anos do regime nazi, a Gestapo procurou Huelsenbeck (*É aqui que mora o dadaísta Huelsenbeck? Não*, respondia a sua mulher, *aqui mora o dr. Huelsenbeck, médico*); a salvo nos Estados Unidos, ele jamais se cansou de citar o discurso de Nuremberga, de 1936, no qual Hitler chamou a Dadá lama mal cheirosa, o que provava o inocente poder de Dadá. Mas não é difícil de concluir que Hitler, ele próprio conhecedor dos meios boémios e também pintor e artista, combateu Dadá durante tanto tempo e tão duramente porque Dadá o tocara, porque sentira a sua força, do mesmo modo que Ball sentira o niilismo de *Parole in Libertà*, de Marinetti, ou Siurlai o sopro da morte na “Glória a Deus”, de Hennings, e Huelsenbeck a excitação de uma possível ordem total em “O que é o dadaísmo e que deseja ele para a Alemanha?”. (Marcus, 1999: 280-281)

Virílio abastece-se desta suposta solução de continuidade entre o radicalismo estético das primeiras décadas do século XX e os desígnios (para ele imensamente suspeitos) do enlace arte/tecno-ciência a que assistimos contemporaneamente. Familiarizados com formas radicais de desporto em que os atletas arriscam a própria vida em nome de uma *performance* destituída de sentido, começamos agora a assumir formas radicais de tecno-ciência, em que se corre “o risco supremo de desnaturalizar o ser

vivo – tendo já destruído o seu meio ambiente” (Virilio, 2003: 51). Neste sentido, o extremar de certas formas de arte, como sejam as “práticas transgênicas”, não se destina senão a fazer embarcar a biologia numa espécie de “expressionismo” em que a teratologia deixou de ser simplesmente o estudo de malformações, tornando-se antes uma demanda pela sua “reprodução quimérica” (*ibid.*: 51). Ou seja, Virilio sugere-nos que as bio-tecno-ciências abrem a porta a um mundo de recomposição tecno-selectiva das formas naturais movido já não por desígnios de demonstração, mas antes de “monstração”. Formas “melhoradas” por critérios expressivos que se reproduzirão inevitavelmente.

A argumentação de Virilio merece ser largamente matizada.² Tais formulações prendem-se com a *dramatização* das relações entre arte e tecno-ciência. Essa dramatização consiste numa aposta em que *exemplos extremos* só muito esparsamente invocados são tomados como sintomáticos do que poderá ser *o sentido amplo das relações entre arte e tecno-ciência*. O exemplo mais espectacular desse enlace é, sem dúvida, o da intitulada “arte transgênica”. A designada arte transgênica é, para já, e tão-só, uma província da “bio-arte” (qualquer forma de arte inspirada nas bio-tecno-ciências), e uma província que, seguramente, a apoiarmo-nos no seu mais destacado cultor (e estou a falar aqui de Eduardo Kac), não promove de *modo óbvio* o drama viriliano do expressionismo tecno-científico e suas extensões artísticas. O grande problema é, em meu entender, outro, com implicações mais gerais, que o trabalho de Eduardo Kac, afinal um dos alvos de Virilio, amplifica.

Talvez a arte e a nossa percepção do que ela é estejam ainda demasiadamente comprometidas com uma ideia de centro ou essência de que a “estética” será porventura a categoria mais equívoca e, talvez, a mais desnecessária. Assim, o meu filistinismo metodológico – um filistinismo que recebo do antropólogo Alfred Gell (1998, 1999) – diz-me que o grande problema radica na ausência de um eixo ou de um fundamento a partir do qual as produções culturais do presente possam ser medidas. É assim que devemos ler o pensamento de Virilio sobre a arte contemporânea. Diz-nos ele em conversa com Sylvère Lotringer (2005):

O fim da capacidade para fazer convergir associa-se ao movimento, à desterritorialização. A arte deixa de ter um fundamento. [...] Escrevi sobre o buraco negro da arte, o facto de a arte não mais ser localizada. [...] Esta deslocalização é uma incapacidade para fazer convergir. Perdemos perspectiva no sentido amplo, não no sentido

² Para uma resposta a Virilio articulada no interior do campo da designada “bio-arte”, ver, *v.g.*, Catts e Zurr (2007).

do Quatrocento. Há um apagamento da perspectiva e, assim, um colapso do sentido. A meu ver, a perspectiva é indispensável ao conhecimento. Porque orienta, confere um sentido de direcção. (Lotringer e Virilio, 2005: 83-84)

Vivemos num mundo sem um eixo, pois, mas insistimos nesse eixo (tal como faz Virilio). Insistimos no centro e na essência porque sem eles uma espécie de dissonância alarmante parece fazer soçobrar a possibilidade de *redenção* pelo sentido. Este é, sem dúvida, um aspecto decisivo do apuro contemporâneo. Assim, se quiséssemos mapear a paisagem cognitiva do presente, movimento sem o qual não é possível compreender aquilo a que se chama bio-arte, teríamos de tomar em linha de conta que a *deriva de categorias e a sua integral reconfiguração*, sendo um inquietante dado dessa paisagem, têm um lastro histórico considerável que, a partir da segunda metade do século XX, com a emergência da genética molecular, da teoria da informação e das possibilidades de manipulação e transformação tecnológica da “natureza”, se torna *perceptível*.³ Torná-lo perceptível no espaço público, tal como fazem artistas como Kac, não será, em si mesmo, *multiplicar o perigo* que tal deriva faz supor. O que a bio-arte tem vindo afinal a realizar (a existir um campo de práticas comuns de que se reclamam os seus officiantes) é uma *recontextualização pública* (e, nesse sentido, ética e política) do perigo que nos espreita e que não pode ser escamoteado. Se Virilio nos diz que a arte, em associação com a tecno-ciência, se tornou perigosa, melhor seria talvez dizer que a arte se tornou um *locus* de reflexividade e avaliação do “acidente”, esse “milagre profano”, a usar a magnífica expressão de recorte benjaminiano que Virilio usa nas suas conversas com Sylvère Lotringer (2005: 63). Para Virilio, a tecnologia faz supor o acidente, como se de um potencial escondido se tratasse. Assim, por exemplo, a invenção da locomotiva contém em si mesma a invenção do descarrilamento. O acidente é, para Virilio, a afirmação de uma negatividade que se faz inscrever na modernidade e no seu projecto de progresso científico. O acidente é, nesse sentido, um elemento de *diagnóstico* ou, a usar a declinação escatológica cara a Virilio, um elemento de *revelação*, e daí a o alcance da expressão “milagre profano” a que faz apelo (ver, também, Derian, 1998: 20-21).

³ A expressão “paisagem cognitiva do presente” é uma citação transformada de Bradd Shore (1996: 73) quando se reporta à “paisagem cognitiva da modernidade”. Prefiro aqui a expressão “do presente”, de modo a evitar uma enunciação precisa daquilo em que consiste a “modernidade”, ainda que, ao longo do meu texto, seja evidente a importância que confiro à modernidade não de um ponto de vista estritamente cronológico, mas antes tomando-a como uma “tonalidade” ou “atmosfera” que se prende com a nossa percepção do que é a racionalidade tecno-científica, suas extensões, implicações, e riscos. Pressupõe-se, pois, que este presente é caracterizado por um mundo que está dentro da tecno-ciência, e não o contrário.

O quadro em que vivemos (e que excede em muito as práticas dos artistas envolvidos no campo da bio-arte) é, basicamente, o seguinte: se os humanos são veículos de informação genética e cultural, as bio-tecno-ciências vêm dar um sentido insuspeito à humana singularidade de nos reconhecermos como veículos dotados de desígnios que não se conformam a uma mera replicação genética ou cultural. Como afirma Keith Stanovich (2004) num livro recente inspirado em Richard Dawkins (1976), somos veículos humanos ou “robôs” que, incapazes de nos submetermos às lógicas cegas da replicação genética e cultural, promovemos formas de “rebelião” a tais lógicas cegas. Tais veículos humanos – todos nós, afinal – encaminham-se para a reconfiguração das suas disposições e constrangimentos (aparentemente incontornáveis) de replicação genética e cultural. De modo particularmente importante para o meu argumento, Stanovich acrescenta que a engenharia genética e a terapia genética representam talvez o último triunfo das máquinas de sobrevivência de Dawkins: “Com a tecnologia de engenharia genética, nós, que fomos construídos pelos replicadores para servir como as suas máquinas de sobrevivência, usamo-los para os nossos próprios fins – fins que não são os fins dos genes [...]” (2004: 280). É evidente que há na afirmação de Stanovich uma declinação fáustica que merecerá certamente ponderação. Porém, ela revela-nos certamente o perfil inquietante do presente.

Neste sentido, uma das aceções do presente seria a de um mundo onde esta reconfiguração se afiguraria de tal forma profunda que solicitaria a criação de formas generalizadas de reflexividade, formas que poderiam ser (e são) potenciadas pelas práticas artísticas dos bio-artistas.

Fluidez tectónica

É certo que, neste cenário de transgressão tecnológica, as tonalidades utópicas depressa se tornam enfaticamente distópicas. E tal acontece porque tais tonalidades, *destituídas de mecanismos de regulação*, poderão conduzir-nos à mais desconcertante *fluidex tectónica* de que há memória. Isto a pedir de empréstimo um termo, “tectónica”, que procede da geologia, mas também da arquitectura, e que nos chama a atenção para *aspectos estruturais da natureza e da cultura*. De algum modo, a palavra tectónica assume como trunfo ou valência semântica não negligenciável a impossibilidade de destrição natureza/cultura. Refuto o *valor absoluto* desta destrição, procurando, justamente, *ter em atenção o modo como se revelam e se expressam estruturas e funções tectónicas e como se reinventam tecno-cientificamente tais estruturas e funções*.

Esta fluidez tectónica a que me refiro resultará do facto de as bio-tecno-ciências colocarem em causa a estabilidade ontológica daquilo que se

denomina “tipos naturais”. O que as bio-tecno-ciências nos sugerem é a possibilidade de um mundo em que qualquer “teoria das essências” (D’Andrade, 1995: 176-178) poderá ficar radicalmente comprometida. A assumir que tais teorias fazem supor a implícita existência de tipos naturais, o que as bio-tecno-ciências promovem é um mundo sem eixo ontológico e morfológico, um mundo *em que a tectónica dos tipos naturais fica ou poderá ficar seriamente ameaçada*, um mundo onde a presença de “tecno-tipos” teria de ser seriamente ponderada. Para fundamentar melhor o que estou aqui a argumentar, leia-se o seguinte fragmento de um estudo de Eleanor Rosch, que reivindica a *estabilidade* de certas correlações na nossa relação com o mundo:

Os objectos materiais do mundo são percebidos como possuindo alta correlação estrutural. Ou seja, dado um sujeito que percebe os atributos complexos de penas, pêlo, e asas, é um facto empírico fornecido pelo mundo percebido que asas co-ocorrem com penas mais do que com pêlo. E... é um facto do mundo percebido que é mais provável objectos com os atributos perceptivos de cadeiras terem a potencialidade funcional de sentar do que objectos com a aparência de gatos. (*apud* D’Andrade, 1995: 116)

Neste mundo em que o bricolage biotecnológico e evolutivo se tornará prática corrente, a ausência de eixo que identifiquei ganha certamente atribuições novas. Sendo assim, as “altas correlações estruturais” em que se fundam as ontologias tal como as percebemos e reconstruímos cognitivamente poderão ser radicalmente revistas e reinventadas, sendo que *asas poderão co-ocorrer mais com pêlo do que com penas*, entre outras “bizarrias” igualmente prováveis. Esse fundo tectónico constituído por tipos naturais poderá ser radicalmente reconfigurado, sendo que tal reconfiguração será também perceptiva e cognitiva. Neste território, as correlações “obrigatórias” de outrora serão pulverizadas. Estamos perante uma turbulência configuracional da qual começamos a dar-nos conta, hoje.

É esta reconfiguração radical eventualmente inexorável que vem exigindo do presente formas de *multiplicação da reflexividade*. E esta reflexividade é, se quisermos, um dispositivo decisivo para a possibilidade de constituição de mecanismos de regulação e auto-regulação sem os quais os produtos de uma eventual deriva biotecnológica e suas implicações poderão ser perigosamente afastados do espaço público e exclusivamente submetidos a desígnios e transacções de laboratório. Sendo um dos traços do presente, a multiplicação da reflexividade implica formas de pensamento/acção que se apoiam em metáforas e em estratégias de investigação que julgámos um dia

divergentes e que, afinal, o não são de todo. Ou seja, a constatação contemporânea da hibridez de formas de pensamento/acção vem pôr em causa a compartimentação e improvável contacto entre modos de conhecer e agir em que se fundaria a modernidade (Latour, 1991). Estou a apelar aqui a que consideremos a hipótese de domínios que se intersectam produzindo efeitos na nossa percepção do presente. E, para identificarmos os planaltos e singularidades em que se intersectam, nada melhor do que estarmos atentos aos processos de contaminação semântica e instrumental que mutuamente alimentam arte e tecno-ciência, isto é, atentos à recursividade de sentidos e de técnicas que se estabelece entre domínios tomados vulgarmente como não recursivos.

É aqui que se instala o que se designa hoje por bio-arte. Tratando-se de um campo de propostas muito diferenciadas, o que elas têm em comum é talvez um desígnio político: mostrar como noções de “vida” ou de “informação” (noções que no contexto em apreço são decisivas, e às quais voltarei adiante) merecem ser “dobradas”, “com-plicadas”, no sentido deleuziano do termo (Deleuze, 1988).

Ao dizer isto, estou a argumentar que a bio-arte assenta numa concepção topológica dos domínios arte/tecno-ciência em que o “interior” está em contacto com o “exterior”, e em que os fluxos, intersecções e trânsitos entre domínios devem ser apreciados, sob pena de não compreendermos a densidade histórica dos problemas levantados, e sob pena também de muito do que se passa no interior dos laboratórios se manter perigosamente arredado do espaço público, dada a pretensa neutralidade dos projectos que aí decorrem. Poderíamos dizer que a concepção topológica do conhecimento, que me parece notória quando nos confrontamos com figuras como Kac, está patente no modo como José Luís García, sustentando a sua argumentação em Abraham Moles, faz da bio-arte um sintoma da “expansão do fenómeno de meta-criação”:

Esta renovação da arte tem vindo a realizar-se por via das “artes computacionais”, das “artes digitais”, da “ciber-arte”, da “bio-arte” ou da “arte transgénica”, todas elas integrando o que podemos designar por “artes da informação” ou “info-artes”. O movimento das novas artes no campo da biotecnologia reclama levantar questões acerca dos procedimentos operatórios das tecno-ciências da vida e promover o debate em torno dos seus riscos, incertezas e consequências. A arte estaria, desta forma, a retomar uma vocação que sempre teve – a de explorar, reflectir e criticar os desenvolvimentos da época e da sociedade em que é criada. A arte poderia inserir-se, assim, no contexto alargado das correntes de pensamento sobre as relações entre ciência, tecnologia, e sociedade, pondo em questão a ideia da absoluta neutralidade

do empreendimento científico. Na sua forma específica, a arte participaria nos dilemas de biologia filosófica e nos debates em torno de como habitar sabiamente o nosso mundo e do futuro da condição humana. (Garcia, 2007: 95)

É neste quadro que poderemos certamente aceder às práticas de Kac, que será aqui usado como um exemplo maior desta complexidade a que Virilio permanece insensível.

Eduardo Kac ou a arte transgénica como exemplo

Eduardo Kac merece, a este respeito, um olhar atento, porque ele é, indubitavelmente, um dos visados pela crítica acerba de Paul Virilio (ainda que este nunca refira abertamente o seu nome), e também porque se trata de um caso extremo (onde o radicalismo programático e performativo poderia conduzir-nos a uma *apressada* atribuição de niilismo expressionista ao jeito de Virilio).

O percurso de Kac é muito conhecido e extensamente comentado (inclusive pelo próprio), pelo que me abstenho de fazer aqui qualquer exegese de carácter biográfico.⁴ Importa, porém, salientar que esse percurso se encontra fortemente associado a um trabalho de constante investigação das noções de “informação” e “vida” e suas mútuas articulações e espaços intersticiais. Ao longo do seu percurso, Kac escreve e desenvolve projectos sobre “bio-semiótica”, “bio-telemática”, e “bio-robótica” (Kac, 2005: 218). Não é possível compreender o seu trabalho se não fizermos apreciações mais contextuais, que nos permitam apreciar a emergência daquilo que Garcia designa por “info-artes”. E, para o percebermos, nada melhor do que reportarmo-nos ao conjunto de textos reunidos em *Genesis. Life at the End of the Information Age* (Gomart, 2007).

Trata-se de um conjunto de textos reunidos em torno de “Genesis”, uma exposição que decorreu entre 14 de Abril e 12 de Agosto de 2007 no Centraal Museum de Utrecht comissariada por Emilie Gomart. “Genesis” explorava a história das relações entre tecno-ciência e arte tendo por eixo as noções de “informação” e “vida”. A tese explorada era, basicamente, a seguinte: a “informação” moldou o século XX. Tornou manuseáveis problemas complexos. Como escreve Gomart (2007: 9), antes da informação, os engenheiros que procuravam melhorar a transmissão de sinais tinham de pressupor problemas de comunicação específicos a cada meio: televisão, rádio, computador, telefone. Foi o matemático Claude Shannon que simplificou o que se afigurava à partida intratável, escrevendo em “A Mathematical

⁴ Ver, a este propósito, o conjunto de textos seus reunidos em Kac (2005).

Theory of Communication”, um texto de 1948, que o “problema fundamental” da comunicação era o de “reproduzir num ponto uma mensagem seleccionada noutro ponto” (*apud* Gomart, 2007: 9). Tal mensagem era codificada em “informação” considerada como “uma sequência específica de sinais”, sequência que era emitida e recebida. Segundo Gomart, a partir do momento em que se construiu a teoria da informação, os engenheiros passaram a concentrar-se apenas na “eficiência do processo de transferência de informação”. Não era já necessário entrar em linha de conta com a diversidade de problemas associados aos diferentes suportes: televisão, rádio, computador, telefone. A informação passava a ser abstracta e eminentemente não contextual. Isto teve um enorme impacto em campos muito diversos, de que são exemplos a linguística, a psicologia, a neurologia, a cibernética, a robótica, e a arte, entre outros. Esta concepção de informação haveria de estar presente na descrição do que fazem os genes, e exigir uma reconceptualização (uma verdadeira “re-codificação”) do que é a “vida”. Um gene poderia passar a ser definido como uma mensagem capaz de sobreviver à morte do indivíduo e ser recebido por diversas gerações de organismos.

Uma linha paralela haveria de ser traçada entre engenheiros e biólogos dos meados do século XX interessados em sequências de código (binário, molecular) e artistas interessados em *séries*, alguns influenciados pela leitura de Abraham Moles que José Luís Garcia (2007) cita no seu ensaio. E dir-se-ia que este universo de referências e de modos de conceptualizar a informação e a vida-como-informação, que emerge em meados do século XX, vem também ao encontro das pretensões de movimentos de vanguarda das primeiras décadas do século XX que revelam afinidades electivas com a eficiência e a economia dos modelos dos teóricos da informação e da biologia molecular que lhes sucedem no tempo. Construtivismo, De Stijl, ou Bauhaus servem como referências incontornáveis disso mesmo, e sugerem-nos pistas para pensarmos tudo isto a uma escala mais profunda ainda.

Kac só pode ser compreendido à luz do contexto que Gomart circunscreve (ou à luz de um contexto ainda mais amplo, como aquele que é por mim sugerido no parágrafo anterior). Porém, Kac pretende ainda, a par de propostas recentes de que a exposição “Genesis” deu notícia, complexificar este cenário, revelando os limites do *reducionismo* que imperou na emergência das concepções de informação e vida-como-informação de meados do século XX. De algum modo, aquilo que foi “dobrado” tem de ser “desdobrado” novamente, e o “ruído” ou o “contexto” que os teóricos da informação eliminaram, ao destacarem a “total eficácia da mensagem codificada” (Gomart, 2007: 14), teve de ser retomado. E é isso que artistas como Eduardo Kac nos devolvem: o “ruído”, o “contexto”.

Porém, para Virílio, esta complexidade do trabalho de Kac afigura-se inexistente, já que segundo ele, Kac embarca tão-só e sem reservas no projecto de recomposição categorial através dos usos que faz das biotecnologias no seu trabalho. Seria eventualmente isso que estaria patente na proposta de Kac de uma “arte transgénica”. Guiando-me pelas suas palavras, Kac *parece* subscrever o projecto expressionista de rasura e reconfiguração biotecnológica a que se reporta Virílio. Diz-nos ele:

A arte transgénica, proponho eu, é uma nova forma de arte baseada no uso de técnicas de engenharia para criar seres vivos únicos. Isto pode ser conseguido transferindo genes sintéticos para um organismo, através da mutação dos genes de um organismo, ou pela transferência de material genético natural de uma espécie para outra. A genética molecular permite ao artista manipular os genomas de plantas e animais e criar novas formas de vida. (Kac, 2005: 236)

Mas, logo, a seguir reclama para a arte transgénica uma dimensão reflexiva (ele “com-plica” como diria eventualmente Deleuze) que exige dos “observadores” um olhar fortemente envolvido:

A natureza desta nova arte é definida, não apenas pelo nascimento e desenvolvimento de uma nova planta ou animal, mas acima de tudo pela natureza da relação entre artista, público e organismo transgénico. Organismos criados no contexto da arte transgénica podem ser levados para casa pelo público para crescerem no quintal ou ser criados como companheiros dos humanos. Com pelo menos uma espécie em risco a extinguir-se todos os dias, sugiro que os artistas possam contribuir para aumentar a biodiversidade global através da invenção de novas formas de vida. Não há arte transgénica sem responsabilidade e um firme compromisso para com a nova forma de vida assim criada. As preocupações éticas são salientes em qualquer obra de arte, e tornam-se mais cruciais do que nunca no contexto da bio-arte. (Kac, 2005: 237)

O que perturba é o modo como a estabilidade das ontologias e partições entre o humano e o animal, o cultural/tecnológico e o natural, é axiomáticamente rasurada. Ou seja, Kac parte do princípio de que estas fronteiras foram postas em causa através dos usos recentes, via engenharia genética, das bio-tecno-ciências. Parte do princípio de que este processo é inexorável. Uma vez aberta a caixa de Pandora, há que aprender a viver com ela destapada. Se quisermos, a sua posição não anda muito longe daquela que é veiculada por um pensador como Peter Sloterdijk (2007).

Sabendo-se que uma das acepções mais entranhadas de arte é a de que ela serve os interesses da contemplação/fruição lúdica ou mercantil (o que

é uma forma de a domesticar e neutralizar ética e politicamente), o que perturba é que alguém se aproprie artisticamente da rasura das consabidas ontologias e partições entre o humano e animal, o cultural/tecnológico e o natural. Kac dá continuidade ao projecto de recomposição destas fronteiras, recusando a trivialização da arte.

O que perturba é que alguém, no limite, manipule noções tão decisivas como as de vida e de informação, fazendo-as deslocar, através de uma mediação biotecnológica, para o interior das práticas artísticas.

O que perturba é que alguém dê como adquirida a inoperância de uma concepção do humano que o torna anterior à tecnologia. Mais uma vez, uma semelhança com o trabalho de Peter Sloterdijk.

Que alguém tome como conhecimento tácito do seu trabalho de pesquisa e criação de objectos uma perspectiva que, a vários títulos, poderíamos considerar como pós-humana (justamente porque recusa uma definição heideggeriana do humano como *uma essência que precede a técnica*), eis aquilo que se afigura ameaçador e a merecer denúncia.

Mas este espaço é tudo menos um espaço ética e politicamente rarefeito, como poderemos ser levados a crer se aceitarmos a invectiva de Virilio. Kac faz situar as suas práticas artísticas num universo onde a implicação de cada um dos intervenientes é parte integrante da atmosfera que pretende criar. Se quisermos, a implicação dos intervenientes é um elemento muito significativo do ambiente das suas criações. Para compreendermos isto, dou apenas dois exemplos do que é a arte transgénica e do sentido que Kac lhe quer imprimir.

Genesis (1998-99). Trata-se do primeiro trabalho de arte transgénica de Kac. Ele adapta uma frase do texto bíblico – “Génesis”, 1: 26 (“Let man have dominion over the fish of the sea and over the fowl of the air and over every living thing that moves upon the earth”) – traduzindo-o, num primeiro momento, em código Morse, e, num segundo momento, através de um “princípio de conversão”, em código ADN.⁵ Kac solicitou a um laboratório que lhe sintetizasse as sequências genéticas conformes à informação traduzida e fez implantar tais sequências numa bactéria não identificada, cultivando-a depois em placas de petri. Uma destas placas de petri foi colocada numa caixa sob uma luz UV que poderia ser activada

⁵ Em que o traço (-) tem o valor de T, o ponto (.) o valor de C, o espaço entre palavras o valor de A, e o espaço entre letras o valor de G (ver Kac, 2005: 250). Não traduzi o fragmento do texto bíblico apresentado por Kac em inglês por razões que se prendem evidentemente com as dinâmicas de tradução internas à instalação de Kac. Seja como for, citaria aqui uma versão do texto bíblico para português que lhe corresponde: “Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todos os animais que se movem na terra” (Costa, 1991: 18).

por observadores situados em qualquer parte do globo através da *web*.
Escreve Kac:

No contexto do trabalho, a capacidade para alterar a frase é um gesto simbólico: significa que não aceitamos o seu sentido na forma herdada e que novos sentidos surgem à medida que procuramos alterá-la. Usando o mais pequeno gesto do mundo *on-line* – o clic – os participantes podem modificar a configuração genética de um organismo situado na remota galeria. Esta circunstância única torna evidente, por um lado, a eminente facilidade com que a engenharia genética influencia o mais vulgar nível da experiência. Por outro lado, destaca a condição paradoxal do leigo na idade da biotecnologia. *Clicar ou não clicar não é apenas uma decisão ética mas também uma decisão simbólica*. Se o participante não clicar, ele permite que a frase bíblica se mantenha intacta, preservando o seu sentido de domínio. Se ele clica, altera a frase e o seu sentido mas não sabe que novas versões poderão surgir. Em ambos os casos, *o participante enfrenta um dilema ético e é envolvido no processo*. (Kac, 2005: 251-252; sublinhados meus)

Ou seja, e invertendo os termos de Kac, *não se trata apenas de uma decisão simbólica, mas também de uma decisão com um valor ético insofismável*. De algum modo, o que aí se consagra é a impossibilidade de escapar à participação ética, seja qual for a resposta.

Sem a densidade reflexiva e pública, logo ético-política, em que se fazem inscrever os trabalhos de Kac e a sua recepção (a sua dimensão “dialógica”, a usar uma matriz conceptual que lhe é cara) o sentido de tais trabalhos não poderá ser avaliado com propriedade.⁶

Um outro exemplo que reforça este aspecto pode ser encontrado em *Alba* (2000). Trata-se, muito provavelmente, do seu trabalho mais conhecido. Kac, em colaboração com um laboratório francês, criou uma coelha *GFP* (*Green Fluorescent Protein*), isto é, uma criatura à qual se implantou um gene que expressa uma proteína fluorescente sequenciada e clonada a partir da medusa *Aequorea victoria*. Não possuindo qualquer pigmentação, sob condições ambientais vulgares, Alba era uma coelha branca com olhos cor-de-rosa. Ela apenas se tornava fluorescente quando iluminada com a “luz correcta”.⁷ A primeira fase do projecto *GFP Bunny* chegou ao fim em Fevereiro de 2000 com o nascimento de Alba em Jouy-en-Josas (França).

⁶ Ver, *v.g.*, as suas remissões para Mikhail Bakhtin e Martin Buber em “Negotiating Meaning: The Dialogic Imagination in Electronic Art” (Kac, 2005: 103-123).

⁷ “Quando (e apenas quando) iluminada com luz azul (excitação máxima a 488 nm), ela brilha com uma luz verde claro (emissão máxima a 509 nm). É imperativo usar um filtro especial amarelo para ver o brilho.” (Kac, 2005: 266).

O que se realizou com a colaboração científica do zoo-sistematizador Louis Bec e dos cientistas Louis-Marie Houdebine e Patrick Prunet. O nome de Alba foi escolhido por Kac, pela sua mulher Ruth, e pela sua filha, Miriam. A segunda fase do projecto consistiu, segundo Kac (2005: 266), no “debate” então “em curso”, que se iniciou com o anúncio público do nascimento de Alba a 14 de Maio de 2000 no contexto da conferência *Planet Work* em São Francisco. A terceira fase haveria de ter lugar quando a coelha fosse viver com Kac em Chicago, “tornando-se parte da minha família e vivendo conosco a partir desse momento” (Kac, 2005: 266). Porém, pouco antes da data agendada de entrega de Alba à família Kac, e perante a polémica que o trabalho do artista vinha suscitando, o laboratório em que a coelha tinha sido produzida recusou-se a entregá-la. Kac, em resposta à recusa do laboratório, fez desfraldar uma bandeira à porta de casa com uma silhueta de uma coelha verde. O enorme impacto público (à escala global) da criação de Kac, veio abrir as portas dos laboratórios onde, desde há muito, residem criaturas *GFP* (plantas, peixes, mamíferos).⁸ Trata-se de um marcador genético comum que, quando associado a um gene modificado, por exemplo, revela onde é que o gene modificado se manifesta. Porém, é importante salientar que o marcador genético se transforma, no trabalho de Kac, num marcador simbólico com um alcance insuspeito. O que pode ser avaliado de duas formas. Uma, através da polémica que o projecto suscitou no espaço público global, e outra, através do modo como Kac faz do vasto conjunto de inscrições e implicações éticas, sociais, e políticas, uma parte muito significativa do projecto, a chamar-nos afinal a atenção para a sua dimensão fortemente performativa e reflexiva. Assim, escreve Kac:

A arte transgénica [...] oferece um conceito de estética que enfatiza o social em vez dos aspectos formais da vida e da biodiversidade, que desafia noções de pureza genética, que incorpora trabalho preciso relativamente ao genoma, e que revela a fluidez do conceito de espécie num contexto social cada vez mais transgénico.

Enquanto artista transgénico, eu estou interessado, não na criação de objectos genéticos, mas na invenção de sujeitos sociais transgénicos. Por outras palavras, o que é importante é o processo completamente integrado de criação da coelha; trazê-la para a sociedade em sentido alargado; e providenciar-lhe um meio acolhedor no qual ela

⁸ Assinale-se que o ano de 2003 assistiu, pela primeira vez, à comercialização em massa de um animal geneticamente modificado com fins estritamente domésticos. O primeiro *pet* transgénico foi assim o *GloFish*, o patenteado peixe zebra fluorescente (de cor verde, vermelho, e laranja). Apesar das sérias restrições à sua comercialização na Europa, o *GloFish* é muito popular nos EUA, não havendo, até muito recentemente, quaisquer relatos de problemas ecológicos relativos à sua venda (ver, a este propósito, a página da *Wikipedia* relativa ao *GloFish* em <<http://en.wikipedia.org/wiki/Glofish>>).

possa crescer com saúde e em segurança. Este processo integrado é importante porque coloca a engenharia genética num contexto social em que a relação entre as esferas do público e do privado é negociada. Noutras palavras, a biotecnologia, o espaço privado da vida familiar e o domínio social da opinião pública são discutidos por relação uns com os outros. [...] Integrando as lições da filosofia dialógica e da etologia cognitiva, a arte transgénica deve promover a consciência da vida espiritual (mental) do animal transgénico e o respeito por ela. (Kac, 2005: 270-271)

Dir-nos-á o eventual leitor que tudo isto é fundamentalmente negligenciável dado tratar-se de apreciável (e a vários títulos notável) legitimação teórica e retórica de Kac para um projecto que é, na linha de Virilio, uma espécie de programa Zarathustra aplicado à arte, ou, a sermos fiéis à terminologia de Virilio, uma manifestação de um certo expressionismo niilista e impiedoso que veio afinal a ser uma das traduções mais acabadas do que foram as vanguardas artísticas na modernidade.

Em última análise, é difícil demonstrar de uma vez por todas a negra trivialização que decorre de um pensamento como o de Virilio, dada a riqueza do trabalho deste autor, com formulações como as de “acidente” e “simulação” que são incongruentes com tal trivialização da arte transgénica. Dentro desta lógica, a argumentação de Virilio torna-se mais decisiva, dado que chama a nossa atenção para o facto de muitas das nossas criações tecnológicas e artísticas contemporâneas fazerem inscrever no seu cerne uma ideia (uma meta-representação) de simulação, isto é, solicitarem a produção de dispositivos que nos permitam conhecer e antever as implicações das acções (no caso em apreciação, acções tecnologicamente mediadas). A arte transgénica não escapa, como podemos ver, a este compromisso.

Acresce que é notório que a arte transgénica se instala num território de ambiguidade semântica e de maximização da inquietação pública que torna a dúvida instrumental e produtiva para as suas práticas artísticas e reflexivas. Este território é, sem dúvida, o território de toda a arte, mas aqui, e dada a severidade das propostas que se encontram em jogo quando pensamos nos usos que poderão ser dados às bio-tecno-ciências, a ambiguidade e a inquietação tornam-se especialmente operativas e urgentes para muitos, e Kac não foge a isso.

Parece-me importante reiterar dois aspectos que são decisivos para uma leitura mais densa do fenómeno: em primeiro lugar, a atmosfera ética e política é parte integrante do trabalho de artistas como Kac; em segundo lugar, as práticas dos bio-artistas apoiam-se extensivamente em procedimentos que são comuns em laboratórios de genética e biotecnologia, com fins que julgamos desinteressados, desapaixonados e humanamente necessários, mas

porém *invisíveis* – apesar da suposta monitorização e regulação dos programas de bioética em que se sustentarão (ainda que se saiba como é residual o financiamento que é dado à produção de saberes de ordem ética e política que nos permitam regular as bio-tecno-ciências quando o comparamos com o financiamento global dos projectos de investigação nesta área).

O que Kac vem realizar é uma arte que se define tendo por medida o apuro do presente, fazendo-nos conviver com um mundo que *exige* problematização e reconstrução. Esta reconstrução é imperiosa porque a deriva biotecnológica é seguramente *inescapável* e, provavelmente, imparável. O que há de temível está, afinal, a montante da arte, isto é, em modos de investigação e intervenção de que a arte se apropria reflexivamente, devolvendo-os ao espaço público, tornando-os *visíveis*, fazendo recair sobre esses modos de investigação e intervenção o acento contextual que, supostamente, se lhes subtrai.

Será a performance de Ian Wilmut quando apresentou ao mundo a ovelha Dolly (1997) menos perigosa do que a performance de Kac quando apresentou a sua Alba?

Considere-se, afinal, a seguinte possibilidade: a tecno-ciência no espaço público possui todas as características das artes performativas. As acções de um indivíduo (tecno-cientista) ou grupo de indivíduos (tecno-cientistas) num tempo e lugar precisos (que pode ser um laboratório, uma sala de congressos, um estúdio de televisão, uma conferência de imprensa, uma sala de seminários, um museu, etc.), não podendo ser pensados como *o trabalho*, serão certamente *uma parte importante do trabalho*. Mobiliza-se, pois, tempo, espaço, corpo, e relação entre o *performer* e a audiência, tal como faz qualquer artista performativo. Para a tecno-ciência contemporânea, as formulações científicas em blocos de notas, écrans de computadores, ou os objectos e técnicas em uso, não são aquilo que define a tecno-ciência, tal como as artes performativas não se definem tão-só por inscrições em objectos (como se poderão eventualmente definir a pintura ou a escultura). *A arte no século XX tende para a performance* (Duchamp é, neste sentido, uma referência), *tal como a ciência tende para a performance* (a memória e a emblematização de Einstein depende tanto das suas equações como da sua performance no espaço público da cultura euro-americana do século XX). Sabemos, aliás, como uma má performance pode ser desastrosa para um oficiante de uma tecno-ciência tomada como relevante no espaço público. E quanto mais hábil for o *performer*, mais dramático pode ser o *faux-pas*, como demonstra o recente caso em torno de James Watson.

A meu ver, e num tempo em que perdemos há muito um eixo (pese embora a nossa nostalgia por tal eixo, centro, ou essência), parece-me

perigoso conviver com um mundo em que a dimensão performativa da tecno-ciência é apagada do espaço público, mantendo-se numa espécie de limbo em que o inquestionável reencantamento do mundo que as bio-tecnociências e seus efeitos promovem tolda todo e qualquer desempenho crítico.

Referências bibliográficas

- Catts, Oron; Zurr, Ionat (2007), “The Art of the Semi-Living and Partial Life. From Extra Ear to In-Vitro Meat”, in Palmira Fontes da Costa (org.), *Ciência e bioarte. Encruzilhadas e desafios éticos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 37-56.
- Costa, Alcindo *et al.* (trad.) (1991), *Bíblia sagrada*. Lisboa: Difusora Bíblica.
- Dawkins, Richard (1976), *The Selfish Gene*. Oxford: Oxford UP.
- D’Andrade, Roy (1995), *The Development of Cognitive Anthropology*. Cambridge: Cambridge UP.
- Deleuze, Gilles (1988), *Le pli. Leibniz et le baroque*. Paris: Les Édition de Minuit.
- Derian, James Der (org.) (1998), *The Virilio Reader*. Oxford: Blackwell Publishers.
- García, José Luís (2007), “A arte de criar novas artes: a bioarte como arquétipo da ascensão das infoartes”, in Palmira Fontes da Costa (org.), *Ciência e bioarte. Encruzilhadas e desafios éticos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 93-107.
- Gell, Alfred (1998), *Art and Agency. An Anthropological Theory*. Oxford/New York: Oxford UP.
- Gell, Alfred (1999), “The Technology of Enchantment and the Enchantment of Technology”, in Alfred Gell (org.), *The Art of Anthropology. Essays and Diagrams*. London/New Brunswick: The Athlone Press, 159-86.
- Gomart, Emilie (org.) (2007), *Genesis. Life at the End of the Information Age*. Utrecht: Centraal Museum.
- Kac, Eduardo (2005), *Telepresence & Bio Art. Networking Humans, Rabbits, & Robots*. Michigan: The University of Michigan Press.
- Latour, Bruno (1991), *Nous n’avons jamais été modernes: essai d’anthropologie symétrique*. Paris: Éditions La Découverte.
- Lotringer, Sylvère; Virilio, Paul (2005), *The Accident of Art*. New York: Semiotext(e).
- Marcus, Greil (1999), *Marcas de baton. Uma história secreta do século vinte*. Lisboa: Frenesi (trad. Helder Moura Pereira).
- Stanovich, Keith E. (2004), *The Robot’s Rebellion. Finding Meaning in the Age of Darwin*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Shore, Bradd (1996), *Culture in Mind. Cognition, Culture, and the Problem of Meaning*. Oxford: Oxford UP.
- Sloterdijk, Peter (2007), *Regras para o parque humano*. Coimbra: Angelus Novus (trad. Manuel Resende).
- Virilio, Paul (2003), *Art and Fear*. London/New York: Continuum (trad. Julie Rose).

MARIA PAULA NASCIMENTO ARAÚJO
MYRIAN SEPÚLVEDA DOS SANTOS

História, memória e esquecimento: Implicações políticas

Pesquisadores têm colocado em questão a recuperação de situações traumáticas como as que ocorreram no Holocausto, no bombardeio a Hiroshima, na guerra do Vietnam ou nos massacres fratricidas da Iugoslávia. Embora algumas contribuições clássicas tenham assinalado aspectos importantes relativos à história e memória, há várias formas de lidar com o passado e todas elas envolvem interesse, poder e exclusões. A política da justa memória a ser realizada sobre crimes cometidos passados, debate que vem sendo travado não só em diversas áreas acadêmicas, como na sociedade em geral, depende de processos seletivos, bem como de elementos que excedem o escopo da razão humana. É preciso encontrar o equilíbrio entre a obsessão pelo passado e as tentativas de imposição do esquecimento. Nosso intuito, portanto, é o expandir o conhecimento sobre história, memória e esquecimento, ressaltando limites, bem como implicações éticas e morais.

Introdução

Este artigo tem como objetivo investigar os impasses entre memória e esquecimento que estão presentes em debates sobre a preservação e divulgação de arquivos relacionados a conflitos, guerras e períodos de opressão política. O debate sobre a justiça a ser realizada sobre crimes cometidos passados, que vem sendo travado não só em diversas áreas acadêmicas, como na sociedade em geral, embora não dependa apenas de documentos e testemunhos, tem neles um grande aliado. Nem sempre, entretanto, sociedades optam pela lembrança. Nosso intuito, evidentemente, não é o de esgotar o debate em torno do lembrar e do esquecer, mas, pelo contrário, expandir o conhecimento sobre estes termos, o que implica em estabelecer também seus limites.

A primeira parte deste artigo terá como base os trabalhos de sociólogos, historiadores e filósofos, como Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Paul Ricoeur, sobre memória coletiva. Narrativas históricas que presidem a organização de arquivos, coleções e museus nos lembram daquilo que é passado,

ou seja, daquilo que não está mais presente entre nós. Ainda assim, elas não proporcionam a revelação de uma verdade absoluta; elas nos levam ao processo de constituição das coleções ocorrido a partir de interesses conflitantes. A memória opera a partir de um processo seletivo e pode se tornar uma arma política para as vítimas de guerras e genocídios, em que o esquecimento estabeleceu sua hegemonia.

A segunda parte deste artigo lidará com casos em que não há apenas um processo seletivo entre o que deve ser lembrado. Autores como Georges Bataille e Max Scheler nos apresentam situações em que indivíduos e comunidades, ao se voltarem para o passado, podem ser incapazes de transmitir o aprendizado oriundo da experiência e da dor. A memória não obedece apenas à razão porque ela também está relacionada, por um lado, a tradições herdadas, que fazem parte de nossas identidades e que não respondem a nosso controle, e, por outro, a sentimentos profundos, como amor, ódio, humilhação, dor e ressentimento, que surgem independentemente de nossas vontades.

Como resultado destes desafios, procuraremos mostrar, na terceira parte deste artigo, diversas situações históricas em que alternativas se constroem com o intuito de superar o distanciamento entre passado e presente e estabelecer uma agenda, em que a lembrança se vincula à possibilidade do esquecimento.

1. O processo seletivo da memória

Maurice Halbwachs foi o primeiro sociólogo a resgatar o tema da memória para o campo das interações sociais.¹ Rejeitando a idéia corrente em sua época de que a memória seria o resultado da impressão de eventos reais na mente humana, ele estabeleceu a tese de que os homens tecem suas memória a partir das diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos. Assim sendo, determinadas lembranças são reiteradas no seio de famílias, outras entre os operários que trabalham em uma fábrica e assim por diante. Como os indivíduos não pertencem apenas a um grupo e se inserem em múltiplas relações sociais, as diferenças individuais de cada memória expressam o resultado da trajetória de cada um ao longo de sua vida. A memória individual revela apenas a complexidade das interações sociais vivenciada por cada um.

¹ Maurice Halbwachs estabeleceu os principais argumentos teóricos de defesa do caráter coletivo da memória coletiva em duas obras que hoje se tornaram referências obrigatórias ao tema, *Os quadros sociais da memória* (1925) e *A memória coletiva*, esta última publicada após sua morte (1950).

O grande mérito do trabalho de Halbwachs, portanto, é mostrar que a memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas. Não é o indivíduo isoladamente que tem o controle do resgate sobre o passado. A memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo. Ainda que o indivíduo pense que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido ou fatos e objetos que só ele presenciou e viu, ela é coletiva, pois o indivíduo ainda que esteja só é o resultado das interações sociais. Ele vê o mundo através de construções coletivas como a linguagem. Dois indivíduos, de tradições culturais distintas, ao se perderem em um mesmo deserto trarão lembranças, descrições e sentimentos diferenciados de suas experiências. Estas não são estritamente individuais, pois, como afirma Halbwachs, o indivíduo nunca está só.

Contudo, ao tornar a memória objeto das ciências sociais, Halbwachs reitera a tese durkheimiana sobre a preponderância da consciência coletiva sobre o indivíduo. A ênfase dada por Halbwachs às representações coletivas foi contrabalançada no plano teórico por aqueles que investigaram a participação dos agentes sociais nos processos interativos. A memória, a tradição e a história são pensadas por alguns autores como representações coletivas que são constituídas ativamente por atores sociais. A coletânea de artigos organizada por David Middleton e Derek Edwards consolidou a abordagem interacionista nos estudos sobre memória coletiva (Middleton e Edwards, 1990). Em que pese as diferenças, tanto o estudo dos quadros sociais da memória, por Halbwachs, como as abordagens interacionistas às memórias coletivas são capazes de nos mostrar que não há nem verdade histórica, nem memória espontânea.

Ciente das preocupações já delineadas, Nora organizou, na década de 80, uma coletânea em que os autores se voltaram para a investigação dos “lugares da memória” da nação francesa, ou seja, dos lugares simbólicos constituídos *pela* e constitutivos *da* nação francesa. Além disso, os objetos de estudo para Nora não são fontes documentais nem memórias individuais, mas testemunhos de uma outra era; investiga-se a formação de museus, arquivos, cemitérios, celebrações, coleções e assim por diante. Marcou ainda o debate sobre memória coletiva, a distinção feita por Nora entre história e memória (Nora, 1984). Na introdução que escreveu a sua coletânea, hoje uma referência obrigatória para os estudiosos do tema, Nora contrastou as abordagens ao passado. Segundo ele a história corresponde à aceleração moderna do tempo, o que faz com que perceba eventos como sendo efêmeros, transitórios e pertencentes a um tempo homogêneo. Nora apontou os limites desta historiografia, descrita por ele como sendo uma narrativa lógica e linear, vazia

de conteúdo sobre o passado. Ao contrário da história, as memórias coletivas estariam ligadas a movimentos contínuos e lembranças transmitidas entre gerações. Não obstante, elas também têm limites à compreensão do passado, pois o indivíduo não tem consciência de que transforma o passado segundo sua própria percepção. A memória, individual ou coletiva, é vulnerável a usos e manipulações (Nora, 1984; Davis e Starn, 1989). Assim sendo, tanto a história como a memória teriam limites no acesso ao passado.

Na distinção que fez entre memória e história, Nora contextualizou as diferentes formas de ida ao passado. Mostrou que na modernidade as percepções de tempo e as narrativas históricas seguem os processos de aceleração do tempo. Walter Benjamin, em suas reflexões sobre a história, já apontava os limites da abordagem histórica que enumerava fatos e eventos ao longo de um tempo homogêneo. Benjamin percebeu que a transmissão de representações coletivas entre indivíduos ao longo do tempo e do espaço tornar-se-ia cada vez mais esparsa e descontínua (Benjamin, 1968). Outro autor que se destacou ao contextualizar as narrativas históricas foi o historiador alemão Reinhart Koselleck. Para ele, o tempo da modernidade aparece diferenciado pelo conceito de “novo”, que torna cada momento único e independente dos que lhe antecederam. O mundo moderno distingue-se do velho porque é pleno de características singulares e por ser capaz de se abrir sempre para uma possibilidade de futuro. Este “tempo-futuro”, independente da experiência cotidiana construída através dos séculos, traz consigo o corte entre presente e passado e o ostracismo de tudo o que ficou para trás (Koselleck, 1985).

A crença neste hiato entre presente e passado, bem como na reconstrução contínua do passado pelo presente, é levada ao extremo por autores que trabalham com o conceito de destradicionalização. Autores como Anthony Giddens (1990), Ulrich Beck *et al.* (1994) e Scott Lash (1998) são defensores da tese de que os indivíduos contemporâneos detêm uma grande autonomia em relação às tradições; eles seriam indivíduos desencaixados e livres para se engajarem em novas experiências. Caracterizam o momento atual pelo ritmo acelerado de transformação nas sociedades contemporâneas; a singularidade dos indivíduos caracterizar-se-ia pelo seu distanciamento de experiências coletivas anteriores. Diferentemente do pessimismo de Benjamin, eles acreditam que quanto mais instáveis e movediças sejam as interações sociais, mais peso ganha a ação do indivíduo, ou seja, sua capacidade de escolha e decisão. As narrativas históricas, nesse contexto, refletem um processo incessante de seleção e reconstrução de vestígios do passado.² Portanto, para estes autores,

² Para uma crítica à noção de destradicionalização, ver Santos, 1998.

tanto a história como a memória lidam com a descontinuidade do tempo moderno. Evidentemente, há autores que ainda acreditam na comunicação entre passado e presente. Paul Ricœur, filósofo francês, soube não só contextualizar, mas entrelaçar com maestria memória, história e esquecimento. Para o filósofo, a memória seria um trabalho contínuo sempre capaz de se sobrepor a processos estruturais pré-estabelecidos (Ricœur, 2000).

Nosso intuito, ao longo desse artigo, é mostrar que há uma diversidade importante entre os caminhos ao passado e que praticamente todos eles são permeados por tensões, conflitos e disputas. Memória, história e esquecimento são experiências necessárias, que nem se confundem, nem se complementam. Hoje nós nos encontramos muito distantes tanto da noção de história como registro fiel do passado, como da redução da memória a um tipo de reconstrução seletiva do passado. O passo fundamental a ser dado é perceber, portanto, que na reconstrução do passado nada há de natural.

A construção de arquivos, notação de dados, organização de eventos e celebrações são atividades da memória que cumprem papéis sociais fundamentais na sociedade em que vivemos. No que diz respeito à formação e preservação de arquivos relacionados a períodos de dominação e violência, em que direitos humanos são desrespeitados, há sempre uma luta política importante sendo travada a cada momento. Ao longo do século XX, a grande demanda dos que foram vítimas de governos totalitários e repressivos deu-se em torno de movimentos pelo resgate da memória. Os arquivos, artefatos e relatos do passado têm sido utilizados como provas de um passado que foi deliberadamente esquecido pelas versões oficiais da história. Procura-se lembrar tudo aquilo que foi deliberadamente colocado no limbo da história. A lembrança, contudo, está vinculada àqueles que têm o poder, pois são eles que decidem quais narrativas deverão ser lembradas, preservadas e divulgadas.

Nos anos 80, na América Latina, governos democráticos sucederam as ditaduras militares. Em diversos países, foram decretadas leis de anistia e do perdão que permitiram a reintegração dos antigos opositores ao regime, mas que também evitaram o julgamento dos que foram responsáveis por torturas e outros crimes bárbaros. Apenas nos últimos anos, os pactos de perdão e esquecimento formados começaram a ser revistos. Em 2006, pela primeira vez no Brasil, vítimas de seqüestro e tortura durante o regime militar, que tiveram suas vidas brutalmente mutiladas, questionaram a lei de Anistia, decretada em 1979.³ Também na Argentina, somente nos últimos

³ O casal César Teles e Maria Amélia Teles, a irmã desta última, Criméia Almeida, e dois filhos do casal, Janaína e Édson, impetraram uma ação judicial por danos morais e à integridade física contra um agente dos órgãos de segurança dos anos 70, Carlos Alberto Brilhante Ustra.

anos as chamadas leis do perdão foram colocadas em questão, passando a Justiça a rever os crimes perpetrados por funcionários públicos ligados à ditadura militar.⁴ O mesmo tem acontecido no Uruguai e Chile.⁵

Os diversos debates sobre reconciliação e verdade na África do Sul pós-apartheid também podem ser compreendidos como resultado de um tênue acordo político que procura ser estabelecido. As forças que estão contidas em lembranças são tão grandes e complexas que mesmo quando a oposição assume o poder político, nem sempre ela pode promover a lembrança do passado que foi reprimida. Em meio ao ódio e ressentimento acumulados ao longo de muitas gerações, o que pode ser lembrado? Como instrumentos de poder, memória e esquecimento têm sido utilizados por governos diversos, sejam eles totalitários ou democráticos, que têm o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas. O esquecimento, portanto, também tem sido uma estratégia política utilizada por governos democráticos em determinados períodos. Esses exemplos são importantes porque eles nos mostram que as associações entre memória, autonomia e liberdade, por um lado, e esquecimento e autoritarismo, por outro, não podem ser generalizadas.

A atuação dos Estados Unidos na guerra do Vietnã ainda não foi devidamente debatida publicamente em fóruns globais. Podemos dizer que há muito a ser lembrado. O livro autobiográfico do então Secretário de Defesa, Robert McNamara (2006), deixa evidente que os muitos erros cometidos ainda não foram devidamente julgados. Aqueles que respaldaram as decisões de um massacre devastador da população civil vietnamita por meio de napalm, gases tóxicos e bombas em escala massiva ainda estão próximos ao poder. A cegueira moral que ainda prevalece nos dias de hoje em relação ao Vietnã pode estar associada, por um lado, à continuidade do poder dos Estados Unidos na esfera internacional, e, por outro, à falta de distanciamento da sociedade americana em relação aos crimes cometidos. É inegável, portanto, a importância dos arquivos e testemunhos para as diversas forças em confronto, bem como as implicações políticas destes nos embates políticos.

⁴ Apesar do forte movimento das “Mães da Praça de Maio”, apenas em 2005 a Argentina revogou as leis de ponto final e de obediência devida, também conhecidas como leis do perdão, que impediam processos contra os responsáveis por violação dos direitos humanos. Em 2006, a Justiça considerou inconstitucional o indulto ao ex-presidente Jorge Rafael Videla. No mesmo ano, condenou à prisão perpétua o ex-policia, Miguel Etchecolatz, 77 anos, por crimes cometidos durante a ditadura militar.

⁵ No Uruguai, apenas em 2006, 21 anos após o restabelecimento da democracia, o Ministério Público pediu a abertura de processos contra militares e policiais responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura militar.

2. Frente à impossibilidade de lembrar o passado

Como dito inicialmente, nem tudo o que diz respeito ao passado é objeto de negociações no presente. Abordagens historiográficas mais recentes tornam a busca ao passado mais complexa do que o simples jogo de interesses travado no presente. Autores como Hayden White, ao abolirem a busca a uma presença originária, não lingüística, aproximaram todas as abordagens a tentativas de interpretação restritas ao domínio da linguagem.⁶ Relativiza-se com isso não só as narrativas sobre a natureza de um evento, mas também suas implicações políticas. Uma das características da historiografia contemporânea é a revisão sistemática que é feita sobre os conflitos políticos da era moderna. Na França, não só os grandes eventos relacionados à Revolução Francesa têm sido revisados, como a herança do governo Vichy é constantemente reinterpretada.

Há aqueles também que trabalham com a memória em situações de extrema agressividade e violência. Nesse caso, observa-se a incapacidade de resposta das vítimas, que, ao não serem capazes de compreender experiências vivenciadas e lhes dar significados, tornam-se incapazes de operar com suas memórias de forma seletiva. A memória, portanto, não pode ser reduzida a instrumento político; ela excede as tentativas de controle.

As tentativas de recuperar situações traumáticas como as que ocorreram no Holocausto, no bombardeio a Hiroshima, na guerra do Vietnã ou nos massacres fratricidas da Iugoslávia, têm criado o efeito perturbador de esvaziar o sentido de tragédia que estes eventos catastróficos implicaram no passado. Nas palavras de Georges Bataille, a revelação dos efeitos da bomba de Hiroshima tornou-se o oposto da revelação dos fatos (Bataille, 1995: 228-229). Ele quer dizer com isso que a representação humana desta catástrofe não é capaz de dar a exata dimensão do evento, mas tem o efeito perverso de tornar banal o que não é. Para ele, como o horror não tem palavras para se descrever, o sentimento do horror não pode ser o ponto de partida para a ação que procura descrever este horror (*ibidem*). A história que foi contada, ao trazer à tona uma explicação do que aconteceu, cumpriu o papel de justificar e banir do imaginário coletivo a violência injustificada.

A possibilidade de representação da realidade é sempre um desafio. Podemos compreender que o horror não tem palavras para ser descrito, aqueles que tentam explicá-lo acabam por apagar qualquer possibilidade de encontro e reparação em relação à tragédia. Indivíduos obtêm refúgio no mundo da atividade, mas nem sempre eles resolvem os problemas rela-

⁶ Ver, entre outros, White (1987).

cionados à violência e ao sofrimento, que são componentes básicos da vida humana. Pesquisadores de diversos campos disciplinares têm se dedicado a estudar as possibilidades de reconstrução e explicação do trauma.

Freud e Lacan, cada um a seu modo, nos mostraram que indivíduos não têm total controle sobre suas memórias; elas tanto podem retornar reiteradamente sem serem desejadas, como desaparecer sem que haja a opção da lembrança. Para Freud, o trauma é uma consequência ou da natureza devastadora do evento ou do aparato psíquico do indivíduo, que pode não estar preparado para responder a determinados estímulos (Freud, 1955). Quando um estímulo muito forte nos atinge, nós não somos capazes de responder a estes estímulos. Este estímulo quebra nossas barreiras protetoras e passa a fazer parte de nosso próprio organismo, sem que nós possamos nos defender dele. A consciência reflexiva falha. Desta maneira, ele explica pesadelos que voltam reiteradamente fazendo com que indivíduos percam energia, sem poderem se defender deles. A agressão realizada no passado retorna em flashbacks, pesadelos e outros fenômenos similares; ela é a causa dos sintomas, ações repetitivas que visam diminuir o stress causado pela agressão inicial.

Além disso, as obras de Nietzsche e Scheler nos ajudam a compreender atitudes que ultrapassam qualquer limite moral a ser esperado de seres humanos. Memória e esquecimento também envolvem questões éticas e morais. Scheler, em seu estudo sobre o ressentimento, aponta como experiências profundas relacionadas ao sofrimento e à humilhação podem levar a um sentimento extremamente contagioso de vingança e rancor (Scheler e Frings, 1994). Ao relacionarmos uma experiência traumática à identidade do sujeito, podemos compreender que a atitude deste com seu passado não se volta apenas para o conhecimento do que foi deixado para trás. A lembrança não pode ser considerada apenas como um passado reconstruído. Ela pode levar o indivíduo a reviver uma experiência e evocar novos desejos e emoções, e estes podem ser extremamente negativos e auto-destruidores. A volta ao passado pode conter uma possibilidade de conhecimento, mas traz também uma renovação de sentimentos anteriormente reprimidos. Ainda que a representação seja possível, basta saber se ela é desejável, se ela é capaz de integrar o trauma em nossas vidas de modo articulado e não patológico.

O que responder, por exemplo, à questão levantada por Taussig, quando este denuncia a brutalidade com que os espanhóis dizimaram os ameríndios ao chegarem na América? O antropólogo argumenta corretamente que a conquista já se efetivara e não requeria tal violência (Taussig, 1986). Como compreender o Holocausto? Como explicar o massacre dos Tutsis em

Rwanda? O que dizer da atitude dos sérvios em Kosovo? Por mais que historiadores procurem explicações para as barbáries cometidas, o excesso cometido parece sempre ficar além da compreensão lógica e racional.

Alguns pesquisadores acreditam que em caso de extrema violência pode haver uma relação direta entre evento e representação. Tal como Bataille, Friedländer também defende a tese de que a violência extrema possui característica única. A exterminação dos judeus não pode ser objeto de discussão teórica, ela foi um evento único e precisa ser gravado como tal. Como a recordação do evento traumático é na maioria dos casos extremamente fiel, rigorosa em seus detalhes, ela propicia acesso direto ao real. Assim sendo, Friedländer acredita que o Shoah, devido ao seu excesso, pode ser expresso sem distorção ou banalização. A extrema violência do Holocausto permitiu aos historiadores reorganizarem seu conhecimento sobre o real. Segundo o autor, como o excesso está além da capacidade que o indivíduo tem de imaginar e representar, como ele não tem limites e é irrepresentável, ele se revela (Friedländer, 1992). O que o indivíduo descreve não é uma construção de um evento vivenciado no passado, mas o próprio evento. Esta representação do real sem mediação está presente no testemunho de situações traumáticas. O testemunho de um “agora” é possível porque a consciência foi desativada.

Arquivos, testemunhos, depoimentos, registros são trazidos à tona com o objetivo de transmitir para futuras gerações o absurdo da violência desnecessária. O arquivo e memorial Yad Vashem, em Jerusalém, contém o maior número de informações sobre o Holocausto em todo o mundo, e desempenha ainda hoje um importante papel político nas denúncias e condenações de participantes do regime hitlerista. Diversos outros arquivos desempenham papel similar. O Conselho Internacional de Reabilitação de Vítimas de Tortura, em Copenhague, também guarda um importante conjunto de depoimentos e informações sobre violações aos direitos humanos ocorridas em guerras mais recentes, como as ocorridas na Bósnia, Afeganistão e Iraque. Em contraposição ao esquecimento, organizações se constituem para lutar contra o arbítrio através do trabalho de recuperar nomes e restaurar os fatos que podem ainda ser lembrados. O papel destes arquivos não é o de explicar o que não pode ser explicado, mas manter viva a memória do que não pode se repetir.

Chegamos à conclusão de que não há a decisão última em relação à memória. Mais uma vez, o esquecimento, em alguns casos, pode ser não só uma escolha, como também uma dádiva. Além disso, não obstante a excepcionalidade de situações traumáticas, não são poucos os autores que as identificam ao cotidiano da vida contemporânea. A descrição da experiência

do choque por Walter Benjamin é uma das primeiras e mais fortes imagens do indivíduo moderno, fragmentado, incapaz de reagir aos estímulos com que se depara (Benjamin, 1973).

3. A resposta da nova historiografia

Nos últimos anos a historiografia contemporânea tem procurado responder à questão colocada por Georges Bataille. Historiadores ligados ao campo da história do tempo presente e sobretudo da história oral tem se preocupado em construir um espaço, no interior da narrativa histórica, de valorização da subjetividade, dos sentimentos e da experiência humana. Esta preocupação tem se traduzido, por um lado, no esforço constante de desvendar as mais sutis e camufladas relações de dominação entre os homens – estabelecidas, muitas vezes, a partir do próprio processo social de construção de memória(s); e, por outro, na intenção de resgatar memórias, experiências e vivências ocultadas e silenciadas. A nova historiografia dá voz àqueles que não aparecem no registro documental, proporcionando a recuperação da história dos grupos em pequena escala. Ela procura pelos relatos construídos ao longo do trajeto pessoal de cada indivíduo, os quais, embora parciais, têm profundidade e contornos morais ligados à subjetividade, elementos que escapam às demais análises (Thompson, 1992).

Michel Pollak, no texto “Memória, esquecimento, silêncio” (1989) chamou atenção para os processos de dominação e submissão das diferentes versões e memórias, apontando para a clivagem entre a memória oficial e dominante e “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Esta clivagem pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre a sociedade englobante e grupos minoritários. São lembranças “proibidas”, “indizíveis” ou “vergonhosas” que muitas vezes se opõem à mais legítima e poderosa das memórias coletivas: a memória nacional.

Nesta direção são muito interessantes as pesquisas de Henri Rousso e de Alessandro Portelli. Rousso estudou os processos de “enquadramento” da memória nacional francesa – com suas operações de ocultamento e reconstrução política principalmente no que se refere à Segunda Grande Guerra, à Resistência e ao colaboracionismo. Rousso mostra como a Colaboração e o Governo de Vichy foram relegados à margem da memória nacional, esquecidos, e, mais do que isso, ocultados (Rousso, 1987).

Portelli, num texto bastante conhecido dos pesquisadores ligados à História Oral, estudou as diferentes “camadas” de memória sobre o massacre perpetrado por soldados alemães que se construíram na pequena cidade italiana de Civitella. Para o governo italiano Civitella aparecia como um

símbolo da resistência ao fascismo. O aniversário do massacre era comemorado com honras nacionais. Mas Portelli descobriu, nos depoimentos dos moradores, uma memória subterrânea, oculta, muito diferente da memória oficial. Os moradores sobreviventes viam o massacre como consequência da irresponsabilidade de militantes *partigiani* que haviam matado alguns oficiais alemães e deixado a população exposta à vingança nazista. Mas esta memória local não cabia na memória oficial que exaltava o heroísmo da pequena vila e por isso era ocultada (Portelli, 1996).

Aos estudos de Rousso e Portelli se aplica perfeitamente o alerta do historiador francês, Pierre Ansart (2001): “É preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte”. Ansart pretende incorporar à narrativa da história a sua parte “sombria, inquietante, frequentemente terrificante”. Baseando-se sobretudo em Nietzsche, Ansart propõe aos pesquisadores uma história dos ressentimentos, uma história que leve em conta, por exemplo, a experiência da humilhação e do medo como motores poderosos da ação e reação humanas.

Estes quatro autores lidam com o trauma político resultante de genocídios, ditaduras e tiranias. A nosso ver esse tema tem recebido importantes contribuições de pesquisadores ligados à História Oral, à história das mulheres e, numa abordagem interdisciplinar, à antropologia. Gostaríamos de comentar aqui alguns destes trabalhos – vários deles ainda em fase de pesquisa e elaboração de conclusões.

O primeiro trabalho que gostaríamos de analisar aqui é o de Silvia Salvatici, pesquisadora italiana que estuda, através de depoimentos orais de imigrantes, o impacto da violência na guerra do Kosovo. Dois textos seus foram publicados na *Revista de História Oral*: “Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres” e “Narrativas de violência no Kosovo do pós-guerra” (Salvatici, 2005a e 2005b). Nos dois trabalhos, altamente complementares, Silvia aponta para uma questão importante: o aporte novo e revelador trazido pelos depoimentos femininos para a construção da narrativa histórica. Silvia sublinha o fato de que o campo da história oral e o da história das mulheres se desenvolveram juntos e incentivando-se mutuamente. Ambos nasceram da preocupação de resgatar aquilo que não tinha registro histórico e que, na maioria das vezes, se apoiava apenas no testemunho e no depoimento oral para ser lembrado e conhecido. Tanto um campo quanto o outro teve a preocupação de resgatar esta “voz do passado”⁷ e dar-lhe um lugar na história. Para os pesquisadores da história oral e da história das mulheres esta era uma preocupação

⁷ A expressão é do historiador inglês Paul Thompson, 1992.

política, militante. Mas quando estes dois campos se cruzaram efetivamente a história encontrou algo novo.

Em sua pesquisa empírica, Salvatici nos mostra toda a riqueza desta experiência marcada pela subjetividade feminina e por comportamentos e posturas de gênero, determinados pela situação de guerra. Ela reproduz os depoimentos de mulheres que estiveram em campos de concentração, que participaram de resistências, que viveram épocas de guerras civis, trazendo para a história todo um lado da experiência humana em tempos de guerra e arbítrio que era desconhecido e ocultado. Entram para a história episódios, experiências e vivências envolvendo estupros, partos clandestinos, abortos, os cuidados com doentes, a proteção das crianças, o armazenamento de comidas, a produção de vestimentas e até de disfarces, a improvisação para lidar com a fome e o frio em épocas de escassez severa. Outros depoimentos de mulheres relatam as experiências do amor clandestino, dos beijos trocados atrás de barricadas, dos casamentos apressados, das gestações solitárias, da alegria de partos realizados em precárias condições, mas bem sucedidos. A dimensão amorosa das atividades políticas em tempos de guerra pôde vir à tona a partir de relatos orais e depoimentos femininos. Enfim, uma gama de experiências e formas de enfrentamento de guerras e tiranias que não eram conhecidas, que não apareciam nos relatos e registros históricos, nem mesmo nos depoimentos de pessoas que tinham vivido essas situações. A maioria desses depoimentos era dada por homens a partir de experiências masculinas nas prisões, nos campos de concentração, e nos grupos de resistência. A experiência tipicamente feminina deste tipo de situação traumática só pôde aparecer com destaque a partir do cruzamento da história oral com a história de mulheres. E somente a partir disso, foi possível para nós pesquisadores trazer para a história uma dimensão da experiência e da vivência humana inteiramente ignorada porque alicerçada na subjetividade feminina, excluída da narrativa histórica.

Um outro historiador que traz questões importantes sobre a relação entre política e subjetividade é o sul-africano Jonathan Grossman. O texto “Violência e silêncio: reescrevendo o futuro”, também publicado na *Revista de História Oral* traz à tona as dramáticas conseqüências de um processo político que tentou ignorar e, em alguns momentos, passar por cima das subjetividades dos atores envolvidos na história política da África do Sul. O texto de Grossman analisa o processo político de reconciliação e re-pactuação nacional vivido pelo país após o fim do regime de apartheid. Seu foco é explicitamente o trabalho da Comissão de Reconciliação e Verdade, que tinha por objetivo a reparação dos danos causados às vítimas e a valorização de uma política de Direitos Humanos (Grossman, 2000).

O ponto levantado por Grossman é importante: a Comissão olhava para todas as pessoas que haviam sofrido nas mãos do regime – com prisões, torturas, clandestinidades, maus tratos, humilhações – como *vítimas*. E estas pessoas eram chamadas a depor e a relatar, diante da Comissão, o que haviam sofrido. Sem discordar da importância deste trabalho, Grossman chama a atenção para o fato de que inúmeras pessoas, sobretudo jovens, queriam depor na Comissão, mas não como vítimas. Queriam relatar seus feitos de luta, de resistência, de combate. Não se sentiam vítimas, mas, sim, heróis combatentes. E não havia lugar para eles; os seus depoimentos não eram desejados, nem registrados. A Comissão não buscava os heróis, mas sim as vítimas. Muitos destes jovens recusavam a vitimização, não se viam assim e nem queriam este lugar na história. Mas a Comissão de Reconciliação e Verdade não abria este espaço para eles, não estava interessada neste registro histórico.

Grossman chama a atenção para um processo político que “coloca o sofrimento antes e no lugar do envolvimento e da resistência política”:

Na medida em que somente a dor é focalizada, as pessoas que viveram toda uma experiência de sobrevivência e resistência acabam sendo reduzidas a simples vítimas, não sendo levado em conta o fato de que também são sobreviventes e resistentes. (2000: 19-20)

Havia, por parte destes jovens, uma recusa ao papel de vítima e o desejo de afirmar uma identidade ligada à idéia de resistência. Esta subjetividade, para Grossman, foi alijada do processo político pós-apartheid. E o alijamento desta subjetividade estaria alimentando fortes correntes de ressentimento na sociedade sul africana, chegando mesmo a comprometer, de forma perigosa, o sucesso do processo de reconciliação política.

Gostaríamos ainda de comentar a pertinência de um outro trabalho – agora no campo da antropologia – que discute as relações entre subjetividade e política. O livro de Kimberley Theidon, antropóloga da Universidade de Harvard, que há muitos anos estuda o Peru, tem o significativo título *Entre Prójimos: el conflicto armado interno y la política de la reconciliación em el Peru* (2004). O livro trata do conflito armado ocorrido no Peru, na década de 1980, resultante da atuação política do grupo extremista Sendero Luminoso. Baseia-se em um trabalho de campo realizado em Ayacucho, região onde ocorreu o maior número de vítimas do conflito armado peruano, a maior parte delas sendo indígenas. A pesquisadora estudou sete comunidades indígenas – que sofreram e infligiram sofrimento. O ponto de partida de Kimberley é o de que os habitantes das comunidades indígenas

(e, algumas vezes as comunidades inteiras) se viam na contingência de se aliar ou com os *senderistas* ou com as Forças Armadas. E foi exatamente esta característica que conferiu ao conflito armado peruano – pelo menos na região de Ayacucho – a dimensão de guerra civil. Uma guerra que opunha os camponeses e índios ligados ao Sendero Luminoso de um lado, a camponeses e índios que apoiavam as Forças Armadas de outro. Camponeses e índios que, mobilizados pelos Sendero e pelos militares, lutavam entre si. A questão que Kimberley explora em seu prolongado trabalho de campo é a participação civil nas matanças e violências praticadas e sofridas pela população camponesa indígena.

¿Cómo es que las personas comenzaron a matarse entre prójimos? ¿Cómo militarizaron y desmilitarizaron la vida cotidiana y las subjetividades? (Theidon, 2004)

Esta é a questão colocada logo no prefácio do livro. Kimberley trabalha, especificamente, a questão da construção da subjetividade em tempos de guerra civil, a experiência de grupos sociais desamparados politicamente, manipulados por guerrilheiros e Forças Armadas, envolvendo-se em violentos conflitos com vizinhos, parentes e conhecidos. Desespero e política. É interessante colocar aqui neste texto o fato de que somente muito recentemente o conflito armado peruano – a guerra entre o Sendero e as Forças Armadas que teve lugar em Ayacucho – tem sido objeto de pesquisa histórica e social. Até há pouco tempo atrás este tema era um tabu intransponível. Somente agora os relatos sobre esta experiência têm aparecido e, mesmo assim, com muita dificuldade. Kimberley relata a enorme dificuldade que teve em obter depoimentos orais sobre a guerra. Camponeses e índios não queriam falar – nem muito menos registrar suas falas – sobre este assunto. Muito recentemente este tema também tem sido objeto da literatura peruana. O romance *La hora azul* de Alonso Cueto, já traduzido e publicado no Brasil (2006), é um bom exemplo disso. A sociedade peruana começa a rever, por variados caminhos, a história desta guerra.

Como foi uma história abafada e, em vários sentidos, clandestina, Kimberley aponta para a necessidade do manuseio de linguagens diversas no estudo deste tema. Entre estas linguagens ela aponta a linguagem do corpo: é necessário compreender uma experiência culturalmente informada pelo corpo, nos diz ela. A experiência de camponeses e índios nesta guerra civil foi marcada pelo corpo: dor física, torturas, pobreza e fome. O corpo, para ela, é um *lugar de memória*, um lócus onde se inscreveram experiências históricas importantes.

A questão teórica e metodológica que Kimberley discute em seu trabalho é justamente a incorporação da construção da subjetividade nos estudos históricos e antropológicos – mas não apenas a valorização da subjetividade na narrativa histórica. Mais do que isso: ela propõe que a subjetividade seja incorporada como objeto e instrumento de pesquisa. Ela pretende chegar à investigação do corpo das pessoas (de seus depoentes) – de como esses corpos registram e relatam as experiências de medo, dor, humilhação e também esperança, alegria, alívio e gozo, ou seja, sentidos e emoções vividos numa guerra.

Conclusão

Ao longo deste artigo, foram destacadas abordagens que contribuíram de forma efetiva para a construção da noção que temos hoje do que seja história, memória e esquecimento. Mas, como nos diz o filósofo Edward Casey, o que quer que seja a memória ela excede o escopo da razão humana, resiste ser capturada na estrutura da intencionalidade. Quando se trata de produzir uma descrição exata da memória, é como se nós nos encontrássemos à deriva em confusões e esquecimentos lingüísticos comparáveis ao mar de Sargasso (Casey, 1987).

Frente a diversidade de abordagens e implicações políticas, procurou-se destacar que o problema que se coloca para pesquisadores que se voltam para o passado não está relacionado apenas à busca do conhecimento, pois envolve questões políticas e morais.⁸ A crítica de Michel Foucault à história como forma de estabelecer arbitrariamente uma origem, uma continuidade ou mesmo uma finalidade em função do poder deu lugar a um amplo debate sobre a relação entre conhecimento, moral e poder (Foucault, 1977). Inúmeros pesquisadores se voltam para a denúncia de narrativas que, embora revelem fatos e eventos do passado para gerações do presente, reproduzem dominações e formas de poder. As ditas objetividade e neutralidade de abordagens que procuram reconstituir o passado a partir dos métodos e rigores da ciência podem se constituir em novas formas de controle.

Em suma, a intenção de entrelaçar interpretações diversas sobre história, memória e esquecimento teve como objetivo mostrar que há várias formas de lidar com o passado e que todas elas envolvem interesse, poder e exclusões. A política da justa memória precisa se equilibrar entre a obsessão pelo passado e as tentativas de imposição do esquecimento.

A pesquisa relativa ao que aconteceu no passado – e o debate teórico e metodológico a ela relacionado – tem procurado, de variadas formas, res-

⁸ Ver, entre outros, Seligmann-Silva, 2000.

ponder aos limites da representação. Esperamos – e trabalhamos neste sentido – que novos caminhos sirvam para conhecermos melhor a nós mesmos, no sentido emancipatório e libertador deste conhecimento. Não se pode fazer uma história dos homens que ignore seja a subjetividade da condição humana, seja seus limites. Assim sendo, que o conhecimento desta subjetividade não sirva para a elaboração de meios mais eficazes de controle e dominação de uns homens sobre os outros – este tem sido o compromisso dos pesquisadores que trouxemos ao longo desta reflexão.

Referências bibliográficas

- Ansart, Pierre (2001), “História e memória dos ressentimentos”, in Stella Bresciani; Marcia Naxara (orgs.), *Memória (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo: Editora da Unicamp, 15-36.
- Bataille, George (1995), “Concerning the Accounts Given by the Residents of Hiroshima”, in C. Caruth (org.), *Trauma: Explorations in Memory*. Baltimore: London, The John Hopkins University Press, 221-235.
- Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (1994), *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Stanford, Ca.: Stanford UP.
- Benjamin, Walter (1968), “Thesis on the Philosophy of History”, in Hannah Arendt (org.), *Illuminations*. New York: Harcourt Brace & World, 253-264.
- Benjamin, Walter (1973), *Charles Baudelaire: A Lyric Poet in the Era of High Capitalism*. London: NLB.
- Casey, Edward S. (1987), *Remembering: A Phenomenological Study*. Bloomington: Indiana UP.
- Cueto, Alonso (2006), *A hora azul*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Davis, Natalie Zemon; Starn, Randolph (1989), “Introduction: Memory and Counter-memory”, *Representations*, 26, 1-6.
- Foucault, Michel (1977), “Nietzsche, Genealogy, History”, in M. Foucault, *Language, Counter-memory, Practice*. New York: Cornell UP, 139-164.
- Freud, Sigmund (1955), “Beyond the Pleasure Principle”, in James Strachey (org.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*. London: Hogarth Press, vol. 18, 3-64 [1920].
- Friedländer, Saul (1992), *Probing the Limits of Representation: Nazism and the ‘Final Solution’*. Cambridge, Mass.: Harvard UP.
- Giddens, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*. Stanford: Ca.: Stanford UP.
- Grossman, Jonathan (2000), “Violência e silêncio: Reescrevendo o futuro”, *História Oral, Revista da Associação Brasileira de História Oral*, 3.
- Halbwachs, Maurice (1925), *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Felix Alcan.

- Halbwachs, Maurice; Alexandre, J.H. (1950), *La mémoire collective. Ouvrage posthume publié*. Paris: PUF.
- Koselleck, Reinhart (1985), *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Lash, Scott (1998), 'Being After Time: Towards a Politics of Melancholy', in S. Lash; A. Quick; R.H. Roberts, *Time and Value*. Oxford, UK/Malden, Mass.: Blackwell, 147-161.
- McNamara, Robert S. (1996), *In Retrospect: The Tragedy and Lessons of Vietnam*. New York: Vintage Books.
- Middleton, David; Edwards, Derek (1990), *Collective Remembering*. London: Newbury Park / Ca.: Sage Publications.
- Nora, Pierre (1984), *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- Pollak, Michael (1989), "Memória, esquecimento e silêncio", *Estudos Históricos*, 3, 3-15.
- Portelli, Alessandro (1996), "O Massacre de Civitella Val di Chiara (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum", in Marieta de Moares Ferreira; Janaína Amado (orgs.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 103-130.
- Ricœur, Paul (2000), *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.
- Rouso, Henri (1987), *La syndrome de Vichy*. Paris: Seuil.
- Salvatici, Sílvia (2005a), "Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres", *História Oral, Revista da Associação Brasileira de História Oral*, 8(1), 29-42.
- Salvatici, Sílvia. (2005b), "Narrativas de violência no Kosovo do pós-guerra", *História Oral, Revista da Associação Brasileira de História Oral*, 8(1), 115-127.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos (1998), "Sobre a autonomia de novas identidades coletivas: Alguns problemas teóricos", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38), 151-165.
- Seligmann-Silva, Marcio (2000), "A História como Trauma", in *Catástrofe e Representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 73-98.
- Scheler, Max; Frings, M. S. (1994), *Ressentiment*. Milwaukee, Wis.: Marquette University Press.
- Taussig, Michael T. (1986), *Shamanism, Colonialism, and the Wild Man: A Study in Terror and Healing*. Chicago: University of Chicago Press.
- Theidon, Kimberley (2004), *Entre Prójimos: el conflicto armado interno y la política de la reconciliación en el Peru*. Lima: IEP.
- Thompson, Paul (1992), *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- White, Hayden (1987), *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins UP.

HELENA SERRA

Da construção e reprodução do conhecimento e discurso médicos. Para uma etnografia da transplantação hepática

Partindo de alguns contributos contemporâneos da área da sociologia médica, apresentam-se alguns resultados de uma investigação de natureza etnográfica numa unidade de transplantação hepática. Elegeu-se uma metodologia qualitativa, tendo como técnica central de recolha de informação a observação participante e continuada e, como técnica complementar, entrevistas semi-estruturadas e aprofundadas, aplicadas às várias categorias representadas no terreno de observação. Começa-se por estabelecer a distinção entre os vários tipos de conhecimento, evidenciando a primazia da experiência clínica em relação ao conhecimento teórico na construção do conhecimento médico; abordam-se ainda os discurso(s) e prática(s) médicas, a propósito da construção do diagnóstico; finalmente, e a encerrar a discussão, é focada a questão da incerteza na construção do conhecimento médico.

1. Introdução

Nas abordagens sociológicas contemporâneas, poder e conhecimento assumem uma relação profunda, particularmente nos mais recentes trabalhos do construtivismo social que evidenciam as relações entre conhecimento e discurso na construção de estratégias de poder. A construção social do conhecimento e da realidade constituiu igualmente o foco da linha da fenomenologia do pensamento sociológico, popularizada por Berger e Luckman nos finais da década de 60. Berger e Luckman (1967) argumentam que o conhecimento é produzido de forma criativa por indivíduos e é orientado para problemas práticos particulares.

A partir desta perspectiva, inúmeros trabalhos acerca da natureza do conhecimento médico têm surgido. Nesta esteira, que se constitui enquanto desafio à ideia moderna de racionalidade científica, por vincular a produção de conhecimento aos poderes e aos seus discursos, procura-se identificar os diversos conhecimentos que são produzidos e desenvolvidos no contexto dos cuidados médicos. Esta perspectiva contrasta com a visão tradicional da medicina que encara a doença como estando localizada num corpo

enquanto objecto físico, e que pode ser objectivamente identificada e tratada como condição fisiológica a partir do conhecimento médico científico.

Neste artigo, apresentam-se alguns resultados de uma investigação de natureza etnográfica, em torno da construção e reprodução do conhecimento e discurso médicos. Partindo de alguns contributos contemporâneos da área da sociologia médica, particularmente do construtivismo social e daquilo que se designa por *abordagem foucaultiana*, procura-se identificar numa unidade de transplantação hepática (UT), os modelos de construção e reprodução do conhecimento e discurso médicos, analisando como estes dois elementos são reconstruídos em termos estratégicos. Entre outros contributos, os trabalhos de Freidson (1984, 1986, 1987) constituem um suporte importante para a análise das dimensões presentes no trabalho médico. Destacam-se também os trabalhos de Turner (1995) e os de Atkinson (1977, 1995), já que ambos evidenciam a centralidade do discurso médico, que assenta na interacção entre o trabalho médico e as tecnologias, bem como as relações entre o conhecimento, o discurso médico e o contexto das práticas médicas. Elegeu-se uma metodologia qualitativa que inclui a utilização de diferentes técnicas de recolha de informação, tendo-se optado por uma técnica central e outras técnicas complementares. Neste sentido, elegemos como técnica central de recolha de informação a observação participante e continuada e, como técnica complementar, entrevistas semi-estruturadas e aprofundadas, aplicadas às várias categorias representadas no terreno de observação.

O contexto de pesquisa, uma unidade hospitalar de transplantação hepática, surge como uma das áreas mais sofisticadas da medicina, quer pela tecnologia e as respectivas práticas médicas que implica, quer, também, pela natureza multidisciplinar que necessariamente a caracteriza. A grande complexidade da prestação dos cuidados encerra aspectos muito precisos da organização e divisão do trabalho que decorrem da hiper-especialização médico/cirúrgica que envolve a produção dos cuidados de saúde neste serviço. Estamos num terreno caracterizado pela presença do exercício de diversos poderes que vão sendo constantemente construídos e reconstruídos no exercício e no cruzamento das práticas médicas das diferentes especialidades envolvidas, cada uma delas subordinada a um esquema próprio de organização, tão específico quanto as práticas médicas que as distinguem. Nesta etnografia, os médicos assumem um papel central, sendo que, neste artigo, seleccionaram-se os lugares que nos permitiram observar o trabalho das especialidades médicas de hepatologia, cirurgia e anatomia patológica.

Assim, começamos por estabelecer a distinção entre o conhecimento teórico e o conhecimento adquirido através da experiência no terreno das

práticas médicas, evidenciando a primazia da experiência clínica em relação ao conhecimento teórico na construção do conhecimento médico; abordam-se ainda os discurso(s) e prática(s) médicas, a propósito da construção do diagnóstico; finalmente, e a encerrar a discussão, é focada a questão da incerteza na construção do conhecimento médico.

2. Entre a teoria e a prática da medicina: o primado da experiência clínica na construção do conhecimento médico

Tal como em qualquer outra área da medicina, na transplantação hepática o conhecimento médico constitui propriedade emergente da interação entre as diferentes especialidades médicas. A prática clínica encerra procedimentos que atravessam a actividade médica estando os processos de produção do conhecimento e de formação de opinião dispersos no tempo e no espaço.

A noção de conhecimento está profundamente ligada à ideia de competência, sendo por isso importante perceber como estas noções se interligam nas práticas médicas quotidianas. Mas importa não esquecer que cada especialidade encerra em si conhecimentos e competências próprias que, no conjunto das interações, constroem um património de conhecimentos comuns, traduzidos em competências.

A propósito das referências básicas das noções de *trabalho* e *competência*, podemos afirmar que se trata manifestamente de um corpo de factos ordenados por determinadas ideias abstractas ou teorias que se encontram materializadas nos tratados e nos manuais (Freidson, 1984). Estas fornecem a substância formal daquilo que os especialistas aprendem nas suas escolas e que é considerado como conhecimento. Esse conhecimento ou competência é, pois, extremamente limitado enquanto realidade; ele está encerrado nos livros ou nos cérebros e, definido nestes modos, parece não ter qualquer ligação com as práticas médicas. Neste sentido, Freidson (1984) chama a atenção para a absoluta necessidade de redefinir a noção de conhecimento, estabelecendo a correspondência entre o “saber” e o “fazer”.

Avançando nesta linha, podemos distinguir os que se consagram ao desenvolvimento de um corpo de conhecimentos daqueles que os aplicam. Trata-se de distinguir o corpo dos conhecimentos enquanto tal das actividades humanas que consistem em criar esse conhecimento (investigação e pesquisa) e em aplicá-lo (a prática). Podemos avaliar estas actividades de acordo com a sua fidelidade em relação ao conhecimento, *i.e.*, tentar perceber em que medida as práticas médicas se fundam no conhecimento teórico. Assim, para avaliar o especialista e a sua competência, não avaliamos apenas o conhecimento da sua disciplina enquanto tal, mas também as relações entre

a sua actividade de especialista e o respectivo conhecimento. A este propósito, Keating e Cambrosio (2003: 27) introduzem a noção de *plataformas biomédicas*, que permite clarificar as práticas e a organização do trabalho nas ciências biomédicas. Estas plataformas constituem arranjos quer de natureza material, quer de natureza discursiva, que permitem criar a base de organização das práticas médicas.

Em oposição ao conhecimento médico, na medicina enquanto tal, encontram-se todas as práticas que se desenvolvem a partir do momento em que esse conhecimento é aplicado a doentes e contextos concretos. O conhecimento médico “puro” é transformado, mesmo manchado, no decorrer da sua aplicação. De facto, este conhecimento não pode continuar “puro”, pelo contrário, deve organizar-se socialmente em práticas, já que o conhecimento médico se concretiza através das suas utilizações. Mas o mais importante tem a ver com facto de o médico estar moralmente comprometido a intervir, mesmo na ausência de conhecimento seguro, na medida em que a medicina é, por definição, uma actividade de consulta e de prática, mais do que uma actividade científica e erudita (Freidson, 1984). No caso da unidade de transplantação, ao observarmos algumas situações onde são discutidos casos mais polémicos, assistimos, por parte de alguns médicos e cirurgiões, à utilização de argumentos que se prendem mais com questões morais do que com critérios científicos. Em algumas situações em que a indicação de transplante é, do ponto de vista médico-científico, inequivocamente desaconselhada, assistimos ao apelo do dever moral para justificar o transplante. Expressões como “é um homem novo e saudável, com porte atlético” ou “tem apenas vinte e quatro anos e uma filha pequena, é impossível recusar-lhe uma oportunidade como esta”, são utilizadas estrategicamente no diálogo entre médicos. Em algumas situações, quando questionados sobre determinados casos concretos, vários médicos referiram que, numa ou noutra situação, “o transplante foi efectuado porque, apesar de medicamento não dever ter sido realizado, moralmente tiveram de o fazer” (nota de trabalho de campo).

Neste sentido, o conhecimento prático da medicina assenta, em grande parte, na experiência clínica e pessoal dos médicos. O seu conhecimento científico provém, na realidade, e em grande medida, das descobertas individuais realizadas por clínicos. Por isso, o próprio modelo que está subjacente à prática médica encoraja o médico a desviar-se individualmente do conhecimento codificado, apoiando-se em observações individuais, feitas em primeira mão, sobre casos concretos. Estamos a falar, de acordo com Freidson (1984), de “juízos” ou mesmo de “sabedoria”, já que o médico insiste na primazia da sua experiência pessoal e na liberdade de escolha de

acção fundada sobre essa experiência encorajada pela ideologia da medicina. Trata-se, precisamente, de uma ênfase inversa à que ocorre na ciência acerca do conhecimento tornado comum, recolhido e verificado graças a métodos que têm como objectivo ultrapassar as deficiências da experiência individual. O saber prático, em primeira mão, é, assim, muitas vezes designado por “sabedoria” e representa o condensar da experiência de toda uma vida.

Alguns dos médicos e cirurgiões da UT enquadram-se precisamente neste perfil. Para além do director da unidade, que constitui uma referência relativamente a experiência acumulada e pioneirismo nesta área da medicina, outros elementos da equipa destacam-se no domínio de técnicas específicas, no caso dos cirurgiões, ou de determinadas patologias, no caso dos hepatologistas. Esse domínio tem origem na própria experiência individual de cada um dos sujeitos. Nesta entrevista, vemos referida a importância da experiência clínica na construção do conhecimento médico. No caso da UT, esta experiência acumulada tem vindo a permitir a este serviço conquistar um lugar de referência no panorama mundial da transplantação hepática:

Há, com certeza, coisas novas. Primeiro, há um aperfeiçoamento de dados base, há experiência adquirida, há uma curva de aprendizagem que, enfim, decorreu. Neste momento estamos a uma velocidade de cruzeiro e pouco aprendemos mais a partir de agora no que diz respeito à prática diária, à prática, digamos, rotineira. (HEPATOLOGISTA, 12)

A experiência clínica é tão fundamental na transplantação que o lançamento do Programa de Transplantação Hepática, na UT, foi antecedido por alguns anos de cirurgia experimental, num laboratório criado no hospital, exclusivamente para o efeito. Neste *biotério*, anestesistas e cirurgiões com larga experiência nas respectivas áreas de especialidade, mas ainda não na transplantação hepática, praticavam em porcos as várias técnicas de transplantação do fígado.

Ainda a propósito da importância da experiência clínica na formação dos médicos que constituem a equipa de transplantação hepática, sobretudo dos mais antigos ou pioneiros desta área em Portugal, verificamos que frequentaram estágios em centros no estrangeiro por forma a aprenderem não apenas o conhecimento teórico, mas, sobretudo, experiência clínica. Trata-se, não apenas de aprender com a experiência dos outros, mas, sobretudo, de ver como os outros praticam e praticar com eles.

Temos, assim, duas componentes essenciais na construção do conhecimento médico, a teoria e a prática clínica. No entanto, a propósito da natureza do

trabalho médico, Freidson (1984) refere que este é pouco teórico, já que se trata sobretudo de um trabalho de aplicação, diferindo, deste modo, do trabalho de investigação. As especialidades clínicas devem, na maioria dos casos, utilizar os princípios gerais para controlar problemas concretos. Pelo contrário, o investigador parte da investigação de fenómenos concretos para verificar, elaborar ou encontrar princípios gerais. Na medida em que a prática médica faz tão pouco uso da ciência, esta utilização obedece a uma orientação característica: ela esforça-se por aplicar, mais do que criar ou contribuir. Se o trabalho médico se concentra em problemas concretos e na sua solução prática, é importante que ele prossiga mesmo quando lhe faltam fundamentos científicos, na medida em que este trabalho assenta sobre a intervenção e é independente da existência de conhecimentos confirmados. Assim, o médico sente-se mais seguro e tranquilo quando procede em situações de quase incerteza, ou que ultrapassam mesmo as regras científicas, do que em situações onde pura e simplesmente nada faz. Foi possível observar vários exemplos concretos na transplantação hepática, sobretudo no que diz respeito à atitude dos cirurgiões em face de doentes polémicos, relativamente aos quais, cientificamente, não existe qualquer indicação para transplante. Mesmo nestas situações, os cirurgiões estão dispostos a correr riscos, na medida em que, no seu entender, mais arriscado será nada fazer.

A estes aspectos é ainda importante acrescentar que a prática médica diz respeito, acima de tudo, a situações individuais, procedendo pouco de acordo com aspectos estatísticos ou de conjunto. Este tipo de dados é utilizado quando serve apenas como referência para determinar a natureza de um caso específico. Mesmo quando se dispõe de conhecimentos científicos gerais, o simples facto de as variações individuais colocarem constantemente o problema da estimativa torna necessária a realização de exames pessoais e directos em cada caso individual. Como refere um dos hepatologistas, “não existem doenças, mas sim doentes” (nota de trabalho de campo).

A propósito da importância do risco e da tomada de decisão que estes aspectos implicam, Freidson (1984) refere que o risco e os juízos formulados podem variar consideravelmente consoante as situações concretas. No entanto, existe um aspecto que jamais varia: o facto de se tratar de um trabalho de aplicação que implica a intervenção do médico, seja qual for o estado de conhecimento, e que pressupõe a existência de um elemento central – a experiência directa de casos individuais. Em várias ocasiões, foi possível constatar que alguns doentes, imediatamente antes de tomarem contacto com a UT, tinham como referência um dos elementos da equipa. É o caso de um doente que teve conhecimento do serviço por via de um dos cirurgiões que procurou por sua iniciativa, na medida em que era

reconhecido pela opinião pública como um dos médicos mais experientes na área do transplante hepático. A importância da experiência clínica é, de facto, fundamental também do ponto de vista da opinião pública. De uma forma geral, os médicos, e os serviços a que estão associados, são reconhecidos pelo número de casos tratados, pelos resultados que apresentam e pelos anos de experiência em áreas específicas de intervenção, tal como é referido nesta entrevista.

Não adianta ter um centro que transplante uma ou duas crianças por ano. Eu, como pai, não vou dar a transplantar o meu filho a pessoas que fazem um ou dois transplantes por ano. Vou a outro centro que tenha uma casuística muito maior, está a perceber. As Unidades só se tornam boas quando fazem muitos, quando têm experiência. Aqui ninguém é iluminado. (CIRURGIÃO, 8)

Estes factores que caracterizam o trabalho médico quotidiano parecem ser responsáveis pelas atitudes que limitam o sentido de responsabilidade, dando-lhe contornos especiais. O médico é conduzido a valorizar a sua responsabilidade individual em detrimento de uma responsabilidade colectiva, levando, por outro lado, a poucos esforços no sentido de fazer respeitar as normas profissionais de eficácia. Do mesmo modo, esta situação conduz à valorização da primazia da experiência clínica directa sobre as leis científicas ou as regras gerais, acentuando-se a diversidade de opiniões definidas como aceitáveis e permitindo resistir, de consciência tranquila, a eventuais críticas provenientes dos seus pares.

Num trabalho acerca dos estudantes de medicina na década de 60, Becker *et al.* (1961) referem que, durante os anos de formação, são inculcados nos futuros médicos padrões de comportamento orientados de acordo com duas normas decisivas – a responsabilidade e a experiência. O termo “experiência” refere-se à experiência clínica, à experiência real em lidar com os doentes e a doença, sendo que o seu significado assenta na sua polaridade implícita na “aprendizagem através dos livros” (*book learning*). A experiência clínica implícita neste termo dá ao médico o conhecimento necessário para tratar os seus doentes com sucesso, mesmo que esse conhecimento ainda não tenha sido sistematizado e comprovado cientificamente. O médico não adquire este conhecimento através do estudo, mas sim através da observação do fenómeno clínico que lhe permite lidar com problemas clínicos. A experiência clínica pode mesmo chegar a substituir o conhecimento cientificamente comprovado e ser utilizada para legitimar a escolha de procedimentos e para eliminar a utilização de outros que estão cientificamente estabelecidos (Becker *et al.*, 1961).

No decorrer desta investigação, assistimos a diversas situações em que a opção pelo transplante acaba por ser justificada com base na experiência clínica deste serviço, fazendo quase tábua rasa do conhecimento cientificamente comprovado pela literatura. Como refere um dos cirurgiões, “dada a qualidade do serviço prestado por esta unidade de transplantação, cujos resultados falam por si, podemos ter lugar para excepções” (nota de trabalho de campo).

Esta ideia assenta no facto de que o médico, para elaborar o seu diagnóstico, deve ainda utilizar directamente os seus sentidos, que devem ser treinados na prática, o que quer dizer que o conhecimento livresco e científico, em face das contingências práticas e da complexidade dos casos individuais, não é suficiente. Seja qual for o motivo, a experiência tem primazia na formação médica. O trabalho de Becker *et al.* (1961) mostra que a ideia de experiência clínica organiza a escolha dos estudantes de medicina, na medida em que estes consagram o máximo de esforços à acumulação de experiências práticas, em detrimento de conhecimentos abstractos.

Também Freidson (1984) estabelece uma comparação entre médicos que praticam a clínica e teóricos e investigadores. Assim, e em primeiro lugar, o autor refere que o objectivo dos primeiros é sobretudo a acção e não tanto o conhecimento, pretendendo agir com sucesso. Mesmo que o fruto da sua acção não seja positivo, ainda assim é preferível agir a não fazer nada. A acção transforma-se num fim em si mesmo. Nesta linha surge, em segundo lugar, aquilo que Freidson designa por “acreditar no que faz”. O clínico acredita, de uma forma geral, que a sua intervenção faz sempre mais bem do que mal. Ele próprio reage como perante um placebo, na medida em que o seu trabalho se processa em torno de uma série de problemas concretos e individuais. O sucesso que o premeia e a causa que o determina raramente são equívocos. Uma vez embrenhado na acção, o clínico, por vezes confrontado com o erro, é levado a manifestar uma certa vontade em acreditar no valor daquilo que faz. Em terceiro lugar, seja devido a esta orientação para a acção, seja pela complexidade e pela diversidade dos casos concretos, o clínico é sobretudo um indivíduo pragmático, mais fiel aos resultados concretos do que, propriamente, à teoria. Em quarto lugar, enquanto clínico, o médico aprendeu a acreditar que o tempo ajuda e que pode confiar na acumulação da sua experiência directa e pessoal, no subjectivismo, deixando para segundo plano os princípios abstractos, sobretudo quando se trata de avaliar e tratar os aspectos do seu trabalho que não revelam automatismos. Finalmente, o médico clínico acentua, de forma consciente, o peso da indeterminação ou incerteza, sem perder tempo com questões de regularidade ou de comportamento científico. Que este aspecto

possa ou não significar ignorância nos domínios do conhecimento e da técnica disponíveis, não é relevante; o que importa salientar é que a incerteza proporciona ao médico o terreno psicológico que lhe permite justificar a importância pragmática que concilia com a experiência directa.

Mesmo assim, na UT, as especialidades médicas observadas consideram fundamental a componente de investigação, evocando a dificuldade em conciliar a investigação com a prática clínica, pelas características dos próprios hospitais e respectivos serviços, que influenciam as formas através das quais o conhecimento médico se reproduz. Neste sentido, a vocação desta unidade hospitalar, sobretudo ligada à prestação dos cuidados médicos e não à investigação, condiciona as formas de reprodução do conhecimento, que é predominantemente construído na prática clínica da prestação dos cuidados médicos.

As responsabilidades assumidas pelo médico em relação aos actos que pratica tornam-no, necessariamente, vulnerável. No caso particular da transplantação hepática, esta questão assume de facto um enorme peso. Em inúmeras ocasiões observámos que, se, por um lado, são gratificantes as situações em que o médico é reconhecido por ter sido bem sucedido, do mesmo modo pode incorrer em situações de reprovação em circunstâncias opostas. Assumir a responsabilidade de uma prática concreta, seja qual for, implica correr riscos. A confiança depositada na experiência clínica pessoal tem um grande peso, de tal forma que o médico acaba por privilegiar a autoridade das suas faculdades sensoriais, libertando-se ao mesmo tempo da hegemonia presente na tradição ou na ciência. Em última instância, é a ciência e apenas ela que guia os seus actos, mesmo quando os resultados esperados não são alcançados. Muitas vezes, o médico recusa-se a modificar a sua tática com base em considerações estatísticas ou abstractas. Ele precisa de ver e de sentir por si mesmo. Sobretudo, necessita de tentar salvar vidas através do último dos recursos possíveis, o transplante.

Podemos então distinguir racionalidade clínica de racionalidade científica. Assim, a primeira é singular e técnica, constituindo um todo, uma espécie de classificação com imensos detalhes que provêm dos casos individuais. A grande diferença entre estes dois tipos de racionalidades é que a primeira não constitui um instrumento destinado a explorar ou a descobrir princípios gerais, como é o caso do método científico, constituindo antes um instrumento destinado apenas a separar e a estabelecer interconexões entre os factos que o médico percebe e aqueles que ele coloca como hipóteses. Assim, os princípios constroem-se no decorrer da prática, mas trata-se de generalizações a partir da experiência clínica, *i.e.*, de uma experiência pessoal.

3. Discurso(s) e prática(s) médicas. A construção do diagnóstico

Nas práticas médicas, a utilização de vocabulário específico ou linguagem científica acerca da doença, parece reforçar estratégias particulares que deixam adivinhar determinados conflitos de interesses. Nestas interacções, os médicos comunicam informações técnicas específicas que dizem respeito a casos específicos. Através do discurso utilizado, constatamos a existência de um monopólio de competências e conhecimentos especializados que sustentam a base do exercício da profissão por parte destes médicos, possibilitando-lhes a posse de um estatuto próprio no interior do grupo, que se traduz no poder de tomar decisões concretas no que diz respeito ao percurso da doença. Deste modo, a autoridade do médico, por exemplo numa consulta, depende da extensão considerável do seu monopólio de conhecimento.

A propósito do trabalho de diagnóstico, Atkinson (1981) refere-o como um campo de manifestações que devem ser interpretadas por forma a produzir um quadro de diagnóstico que permita atribuir um rótulo credível à doença. A retórica convencional da prática médica apresenta dois tipos de dados disponíveis que se referem a sinais e sintomas. No entanto, estes aspectos relacionados com a doença, ao contrário do que possa parecer à partida, estão relacionados com aspectos subjectivos de interpretação dos sinais e sintomas, opondo-se ao que muitas vezes é assumido como factores objectivamente observáveis da doença.

Neste sentido, interessa analisar estes procedimentos interpretativos, a forma como os médicos falam dos sinais objectivos da doença, construindo desta forma o seu diagnóstico. Na linha de Foucault, podemos referir que tudo aquilo que num determinado momento pode parecer claro não o foi certamente noutros momentos da história da medicina. Também determinados aspectos que se apresentam óbvios para determinados indivíduos que pertencem a determinada cultura não o são para outros. Assim, a dimensão histórica dos “olhares” é ilustrada por Foucault (1963). O autor utiliza o contraste entre duas descrições clínicas por forma a ilustrar a mudança fundamental associada ao nascimento da clínica. Esta mudança depende da alteração das formas de percepção, o que quer dizer que a relação entre o visível e o invisível altera a sua estrutura que é revelada a partir do *gaze* e da linguagem. Também Mol (2002) refere a relação entre estes “múltiplos conhecimentos”, tecnologias, percepções da doença e a prática médica. A par da observação das práticas médicas em torno do diagnóstico e tratamento da aterosclerose, a autora analisa o discurso do doente em torno da doença, reflectindo sobre uma multiplicidade de olhares sobre a mesma. Do mesmo modo, a respeito do diagnóstico, Atkinson (1981) compara esta

fase do trabalho médico ao trabalho de detective. As tarefas de construção da história clínica, observação, análise da informação disponível, proveniente de diversas fontes, são, assim, comparadas a todo um trabalho de reconstrução em que o médico aplica a famosa técnica de detecção. Este método está, sobretudo, associado às especialidades médicas. Por exemplo, a construção do conhecimento médico que ocorre nos laboratórios de anatomia patológica revela-se como um dos exemplos mais elucidativos do *clinical gaze* de Foucault. A importância dos vários olhares sobre uma realidade que não se apresenta de uma forma evidente à partida, ajuda a construir as várias hipóteses através de um método de observação rigoroso, no qual a intuição e a dedução se misturam numa espécie de exercício permanente em que a teoria e a prática se fecundam mutuamente.

Na transplantação hepática, como refere um dos anatomo-patologistas, a abordagem é um pouco subjectiva, o que implica a presença de vários olhares que observam o mesmo fenómeno de diferentes ângulos. Em todo este processo, a presença de outros conhecimentos para além do dos anatomo-patologistas, nomeadamente das especialidades clínicas, é fundamental. A este propósito, como referem Keating e Cambrosio (2003: 39), é interessante observar de perto a ligação entre estas actividades de plataforma e as actividades clínicas, já que a estrutura hospitalar não está simplesmente organizada em torno de plataformas técnicas; estas redefinem as práticas clínicas e fazem-no incorporando o conhecimento biomédico. Deste modo, as plataformas técnicas levam à transformação das relações entre a biologia e a clínica, permitindo a redefinição da organização e conteúdo do trabalho em medicina (Keating e Cambrosio, 2003: 43). No caso da UT, é sobretudo nos casos mais polémicos, nomeadamente nas rejeições do novo órgão transplantado, que a presença do hepatologista é imprescindível, não apenas pelo conjunto de informações que domina acerca do doente, mas também pelos seus vastos conhecimentos e experiência nas áreas específicas do fígado, que corresponde a um olhar necessariamente diferente sobre o fenómeno, absolutamente essencial para, em conjunto com o anatomo-patologista, concluir acerca do caso em questão.

Se aparece uma biopsia [...] nós as três vemos, porque é melhor vermos as três do que uma só. Porque em anatomia patológica há muito isto, para um maior rigor de observação. Nós fazemos sempre o controlo com mais de um observador e às vezes é muito importante... em certos casos, muitos casos difíceis... temos de ter uma formação teórica e prática. Mas a abordagem é um bocado subjectiva... tem algo de subjectivo, não é... Não é só aquilo que se está a ver [...] é tipo um raciocínio detectivesco, é passo a passo como o Sherlock Holmes. Quer dizer, vamos ver dali, vamos

ver de acolá, e passo a passo chegar a... e depois isto tudo não pode ser feito isoladamente só com etiologia, tem de ser em simbiose com os dados clínicos... Não podemos interpretar sem ter um apanhado clínico de todos os dados do momento, do doente. Portanto, se não está completo, temos de completar com o nosso colega que nos pediu ... e muitas vezes esclarecemos muito. Ainda ontem, olhe foi ontem, era um caso difícil que o hepatologista me mandou. E depois ao falar com ele eu disse-lhe assim: “Olhe, tem uma rejeição muito ligeira, mas eu até me apoiei mais porque vi aí as análises” e ele disse assim: “Olha, é que ela teve uma reacção anterior, portanto”. E eu até me estava a apoiar numa coisa... mas eu não sabia que ela tinha tido. Note que tudo isto leva a interpretar e é preciso sabermos tudo o que se passa ao lado... (ANATOMO-PATOLOGISTA, 26)

Por outro lado, de acordo com a visão das especialidades médicas não cirúrgicas, relativamente ao diagnóstico, as áreas cirúrgicas são encaradas de uma forma mais limitada, nos termos da qual o trabalho do cirurgião é, intelectualmente, e mesmo na prática, mais restrito. No trabalho de Atkinson (1981), os contrastes da medicina criam um estereótipo de acordo com o qual as tarefas de diagnóstico, no cirurgião, exigem menos em comparação com as dos médicos. O cirurgião tem de ser mais preciso na identificação de uma situação aguda abdominal, podendo então avançar e abrir. O cirurgião pode, assim, lidar directamente com o problema, enquanto o médico tem de trabalhar à distância, ficando pela dedução clínica. Em último recurso, o cirurgião pode confirmar as suas dúvidas através da observação directa.

Talvez por estes motivos, os hepatologistas referem-se muitas vezes aos cirurgiões como mais técnicos, por executarem um “trabalho de mãos” (na UT, o termo “homens do talho” é, de um modo geral, atribuído aos cirurgiões), oposto a um trabalho mais intelectual dos médicos. Da mesma forma, é atribuído aos cirurgiões um trabalho em torno de doenças específicas e localizadas, enquanto os problemas da medicina são, na maioria, mais gerais e difusos, exigindo muito em termos de agudeza de espírito por parte do médico. Numa ocasião em que trocávamos algumas impressões com um dos hepatologistas acerca de um doente transplantado, este médico referia a incapacidade dos cirurgiões em avaliarem os doentes a partir de técnicas que não as cirúrgicas: “eu consegui ver qual era o problema através do TAC e eles, mesmo abrindo, tiveram dúvidas” (nota de trabalho de campo).

Obviamente que a visão do cirurgião acerca da sua especialidade é bem diferente. Como podemos constatar a partir da observação, a grande maioria dos cirurgiões não se encaixa neste estereótipo, muito pelo contrário. O cirurgião encara a prática da cirurgia como intelectualmente estimulante.

Aliás, o próprio acto médico em torno da cirurgia, com todo o aparato cirúrgico do bloco operatório, a par dos grandes momentos de tensão, dá à cirurgia um charme próprio ou, como refere Atkinson (1981: 32), “a glamour all of its own”.

De facto, a importância da experiência médica faz-se sentir de uma forma particular na especialidade de cirurgia, na qual a expressão “há que ganhar mão”, muitas vezes utilizada pelo cirurgião, ilustra o peso desta componente na construção do conhecimento médico nesta especialidade, que, aliás, é caracterizado por uma forte componente de equipa, ao contrário do que se passa em relação aos hepatologistas, para quem a construção do conhecimento médico é individual.

O peso que a experiência clínica tem na formação das competências médicas é ainda mais acentuado na especialidade de cirurgia. Se a este aspecto acrescentarmos o facto de estarmos perante uma área cirúrgica das mais sofisticadas, mais reforçada e determinante será a absoluta necessidade de um treino cirúrgico que pressupõe muitas horas de prática. Os exemplos nesta investigação são, aliás, muito elucidativos.

Com experiência evidentemente. Fundamentalmente esse conhecimento é... ganho no dia a dia... É no dia a dia que se aprende. E é com determinada situação que é apresentada, que o doente apresenta... (CIRURGIÃO, 10)

A propósito da formação dos cirurgiões mais novos, um dos mais jovens membros da equipa refere a oportunidade que é dada aos internos de cirurgia, logo nos primeiros anos, de poderem praticar a cirurgia de transplante com os seus tutores, o que testemunha a importância fundamental da experiência cirúrgica.

Aqui o que a gente ganha em termos científicos é um pouco aquilo a que as pessoas chamam experiência e é isso. Uma experiência é conhecimento científico... A gente chama-lhe é outra coisa. (CIRURGIÃO, 2)

Não se pode vir só ao transplante duas vezes por ano; quem quiser tem que vir, tem que dar mesmo o litro, porque para aprender tem que dar o litro. E não é compatível com vir só uma ou duas vezes por mês ou de três em três meses... Não! Não é compatível, tem que vir [...] e sacrificar a vida familiar, sacrificar o tempo livre, sábados, domingos, feriados, e nem toda a gente está disposta a isso. (CIRURGIÃO, 5)

Nesta entrevista, a propósito da falta de internos de cirurgia interessados no transplante, um dos cirurgiões refere a importância da transmissão do

conhecimento para os mais novos a partir da prática cirúrgica que é fundamental na formação de um cirurgião. Mesmo no caso dos internos de cirurgia que não têm, necessariamente, a ver com o transplante hepático, a oportunidade de aprender a partir da sua presença numa operação de transplante ou de colheita constitui uma mais-valia extremamente importante para a aquisição de conhecimento.

Para a cirurgia geral, é o supra-sumo da cirurgia geral. Para o aluno... nós trazemos, os alunos têm que vir connosco, e eles querem muito e nós fazemos e temos a noção que estamos a investir no futuro. Porque há muitos alunos que estão a gostar muito do transplante e a achar muito interessante, portanto, estamos a colocar o bichinho da transplantação. [...] Dizemos: “Vocês deviam ir ao transplante, aquilo realmente é óptimo para vocês” [...] Nós tentamos imenso que isso se passe e que as pessoas vão connosco e tentamos puxar as pessoas a ir connosco. Mas realmente vemos que de cada dez que nós, entre aspas, chateamos para virem, há um que vem, ou há dois que vêm. E desses dois há um que fica, que gosta e que realmente ... não pode ser mais interessante. Agora, é aquela que se calhar dá mais nas vistas, percebe? O transplante!! Uma sala muito grande, com muita gente lá dentro, com muita aparelhagem com muito ... muitas horas. (CIRURGIÃO, 4)

No caso dos hepatologistas, para além dos aspectos referidos a propósito da produção de conhecimento médico na construção do diagnóstico clínico, a experiência clínica assume igualmente um papel de relevo.

[...] A pessoa não sabe fazer CPRE's¹ se não tiver aprendido a fazer endoscopias, e endoscopias provavelmente não tem nada. Portanto, há todo um caminho que é preciso percorrer para que depois se possa dar apoio à parte hepatológica, especificamente. Mas para isso é preciso uma formação prévia. Por isso é que as coisas devem ser mais gerais, digamos, mais ... A partir de uma determinada altura, então a parte tecnológica quem não pratica não... não faz pura e simplesmente. Não sabe... (HEPATOLOGISTA,13)

4. Conhecimento médico, experiência clínica e incerteza

No contexto da medicina, o conhecimento médico tem estado associado à noção de “experiência clínica” e garantido pelo privilégio do *clinical gaze* (Foucault, 1963). Este aspecto veio consolidar a centralidade da “aprendi-

¹ Colangio-pancreatografia retrógrada endoscópica (CPRE). Trata-se de uma endoscopia pancreática e biliar que, associada à tecnologia de ultra-sons, proporciona a resolução de imagens de alta qualidade.

zagem na prática da clínica” como forma de transmissão cultural do conhecimento. Apesar da fragmentação do conhecimento médico e do seu ensino, do desenvolvimento crescente de especialidades e da crescente importância da ciência e da tecnologia, o “ensino na prática da clínica” continua a assumir uma importância central. Assim, não obstante as alterações teóricas e práticas da educação e formação de médicos, o ensino das práticas médicas tem permanecido, no seu essencial, inalterado. A sua justificação reside naquilo que Foucault identifica, desde os primórdios da medicina, como um apelo à experiência directa e pré-teórica e à acumulação de experiência clínica pessoal.

A importância crucial da experiência é muitas vezes relacionada com um conjunto de factores referidos como “incerteza”. Freidson (1984) assinala a questão da incerteza no conhecimento, sugerindo que o conhecimento e a experiência pessoal ou individual contrastam com as noções de previsibilidade e regularidade. A este propósito, Atkinson (1981) refere a questão do dogmatismo, apresentando este termo não em oposição à noção de conhecimento pessoal, mas como parte da mesma perspectiva da experiência individual. O médico que apela ao seu conhecimento individual fá-lo, não por referência à sua incerteza, ou à incerteza dos seus colegas, mas baseando as suas acções e decisões naquilo que se pressupõe consolidado, *i.e.*, a certeza proveniente da experiência directa confirmada e reconfirmada. O apelo constante à experiência é aceite para criar conhecimento acerca da regularidade e da estabilidade. O médico pratica na condição da certeza pessoal, seguro da sua própria experiência, tal como sugere Atkinson (1981) quando refere que o apelo à experiência é assumido por forma a prover conhecimento da regularidade e estabilidade, sendo que a ordem é assumida para ser inerente ao fenómeno e aberta ao *gaze*, em vez de residir em sistemas de teoria. A “clínica” é, portanto, tomada para prover às demonstrações incontestáveis da realidade na percepção directa das suas regularidades. O clínico não está, portanto, a operar num estado de “incerteza”, mas antes a operar numa garantia segura através da experiência.

O conhecimento médico é, deste modo, produzido com base na experiência. No fundo, trata-se daquilo que Freidson (1984: 171) designa por *mentalidade clínica*. Tendo de confiar constantemente na sua experiência pessoal, em casos concretos e individuais, o médico acaba por confiar essencialmente na autoridade dos seus próprios sentidos, independentemente da autoridade da tradição ou da ciência. Deste modo, o médico apenas pode actuar com base naquilo que ele próprio experimentou, sobretudo quando os resultados da sua prática são positivos.

Assim, o carácter intuitivo na percepção da doença, que pouco tem a ver com questões científicas, é testemunhado pelos médicos com longa experiência clínica. Quanto a este ponto, é de referir o excerto de entrevista em que apenas o director da UT e o coordenador das equipas de anestesia e intensivismo apoiam a decisão do coordenador dos hepatologistas, no que respeita ao transplante de um doente cujo diagnóstico é polémico. Em unísono, estes três elementos de especialidades diferentes reafirmam a voz da experiência que, como podemos verificar, tem um enorme peso na tomada de decisão.

O Drº [coordenador da equipa de anestesia e intensivismo] às vezes vai porque temos uma ligação muito grande com ele. Vai e actua [...] eu acho que é um indivíduo óptimo! Tanto que chegou a ir a Cascais ver um doente meu, porque eu achava que aquele doente [...] Eu tenho uma espécie de sexto sentido, eu achava que aquele doente se safava, estava muito mal. E eu apresentei o doente, toda a gente olhou para mim como se eu fosse maluca, excepto o director. Todos! E o director disse “está bem, mas eu gostava que o Drº o visse, para ver a parte pulmonar”. [...] E foi a casa dele e apoiou-nos “eu concordo consigo, eu acho que ele vai aguentar”. E lá está, está óptimo. Foi de tal maneira [...] Ele tinha uma cirrose hepática alcoólica e estava mesmo nas lonas. [...] foi de tal maneira que o cirurgião disse “quem é que é o louco que mandou transplantar este doente”. [risos] [...] mas aguentou, está óptimo, o fígado aguentou. (HEPATOLOGISTA, 11)

Desta forma, fica expressa a importância de uma atitude interdisciplinar que é necessária por forma a conjugar os diferentes conhecimentos e olhares das várias especialidades médicas que, no seu conjunto, contribuem para o sucesso da transplantação hepática. No entanto, conjugar os diferentes conhecimentos, que se traduzem em discursos nem sempre fáceis de conciliar, conduz, em algumas situações, a conflitos.

A questão dos diferentes olhares sobre a mesma realidade é aqui colocada de uma forma clara. O hepatologista refere a produção do conhecimento médico como uma construção a partir de vários olhares e da forma diferente de questionar essa mesma realidade.

É assim, é tão importante eu tratar um doente, estar aqui a ver um doente, como é tão importante eu gastar o mesmo tempo a reflectir sobre o trabalho que fiz. Porque o reflectir leva depois à investigação, à pesquisa, a tentar perceber os erros. E da relação e do contacto e da discussão com outros colegas das outras especialidades é que, às vezes, nascem coisas. Porque nós, por vezes, contactamos pouco, e portanto as coisas vêm todas por escrito e às vezes há problemas de comunicação, digamos.

A pessoa escreve uma coisa e pensa que está a transmitir outra, outro lê e pensa... compreende outra coisa e pronto, é fundamental. As reuniões multidisciplinares são uma parte do trabalho multidisciplinar. Quer dizer, eu ir-me sentar ao lado de uma anatomo-patologista a ver uma lâmina que ela já me descreveu “e não sei quê e tal e tu não achas que também podia ser isto”. Porque, por muito objectivo que pareça ser uma lâmina, que é uma coisa que está ali a meter-se pelos olhos adentro, aquilo depende muito das hipóteses que se põem, a gente olha para as coisas duma maneira diferente. E, portanto, eu, às vezes, costumo dizer que nos relatórios que faço, costumo dizer a brincar que é para puxar pelo anatomo-patologista. Ponho hipóteses malucas para ele pensar, para ele estar a olhar para ali e pensar naquelas hipóteses e dizer “não isto não é, ou isto é” ou “isto pode ser”, porque realmente são as coisas [...] deve haver sempre uma informação o mais circunstanciada possível, para a anatomo-patologista [...] para ele perceber o que a gente viu, o que a gente pensa daquilo tudo, para ver com esses olhos o que ele acha disso. (HEPATOLOGISTA, 13)

Reforça-se aqui um factor primordial para o sucesso do transplante hepático – a conjugação de vários olhares construídos a partir de conhecimentos diversos e específicos sobre uma mesma realidade. De facto, na transplantação hepática, tal como em outras áreas específicas da medicina, o conhecimento médico está repartido pelas diversas especialidades médicas que compõem a equipa. A estes vários fragmentos do conhecimento médico correspondem diferentes olhares sobre o doente e a doença, que operam dentro do seu campo de aplicação de forma autónoma. Deste modo, a capacidade de decisão encontra-se, também ela, fragmentada pelos diversos momentos do circuito de transplantação, em que cada uma das especialidades assume maior autonomia. Acresce que é nas zonas de fronteira destes conhecimentos que estes olhares divergentes assumem contornos de conflito, sobretudo quando estão presentes casos polémicos (Serra, 2006).

À grande especialização dos saberes médicos corresponde, necessariamente, uma maior restrição do olhar clínico. Na transplantação hepática, dada a exigência de conhecimentos muito especializados, os diferentes olhares são cada vez mais estreitos e, portanto, é menor a capacidade de observar o doente como um todo. Neste sentido, torna-se cada vez mais fundamental a conjugação com os restantes saberes. A interdisciplinaridade, sem a qual não é possível a construção do conhecimento global de transplantação hepática, constitui o grande mote de convergência de todos estes olhares, conhecimentos, técnicas, práticas e discursos médicos.

6. Conclusão

Na transplantação hepática, o conhecimento e discurso médicos constituem tecnologias de poder por excelência. Estes dois elementos são construídos no quotidiano das práticas médicas, e a experiência clínica assume uma função primordial nessa construção. A utilização de um discurso científico acerca da doença, parece reforçar estratégias particulares que deixam adivinhar conflitos de interesses. Nestas interações, os médicos trocam entre si informações técnicas específicas em torno dos casos clínicos. A partir do discurso utilizado, constata-se a existência de um monopólio de competências e conhecimentos especializados que sustentam a base do exercício da profissão médica e que se traduz no poder de tomar decisões concretas no que diz respeito ao percurso da doença.

Estamos, claramente, perante um serviço com uma componente técnica extremamente complexa, bem manifesta no modelo de produção dos cuidados médicos, verificando-se a coexistência de práticas médicas heterogêneas na produção dos cuidados, fruto da hiper-especialização médica existente no serviço. Esta complexificação da prestação dos cuidados, marcada por concepções e olhares distintos sobre a doença, valorizando-se ora a doença, ora um órgão em particular, ora as técnicas, é constantemente negociada através de um discurso científico que a justifica, coexistindo de uma forma dinâmica várias abordagens em torno do mesmo caso clínico.

Nas especialidades observadas, podemos constatar que a experiência clínica assume um papel central na construção e reprodução do conhecimento, relativamente a outros processos, tais como a investigação científica ou a apreensão de conhecimentos teóricos. A partir da prática clínica, os vários casos que se apresentam constituem importantes elementos a partir dos quais os médicos das várias especialidades recolhem informação e reconstróem esse conhecimento. Em termos de diversidade de patologias do fígado e tratamentos a elas aplicados, o conhecimento médico renova-se constantemente a partir das práticas médicas quotidianas. Mesmo assim, todas as especialidades consideram fundamental a componente de investigação, invocando a dificuldade em conciliar a investigação com a prática clínica, pelas características dos próprios hospitais e respectivos serviços, que influenciam as formas através das quais o conhecimento médico se reproduz. Neste sentido, a vocação desta unidade hospitalar, sobretudo ligada à prestação dos cuidados médicos e não à investigação, condiciona as formas de reprodução do conhecimento que é predominantemente construído na prática clínica da prestação dos cuidados médicos.

A experiência clínica é igualmente um factor que contribui para contornar os contextos de incerteza, *i.e.*, o conhecimento construído a partir das

práticas médicas legitima a acção e decisão médicas mesmo que, muitas vezes, contrarie o conhecimento teórico. Desta forma, o conhecimento médico produzido com base na experiência, a partir de casos concretos e individuais, apela para a natureza intuitiva da percepção da doença, independentemente da legitimidade do conhecimento científico.

Referências bibliográficas

- Atkinson, Paul (1977), "The Reproduction of Medical Knowledge", in R. Dingwall *et al.* (orgs.), *Health Care and Health Knowledge*. London: Croom Helm; New York: Prodist, 85-106.
- Atkinson, Paul (1981), *The Clinical Experience: The Construction and Reconstruction of Medical Reality*. London: Gower.
- Atkinson, Paul (1995), *Medical Talk and Medical Work*. London: Sage.
- Becker, Howard *et al.* (1961), *Boys in White: Student Culture in Medical School*. London: Transaction Publishers.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas (1967), *The Social Construction of Reality*. Garden City: Doubleday Anchor Books.
- Foucault, Michel (1963), *Naissance de la clinique*. Paris: Gallimard.
- Freidson, Eliot (1984), *La profession médicale*. Paris: Payot.
- Freidson, Eliot (1986), *Professional Powers*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Freidson, Eliot (1987), *Professionalism, Empowerment and Decision-Making*. (Position paper written for the National Education Association). Disponível em: http://itsa.ucsf.edu/~eliotf/Professionalism,_Empowerme.html.
- Keating, Peter; Cambrosio, Alberto (2003), *Biomedical Platforms: Realigning the Normal and the Pathological in Late Twentieth-Century Medicine*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Mol, Annemarie (2002), *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke UP.
- Serra, Helena (2006), "Da tecnologia à tecnocracia. Estratégias de poder médico no limiar das fronteiras entre especialidades: o caso da transplantação hepática", in Graça Carapineiro (org.), *Sociologia da Saúde. Estudos e perspectivas*. Coimbra: Pé de Página Editores.
- Turner, Brian (1995), *Medical Power and Social Knowledge*. London: Sage.

TELMO H. CARIA

História, reforma e lucidez em ciência: A reflexividade científica segundo Pierre Bourdieu

Desenvolve-se um comentário crítico ao último livro de Pierre Bourdieu (*Science de la science et réflexivité*) centrado no entendimento deste autor a propósito da prática científica e da razão (social e cognitiva) da sua crença reflexiva na ciência. Faz-se uma descrição comentada da obra por relação ao património de conhecimentos sociológicos sobre ciência. Põe-se em evidência os principais traços e elementos caracterizadores do *habitus* científico, na concepção racionalista deste autor, e vinca-se os aspectos em que eles se distanciam da cultura das Ciências Sociais em Portugal. Retira-se consequências desta interpretação, referindo um eventual etnocentrismo da epistemologia bourdiana, porque pouco válida para “nos falar” da ciência fora das Universidades e fora dos países centrais. Adianta-se uma perspectiva sobre a necessidade de “reformular a cultura do campo” das Ciências Sociais em Portugal.

Este texto pretende ser, simultaneamente, uma recensão e um comentário crítico ao último escrito de Pierre Bourdieu, na forma de livro, sobre o entendimento deste autor a propósito da prática científica e da razão (social e cognitiva) da sua crença reflexiva na ciência. Refiro-me ao livro de 2001 intitulado *Science de la science et réflexivité* (Bourdieu, 2001).

De realçar que o meu interesse neste livro não é “inocente”, dado visar melhor compreender as concepções de Bourdieu sobre ciência, para poder superar/criticar os limites da sua visão/posição, com o fim de encontrar uma orientação epistemológica complementar que melhor enfatize as virtualidades (cognitiva e social) do método etnográfico para a reflexividade em Ciências Sociais. Lembro que Bourdieu tende a desvalorizar ou a recusar esta metodologia no modo como concebe a reflexividade científica (Bourdieu, 2003: 17-18). Trata-se de uma intencionalidade para o qual este texto pretende apenas contribuir com um pequeno passo, numa caminhada que não sei ainda muito bem como vai ser concluída. Aliás este texto deve ser lido na articulação com duas versões de um outro, anterior, da minha autoria, também ele um pequeno passo na mesma caminhada, no qual fazia igual recensão e comentário críticos ao *Esquisse d'une théorie de la pratique* (Caria, 2003, 2004).

A escolha deste livro, mais em particular, decorre também do facto de recentemente ter concluído um estudo sobre o *Saber profissional* (Caria, 2005a) para o qual mobilizei conhecimentos da sociologia da ciência sem ter dado, do meu ponto de vista, um adequado destaque à visão/posição de Pierre Bourdieu. Sendo assim, este texto será também uma forma de recusar, incluindo para mim próprio, uma “leitura relativista” do que tenho escrito sobre o conhecimento que se desenvolve no trabalho intelectual dos grupos profissionais (Caria, 2002, 2007a, 2005b).

1. Uma interrogação racionalista sobre a ciência

O livro em referência, *Science de la science et réflexivité*, é a edição de um curso no Collège de France, de Paris, sobre a temática referida em título. Nesta edição parecem ter sido preservados muitos dos exemplos e das ilustrações (inscritas entre parênteses rectos e em corpo mais pequeno na edição em referência) que na intervenção oral foram sendo inseridos em complemento às principais proposições teóricas. Como o próprio autor indica, o essencial do conteúdo da lição não é novo, porque retoma um artigo de 1975 que é relido e actualizado em função dos desenvolvimentos da sociologia da ciência dos anos 80 e 90 (Bourdieu, 2001: 91-95).

O prefácio e a introdução do livro (5-14) são bem elucidativos das intenções e interesses explícitos do autor: defender a autonomia da ciência contra os poderes da economia, da política e de todos os outros campos simbólicos, particularmente o campo filosófico que considera dominante na reflexão epistemológica sobre a ciência (21-22). A sua visão pretende afrontar explicitamente a atitude escolástica dos filósofos e de vários cientistas sociais¹ que se centram apenas nos textos e nos discursos científicos e tomam a teoria científica formal como equivalente da prática científica, fazendo emergir concepções e significações irracionalistas (por serem contra a ciência) que são consideradas um perigo para os avanços históricos que a razão científica permitiu. Neste contexto, o autor reage muito criticamente a todas as abordagens que visam de modo radical relativizar a ciência ou evidenciar a especificidade epistemológica das Ciências Sociais (167-168), porque entende que todos os relativismos de inspiração pós-moderna visam nos seus efeitos destruir ou desacreditar o poder da ciência e, desta forma, dar mais poder ao económico ou ao político, ainda que possam explicitamente apenas visar uma luta simbólica pelo monopólio da verdade sobre o mundo social.

¹ Sobre a génese sócio-histórica da escolástica e das suas manifestações académicas, ver Bourdieu, 1998: 9-112.

Para realizar este propósito, Bourdieu assume-se como um racionalista histórico: alguém que acredita/defende na/a razão científica com o propósito de desenvolver um conhecimento universal, partindo do pressuposto de que essa possibilidade não decorre de uma qualquer idealização do mundo científico, mas antes de uma prática e de uma história que autonomizaram este campo de outros poderes e lhe deram características sociais e cognitivas que o colocam à parte de outros campos simbólicos. Assim, mais do que uma convicção ou um ideário, as virtualidades da ciência como forma de conhecimento existem para Bourdieu porque foram produzidas pela sua história (produziram um campo com autonomia relativa) e estão incorporadas no inconsciente colectivo dos cientistas (o *habitus* científico).

Mas a defesa do poder científico na sociedade moderna ocidental, reivindicada por Bourdieu neste livro, não pretende iludir a arrogância, esquecer o dogmatismo científico ou ignorar que a razão da ciência, bem como de todos os campos simbólicos (filosofia, arte, etc.), começa por ser local e uma construção social, tendo a ciência a particularidade de ter conseguido tornar a sua verdade universal. Daí que Bourdieu pergunte, como questão central do livro: como é que é possível uma actividade situada historicamente, num tempo e num lugar social particulares, produzir verdade para além do seu local, enquanto conhecimento universal? A resposta, como veremos mais à frente, parte do raciocínio de que uma construção social torna-se realidade, e não é apenas mais uma interpretação, porque é capaz de gerar efeitos sociais de longo prazo (efeitos práticos e históricos) para além desse local e para além de si própria.

Do meu ponto de vista, esta pergunta é típica de um racionalismo socioconstrutivista que, para melhor se defender do relativismo epistemológico e do idealismo filosófico, adopta uma visão histórica. Mas será a versão histórica a única alternativa socioconstrutivista consistente ao relativismo?² Esta é uma pergunta para a qual não tenho uma resposta e e em relação à qual espero que este texto possa ser uma pequena contribuição entre outras.³

² A dissociação entre o relativismo cognitivo e o socioconstrutivismo nem sempre é reconhecida nos textos que abordam estas temáticas no plano filosófico ou sociológico, porque se entende existir alguma ambiguidade no modo como o socioconstrutivismo se distancia do relativismo, dado ambas as correntes terem um visão muito semelhante sobre a história da razão científica. Dentro deste ponto de vista, de não dissociação das duas correntes, ver: numa abordagem sociológica, Dubois, 2001; numa abordagem filosófica, Echeverría, 2003. Inversamente, numa perspectiva que procura explorar a dissociação entre as duas correntes, ver Chalmers, 1994, e Stengers, 2000.

³ Esta interrogação não é recente no meu trabalho de investigação pois já na tese de doutoramento que defendi em 1997 admitia como bom o "rótulo" de construtivo-racionalista para situar a orientação epistemológica que seguia (Caria, 2000: 5-28).

2. A prática e o poder da ciência

O livro aparece organizado em três capítulos: no primeiro, faz-se uma pequena revisão da literatura sobre a sociologia da ciência, onde se critica o relativismo da “nova sociologia da ciência” e o normativismo do universo simbólico da “velha sociologia da ciência” de inspiração mertoniana (15-66); no segundo capítulo, desenvolve-se e explica-se a natureza, simultaneamente social e cognitiva, da actividade científica, procurando-se fundamentar a aparente trans-historicidade da ciência (67-166); e, no terceiro, concretiza-se esta natureza social e cognitiva, quanto à reflexividade científica nas Ciências Sociais (167-220).⁴ O livro contém, ainda, uma pequeníssima conclusão de duas páginas que nada acrescenta de relevante ao seu conteúdo, salvo na indicação que dá para a necessidade de se ler um outro livro (de que eu faço uso neste texto) para melhor compreender a visão de Bourdieu sobre a ciência: *Médiations pascaliennes*⁵.

No capítulo 1, Bourdieu aceita as conclusões da nova sociologia da ciência particularmente no que se refere ao facto de esta trazer importantes contribuições empíricas para evidenciar que a ciência não é um conhecimento dogmático (dado ter uma história de institucionalização que evidencia a génese social da sua razão) e que tem um mundo social e conflitual próprio (onde se jogam partidas e disputas, que evidenciam os interesses e poderes sociais desiguais dos cientistas na ciência). Deste ponto de vista, entende que são um avanço científico relativamente à visão consensualista e a-histórica da abordagem mertoniana. Mas a seguir critica, por ser relativista, uma outra parte das conclusões da “nova sociologia da ciência” (as críticas incidem principalmente nos trabalhos de Bloor, Latour e Wollgar) em três aspectos que entende serem reducionistas da dinâmica do jogo científico: (1) não dão conta da dinâmica interna e histórica própria do campo científico; (2) apenas se referem a disputas locais em laboratórios; (3) concentram-se, em demasia, nas práticas e nos produtos escritos. Em alternativa, Bourdieu refere, contra estes reducionismos, que ao tomar-se por objecto o laboratório de investigação científica, ele não deve ser visto, por um lado, como fechado em si próprio, devendo-se dar conta da posição colectiva e individual (relativamente aos cientistas que nele trabalham e aos outros cientistas que trabalham noutros locais) que ocupam nas relações sociais que atravessam o campo científico respectivo. Por outro lado, deverá ser tomada em consideração a totalidade das práticas que produzem

⁴ Neste texto não darei especial destaque à abordagem que Bourdieu faz da epistemologia das Ciências Sociais, porque o modo como a equaciona, no essencial e quanto às suas qualidades, nada a distingue das restantes ciências.

⁵ Na tradução em língua portuguesa o livro é intitulado *Mediações pascalianas* (Bourdieu, 1998).

realidade e não apenas as práticas da escrita (que seria o ponto de vista típico da semiologia) que se organiza por relação aos textos científicos legítimos (exemplo, da análise da prática da escrita num artigo para uma revista científica).

A proposta de investigação de Bourdieu supõe que o laboratório, ou qualquer outro local de produção científica colectiva, possa ser tomado como um campo ou um subcampo científico (75) naquilo que tem de autónomo como recurso capitalizável para reproduzir um poder científico dentro de um jogo que é sempre conflitual e polémico e que está para além (embora não à parte) dos textos e dos discursos racionalizadores da prática científica (das convenções sociolinguísticas). A possibilidade, enunciada, de um local poder ser considerado como um campo social é algo que se nos apresenta como particularmente inovador no pensamento de Bourdieu, embora me pareça que tal hipótese só ganha pertinência, na teoria dos campos, se nos estivermos a referir a locais centrais ao campo científico. Outras alternativas serão, por exemplo, as que foram formuladas nos anos 90 em Portugal (total ou parcialmente fora do enquadramento da teoria dos campos sociais): (1) por Nunes (1996) na qual o local-laboratório é visto na dupla faceta de cognição situada e de acção investida em relações de poder científico, sendo a análise orientada para as (des)continuidades e tensões entre as escalas micro, nacional e global; (2) por Martinez, Ávila e Costa (1994) na qual se procura na análise do laboratório criar um “consenso teórico mínimo” entre a “velha” e as novas sociologias da ciência” em torno do valorizar da dimensão organizacional/institucional da ciência.⁶

Ainda dentro da mesma linha de raciocínio, Bourdieu faz uma releitura dos “trabalhos relativistas” desmistificando o denominado artificialismo da realidade científica e o interesse próprio do cientista na descoberta da verdade. Nesta desmistificação (que se prolonga pelo início do capítulo 2 do livro, 67-81) chama-se a atenção para três tipos de erros: (1) os relativistas são a inversão lógica do positivismo, porque supõem na sua crítica à ciência que só há ciência positivista (supostamente, todos os cientistas acreditariam que a realidade é um dado com sentido em si próprio); (2) os relativistas, apesar de poderem praticar o método etnográfico, não chegam a evidenciar compreender o olhar positivista do cientista – que seria a cultura nativa do laboratório – preferindo antes entregar-se apressadamente aos seus objectivos exclusivamente político-filosóficos de denúncia e descrença do/no conhecimento científico (151-152); (3) os relativistas participam nos limites

⁶ Para melhor perceber a importância da dimensão organizacional no debate epistemológico em ciência social, ver também Pinto, 2001.

de uma visão escolástica do conhecimento porque, ao desqualificarem o interesse egoísta do cientista na procura da verdade, podem alimentar perversamente a ideia de que alguma vez foi ou será possível haver uma razão humana pura e neutra, exterior aos interesses sociais existentes.

Estes três erros ocorrem porque, segundo Bourdieu, pressupõe-se que o campo científico não tem qualquer autonomia relativamente ao campo político e, logo, todas as lutas simbólicas, científicas ou filosóficas, incluindo as lutas dos relativistas contra os racionalistas, serão sempre analisadas apenas como lutas políticas baseadas em artifícios e convenções de linguagem. Como acrescenta, dizer que a realidade é uma construção social e dizer que ela se desenvolve com base em interesses egoístas nada acrescenta de novo, para aqueles que, como o autor, adoptam um ponto de vista bachelardiano e racionalista histórico na ciência. Resta, no entanto, chamar a atenção para que a visão bachelardiana é reconhecida como racionalista na interpretação de Bourdieu não só por ter uma visão histórico-constructivista, mas, principalmente, por fazer uma interpretação da história da ciência em que se evidencia o progresso e a melhoria da sua capacidade para explicar a complexidade do mundo.

Bourdieu recusa partir do pressuposto, sem problematização, de que exista falta de autonomia da ciência face à política, ou mesmo em relação à arte (81-82). O autor convoca-nos a pensar e a ver a realidade da ciência como uma forma de conhecimento que se pratica (de modo desigual conforme os tempos, os territórios e os espaços sociais) com uma especificidade própria e que, portanto, nos pode trazer um olhar (é apenas uma possibilidade histórica e não uma essência) que não é (não tem propriedades de sentido) equivalente(s) a qualquer outro olhar, comum ou erudito. É essa especificidade, de prática e de história, que se mostra ser capaz de validar um conhecimento local como conhecimento universal: produzir ciência sem ceder o seu ponto de vista a outros campos simbólicos (arte, política, filosofia, etc.).

Fica, assim, clara a recusa de Pierre Bourdieu em “estar na moda pós-moderna”: em desenvolver qualquer ponto de vista inter-campos ou de género de conhecimento híbrido, a não ser o propriamente científico dentro das suas fronteiras específicas. Mas convirá não confundir este ponto de vista com uma concepção formalista e arrogante de ciência. A razão científica defendida por Bourdieu é submetida à teoria que desenvolve para o campo científico: a sua razão é histórica (portanto transitória) e é uma tomada de posição dentro do próprio campo científico, em coerência com a prática que desenvolve (tem um propósito de poder fazer ciência, de poder científico) e em luta contra outras epistemologias. Assim, submete-se a ser

criticada a partir dos seus próprios instrumentos de pensamento. Torna-se auto-reflexiva e, portanto, pode ser crítica de si mesma, porque pode objectivar aquilo que tem de subjectivo. Essa é a tarefa a que se entrega no final do livro (parte final do capítulo 3: 184-220, designada de “auto-análise”), no qual se evidenciam as motivações, as condutas e as tomadas de posição que decidiram da sua trajectória sociocognitiva e teórica; reflexão que é contextualizada a partir da referência à sua origem e trajectória universitária na relação com o meio intelectual francês dos anos 50 e 60, frente ao estado de desenvolvimento das Ciências Sociais em França.⁷

No entanto, convirá desde já alertar os leitores para o facto de o tipo de reflexividade que Bourdieu propõe poder ser visto como uma forma de etnocentrismo epistemológico, porque a sua perspectiva vai sempre no sentido de tomar a teoria dos campos sociais como o padrão único de avaliação das restantes correntes teóricas,⁸ e não de ver as complementaridades e os limites das várias contribuições, ainda que dentro de princípios e regras do fazer sociológico relativamente contraditórios. Mais especificamente, Bourdieu defende que só a sua teoria social (a teoria dos campos sociais) pode constituir-se como uma reflexão plenamente científica, porque só ela poderia objectivar o sujeito da ciência (o sujeito da objectivação). Só ela permite uma auto-reflexividade científica porque, como explica e desenvolve no livro *Mediações pascalianas*, só ela é capaz de ser crítica do modo escolástico de pensamento relativo ao etnocentrismo epistemo-filosófico, de inspiração positivista ou inspiração semiológica. Assim, todos os outros modos de reflexão científica, protagonizados por cientistas, que não objectivem o sujeito da objectivação, isto é, que não usem a teoria dos campos como padrão de análise, estão condenados a serem considerados por Bourdieu como reflexividades subjectivistas: cedem terreno, nas lutas simbólicas, à filosofia por via de cumplicidades com a escolástica ou com o relativismo epistemológico.

Em conclusão, para Bourdieu existem várias teorias científicas sobre o mundo social, mas nenhuma conseguiu objectivar a subjectividade do seu ponto de vista, porque todas as teorias cedem lugar à filosofia na reflexão sobre o conhecimento científico. Pelo contrário, a sua prática e a sua reflexão faz (pode fazer?) ciência da ciência e não filosofia da ciência.

⁷ Não irei aqui entrar no pormenor desta descrição pois ele é apenas ilustrativo da teoria dos campos. Não traz por isso qualquer novidade que não seja a de Bourdieu tomar por objecto de análise sociológica um sujeito individual que é o seu próprio “self social” (não o seu eu íntimo, privado e narcisista, como frisa e bem distingue). O mesmo tipo de lógica e objecto de análise pode ser encontrado em *Mediações pascalianas*, no qual o autor assume o propósito de explicar a sua teoria explicando o seu *self* teórico, científico e académico (Bourdieu, 1998: 1-8; 28-36).

⁸ Para uma avaliação crítica da teoria dos campos, ver Lahire, 2001.

3. Uma reflexividade científica de centro

Para melhor clarificar o seu ponto de vista sobre a ciência, Bourdieu entregava-se nas páginas 91 a 123 do capítulo 2 a uma redescrição dos conceitos de prática, *habitus*, campo, capital e estrutura, com o propósito de mostrar a sua pertinência para a análise sociológica da ciência e para a auto-reflexividade do sujeito científico. É nesta redescrição que vai identificar as características sociocognitivas da ciência e explicar porque entende ser esta forma de conhecer universal e não apenas local.

A primeira ideia que destacaria é a da existência histórica de uma autonomia científica. É a qualificação da ciência como socialmente autónoma (um campo social próprio) que permite afirmá-la como um conhecimento universal. Esta qualificação da ciência para se tornar uma possibilidade histórica, mais ou menos conseguida, tem por referência primeira o modo como no passado a ciência se constituiu e institucionalizou nas principais universidades dos países centrais do sistema capitalista mundial. Bourdieu não explicita este referencial social, mas é dele e a partir dele que fala.

O lugar e o uso da ciência fora deste mundo simbólico de agentes privilegiados (os cientistas e as instituições universitárias mais prestigiadas internacionalmente) não faz parte da reflexão da ciência da ciência que Bourdieu desenvolve. Assim, os modos e as lógicas de funcionamento das ciências em sociedades não centrais e os novos modos e lógicas da ciência global que hoje não passam pela hegemonia das universidades (Nunes, 2001a, 2001b, 2003; Santos, 2000, 2003) não só não fazem parte do seu objecto de análise como são sempre tomados como práticas exteriores ou parcialmente exteriores ao campo científico, tal como ele é conceptualizado pela teoria dos campos sociais. Explica-se por isso, implicitamente, que todo o uso social da ciência fora deste mundo simbólico de privilegiados é uma forma social incompleta e subdesenvolvida de conhecer que, supõe-se, para ter plena dignidade cultural, terá que replicar o modelo central e universitário de ciência.

Daqui decorre o risco de alguns leitores portugueses deste livro de Bourdieu interpretarem várias dos seus passos como idealizações da prática científica ou, no mínimo, explicações descontextualizadas, de tal modo elas não são correntes entre nós e por isso não têm suficiente visibilidade social em Portugal. Tentando evitar esse risco, irei destacar, de seguida, os outros aspectos específicos do campo científico que, ao serem explicados por Bourdieu, me parecem estar mais aquém de serem realizados no modo como as Ciências Sociais são vividas e reproduzidas em Portugal.

A segunda ideia que importa destacar, na construção do conceito de campo científico, é a de que, para este funcionar autonomamente, é preciso que os seus agentes (os cientistas) cultivem uma disposição de envolvimento

e implicação nas suas actividades que os leve a crer (a cultivar a crença prática, o *illusio*) que o jogo científico é uma actividade séria (para ser levada a sério): supõe competências, realizações, produtos e polémicas que são desenvolvidos e avaliados pelas qualidades e critérios prático-científicos e não por critérios relativos a outros jogos (políticos da política, económico-materiais, mediático-comunicacionais, pedagógico-didáticos, simbólico-filosóficos, comunitário-domésticos, etc). Isto é, as práticas e disputas científicas não são vividas pelos seus praticos como um “faz de conta” ou uma encenação para realizar interesses não científicos. Supõem que a realização prática das regras do fazer ciência que estão incorporadas num *habitus* não são vividas como obrigações e constrangimentos externos, mas antes como necessárias ao jogo social em que se está envolvido.

A consequência desta formulação é que o interesse prático pela teorização do mundo é (deve ser) sério e só tem (deve ter) recompensas nessa actividade quem tem a crença suficiente para levar a sério este jogo social. A existência de recompensas sociais dentro das instituições científicas para praticos descrentes (que encenam e que fazem de conta) no jogo científico leva necessariamente a que os critérios de desenvolvimento e avaliação dos desempenhos supostamente científicos não o sejam de facto e que, portanto, as instituições intituladas científicas dêem direito de acesso ao papel social de cientista a agentes que não têm as disposições para saber-estar⁹ nessa condição social.

É por isto que Bourdieu entende que quase toda a relativização da razão científica vai gerar e reproduzir descrentes e cépticos, praticos que não levam a sério a actividade, porque deixam de viver “encantados” com a ciência. Assim, diríamos que a relativização histórica da ciência poderá introduzir suficiente lucidez no jogo científico de modo a que, sem perder a crença na sua verdade, se possa mostrar que todas as construções científicas são transitórias e que, por isso, merecem ser desencantadas para não serem tomadas como totalmente desinteressadas e puras.¹⁰ Há, assim, do ponto de vista de Bourdieu, que promover uma reflexividade científica que desencante o mundo científico (contra a escolástica da razão pura, fixa e ortodoxa) sem destruir a suas virtudes sociocognitivas: a produção de uma verdade universal.

A terceira ideia que importa realçar é a de que as virtudes sociocognitivas do mundo científico decorrem de um funcionamento social em círculo fechado: os destinatários primeiros dos produtos científicos são os próprios

⁹ Para não confundir com saber-ser e saber-ter, ver Caria, 2007b.

¹⁰ Bourdieu chega a afirmar que as crenças desencantadas da prática científica poderão assumir formas de hipocrisia colectiva (2001: 152). Esta formulação coloca-me muitas dúvidas quando à sua coerência relativamente ao *illusio* científico.

cientistas, isto é, os avaliadores do jogo são ao mesmo tempo jogadores do mesmo jogo. Daí que as discordâncias e divergências teóricas mais acentuadas, para poderem sobreviver e vencer ortodoxias, tenham que pôr em causa as regras do jogo: tenham que pôr em causa os jogadores que são, simultaneamente, juízes do cumprimento das regras e por esta via pôr em causa parte das regras práticas de fazer ciência, ao pôr em causa o poder dos avaliadores.

Este fechamento do campo científico tem várias consequências, necessárias e potenciais. As necessárias são referidas por Bourdieu do seguinte modo: a primeira consequência é que, contrariamente ao que acontece com outros campos simbólicos (arte e política), o preço e o valor relativo dos produtos científicos são aferidos num mercado de bens simbólicos que não tem outros agentes ou instituições que não sejam científicos; a segunda consequência é que a polémica e a divergência teórico-científicas têm como denominador central de arbitragem o critério da realidade. Este critério faz com que não possa haver argumento válido que não se expresse através de uma linguagem que produza realidade: uma linguagem que, enquanto construção social e científica, toma por referência factos elaborados por vias teóricas, evidenciando-os como exteriores à consciência individual de cada cientista e, por isso, passíveis de serem corroborados, complementados ou refutados por outros cientistas que usem dispositivos teórico-metodológicos que estejam contextualizados no mesmo paradigma de ciência.¹¹

A terceira consequência (esta potencial, porque não é explicitamente referida neste livro, mas que, como sabemos, está bem evidenciada na obra *La distinction* [Bourdieu, 1979]), é que a divergência teórica no campo científico não é imediatamente vista como uma diferença a excluir, porque os agentes situados neste campo cultivariam o *gosto pela distinção*, enquanto parte de uma disposição geral das classes sociais superiores nas relações com a cultura. Quem não arrisca distinguir-se é porque não quer correr o risco de a diferença poder ser sancionada negativamente e, deste modo, mostra que não tem uma *disposição distinta* necessária ao *habitus* científico: um gosto para cultivar um estilo diferente de uso do conhecimento (contestando, em parte, as regras do estilo legítimo), indissociável de um poder simbólico que permita que essa diferença não corra o risco de gerar a exclusão do seu autor.

¹¹ Esta formulação da relação entre teoria e realidade é muito polémica, porque coloca o problema, muito discutido na sociologia e filosofia da ciência, de saber se é possível haver (saber como ocorre?) comunicação e polémica (corroboração e refutação factuais) entre cientistas filiados em diferentes programas de investigação, ainda que contidos na mesma disciplina ou subdisciplina científica. Nesta lógica de perceber as produções científicas da realidade e as modalidades em que os mesmos dispositivos técnicos são manipulados nas relações entre diferentes disciplinas e subdisciplinas, veja-se o interessante trabalho de João Arriscado Nunes (2000) sobre a microscopia.

4. Um sujeito histórico colectivo

Mas a autonomia do campo científico é relativa, porque, no âmbito dos territórios nacionais centrais ao sistema capitalista mundial, a ciência está na dependência do Estado e por isso depende, em parte, financeiramente deste, facto que pode limitar a sua autonomia. Destaco, assim, uma quarta ideia sobre o campo científico: é esperado que, para a plena realização do poder científico numa sociedade, ele esteja associado ao desempenho de cargos políticos nas organizações científicas que reforcem e confirmem simbolicamente o capital de competência científica possuído por aqueles que ocupam essas posições. Em consequência, Bourdieu entende que o capital científico se exprime em duas modalidades: o incorporado, decorrente das competências práticas de fazer e pensar, que permitem saber ser e ter uma autoridade científica legítima (que permite a entrada e a integração neste universo simbólico sancionada pelos pares mais velhos); o simbólico, que decide quem está em condições pelo prestígio possuído de participar e tomar posição nas lutas científicas (quem tem poder para decidir em cada momento histórico o que é ciência, como é que se faz e para quem se faz).

Caso estas duas modalidades de capital científico sejam coincidentes, pode admitir-se (Bourdieu não o refere explicitamente) que haverá condições para mais facilmente o capital científico poder ser reconvertido em capital político e, assim, os cientistas (enquanto cidadãos cientistas e não cidadãos políticos) serem um dos protagonistas centrais nas decisões públicas.¹² Se ocorrer o inverso (e este parece ser o diagnóstico de Bourdieu para o caso da França dos anos 90) a hierarquia de autoridade de fazer ciência (competência científica) torna-se paralela à hierarquia simbólica das instituições científicas e, deste modo, o campo científico perde autonomia, tornando-se mais permeável às pressões políticas da política.

Dois observações críticas, julgo, podem ser feitas a Bourdieu quanto ao conceito de capital científico. A primeira é que existe um vazio no seu raciocínio (o qual, do meu ponto de vista, não chega a ser explicado), porque remete a regulação da autoridade/competência científica para os processos de globalização da ciência, enquanto o poder simbólico e prestígio na ciência permaneceria na dependência dos estados nacionais (113-114).

Ficamos, assim, no que se refere a um dos problemas teóricos mais candentes de hoje (relativo ao poder simbólico global da ciência na sociedade), sem ter uma explicação sobre o modo como se deu esta transformação da escala nacional para a internacional e, portanto, sem compreender o modo

¹² Sobre a temática das fronteiras entre a ciência e a tecnologia e a decisão política (pública ou outra), ver Gonçalves, 1996 e 2000; e Martins e Garcia, 2003.

como Bourdieu concebe a dinâmica do mercado de bens simbólicos científicos globais e a sua articulação com os mercados nacionais.¹³ Fica-se por uma certa ambiguidade, pelo menos no texto deste livro, pois tanto parece dar-se uma conotação positiva ao fenómeno da globalização científica, para fugir às pressões políticas e mediáticas sobre a ciência à escala nacional, como parece dar-se uma conotação negativa, porque ficaria mais exposta às pressões mercantis do capital económico global.

A segunda observação crítica é que não se enuncia a possibilidade de a coincidência entre as duas espécies de capital científico (competência prática e prestígio institucional) poder gerar um efeito conservador na estrutura das relações de poder, através de poderes paternalistas e de patrocínios, que excluirmos, incorrectamente, jogadores sérios, mas heterodoxos, do campo científico (110-116). Esta hipótese não é formulada por Bourdieu, porque o modo como redescreve a sua teoria na prática científica leva-o a considerar que: (1) a mudança em ciência faz-se na intersecção interdisciplinar, valorizando-se a erosão das fronteiras entre ciências e o hibridismo teórico-metodológico (74-75; 128-134); (2) no campo científico (contrariamente ao que acontece nos processos de reprodução noutros campos sociais), nem sempre a estrutura de posições sociais ocupadas no campo determinam as competências práticas (o *habitus*) e as tomadas de posição (lutas simbólicas e prestígio no campo) (117-127). No campo científico, poderia haver um desfasamento, mediado pelo *habitus*, entre as posições sociais obtidas (estrutura simbólica do passado) e as tomadas de posição (disputas simbólicas do presente),¹⁴ resultante do facto de o reconhecimento da competência estar dependente do valor distintivo da originalidade do conhecimento.¹⁵

Este modo particular de o *habitus* se manifestar no campo científico é enunciado por Bourdieu na parte final do capítulo 2 (123-146) e, penso, está relacionado com o facto de se frisar, à luz dos trabalhos de Kuhn (38, 157), que a mudança científica (das regras do fazer ciência e das relações de poder dentro da ciência) ocorre, primeiro, de dentro do mesmo paradigma e não de fora. Uma visão que leva a considerar que o campo científico nas sociedades capitalistas centrais tem uma capacidade auto-reformadora,

¹³ Uma pequena contribuição para começar a compreender o ponto de vista de Bourdieu sobre as relações científicas internacionais poderá ser encontrado em Bourdieu, 2002.

¹⁴ Esta possibilidade teórico-metodológica é explicitamente referida por Bourdieu em *Mediações pascalianas* (Bourdieu, 1998: 137-144) e foi por mim assinalada como estando implícita na sua obra fundadora da teoria da prática (Caria, 2003: 139-141).

¹⁵ Esta originalidade, convirá salientar, apresenta-se num primeiro momento como uma construção que pretende (pelos seus autores) ser reconhecida como um produto legítimo (dentro de um campo científico).

sem necessidade de revoluções científicas dado estar-se, explícita ou implicitamente, sempre em permanente luta científica sobre as regras do fazer ciência. O próprio campo científico transforma-se, como refere, em *sujeito histórico* (138-140). Fica, no entanto, uma pergunta em aberto: será que esta capacidade auto-reformadora da ciência é compatível com a descrição deste campo social (e de qualquer outro na teoria de Bourdieu) em que os agentes dominantes buscam, na luta simbólica, o monopólio do poder científico?

5. Ficar pelo inconsciente científico?

Algumas destas formulações levam-me a conclusões que, suponho, estão para além do pensamento de Bourdieu e que por isso, suspeito, teriam a sua discordância global. No entanto, do meu ponto de vista, não deixam de ser deduções lógicas daquilo que é enunciado. Vejamos, de seguida, uma síntese dos tópicos que consideraria mais relevantes.

A razão científica, para produzir verdade universal, supõe, para além da crença prática no jogo científico (participar a sério na actividade), duas outras disposições práticas no *habitus* científico: (1) uma disposição estética para a distinção, que permita recompensar simbolicamente a diferença sociocognitiva (a originalidade científica); (2) uma disposição ética (um *ethos*) para a arbitragem impessoal do capital científico, através da construção de evidências realistas (factos científicos) de prova e refutação, consequência do facto de os juízes científicos (os cientistas com maior poder simbólico) se auto-limitarem (no seu capital de competência e autoridade científica), aceitando discutir e negociar parte das regras do jogo científico, como única forma de garantir a despersonalização e a desparticularização da ciência (149).¹⁶

É claro que esta ética prática (*ethos*) não fica longe de um dos princípios normativos de funcionamento da instituição científica formulados por Merton, embora aqui com uma configuração mais histórica: um cepticismo organizado que parte de um interesse desinteressado (sem ser interesseiro e sem ser dissimulado) no qual as regras científicas (tal qual as regras jurídicas) estão acima das pessoas concretas e, portanto, das formas de autoridade carismática em espaços sociais domésticos¹⁷. Ora, é esta disposição

¹⁶ Bourdieu parece recusar esta disposição ética que permitiria a coexistência de diferentes dispositivos teórico-metodológicos na mesma disciplina científica, porque, quando se refere à existência de pluralismo epistemológico nas Ciências Sociais, desqualifica-o, dizendo que se trata apenas de uma forma de contaminação da ciência pela ordem político-democrática (144). Assim, parece-me que o princípio de explicação da dinâmica de poder nos campos simbólicos, relativo às estratégias de busca do monopólio da verdade, é reafirmado também para o campo científico.

¹⁷ Potenciadoras do poder paternalista na ciência e dos patrocínios científicos, que, como referimos atrás, poderão ocorrer nas formas institucionais de ciência que se apresentem como demasiado fechadas sobre si próprias.

ética que duvido seja compatível com as estratégias práticas de monopolição do poder que são sempre evidenciadas na obra de Bourdieu, quando este se refere aos agentes sociais que ocupam posições de dominação nos campos sociais.

Em conclusão, dentro do etnocentrismo da razão científica (racionalista, universitária e central de Bourdieu) descobrimos que existem outras racionalidades (estética e ética interiores à ciência) que se terão constituído como necessárias para o desenvolvimento sócio-histórico da ciência. Logo, fica claro, que, para se desenvolver uma ciência com aspirações a gerar centralidade¹⁸ (a disputar posições centrais no campo), é necessário cultivar junto dos aprendizes da ciência o gosto por um conhecimento lúdico (levar a sério o jogo da exterioridade frente às urgências do real), por um conhecimento inovador (que dê distinção de si) e por um conhecimento auto-limitado (um avaliador que negocie e aceite transgredir, por acordo inter-subjectivo com os pares, parte das regras do jogo que defende).

Mas esta educação do gosto científico será sempre uma actividade inconsciente e apenas regulada pelo *habitus*? Será que ela se manifesta de um modo tão exclusivo, para não dizer elitista, que apenas a podem ter os que a aprendem de modo prático e incorporado? Num contexto histórico e social em que a ciência não ganhou (ainda?) suficiente autonomia científica (como parece acontecer em Portugal), deixar que nas aprendizagens, nas interacções sociais e nos contextos sócio-institucionais funcionem apenas os processos prático-inconscientes do *habitus* não será condenar-se à condição e ao destino social de não ser central? Nestas circunstâncias, creio¹⁹ que a relativização da razão científica (porventura mesmo a histórica) terá como efeito destruir a possibilidade de se gerar poder científico autónomo, porque, aparentemente, a reflexividade, proposta por Bourdieu, só pode gerar efeitos sociais relevantes na condição de o campo científico já estar constituído autonomamente: de já se ter produzido encantamento e fé social (moderna) na razão científica.

Daí que tenhamos que fazer apelo (enquanto estratégica projectada e não como estratégia prática) a um outro modo (menos inconsciente e menos

¹⁸ Este seria o modo de produção científica geralmente designado como de tipo 1, que, por comparação com o mais recente, o de tipo 2, seria mais académico, menos tecnológico e mais autocentrado. Sobre esta temática ver Gibbons *et al.*, 1994, e Nowotny *et al.*, 2001. Em Portugal, para além das obras de Nunes e Gonçalves já referenciadas atrás, ver também os trabalhos de Oliveira, 2002, e de Caria, 2005a.

¹⁹ Esta crença é um convite à polémica com aqueles que pensam reflexivamente as Ciências Sociais em Portugal.

psicanalítico²⁰) de aprender a usar (e a reflectir com) a ciência na ciência, que permita, agindo sobre a estrutura da relação social com o conhecimento, contrariar e minimizar a produção de cientistas ilegítimos: docentes universitários sem gosto pela ciência, em virtude de não terem as três disposições identificadas necessárias à afirmação de um poder científico relativamente autónomo. Supomos que este enunciado vai no mesmo sentido das propostas que Madureira Pinto (2001: 54-59) fez para a análise da organização da actividade científica: entende que há que ter uma ética reformadora dentro da ciência de modo a que os discursos científicos (e a sua análise idealizada ou céptica) tenham contextos de acção que evidenciem os seus efeitos sociais dentro do campo, nomeadamente no plano das condições institucionais e interactivas em que a prática científica ocorre. Julgo que esta orientação para a reflexão crítica dentro da ciência está completamente fora do quadro teórico de Bourdieu, dado ser proposta, por mim, de um lugar social semi-periférico donde, portanto, não se pode dar como evidente a capacidade auto-reformadora da ciência. No entanto, esta orientação reformadora é também de uma visão racionalista, dado pretender lutar pela autonomia do campo científico como forma de melhorar as condições sociais que permitem a existência e o desenvolvimento da razão científica.

Apesar de a explicitação deste projecto estratégico para o campo científico não caber nos objectivos deste texto, valerá a pena assinalar que, do meu ponto de vista, o seu desenvolvimento depende de uma problematização do conhecimento que não passa apenas pela teoria dos campos, ainda que não a exclua. Passa, como admite e valoriza Madureira Pinto (2001: 46-53), por uma abordagem fenomenológica da ciência, centrada nos usos do conhecimento científico desenvolvidos na prática científica. Esta orientação, suponho, ganhará com uma problematização que veja a actividade científica como uma cultura profissional de cientistas, na linha dos trabalhos que tenho desenvolvido sobre o saber dos grupos profissionais (Caria, 2000: 3-140; 2002; 2005b; 2007a). Julgo que ganhará, ainda, em assumir o risco (enunciado e recusado por Bourdieu neste livro) de reconhecer a especificidade epistemológica das Ciências Sociais, como parte de um propósito mais geral (que enunciei como meu na introdução deste texto) de se ser capaz de melhor teorizar a prática científica do método etnográfico.

²⁰ Digo psicanalítico, porque a auto-análise desenvolvida por Bourdieu é apresentada como uma explicitação do inconsciente que se organiza através de uma linguagem que descreve a subjectividade do autor com base nas categorias de pulsão e sublimação. Este modo de descrição é particularmente evidenciado em *Mediações pascalianas* e segue de perto a concepção de Gaston Bachelard quando considera que os processos de objectivação em ciência se defrontam com obstáculos epistemológicos que exigem catarses intelectuais (Bachelard, 2001: 167-170).

Referências bibliográficas

- Bachelard, Gaston (2001), *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70 [1971].
- Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction – la critique sociale do jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1998), *Mediações pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, Pierre (2001), *Science de la science et réflexivité*. Paris: Raisons d’Agir.
- Bourdieu, Pierre (2002), “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 145, 3-8.
- Bourdieu, Pierre (2003), “Participant Objectivation”, *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 9, 281-294.
- Caria, Telmo H. (2000), *A cultura profissional dos professores – o uso do conhecimento em contexto de trabalho na conjuntura da reforma educativa dos anos 90*. Lisboa: FCT/FCG.
- Caria, Telmo H. (2002), “O uso do conhecimento: os professores e os outros”, *Análise Social*, 164, 805-831.
- Caria, Telmo H. (2003), “Da estrutura prática à conjuntura interactiva: relendo o esboço de uma teoria da prática de Pierre Bourdieu”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64, 135-143.
- Caria, Telmo H. (2004), “O conceito de prática em Bourdieu e a pesquisa em educação”, *Educação & Realidade*, XXVIII(1), 31-48.
- Caria, Telmo H. (2005a), “Trabalho e conhecimento profissional-técnico: autonomia, subjectividade e mudança social”, in Telmo Caria (org.), *Saber profissional*. Coimbra: Almedina, 17-42.
- Caria, Telmo H. (2005b), “Os saberes profissionais técnico-intelectuais nas relações entre educação, trabalho e ciência”, in António Teodoro; Carlos Alberto Torres (orgs.), *Educação Crítica & Utopia: perspectivas emergentes para o séc. XXI*. Porto: Edições Afrontamento / São Paulo: Cortez Editora.
- Caria, Telmo H. (2007a), “Itinerário de aprendizagens sobre a construção teórica do objecto *Saber*”, *Etnográfica*, 11(1), 215-250.
- Caria, Telmo H. (2007b), “A Cultura Profissional do professor de ensino básico em Portugal: uma linha de investigação a desenvolver?”, *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, 03. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>.
- Chalmers, Alan (1994), *A fabricação da ciência*. São Paulo: Editora UNESP.
- Dubois, Michel (2001), *La nouvelle sociologie des sciences*. Paris: PUF.
- Echeverria, Javier (2003), *Introdução à metodologia da ciência*. Coimbra: Almedina.
- Gibbons, Michael *et al.* (1994), *The New Production of Knowledge. The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. London: Sage.
- Gonçalves, Maria Eduarda (org.) (1996), *Ciência e democracia*. Oeiras: Celta.
- Gonçalves, Maria Eduarda (org.) (2000), *Cultura científica e participação pública*. Oeiras: Celta.

- Lahire, Bernard (2001), *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu: dettes et critiques*. Paris: La Découverte, 23-94.
- Martinez, Margarida Senna; Ávila, Patrícia; Costa, António Firmino da (1994), “A tensão superficial: ciência e organização num centro de investigação”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16, 75-109.
- Martins, Hermínio; García, José Luís (orgs.) (2003), *Dilemas da civilização tecnológica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Nowotny, Helga *et al.* (2001), *Re-thinking Science: Knowledge and the Public in a Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Nunes, João Arriscado (1996), “A política do trabalho científico: articulação local, conversão reguladora e ação à distância”, in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Ciência e democracia*. Oeiras: Celta, 251-276.
- Nunes, João Arriscado (2000), “Públicos, mediações e construções situadas da ciência”, in Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura científica e participação pública*. Oeiras: Celta, 81-100.
- Nunes, João Arriscado (2001a), “Teoria crítica, cultura e ciência: as espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização”, in Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento, 297-338.
- Nunes, João Arriscado (2001b), “Laboratórios, escalas e mediações na investigação biomédica. A oncobiologia entre o global e o local”, in João Arriscado Nunes; Maria Eduarda Gonçalves (orgs.), *Enteados de Galileu? A semiperiferia no sistema mundial da ciência*. Porto: Afrontamento, 33-75.
- Nunes, João Arriscado (2003), “Um discurso sobre as ciências 16 anos depois”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto: Afrontamento, 57-80.
- Oliveira, Luísa (2002), “Desafios à Universidade: comercialização da ciência e recomposição dos saberes académicos”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 34, 93-116.
- Pinto, José Madureira (2001), “Ciências e progresso: convicções de um sociólogo”, *Cadernos de Ciências Sociais*, 21-22, 33-69.
- Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2003), “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in B. S. Santos, *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Porto: Afrontamento, 735-775.
- Stengers, Isabelle (2000), *As políticas da razão*. Lisboa: Edições 70.

Recensões

Gunter, Valerie; Kroll-Smith, Steve, *Volatile Places, A Sociology of Communities and Environmental Controversies*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Pine Forge Press, 2007, 241 p.

Valerie Gunter, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Nova Orleães, e Steve Kroll-Smith, responsável pelo Departamento de Sociologia da Universidade da Carolina do Norte em Greensboro, apresentam este livro como sendo um guia de estudo de conflitos ambientais para estudantes de vários níveis. A colocação, no final de cada capítulo, de exercícios a realizar pelos estudantes reforça essa apresentação e ilude, de certa forma, a densidade das propostas metodológicas e teóricas a que a obra, na realidade, procede.

Essas propostas consistem na abordagem dos conflitos ambientais a partir do questionamento da forma como essas controvérsias, e os factos (sociais e “em bruto”, ou seja, independentes da acção humana) que as moldam e desencadeiam, resultam das (e nas) dinâmicas das comunidades em que ocorrem. Em suma, de que forma se intersectam as comunidades e o ambiente. A comunidade é aqui entendida, de resto, num sentido próximo dos *community studies*, como algo de claramente delimitado do ponto de vista geográfico, mas que aqui passa a incluir os elementos naturais, e já não apenas as relações sociais. A comunidade será, portanto, o produto socializado, pós-natural, da acção humana. Não obstante a expansão do conceito, esta não deixa de ser uma concepção “hermética”, do ponto de vista espacial, de comunidade, que deixa de fora os processos, e as partes dos processos, que ocorrem a outras escalas. Na introdução, os autores justificam a sua opção por esta perspectiva estar, a seu ver,

subrepresentada nos estudos de Sociologia do Ambiente. Estes tendem a centrar-se mais na acção de determinados grupos, nomeadamente de activistas, desprezando o desafio que a socialização da natureza representa para as comunidades, o *ground zero* do mundo global, que é onde os problemas fazem sentir os seus efeitos, independentemente da escala a que são gerados. E esta abordagem estrutura-se em torno de dois motivos ou dispositivos: um, taxionómico, que distingue os três tipos de conflitos ambientais existentes, que serão de relevância maior para a discussão teórica que serve de conclusão à obra; outro, pedagógico e conceptual, que se centra na abordagem de portefólio (*portfolio approach*).

Esta abordagem, de carácter indutivo, destina-se a salientar aquilo que distingue cada comunidade e cada disputa ambiental – visa lidar com o inesperado em cada situação e desenvolver modelos analíticos que transcendam, depois, as especificidades de cada caso. Não se trata de um quadro teórico abrangente, mas antes de um conjunto de ferramentas para a investigação que se baseia na elaboração de perguntas, organizadas em conjuntos significativos do ponto de vista da cartografia das situações em estudo, que irão sendo levantadas ao longo da obra, com recurso a exemplos. Estas perguntas começam num nível puramente descritivo (quem são os actores, quais as suas várias filiações, descrição do contexto físico) e vão progredindo até permitirem níveis de análise mais sofisticados da interface entre os membros das comu-

nidades e o ambiente ou da sequência dos acontecimentos, através de uma descrição pormenorizada de entradas e saídas de actores, mudanças nos seus posicionamentos e alianças, etc.

Os tipos de conflitos ou disputas ambientais identificados pelos autores são três e situam-se sempre dentro daquilo a que chamam “opções forçadas”, ou seja, situações em que as comunidades e os seus membros não podem senão reagir a uma perturbação ambiental com que são confrontados. São estas as disputas de conservação (*conservancy disputes*), relativas à protecção de áreas naturais, espécies animais ou de alguns artefactos humanos com relevância histórica, que visam a restauração de uma “natureza biocêntrica”; as disputas de localização (*siting disputes*), relativas à utilização de terrenos ou à modificação de instalações industriais ou outras, que reflectem uma preocupação com as consequências da natureza antropocêntrica para a saúde humana; e as disputas de exposição (*exposure disputes*), que se referem à luta contra riscos já existentes na área da(s) comunidade(s) onde se dá o conflito. Estes três tipos de disputas não são mutuamente exclusivos, podendo verificar-se todas as combinações possíveis entre eles.

É através destas três “lentes” e da identificação dos vários actores envolvidos que, nos capítulos seguintes (2 a 6), os conflitos ambientais, apresentados sob a forma de estudos de caso, que vão desde a tentativa de deslocalização de uma comunidade nativa americana para instalação de uma barragem, até à escolha de uma localidade para lixeira nuclear, são analisados de acordo com as várias dimensões relevantes para a compreensão do que está em jogo quando as comunidades colidem com o ambiente.

“Presença do passado”, “confiança e traição”, “conhecimento incerto”, “percepções de justiça” (*fairness*) e “actividade

oposicional e capital social”. São dimensões que têm em comum a ênfase que colocam nas vertentes culturais e valorativas (locais) das disputas ambientais, mais uma vez colocando em segundo plano as perspectivas modernizadoras que remetem a resolução dos conflitos ambientais para o domínio do mercado (global).

Para os autores, o que está em causa é a “caixa de ferramentas cultural” de cada comunidade e a forma como esta é utilizada para lidar com a “opção forçada”. E o recurso a essa “caixa é feito em situações tão variadas como quando, entre outras, recorrem ao papel da “história enquanto arauto” (*history as harbinger*) para justificar acções presentes com outras passadas, quando a acção das comunidades é pautada pela confiança ou traição percebida nas instituições públicas e empresas, quando os conflitos se desenrolam em torno (ou ao sabor) de disputas decorrentes do conhecimento incerto (dos peritos ou de grupos dentro das próprias comunidades) ou, quando são desencadeadas por percepções de justiça ou iniquidade resultantes de um determinado quadro moral.

Contudo, é na última dimensão apresentada, “actividade de oposição e capital social”, para a qual todas as anteriores concorrem, que esta abordagem começa a ganhar a sua própria especificidade epistemológica. Propõe-se, aqui, um olhar inverso: a actividade de oposição, pelas concordâncias e discordâncias que gera, altera a quantidade e a qualidade do capital social das comunidades, quer estejamos a falar do que é intrínseco a cada uma delas (*bonding capital*), quer dos laços que são criados ou destruídos com grupos e instituições exteriores (não locais) às comunidades (*bridging capital*) directamente envolvidas nas disputas.

Mas, se estas dimensões remetem todas para o plano dos factos sociais, a tese maior do livro adivinha-se desde o seu início,

quer pela opção por uma abordagem realizada a partir dos tipos de disputas anteriormente enunciados, quer pela escolha das dimensões através das quais o estudo da conflituosidade ambiental é considerada: contrariamente ao aforismo de Durkheim, os factos sociais não podem ser explicados apenas na sua relação com outros factos sociais.

Longe de ser abusiva e de extravasar aquilo que pode ser considerado como o domínio da sociologia, é o próprio objecto de estudo da sociologia do ambiente – a intersecção entre a sociedade e a natureza – que abre a porta a esta abordagem ao estudo dos

conflitos ambientais, a que os autores chamam realismo simbólico.

A ideia central é, assim, a de que o ambiente, embora incapaz de actividade simbólica, tem ciclos, ritmos independentes dos factos sociais que se impõem à conduta e consciência dos indivíduos, e que lhe são apostos. Ou seja, os factos “em bruto” (*brute facts*) têm agenciamento e concorrem para a explicação dos factos sociais, moldam-nos, mesmo, definindo em grande medida a forma como os conflitos são vividos pelas comunidades.

Eduardo Basto

Ana Campos, *Crime ou Castigo? Da perseguição contra as mulheres até à despenalização do aborto*. Coimbra: Almedina, 2007, 112 p.

O livro de Ana Campos foi editado em Janeiro de 2007, cerca de um mês antes do segundo referendo sobre a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez em Portugal. O resultado deste cifrou-se numa vitória do Sim à despenalização com 59,25 por cento dos votos, enquanto o Não à despenalização perdeu com 40,75 por cento dos votos e a abstenção a quedar-se por um total de 56,40 por cento do total dos/as votantes inscritos/as. Não é alheia a esta obra, de índole essencial para a compreensão do tema em questão, a ocupação profissional da autora, médica especialista em Obstetrícia e Ginecologia. Originalmente concebida como tese de mestrado, *Crime ou Castigo? Da perseguição contra as mulheres até à despenalização do aborto* assume-se como uma referência fundamental para uma percepção mais alargada de um tema que, pese embora as diferentes resoluções legais, estará sempre entre os mais controversos de uma sociedade. Diz-nos Ana Campos, na introdução a esta obra, cujo título é uma clara alusão ao romance de Fiódor Dostoiévski:

“Num debate que se pretende desapassionado, espero [...] contribuir para uma visão histórica acerca do conceito de aborto, das suas diferentes conotações, do papel da religião, da medicina e do poder governamental sobre o julgamento moral ou o seu enquadramento jurídico. Espero sinceramente que contribua de alguma forma para o esclarecimento de quem o ler.” (p. 10)

Os propósitos de Ana Campos (AC) são tão ambiciosos quanto necessários. Frequentemente toldado por opiniões e actos cortantes, incisivos e tantas vezes entusiasmadas, o debate sobre o aborto nas diversas sociedades está pejado de diferentes representações e concepções pessoais de vária ordem que interferem de maneira evidente na sua análise. Entre estes factores, encontram-se mais frequentemente os morais, éticos e religiosos, dada a incontornável natureza delicada do tema em questão. A autora deste livro pretendeu, através de uma linguagem simples e acessível, dotar o/a leitor/a dos instrumentos por ela considerados necessários para uma correcta

avaliação e ponderação do tema do aborto. Tal como atrás referido, estes passam, entre outros mais minuciosos, pelos papéis desempenhados pela religião, pela medicina, pelo Estado e pelo direito. A ambição é notória, através de uma visão histórica não só do aborto, bem fundamentada, embora sintética. A verdade é que não é necessária uma larga extensão de texto para, neste caso, ficarmos correctamente informados/as sobre as variantes históricas e outros circunstancialismos de época que influenciaram as nossas percepções e concepções no que concerne ao aborto, à contracepção e à maternidade.

Efectivamente, os seis capítulos iniciais deste livro reflectem uma preocupação da autora em informar precisamente sobre as evoluções e involuções que decorreram sobre o conhecimento da contracepção e do aborto, do desejo de ter ou não filhos e em que momento, transcorrendo continentes, épocas, religiões, economia e política.

O capítulo inicial assume, nesse encadeamento, uma função generalista, que permite aceder a quem ler a obra um resumo sobre o que decorrerá nas próximas páginas. Sustenta que ao longo da história, o desiderato de ter descendência esteve sempre intimamente relacionado com “aspectos emocionais, económicos e sociais que são essenciais na vida humana” (p. 11). Revelando uma realidade matizada para as diferentes classes sociais e métodos utilizados para regular essa descendência, constatamos que o aborto, fruto do desconhecimento de técnicas avançadas ou efectivas de contracepção, era “como que um episódio de um *continuum* contraceptivo, sendo uma prática tolerada e aceite em muitas sociedades da Antiguidade” (p. 11). Aliás, nesta época, o “controle populacional era obtido essencialmente através de uma alta taxa de mortalidade, pelo aborto e o infanticídio” (p. 15). A fertilidade era

tema de vasta análise, tendo inclusivamente despertado o interesse de Platão e Aristóteles que discorreram sobre o tema.

Posteriormente, a chegada de argumentos demográficos, assim como a diminuição do papel e estatuto das mulheres com o passar dos séculos, terá despoletado parte da condenação moral ao aborto que hoje vivemos. Uma adenda a estas contingências deu-se aquando do declínio do Império Romano do Ocidente, em que “surge uma nova moral, e a vida familiar toma-se então o pilar da sociedade, substituindo as festas e orgias; é abolida a consideração, até aí comum, da sexualidade como algo de saudável, e os ‘excessos sexuais’ são condenados; nas representações artísticas, os nus são substituídos por figuras vestidas. Não foram pois, os cristãos mas os filósofos estóicos quem esteve na origem da mudança ideológica que levou a mudanças de atitudes e ao puritanismo.” (p. 18)

No dealbar da era cristã, estas normas foram adoptadas, tornando-se a sexualidade um “mal a combater” (p. 19). À luz dos escritos religiosos, a relação sexual sem fim de procriação deveria ser abolida, bem como todo e qualquer método contraceptivo então praticado, como, por exemplo, o coito interrompido. O aborto, o infanticídio, a magia, a homossexualidade, o incesto e o adultério estavam entre os princípios a evitar. AC menciona vários autores com interferência directa na percepção dos temas relativos à sexualidade, como Agostinho, Clemente de Alexandria e Tomás de Aquino. Estes anos trouxeram uma novidade sobre o aborto por parte da Igreja. Para esta, o aborto praticado até quarenta dias após a concepção não era criminalizável, pois o embrião ainda não tinha adquirido a alma. A contracepção adquiriria, neste quadro, contornos mais graves do que o aborto, sendo a forte repressão sobre as mulheres particularmente acentuada relativamente às que utilizavam métodos con-

traceptivos. As mulheres eram vistas apenas como “animal sexual insaciável”, causadoras dos males do mundo (p. 22). As populações continuariam, no entanto, a adoptar os comportamentos impostos pela Igreja conformando-os às suas necessidades.

O capítulo quarto, dedicado ao período compreendido entre a Reforma e o Neomalthusianismo, faz uma caracterização determinante da sociedade sobre outros processos que foram surgindo e reflectiam uma maior preocupação da população, nomeadamente sobre a idade do casamento, cada vez mais tardia, e também razões económicas que subjazeram à castidade proposta pela moral vigente. No fundo, a conjugação destes aspectos não era mais do que uma forma de controlo demográfico.

O coito interrompido era um método comum de contracepção e o aborto um “método de recurso de controle da fertilidade” (p. 27). O Estado começou a reforçar o controlo de algumas práticas sociais, como o aborto e o infanticídio, estabelecendo leis mais restritivas em finais no séc. XVIII e inícios do séc. XIX, e a ciência médica, com progressivamente maior poder e a conhecer avanços significativos no campo do conhecimento do processo de reprodução, aliou-se à Igreja e aos governos no combate ao aborto. O dobrar do séc. XVIII para o séc. XIX é uma época de mudança, em que as próprias relações dos casais se modificam. A emoção toma o lugar de baluarte máximo das relações, voltando a dissociar-se a “procriação do prazer sexual e a considerar-se novamente o prazer e a felicidade como fazendo parte da legítima aspiração dos indivíduos” (p. 29). Começa então a decrescer o número de filhos. Para a autora, “[t]alvez um facto marcante desta época seja que a contracepção passa a ser socialmente justificada para limitar o número de filhos do casal, mas

também para assegurar a saúde da mulher e dos filhos.”

Com o *Ensaio sobre a população*, de Malthus, em 1798, desencadeia-se toda uma reacção que levou à propagação generalizada dos métodos contraceptivos para controlo dos nascimentos. Esta divulgação estendida por vários países levou à criação de vários movimentos, dos quais se destaca a Liga Malthusiana. O neomalthusianismo, agregação de todas estas correntes, teve interferência directa com outros aspectos da vida social e económica, sendo criadas ainda algumas correntes a favor das mulheres, já que a contracepção permitiria a sua dignificação. Dos movimentos pró-contracepção à transição destes temas para o campo político, foi um ápice. Estavam lançadas as bases para um conhecimento disseminado dos métodos contraceptivos, adicionando o facto de que a ciência estava a ser, através da criação dos preservativos pela descoberta da vulcanização da borracha, forte aliada deste fenómeno.

A consequência foi o forte decréscimo das taxas de natalidade. Por toda a Europa, no séc. XX, as famílias foram tendo cada vez menos descendentes, o que levou à proibição de publicidade aos métodos contraceptivos, a sua confiscação, a adopção de medidas de controlo de natalidade pelo Estado pela criação de leis restritivas ou liberais sobre a contracepção e aborto conforme os seus desígnios (como a ex-URSS), e uma maior discrepância de cuidados de saúde conforme se tratasse de mulheres mais ou menos abastadas.

A pílula contraceptiva, baseada em conhecimento científico, constituiu a grande revolução no âmbito da saúde sexual e reprodutiva no séc. XX, permitindo a dissociação completa entre reprodução e sexualidade, embora atribuisse à mulher toda a responsabilidade pelas práticas contraceptivas. A melhoria substancial dos métodos contraceptivos não conseguiu, no entanto,

eliminar a realidade do aborto clandestino, pelo que a legalização do aborto se tornou um tema fundamental dos movimentos pelos direitos das mulheres. Nos anos 60 e 70, alguns países adoptaram legislação que legalizou o aborto, reduzindo em grande escala a mortalidade e morbilidade associada ao aborto clandestino.

As legislações em todo o mundo são muitíssimo díspares. Entre algumas completamente restritivas e outras imensamente liberais, o panorama mundial é dissemelhante. Apesar dos números estimados do aborto clandestino a nível mundial, alguns países continuam a não respeitar as recomendações derivadas da Conferência do Cairo em 1994, de onde derivou a definição de saúde sexual e reprodutiva.

Nos sétimo e oitavo capítulos, a autora dá-nos uma perspectiva geral do aborto no mundo actual, baseando-se em números, taxas e estimativas oficiais, relacionando-o não só com o exposto no parágrafo anterior, mas também com outras questões de índole cultural e social, como a educação sexual e a ausência de métodos contraceptivos, por desconhecimento ou falta de acesso, preferências reprodutivas e comportamentos sexuais, entre os principais motivos. Chegamos então ao panorama português. Como indicado, não foi casual a data de lançamento do livro. Com um referendo sobre a despenalização do aborto a breve trecho, importava informar sobre como é que todos estes processos foram vividos em Portugal, enquanto país integrado no continente europeu e, portanto, sujeito a tendências mais generalistas, mas igualmente quais as suas singularidades e especificidades relativamente a outros países europeus e, num nível mais alargado embora já não tão determinante, mundiais. Como no caso da economia, por exemplo. Conforme AC, “a especificidade económica de Portugal permitiu contudo que nunca tivesse havido a subida da taxa de

natalidade que se verificou em outros países da Europa, com a revolução industrial” (p. 61).

Deu-se, contudo, alguma actividade da corrente neomalthusiana. Não tão forte como noutros países, é certo, mas a suficiente para que se recusasse o aborto mediante duas tendências: uma, a dos médicos, que consideravam ser a destruição de um ser, de uma vida; e outra, mais libertária, que afirmava ser o aborto algo de risco elevado para a saúde da mulher. O fenómeno do aborto clandestino foi ganhando visibilidade na sociedade portuguesa, bem como a relação entre este e os meios económicos das mulheres que o procuravam, existindo uma causalidade entre problemas de saúde daquele decorrentes e o fraco sustentáculo económico.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, começaram a dar-se em Portugal os primeiros passos para a consolidação do Planeamento Familiar em Portugal, com a criação de consultas de Planeamento Familiar nos Centros de Saúde. A família portuguesa também mudou. Os casais começaram a “preocupar-se com a sua realização pessoal, felicidade dos seus membros e educação dos filhos” (p. 66). Continuou a existência de aborto clandestino, cuja legislação, de 1886 foi apenas alterada pela de 1984, dando-se a punição de mulheres nesse âmbito. A luta pela despenalização do aborto, iniciada apenas a partir de 1979, tem como razões desse atraso a interferência da Igreja Católica e de um regime autoritário que vigorou em Portugal durante 48 anos, que “dificultou a discussão de temas relacionados com a sexualidade” (p. 67). É-nos facultado, então, um resumo histórico sobre o conturbado processo político e criminal da lei do aborto em Portugal, semelhante, de resto à lei espanhola, o que motiva umas breves referências sobre o porquê, então, de utilizações tão desiguais da lei nos dois países. O sector privado da

saúde e a interpretação abrangente dos médicos espanhóis da sua lei emergem como agentes essenciais.

Parte então a autora para um momento de intenso debate na sociedade portuguesa, o referendo sobre a despenalização do aborto em 1998 e que, apesar de agitado, manteve a lei restritiva do aborto. Analisando e avaliando os números subsequentes a esta data sobre os motivos que levaram tantas mulheres ao longo desses anos a hospitais públicos, AC demonstra “algumas características associadas à prática do aborto clandestino: não há acompanhamento contraceptivo posterior e há elevada probabilidade de complicações. Também se verifica que a sua prática é comum em todos os grupos etários e sociais e existe apesar da crença ou prática de religião.” Propõe como medidas a adoptar a informação sexual e educação sexual no país com a segunda maior taxa de gravidez na adolescência da Europa. Mas porquê essas gravidezes que, na esmagadora maioria dos casos, são indesejadas? Este é o mote para mais um capítulo desta obra. Também na sua condição de médica especialista em Ginecologia e Obstetrícia, AC indica que “as gravidezes não desejadas são múltiplas, mas estão sempre associadas a falha ou desconhecimento contraceptivo” (p. 78). A realização de aborto é, no entanto, bastante mais segura que há umas décadas atrás. Se realizado por profissionais de saúde em estabelecimento adequado, tem uma garantia quase incorruptível de segurança para a saúde da mulher. Não tanto no campo psicológico, onde o apoio social, de companheiro, amigo ou familiar é fundamental para não tornar aquele acto algo de traumático. Alvítra como fundamentos a ter em conta a “integração da sexualidade num nível individual e social, a integração da contracepção nos comportamentos sexuais, o seu uso com eficácia” (p. 77).

Nas considerações finais, AC interroga-se sobre a existência de uma nova ética sobre o aborto, tema polémico e controverso em todas as sociedades, com todas as noções éticas, sociais, morais, religiosas e filosóficas sobre, por exemplo, o início da vida e o início da pessoa humana. Não é uma questão simples de responder, como atesta todo o debate em seu torno. Os avanços científicos, nomeadamente as tecnologias de visualização médica, permitiram “ver” o corpo, o que consequentemente acarretou maior emoção para um debate já de si multifacetado. Recorrendo a autores/as como Frances Kissling ou Santos Jorge, AC tece outros factores embrenhados no direito, com a alteração jurídica entre o direito à vida do feto e o direito reprodutivo da grávida, a questão do seu direito à escolha, enquanto pessoa, “com estatuto e direito de autonomia pessoal” (p. 105) e de como o aborto levanta a barreira entre qual a totalidade de direito entre cada um deles, e qual a negociação possível. Os argumentos feministas estão também contemplados nesta análise.

Não é ligeira a tarefa que AC empreendeu. O debate sobre o aborto, repleto de intervenções acesas pela proximidade que desperta, nem sempre está fundamentado em conhecimentos sustentados. Este livro, precisamente pela grande diversidade de fontes a que recorre, assim como pela capacidade de síntese e intervenção de vários pontos de análise, rompe com a concepção de uma contenda desprovida de bases sólidas. A ausência de análises mais pormenorizadas e completas a estudos realizados em Portugal é o maior senão de um livro bem escrito e organizado. No último parágrafo, AC manifesta a sua posição pessoal:

“Mas não pode ser dado hoje nenhum contributo mais importante para o virar de página quanto ao respeito pelas mulheres do que a despenalização do aborto. Ao

legalizar o aborto e terminar a perseguição às mulheres que abortaram, a lei estará a dar um sinal de adaptação à realidade, mas, mais do que isso, estará a mostrar como assume o sentido profundo da liberdade e responsabilidade.”

Concorde ou não o/a leitor/a com esta posição, o facto é que este livro é um óptimo

exercício histórico que permite rever, de uma maneira breve e sintética, aqueles que têm sido os marcos fundamentais numa história tão antiga quanto controversa, cumprindo amplamente o seu papel de contributo para o esclarecimento necessário.

Carlos Barradas

Espaço Virtual

Título da Página Electrónica: European University Association

URL: <http://www.eua.be/index.php>

A *European University Association* é uma associação de universidades e outras instituições ligadas ao Ensino Superior de 46 países. Resultando da fusão, em 2001, da *Association of European Universities* e da *Confederation of European Union Rector's Conferences*, constitui um espaço por excelência para a cooperação entre instituições europeias no que respeita ao desenvolvimento do Ensino Superior e ao debate de questões fundamentais neste âmbito.

A página de rosto da *European University Association* apresenta-se bem organizada e é clara para o utilizador, encontrando-se de imediato na área central as últimas notícias, seja relativas à própria associação, seja referentes aos seus membros ou outras instituições parceiras. A partir da coluna direita da página, podemos aceder a todas as publicações da *European University Association*, disponíveis na sua totalidade em formato electrónico. Trata-se de declarações políticas desta instituição, análise das tendências e políticas do Ensino Superior, estudos próprios, relatórios relativos à implementação do Processo de Bolonha, relatórios de actividades promovidas, entre outros documentos.

Finalmente, a partir da coluna esquerda da página de rosto, poderá aceder-se às várias áreas e sub-áreas de trabalho da *European University Association*, das quais destacamos: a totalidade das suas declarações e posições políticas; a secção de gestão e qualidade das universidades; vários aspectos e mecanismos de apoio às instituições no que concerne à implementação do Processo de Bolonha; a área de tendências de desenvolvimento do Ensino Superior, que produz relatórios anuais acessíveis nesta página; uma área dedicada à investigação, podendo encontrar-se o trabalho desenvolvido pela própria *European University Association*, formas de apoio e financiamento e mecanismos de cooperação e parceria; uma secção relativa à qualidade do ensino no âmbito universitário, nacional e internacional, nomeadamente considerando a implementação do Processo de Bolonha; e, finalmente, a página das relações internacionais da instituição, com outras organizações de todo o globo. A página da *European University Association* constitui, deste modo, um recurso valioso para a investigação no âmbito do Ensino Superior, particularmente nas áreas de gestão e desenvolvimento, qualidade e políticas educativas.

Título da Página Electrónica: Directorate for Education of the Organization for Economic Co-Operation and Development

URL: http://www.oecd.org/department/0,3355,en_2649_33723_1_1_1_1_1,00.html

Esta é a página do Directório para a Educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Na

página de rosto, além de notícias e destaques, podemos encontrar ligações imediatas para as últimas publicações, bem como as

ligações às suas várias secções: Educação Escolar e Pré-escolar; Educação Superior e de Adultos; Educação, Economia e Sociedade; Gestão de Investigação e Conhecimento; bem como ao tópico de Ciência e Inovação. Logo nesta página de rosto encontra-se o acesso aos três principais recursos, neste caso mais generalistas: estatísticas, publicações e informações por países membros e também não-membros da OCDE. Em cada uma das secções referidas, encontramos novamente os recursos indicados, aqui mais aprofundados para cada secção. Neste âmbito, destaca-se a publicação regular *Education at a Glance*, disponível gratuitamente e oferecendo uma ampla

gama de dados e indicadores para os vários países, bem como a base de dados *Online Education Database*, igualmente com diversa informação.

Esta página constitui um valioso recurso para a investigação na área da educação, sobretudo para estudos comparativos, sendo que a informação disponibilizada abrange vários campos. No entanto, ainda que apoiada por um motor de busca, a página apresenta-se como de difícil exploração, além de se encontrarem diversas ligações cruzadas por várias páginas.

Alfredo Campos
alfredo@ces.uc.pt

Título da página electrónica: UNESCO – European Center for Higher Education (CEPES)

URL: <http://www.cepes.ro>

Este é o sítio electrónico do Centro Europeu para o Ensino Superior que, pertencendo à UNESCO, foi criado em 1972 com o objectivo de promover a cooperação ente os vários países da Europa, América do Norte e Israel no que concerne ao Ensino Superior, sendo que as suas actividades se focam sobretudo no Ensino Superior da Europa Central e de Leste.

Aqui podemos consultar inúmeras publicações da UNESCO sobre o Ensino Superior, nomeadamente a revista quadrimestral *O Ensino Superior na Europa*, disponível em versão electrónica em francês e russo. Em inglês estão apenas disponíveis os sumários e editoriais das várias revistas desde o ano 2000. Outros estudos, livros, artigos e monografias estão também disponíveis nesta página. Como exemplos, “Iniciativas legislativas no contexto do Processo de Bolonha: uma perspectiva comparativa” e “Gestão financeira e rela-

ções institucionais com a sociedade civil” são estudos que abordam questões actuais do Ensino Superior nos vários países europeus, não se cingindo aos países da Europa Central e de Leste.

Este sítio electrónico pode ser útil para quem procura informação estatística, nomeadamente o número de estudantes e professores, o número de instituições, o número de estudantes por 100.000 habitantes e o rácio estudante/professor no Ensino Superior nos países da Europa Central e de Leste desde o ano 1999-2000 até 2004-2005. Portugal, não estando contemplado nestas estatísticas, está presente quando se dá a conhecer a legislação do Ensino Superior em vários países europeus e nos EUA.

Esta página, apenas disponível em inglês, tem ainda um espaço com os contactos postal e electrónicos do CEPES e um motor de busca que facilita a pesquisa.

Título da página electrónica: Réseau d'Etude sur l'Enseignement Supérieur (RESUP)**URL: <http://www.resup.u-bordeaux2.fr/>**

A RESUP, Rede de Estudo sobre o Ensino Superior, foi criada em 2001 com o objectivo de promover a investigação em sociologia, ciências políticas, ciências da educação e economia no domínio do Ensino Superior. Por três grandes motivos, a sua página, disponível apenas em francês, pode revelar-se muito útil aos investigadores interessados nas questões do Ensino Superior. Por um lado, através dela podem ser consultadas as Actas de jornadas científicas e colóquios organizados pela RESUP sobre o Ensino Superior, bem como os anúncios de colóquios a realizar num futuro próximo. Por outro lado, esta página apresenta um conjunto de endereços electrónicos de instituições e organismos nacionais e internacionais que trabalham na área da Educação e do Ensino Superior, nomeadamente o Observatório Nacional da Vida Estudantil (OVE). Este sítio electrónico tem ainda a mais-valia de remeter para uma página do Instituto Nacional de Investigação Pedagógica (INRP) intitulada “O Ensino Superior sob o olhar dos investigadores”, que consiste num *dossier* de síntese do observatório da ciência

e tecnologia deste Instituto. Essa página apresenta cinco reflexões sobre a pesquisa em Ensino Superior, permitindo ao leitor aceder imediatamente a grande parte das referências bibliográficas destes textos; disponibiliza uma lista de obras, artigos e revistas científicas, não exclusivamente franceses, sobre esta matéria, alguns dos quais podem ser consultados em linha; e um catálogo bibliográfico que permite pesquisar documentos escritos, desde livros até teses e relatórios, no âmbito da Educação.

O sítio electrónico em análise remete também para um observatório de imprensa realizado desde 1999 pela Universidade da Borgonha sobre variadas questões da Educação. Para além de apresentar o RESUP e de oferecer a possibilidade de se pesquisar informação acerca de mais de cem investigadores que trabalham sobre o Ensino Superior em França, esta página, de grafismo muito simples, permite uma navegação muito fácil e intuitiva.

Aline Seabra Santos
alinefss@ces.uc.pt

Résumés

**Hermes Augusto Costa
Pedro Araújo**

Information et consultation au sujet des multinationales. L'expérience des représentants portugais dans les Conseils d'Entreprise Européens

À partir de l'expérience des représentants portugais dans les Conseils d'Entreprise Européens (CEE), l'article présente l'évaluation qu'ils font de l'application des deux principes basilaires de la Directive: l'information et la consultation. À ce propos, deux dimensions de la *vie* des CEE sont considérées: la *dimension fonctionnelle* et la dimension des *possibilités pratiques*. La première se reporte à la manière par laquelle l'information et la consultation se trouvent répandues dans les textes des accords dictant le *modus operandi* des CEE; elle concerne aussi la manière par laquelle les représentants des travailleurs évaluent l'information qui leur est transmise. La seconde dimension est plutôt orientée vers le principe de la consultation et les possibilités par lesquelles les CEE conditionnent les décisions des multinationales. Même si ces deux dimensions sont vues avec peu d'enthousiasme par les représentants portugais, le texte présent, s'appuyant sur l'exemple de la GM-Europa, tient à souligner le rôle que les CEE peuvent jouer dans la construction d'une identité transnationale du travail.

Sílvia Portugal

Ce qui fait mouvoir les réseaux sociaux? Une analyse des normes et des liens

Dans cet article, nous discuterons les normes qui régulent l'action des liens informels dans la production du bien-être. Nous

Abstracts

**Hermes Augusto Costa
Pedro Araújo**

Information and consultation in multinationals: The experience of Portuguese representatives in European Works Councils

Based on the experience of Portuguese representatives in European Works Councils (EWC), this text focuses on their evaluation of the fulfillment of the two fundamental principles of the Directive: information and consultation. Regarding this, we take into account two dimensions of the EWC: the *functional dimension* and the dimension of *practical possibilities*. The first relates to the way in which information and consultation are articulated in the texts of the agreements that establish the *modus operandi* of the EWC and the way in which workers' representatives evaluate the information that they receive. The second dimension concerns the principle of consultation and the possibilities that EWC have of influencing the decisions of multinationals. Although Portuguese representatives view both dimensions with little enthusiasm, this text discusses the role that the EWC can play in the construction of a transnational labor identity, taking GM-Europa as an example.

Sílvia Portugal

What makes social networks move? An analysis of norms and ties

This paper discusses the norms that regulate the action of informal ties in the production of well-being. It shows that the action of social networks follows the

montrons que l'action des réseaux sociaux obéit aux principes généraux du système du don, en explicitant comment la triple obligation de "donner, recevoir, rétribuer" structure les pratiques et les représentations des acteurs. Cependant, nous exposerons également les problèmes qu'impliquent ces principes orienteurs. Réciprocité, obligation, égalité, autonomie – normes qui surgissent clairement, mais dont l'analyse détaillée dévoile des principes contradictoires, des tensions et des conflits.

Luiz Inácio Gaiger
L'autre rationalité de l'économie solidaire. Conclusions du premier Levé National au Brésil

L'article présent examine les résultats empiriques du premier recensement national de l'économie solidaire réalisé au Brésil (des données sur approximativement vingt-deux mille expériences ont été collectées). L'objectif est d'examiner dans quelle mesure ces initiatives, une fois qu'il s'agit d'organisations fondées sur la libre association des travailleurs dans la coopération productive et sur les principes d'autogestion, adoptent une rationalité distincte et opposée, sous certains aspects, à la logique économique intrinsèque à l'accumulation du capital. L'analyse se centre sur les relations entre les indicateurs de solidarité interne et externe des initiatives entreprises et des indicateurs d'efficacité et de viabilité économique. Comme résultat, encore que des incohérences et des limites soient visibles dans ces expériences, leur tendance générale à réaliser leurs fins, à tenter de préserver la vie dans des conditions dignes à travers la participation démocratique et la réciprocité, est bien perceptible.

general principles of the gift system, that is to say, the triple obligation of "giving, receiving, and reciprocating" structures actors' practices and representations. However, the author also addresses the problems that derive from these basic principles. Reciprocity, obligation, equality, autonomy – these rules are clear, but a detailed analysis unveils contradictory principles, as well as resistance, tension and conflict.

Luiz Inácio Gaiger
The other rationale of the solidary economy. Conclusions of the first National Survey of Brazil

This paper examines the empirical results of the first national survey on the solidary economy in Brazil, which collected data on nearly 22,000 experiments. Since these relate to organizations based on the free association of workers, cooperative production, and principles of self-management, the author's goal is to see to what extent they adopt a different rationale, opposed in certain aspects to the economic logic that underlies the continuous accumulation of capital. The analysis focuses on relations between indicators of the internal and external solidarity of enterprises and indicators of efficiency and economic viability. Although weaknesses and limitations are pointed out, these enterprises show a general tendency to accomplish their goals of preserving life with dignity, through democratic participation and reciprocity.

Luís Quintais

Fluidité tectonique.

Les bio-techno-sciences, le bio-art et le paysage cognitif du présent

Cet essai est un commentaire critique de la thèse de Paul Virilio selon laquelle un certain type de pratiques à la frontière entre l'art et la techno-science, pratiques qu'on appelle conventionnellement "bio-art", concordent en elles le radicalisme expressionniste et nihiliste du présent. La recherche initiée dans cet essai révèle, à travers un regard sur les pratiques artistiques d'Eduardo Kac, que celles-ci, loin d'appeler à un tel radicalisme, deviennent seulement opérationnelles et significatives dans une atmosphère de compromis éthique et politique tenue pour inévitable, étant donné l'importance que prennent les bio-techno-sciences dans le monde actuel.

Maria Paula Nascimento Araújo

Myrian Sepúlveda dos Santos

Histoire, mémoire et oubli: implications politiques

Les chercheurs ont mis en question la récupération des situations traumatiques comme celles qui ont eu lieu pendant l'Holocauste, après le bombardement de Hiroshima, dans la guerre de Vietnam ou dans les massacres fratricides de Yougoslavie. Il est vrai que certaines contributions classiques ont signalé d'importants aspects relatifs à l'histoire et à la mémoire, mais il y a diverses formes d'affronter le passé ; elles impliquent toutes intérêts, pouvoir et exclusions. La politique de la juste mémoire, qui doit être réalisée à propos des crimes commis dans le passé, un débat désormais bloqué non seulement dans les divers domaines académiques mais aussi dans la société en général, dépend des processus sélectifs et des éléments qui excèdent le but de la raison humaine. Il faut trouver l'équilibre entre l'obsession pour le passé et les

Luís Quintais

Tectonic fluidity.

Bio-techno-sciences, bio-art, and the cognitive landscape of the present

This essay is a critical commentary on Paul Virilio's thesis that a certain type of practice in the frontier between art and techno-science – which came to be called "bio-art" – epitomizes the expressionistic and nihilistic radicalism of the present. By taking as an example the artistic practices of Eduardo Kac, the author shows that those practices, far from appealing to such radicalism, only become operative and meaningful in a context of ethical and political commitment that is inescapable, given the relevance of the bio-techno-sciences in the contemporary world.

Maria Paula Nascimento Araújo

Myrian Sepúlveda dos Santos

History, memory and forgetting: Political implications

Researchers have questioned the retrieval of traumatic situations such as the ones that occurred in the Holocaust, the bombing of Hiroshima, the Vietnam war, or the fratricidal massacres in Yugoslavia. Although some classic studies have identified important aspects relating to history and memory, there are several ways of dealing with the past, and all of them involve interests, power and exclusions. The politics of memory relating to past crimes – at the center of an ongoing debate in several academic fields as well as in society in general – depends on processes of selection and on elements that are beyond human understanding. We need to find a balance between an obsession for the past and attempts to impose forgetting. Therefore, our goal is to expand the knowledge of history,

tentatives de l'imposition de l'oubli. Notre intuition pourtant nous dit qu'il est nécessaire d'approfondir la connaissance de l'histoire, de la mémoire et de l'oubli, en soulignant aussi bien les limites que les implications éthiques et morales.

Helena Serra

Dela construction et de la reproduction de la connaissance médicale et de son discours. Pour une ethnographie de la transplantation hépatique

Partant de certaines contributions contemporaines dans le domaine de la sociologie médicale, cet article présente un certain nombre de résultats d'une recherche de nature ethnographique dans une unité de transplantation hépatique. La méthodologie choisie a été qualitative, fondée sur la technique centrale de recueil d'informations et d'observation participante et continue, et comme technique complémentaire, des entretiens semi-structurés et approfondis, appliqués aux diverses catégories représentées sur le terrain de l'observation. L'article commence par établir la distinction entre les divers types de connaissance, mettant en évidence la primauté de l'expérience clinique en relation avec la connaissance théorique dans la construction de la connaissance médicale; l'article présente encore le(s) discours pratique(s) médical(aux) à propos de la construction du diagnostic; et finalement, pour clore le débat, la question de l'incertitude dans la construction de la connaissance médicale est bien soulignée.

Telmo H. Caria

Histoire, réforme et lucidité en science. La réflexivité scientifique selon Pierre Bourdieu

Cet article développe un commentaire critique du dernier livre de Pierre Bourdieu, *Science de la science et réflexivité*, centré

memory and forgetting, emphasizing limits as well as moral and ethical implications.

Helena Serra

On the construction and reproduction of medical knowledge and discourse. Towards an ethnography of hepatic transplants

Starting from some recent contributions in the field of medical sociology, this paper presents some results of an ethnographic study in a hepatic transplant unit. The author chose a qualitative methodology and used continuous participant observation as the primary method of collecting information, complemented by semi-structured and in-depth interviews applied to the different categories represented in the field of observation. The article begins by establishing the distinction between different kinds of knowledge, emphasizing the primacy of clinical experience over theory in the construction of medical knowledge; it discusses medical discourse(s) and practice(s) in what concerns the construction of the diagnosis; and finally, it addresses the question of uncertainty in the construction of medical knowledge.

Telmo H. Caria

History, reform and lucidity/insight in science: Scientific reflexivity according to Pierre Bourdieu

This paper presents a critical commentary on Pierre Bourdieu's last book (*Science de la science et réflexivité*), focusing on his

sur l'entendement de cet auteur à propos de la pratique scientifique et de la raison (sociale et cognitive) de sa croyance réflexive en science. L'article entreprend une description commentée de l'œuvre pour ce qui est de la relation au patrimoine des connaissances sociologiques sur la science. Il met en évidence les principaux traces et éléments qui caractérisent le *habitus* scientifique dans la conception rationaliste de cet auteur et explicite les aspects par lesquels ils s'éloignent de la culture des sciences sociales au Portugal. Les conséquences de son interprétation sont tirées dans la mise en évidence d'un éventuel ethnocentrisme dans son épistémologie, dans la mesure où elle est peu valide pour "nous parler" de la science hors des universités et des pays du centre. Pour conclure, l'article ouvre la perspective de souligner la nécessité de "réformer la culture du champ" des sciences sociales au Portugal.

understanding of scientific practice and reason (both social and cognitive), and on his belief in the reflexivity of science. The author's comments on this book are related to the body of sociological knowledge on science. He emphasizes the main features of the scientific *habitus*, according to Bourdieu's rationalistic conception, and the way in which they differ from the culture of the social sciences in Portugal. Following on this interpretation, the author discusses the eventual ethnocentrism of Bourdieu's epistemology, which is not applicable to science outside universities or beyond the central countries. The need to "reform the culture of the field" of the social sciences in Portugal is also addressed.

Colaboram neste número

Alfredo Campos

alfredo@ces.uc.pt

Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com a dissertação *Imigração, participação e protesto*. Frequenta o mestrado em “Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo”, na mesma Faculdade. Investigador júnior do CES no âmbito do projecto “Factores de Sucesso e Abandono Escolar no Ensino Superior em Portugal: Uma Análise Comparativa”.

Aline Seabra Santos

alinefss@ces.uc.pt

Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com a dissertação *De mães para filhas: representações e práticas de saúde sexual e reprodutiva de mulheres ciganas* (2007). Investigadora júnior do CES no âmbito do projecto “Factores de Sucesso e Abandono Escolar no Ensino Superior em Portugal: Uma Análise Comparativa”.

Carlos Barradas

barradascarlos@gmail.com

Licenciado em Antropologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, e mestrando em Sociologia na Faculdade de Economia da mesma universidade. Investigador júnior no CES em temáticas relacionadas com a saúde e direitos sexuais e reprodutivos e a sociologia do direito.

Eduardo Basto

eduardo@ces.uc.pt

Licenciado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra,

frequenta presentemente o mestrado em Dinâmicas Sociais e Riscos Naturais. Investigador júnior do Centro de Estudos Sociais como colaborador do projecto “Risco, Vulnerabilidade Social e Estratégias de Planeamento: Uma Abordagem Integrada”.

Helena Serra

helenamrserra@clix.pt

Professora Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e investigadora do SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações), do ISEG. Nos últimos anos tem vindo a desenvolver investigação na área da sociologia da saúde. Algumas publicações recentes incluem um livro em co-autoria publicado em 2006, *Sociologia da saúde. Estudos e perspectivas*.

Hermes Augusto Costa

hermes@fe.uc.pt

Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigador permanente do Centro de Estudos Sociais, onde integra o Núcleo de Estudos do Trabalho e Sindicalismo. Publicações recentes: “The Old and the New in the New Labor Internationalism”, in B. S. Santos (org.), *Another Production is Possible: Beyond the Capitalist Canon*. London: Verso, 2006; “Portuguese Trade Unions and European Integration: Lessons from a Dual Vision”, *Revue Lusotopie*, XIII(1), 2006; “Ambições, obstáculos e opções por uma cidadania laboral global”, in Isabel Estrada Carvalhais (org.), *Cidadania no pensamento político contemporâneo*. Estoril: Príncipe, 2007.

Luiz Inácio Gaiger

gaiger@unisinos.br

Doutor em Sociologia (Université Catholique de Louvain, 1991), é pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Coordena o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, e a Cátedra Unesco *Trabalho e Sociedade Solidária*. Dirige o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária (www.ecosol.org.br) e é consultor da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Entre as suas publicações, podem citar-se: *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil* (org.). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004; “Nouvelles formes de production non capitaliste au Brésil”, *Revue Tiers Monde*, 190, 2007, 309-324.

Luís Quintais

luisquintais@gmail.com

Antropólogo, lecciona presentemente no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Tem vindo a publicar ensaios sobre as implicações sociais do conhecimento biomédico. Trabalha neste momento sobre objectos de fronteira, em particular sobre as relações entre arte e tecno-ciência, desenvolvendo investigação sobre bio-arte.

Maria Paula Nascimento Araújo

mp-araujo@uol.com.br

Maria Paula Nascimento Araújo obteve o título de doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Tem diversas publicações, sendo o seu principal tema de pesquisa o período da ditadura militar no Brasil. Actualmente, é professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universi-

dade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) e pesquisadora do Laboratório de Estudos do Tempo Presente (IFCS/UFRJ), onde coordena o Núcleo de História Oral e Memória.

Myrian Sepúlveda dos Santos

myriansantos@yahoo.com

Myrian Sepúlveda dos Santos obteve o título de doutora em Sociologia pela New School for Social Research. Tem publicações em diversas áreas, sendo os seus principais temas de pesquisa memória e identidade, práticas e políticas culturais e relações raciais. Actualmente, como professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desenvolve uma investigação sobre violência nas antigas prisões da Ilha Grande.

Pedro Araújo

paraujo@ces.uc.pt

Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra com a dissertação: *E agora? Experiências do desemprego, factores de vulnerabilidade e mediadores de compensação* (2006). Investigador júnior do Centro de Estudos Sociais. Desenvolve actualmente investigação na área do risco e do papel do Estado.

Sílvia Portugal

sp@fe.uc.pt

Professora auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do Centro de Estudos Sociais, onde integra o Núcleo de Estudos sobre Cidadania e Políticas Sociais. O seu trabalho de investigação tem usado a teoria das redes para discutir as relações entre sistemas formais e informais de produção de bem-estar. Neste âmbito, tem pesqui-

sado sobre a importância da família no sistema de protecção social português, dando especial destaque ao papel das mulheres. Publicou recentemente “Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica”, *Oficina do CES*, n.º 271, 2007.

Telmo Caria

tcaria@utad.pt

Professor associado de Ciências Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) e investigador efectivo do Centro de Investigação e Intervenção

Educativas (CIIE) da Universidade do Porto. Doutorou-se, em 1997, em Sociologia da Educação com uma dissertação sobre “a cultura profissional dos professores”. Publica, desde 2000, trabalhos e estudos comparados, de carácter etnográfico e compreensivo, sobre o trabalho e o saber profissional em diversos grupos profissionais, dirigindo para o efeito um grupo de investigação (ASPTI) no Norte de Portugal. Publicações recentes: “Itinerário de aprendizagens sobre a construção teórica do objecto Saber”. *Etnográfica*, 11(1), 2007, 215-250; *Saber profissional* (org.). Coimbra, Almedina: 2005.

Oficinas do CES

N.º 298, Fevereiro de 2008

Boaventura de Sousa Santos, A Esquerda no Século XXI: As lições do Fórum Social Mundial

N.º 297, Fevereiro de 2008

José Luiz Niemeyer dos Santos Filho, A política externa brasileira na “era Lula”: Quatro vetores de ação?

N.º 296, Janeiro de 2008

Viviane de Melo Resende, A negociação do significado de ‘protagonismo juvenil’ no movimento nacional de meninos e meninas de rua: Uma análise discursiva crítica

N.º 295, Janeiro de 2008

André Barrinha, The Copenhagen School in US-Turkey Relations. The ‘War on Terror’ in Northern Iraq

N.º 294, Dezembro de 2007

José Carlos Marques, Pedro Góis, Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal e dos emigrantes portugueses na Suíça: para além dos conceitos

N.º 293, Dezembro de 2007

Rui Namorado, Renovar os quadros jurídicos da economia social?

N.º 292, Dezembro de 2007

Doris Friedenson, Recycled Food, Recycled Lives: Tales from “The Other America”

N.º 291, Novembro de 2007

Maria Paula Meneses, Pluralism, Law and Citizenship in Mozambique: Mapping the Complexity

N.º 290, Novembro de 2007

José Manuel Pureza, Mónica Rafael Simões, André Cristiano José, Carla Marcelino, As novas operações de paz das Nações Unidas. Os casos de Angola, Timor Leste e Moçambique

N.º 289, Novembro de 2007

Vitor Neves, Sciences As Open Systems. The Case of Economics

N.º 288, Outubro de 2007

Sérgio Ivan Gil Braga, Festas religiosas e populares na Amazônia: Cultura popular, património imaterial e cidades

N.º 287, Outubro de 2007

José Maria Castro Caldas, A Arte da Fuga: Os mecanismos da liquidez

N.º 286, Setembro de 2007

Boaventura de Sousa Santos, The World Social Forum and the Global Left

N.º 285, Setembro de 2007

Adelaide Maria C. Azevedo, Identificação e avaliação de riscos profissionais: Importância de uma gestão eficaz do programa de prevenção

N.º 284, Setembro de 2007

André Cristiano José, Sara Araújo, Pluralismo jurídico, legitimidade e acesso à justiça. Instâncias comunitárias de resolução de conflitos no Bairro de Inhagoia «B» — Maputo

N.º 283, Agosto de 2007

José Fernando Vidal de Souza, Reflexões sobre o Positivismo Jurídico no Brasil: uma análise da crise ecológica

N.º 282, Agosto de 2007

Eleonora Schettini M. Cunha, Democracia e reinvenção do Estado: lições do Brasil e da Índia

N.º 281, Agosto de 2007

João Paulo Dias, Jorge Almeida, A influência das condições organizativas para a independência do poder judicial em Portugal

Disponíveis em:

<http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/oficina.php>

Notas aos autores

I. Indicações gerais

1. A *Revista Crítica de Ciências Sociais* publica textos originais que possam contribuir para enriquecer a investigação científica transdisciplinar da realidade social, nacional e internacional, para promover de modo aprofundado a reflexão e a discussão sobre os instrumentos dessa mesma investigação e para fornecer informações e orientações a quantos, de um modo ou de outro, se encontram ligados ao ensino e investigação no âmbito das ciências sociais e das humanidades.

2. O Conselho de Redacção reserva-se o direito de publicar ou não os trabalhos recebidos, comprometendo-se a informar os autores, num prazo razoável, da decisão a que tenha chegado. Esta decisão será sempre apoiada em pareceres solicitados. O Conselho de Redacção espera a compreensão dos autores de textos não aceites para o facto de não lhe ser possível envolver-se em trocas de correspondência a respeito dos mesmos. Os textos publicados são da responsabilidade dos respectivos autores.

O Conselho de Redacção pode sugerir aos autores a revisão dos trabalhos. Uma vez assente o texto definitivo, não serão permitidas quaisquer modificações.

3. Os autores terão direito a três exemplares do número da revista em que o seu texto tenha sido publicado, bem como a uma cópia em PDF da formatação final desse texto.

II. Recomendações aos autores

1. Todos os originais serão apresentados na versão definitiva, que não deve exceder **50 000 caracteres** com espaços (incluindo notas e referências bibliográficas).

2. Os autores deverão fazer acompanhar o seu texto de uma breve nota biográfica (máximo **500 caracteres**).

3. Os artigos serão sempre acompanhados por um **resumo em português**, que não deve exceder **900 caracteres**. No resumo deve figurar o título do artigo, bem como um conjunto de palavras-chave, em número não superior a 5.

4. Os trabalhos, formatados em Word, deverão ser enviados por correio electrónico para rccs@ces.uc.pt.

Os textos deverão ser apresentados em forma corrida, sem espaços extra entre parágrafos, sem cabeçalhos nem qualquer formatação especial.

III. Preparação do texto

1. Todas as citações de autores estrangeiros deverão, salvo casos especiais que justifiquem citar-se também o original, ser apresentadas apenas em tradução. Deverá ser enviado em anexo o texto original de todas as citações cuja tradução seja da responsabilidade do autor do artigo.

2. As citações pouco extensas (2-3 linhas) devem ser incorporadas no texto, entre aspas.
3. As citações mais longas serão recolhidas, ficando impressas em corpo inferior ao do texto, sem aspas.
4. A epígrafe, se a houver, deve ser de extensão reduzida.
5. As interpolações serão identificadas por meio de parênteses rectos [].
6. As omissões serão assinaladas por reticências dentro de parênteses rectos [...].
7. O título das publicações referidas será apresentado em itálico, tratando-se de livros, ou será colocado entre aspas, no caso de artigos.
8. As notas deverão vir em pé de página, com a numeração seguida.
9. O algarismo que remete para a nota deverá ser colocado no espaço superior ao da linha respectiva, **depois** do sinal de pontuação. Exemplo: “como facilmente pode ser comprovado.³”
10. Nas remissões de umas para outras páginas do artigo, usar-se-ão as expressões latinas consagradas (cf. *supra*, cf. *Infra*), que virão sempre em itálico e por extenso.

IV. Referências bibliográficas

1. As referências bibliográficas serão sempre feitas no corpo do texto, na forma abreviada da indicação, entre parênteses curvos, do **último** apelido do autor, data de publicação e, se for caso disso, número de página (a seguir a dois pontos). Se se tratar de uma citação indirecta, essas indicações serão precedidas da palavra *apud*. Exemplos:

Um só autor: (Sá, 1991: 7 ss.).

Dois autores: (Sampaio e Gameiro, 1985).

Três ou mais autores: (Silva *et al.*, 1989).

Citação indirecta: (*apud* Ferreira, 1992: 217).

2. Será incluída no final, com o título “Referências Bibliográficas”, a lista completa, por ordem alfabética de apelidos de autores, das obras que tenham sido referidas ao longo do texto (e apenas destas). Tratando-se de dois autores, os nomes serão separados por ponto e vírgula. Tratando-se de três ou mais autores, deve indicar-se apenas o primeiro, seguido da abreviatura *et al.* O(s) nome(s) próprio(s) dos autores não devem nunca ser abreviados (ex.: Wallerstein, Immanuel, e não Wallerstein, I.). Se se tratar de uma tradução, deve incluir-se o nome do tradutor. Para além do local de publicação, deverá sempre indicar-se também a editora. Nas referências a artigos em revistas ou a capítulos de colectâneas deve indicar-se **sempre** as páginas ocupadas pelo texto citado. As referências deverão seguir estritamente o modelo dos exemplos a seguir apresentados:

Livros:

Simões, João Gaspar (1987), *Vida e obra de Fernando Pessoa. História duma geração*. Lisboa: Dom Quixote.

Colectâneas:

Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993), *Portugal. Um retrato singular*. Porto: Afrontamento.

Hespanha, Pedro (1993), “Das palavras aos actos. Para uma elegia do amor campo-nês à terra”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal. Um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 289-311.

Revistas:

Reis, José; Jacinto, Rui (1992), “As associações empresariais e o Estado na regulação dos sistemas produtivos locais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 35, 53-76.

Ou, se houver lugar a indicação de volume e número:

Santos, Boaventura de Sousa (1998), “The Fall of the Angelus Novus: Beyond the Modern Game of Roots and Options”, *Current Sociology*, 46(2), 81-118 [= volume 46, número 2].

Se houver duas ou mais referências do mesmo autor e do mesmo ano, acrescentar-se-ão à data as letras a, b, etc., respeitando a ordem pela qual as referências aparecem no texto. Exemplos:

Habermas, Jürgen (1985a), *Der philosophische Diskurs der Moderne. Zwölf Vorlesungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Habermas, Jürgen (1985b), “A nova opacidade: a crise do Estado-Providência e o esgotamento das energias utópicas”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, 2, 115-128.

Deverá ser sempre referida a edição consultada. Poderá também indicar-se, mas apenas se for considerada relevante, a data da primeira edição. Estas indicações deverão vir no fim da referência, entre parênteses rectos. Exemplos: [5.ª ed.]; [5ª ed.; 1948].

V. Provas tipográficas

A revisão das provas tipográficas é da responsabilidade do Conselho de Redacção, que garante a reprodução fidedigna e tipograficamente correcta dos textos seleccionados para publicação; só em casos excepcionais, mediante pedido expressamente justificado, serão remetidas provas aos autores.

CAMINHOS DE FUTURO

NOVOS MAPAS PARA AS
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



www.ces.uc.pt/caminhosdefuturo



18 > 21 Junho 2008

Audatório da Faculdade de Direito
Audatório da Reitoria
Universidade de Coimbra

Apresentação

A propósito da comemoração dos seus trinta anos, o **Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra** promoverá, neste **Colóquio Internacional**, uma reflexão sobre as relações, diálogos e tensões que marcam actualmente o território heterogéneo das Ciências Sociais e Humanas (CSH) e os diferentes contextos em que elas se têm desenvolvido, quer a nível geográfico (nacionais, regionais e globais), quer a nível da sua inserção social (relevância, contribuição para políticas públicas, relações com as Ciências Naturais e tecnologias).

Inscrições

www.ces.uc.pt/caminhosdefuturo/inscricoes

Programa

18 DE JUNHO, 2008 | QUARTA-FEIRA

18:00 | INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO FOTOGRAFICA SOBRE O CES

21:30 | CONCERTO DE ABERTURA

Teatro Académico de Gil Vicente

António Pinho Vargas (piano)

solo & duo with José Nogueira (sax)

19 DE JUNHO, 2008 | QUINTA-FEIRA

9:30 – 10:30 | Sessão de Abertura

José Mariano Gago

Ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior*

Fernando Seabra Santos

Reitor da Universidade de Coimbra

Boaventura de Sousa Santos

Director do Centro de Estudos Sociais

10:30 – 11:00 | Coffee-break

11:00 – 13:00 | Sessão I

As Ciências Sociais e as Ciências Humanas: complementaridade necessária?

Moderadora:

Maria Irene Ramalho

Estudos literários, Centro de Estudos Sociais

Conferencistas:

Marilena Chauí

Filosofia, Universidade de S. Paulo

Graça Capinha

Estudos literários, Centro de Estudos Sociais

Comentadores:

Miguel Vale de Almeida

Antropologia, ISCTE

Vítor Neves

Economia, Centro de Estudos Sociais

13:00 – 14:30 | Almoço

14:30 – 16:30 | Sessão II

Teorias e metodologias de investigação e de intervenção: analisar para transformar?

Moderadora:

Virgínia Ferreira

Sociologia, Centro de Estudos Sociais

Conferencistas:

Mary Layoun

Estudos literários, Universidade de Wisconsin-Madison

José Manuel Mendes

Sociologia, Centro de Estudos Sociais

Comentadores:

Cláudio Torres

Arqueologia, Campo Arqueológico de Mértola

Sílvia Ferreira

Sociologia, Centro de Estudos Sociais

16:30 – 17:00 | Coffee-break

17:00 – 19:00 | Sessão III

Interculturalidade e pós-colonialismos: é possível a igualdade na diferença?

Moderadora:

Maria Ioannis Baganha

Sociologia, Centro de Estudos Sociais

Conferencistas:

Rámon Grosfoguel

Sociologia, Universidade de Berkeley

Maria Paula Meneses
Antropologia, Centro de Estudos Sociais
Comentadoras:
Ana Gabriela Macedo
Literatura Comparada, Universidade do Minho
Margarida Calafate Ribeiro
Estudos literários, Centro de Estudos Sociais

20 DE JUNHO, 2008 | SEXTA-FEIRA

10:00 – 12:00 | Sessão IV A Universidade do futuro: há lugar para as Ciências Sociais e Humanas?

Moderador:
Carlos Fortuna
Sociologia, Centro de Estudos Sociais
Conferencistas:
Valentin Mudimbe
Filosofia, Universidade de Duke
António Sousa Ribeiro
Estudos literários, Centro de Estudos Sociais
Comentadores:
Luísa Cortesão
Ciências da Educação, Universidade do Porto
Elísio Estanque
Sociologia, Centro de Estudos Sociais

12:00 – 14:00 | Coffee-break

14:00 – 16:00 | Sessão V Políticas sociais e novos riscos públicos: possível combinar complexidade com equidade?

Moderador:
Pedro Hespanha
Sociologia, Centro de Estudos Sociais
Conferencistas:
Shiv Visvanathan
Antropologia, Dhirbhai Ambani Institute of
Information and Communication Technology,
Hujarat
Sílvia Portugal
Sociologia, Centro de Estudos Sociais
Comentadores:
Graça Carapinheiro
Sociologia, ISCTE
João Arriscado Nunes
Sociologia, Centro de Estudos Sociais

16:00 – 16:30 | Coffee-break

16:30 – 18:30 | Sessão VI Governança e dinâmicas sociais contemporâneas: um mundo de diversidades ou de homogeneidades?

Moderadora:
Maria Manuel Leitão Marques
Direito, Centro de Estudos Sociais
Conferencistas:
Bruno Amable
Economia, Université de Paris I

José Reis
Economia, Centro de Estudos Sociais
Comentadores:
António Manuel Figueiredo*
Economia, Faculdade de Economia da
Universidade do Porto

José António Bandeirinha
Arquitectura, Centro de Estudos Sociais

21 DE JUNHO, 2008 | SÁBADO

9:30 – 11:30 | Sessão VII Globalização, paz e democracia: são possíveis alternativas à violência?

Moderador:
Fernando Ruivo
Sociologia, Centro de Estudos Sociais
Conferencistas:
Chantal Mouffe
Ciência política, University of Westminster

José Manuel Pureza
Relações internacionais, Centro de Estudos
Sociais

Comentadores:
Manuel Villaverde Cabral
Sociologia, Instituto de Ciências Sociais
Cecília M. Santos
Sociologia, Centro de Estudos Sociais

11:30 – 12:00 | Coffee-break

12:00 – 13:30 | Mesa Redonda Cartografando futuros

Moderador:
Tiago Santos Pereira
Estudos de Políticas ciência e tecnologia,
Centro de Estudos Sociais

Convidados/as:
Emir Sader
Sociologia, Secretário Executivo do
Consejo Latinoamericano de Ciências
Sociales (CLACSO)

Teresa Cruz e Silva
História, Presidente do Council for the
Development of Social Science Research
in Africa (CODESRIA)

Lígia Amâncio
Psicologia, Vice-presidente da Fundação
para a Ciência e a Tecnologia

Helga Nowotny
Estudos Sociais da Ciência, Vice-Chair do
European Research Council

Sigrid Weigel
Estudos literários, Directora do Centro de
Investigação Literária, Berlim

* A confirmar.

A dark silhouette map of Europe serves as the background for the entire page. The text is overlaid on this map in white.

www.eurozine.com

The most important articles on European culture and politics

Eurozine is a netmagazine publishing essays, articles, and interviews on the most pressing issues of our time.

Europe's cultural magazines at your fingertips

Eurozine is the network of Europe's leading cultural journals. It links up and promotes over 100 partner journals, and associated magazines and institutions from all over Europe.

A new transnational public space

By presenting the best articles from the partner magazines in many different languages, Eurozine opens up a new public space for transnational communication and debate.

The best articles from all over Europe at www.eurozine.com

eurozine